

Patrimônio

MOMENTO

VOL. III



COLEÇÃO
MEMÓRIA
&
CULTURA

ORGANIZADORAS:
GIZELE ZANOTTO
IRONITA A. P. MACHADO

ORGANIZAÇÃO
Gizele Zanotto e Ironita A. P. Machado

Patrimônio **MOMENTO**
Volume III



2015
Erechim - RS

IMAGENS CAPA

Paulo Rogério Magro

TÍTULO

Momento Patrimônio

ORGANIZADORAS DO VOLUME

Gizele Zanotto e Ironita A. P. Machado

AUTORES

Afani Carla Baruffi

Augusto Diehl Guedes

Bernadete Maria Dalmolin

Deisi Fanfa

Diego José Baccin

Djiovan Vinícius Carvalho

Eduardo Roberto Jordão Knack

Fernando Arnold Lorenzon

Gizele Zanotto

Ironita A. P. Machado

João Carlos Tedesco

Marcos Gerhardt

M732

Momento Patrimônio: volume III / Organização: Gizele Zanotto,
Ironita Policarpo Machado. - Erechim: Graffoluz, 2015.
238 p. : il. ; 20x23cm. - (Coleção Memória e Cultura - NEMEC)

ISBN: 978-85-60210-58-9

1. Patrimônio histórico - Passo Fundo (RS). 2. Histórias e
memórias - Passo Fundo (RS). 3. Patrimônio cultural - Passo
Fundo (RS). I. Zanotto, Gizele. II. Machado Ironita Policarpo.
III. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável: Janaína Cruz Alvariz - CRB10/2239



Impressão:

Graffoluz Editora e Indústria Gráfica Ltda.

Rua Dr. Sidney Guerra, 306

Fone: (54) 3522-1436

CEP: 99701-758 - Erechim / RS

graffoluz@graffoluz.com.br

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	<i>5</i>
Bernadete Maria Dalmolin	

I PARTE

<i>SENTIDOS DE PATRIMÔNIO: DA PROPRIEDADE À APROPRIAÇÃO</i>	<i>9</i>
Fernando Arnold Lorenzon	

<i>ESPAÇOS CEMITERIAIS EM EVIDÊNCIA: DE LUGAR DE LEMBRANÇA A LOCAL DE CONHECIMENTO</i>	<i>31</i>
Gizele Zanotto	

<i>TOPONÍMIA E HISTÓRIA LOCAL: A CIDADE NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA NA CIDADE</i>	<i>49</i>
Ironita A. P. Machado e Diego José Baccin	

<i>“OS TRIGAIS DO BOQUEIRÃO”: A INDÚSTRIA MOAGEIRA E A TRITICULTURA EM PASSO FUNDO - 1930-1970</i>	<i>73</i>
João Carlos Tedesco	

<i>AS MEMÓRIAS DO VELHO UMBU EM 1927</i>	<i>103</i>
Eduardo Roberto Jordão Knack	

<i>PATRIMÔNIO AMBIENTAL REGIONAL</i>	<i>115</i>
Marcos Gerhardt	

<i>CONHECENDO A HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL</i>	<i>133</i>
Ironita A. P. Machado	

II PARTE

<i>ALEGORIAS DO PASSADO: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM PASSO FUNDO</i>	<i>157</i>
Augusto Diehl Guedes e Djiovan Vinícius Carvalho	
<i>UPFTV, UM PROJETO SOCIAL DE COMUNICAÇÃO</i>	<i>193</i>
Afani Carla Baruffi e Deisi Fanfa	
<i>A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SEQUENCIAIS COMO VETOR PARA A REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA LOCAL</i>	<i>201</i>
Gizele Zanotto	
<i>I CONCURSO DE QUADRINHOS DO ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL – PASSO FUNDO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS</i>	<i>211</i>
Arquivo Histórico Regional	

APRESENTAÇÃO

A tarefa de apresentar uma obra, embora nada fácil, é muito prazerosa, ainda mais quando esta reúne textos que evocam histórias e memórias não de qualquer lugar, mas daquele em que nascemos e/ou no qual habitamos em razão de agenciamentos; memórias de um lugar no qual se constituíram laços muito mais profundos do que os relacionados tão somente a um local para viver e que, como tal, estabelecem vínculos que marcam relações intersubjetivas, enriquecidas pelas interações com o mundo.

A *Coletânea Momento Patrimônio – volume III* reúne uma diversidade de narrativas, acontecimentos, sujeitos, lugares e reflexões, encadeando o passado por fios muito bem tramados que vão dando sentido às transformações que resultaram na Passo Fundo de hoje. A cidade, que num olhar desatento pode parecer como um espaço indiferenciado e homogêneo, vai assumindo, no decorrer dos textos, várias feições.

Por meio de fisgadas do mundo vivido, como o das *loiras* (trigais) do *Boqueirão*, o das memórias de um *cemitério* como espaços de aprendizagens, o de um *velho umbu* e de tantos outros, irrompem-se histórias de um conhecimento que salta da lembrança das gerações passadas e permite que o mundo seja visto com suas múltiplas interconexões.

Os textos me entusiasmarem e me fizeram pensar como teria sido mais fácil e rica a formação escolar se tivéssemos tido a oportunidade de conhecer as diferentes disciplinas sob o prisma da identidade local, da sua história, das suas memórias. Ponderei o quanto isso ajudaria a compreender os fatos, a conectar o local e o global e, acima de tudo, a constituir sujeitos mais autênticos, respeitosos e orgulhosos das diversidades étnicas, das memórias familiares e comunitárias, das crenças religiosas, das expressões artísticas e culturais, da constituição da *polis* e de suas políticas. Quanto das nossas lembranças foi apagado porque, quando constituídas, eram feias e ultrapassadas, esmagando identidades que nos deixavam órfãos e vulneráveis a um “padrão socialmente (e economicamente) imposto” e massificado. Talvez, da mesma forma que Xavier e Oliveira, também me imagino “um umbu, com suas raízes ligadas ao ventre da terra”, mantendo a necessidade de estabelecer minhas referências, mas penso que isso daria outro sentido para o aprendizado, inclusive para saber que o global está aí, a olho nú, trazendo progresso e inovação, ou, ao contrário, colonizando povos e mentes.

A título de exemplo, evoco a reorganização produtiva da região que, se de um lado traz o desenvolvimento de “um complexo industrial” e “uma categoria de produtores modernizados (mecânica e tecnicamente)” com a diversificação dos negócios e a inserção no mercado internacional, por outro, traz uma realidade que deixou muitos rastros e vestígios, que, muito além das lembranças no ambiente, produziu amarguras, exploração, perdas (afetivas, identitárias e de conhecimentos), processos migratórios e empobrecimento.

Os escritos levam o leitor à reflexão de como esse processo seria mais rico e civilizado se pudéssemos colocar em diálogo a “herança paterna” transgeracional, interfaciando-a com outros conhecimentos, oriundos de outros saberes e mundos, sem que um aniquilasse o outro. Convidam também a relativizar a história metódica e factual, centrada no estudo de “grandes eventos históricos” e de “grandes personalidades”, propondo a produção de um conhecimento a partir de uma diversidade de temas mais voltados às pessoas comuns e a seus cotidianos, o que torna o aprendizado conectado e, acredito, mais acessível e interessante, sem mascarar relações complexas e profundas.

Do lugar de onde falo, a Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade de Passo Fundo, sinto-me muito orgulhosa e agradecida por esta produção que, para além da riqueza de sua escrita e de suas descobertas, evidencia o olhar atento e responsável dos nossos colegas e alunos que, com suas habilidosas técnicas e ferramentas, agregam ao ambiente acadêmico o ambiente externo que visam modificar.

Fica lançado o convite à leitura e à continuidade do debate em torno da memória, do patrimônio, da cidadania, da vida. Ficamos à espera de novas investigações e diálogos “sobre os ausentes de memória, mas presentes na história”, que, pela voz desses historiadores atentos, poderão ajudar a problematizar abordagens tradicionais e melhor compreender *A cidade na história e a história na cidade*.

BERNADETE MARIA DALMOLIN
Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários
Universidade de Passo Fundo/RS

I PARTE

SENTIDOS DE PATRIMÔNIO: DA PROPRIEDADE À APROPRIAÇÃO¹

Fernando Arnold Lorenzon²

Ao ser analisado o conceito de patrimônio, é necessário levar em consideração as diversas influências que o mesmo sofre de acordo com os contextos históricos e políticos vigentes e as disputas de poder que permeiam estes contextos, fatores estes em constante mudança do desenvolvimento histórico das sociedades, ou seja, o conceito de patrimônio não existe isolado, é necessária sua articulação com alguma coisa que lhe preste significado. É preciso que ele se coloque ancorado a determinadas demandas e características históricas, grupos sociais e indivíduos para poder existir.

Neste artigo, faremos uma discussão sobre o conceito de patrimônio, onde, juntamente com as mudanças no significado do termo, também será feita a contextualização destas alterações para se determinar como contextos históricos específicos geram demandas que forcem a recolocação e reestruturação de conceitos a muito em uso, mas que se modificam de acordo com as movimentações sociais e históricas.

Começaremos com a etimologia da palavra, de origem latina, para, a partir daí, podermos estabelecer a trajetória que o conceito percorre na história, para se compreender com o significado que lhe é atribuído contemporaneamente. Esta trajetória passa pelo período renascentista, pela formação dos estados-nação na Europa e Renascimento, onde começa o movimento colecionista. Ao se analisar esta construção conceitual do conceito, é possível elucidar quais são as bases históricas que sustentam e dão sentido ao patrimônio na atualidade e posteriormente vão embasar as políticas públicas relacionadas às questões do patrimônio.

¹Este artigo é parte integrante do trabalho de conclusão de curso do autor entregue para especialização em Processos Pedagógicos da Educação Básica intitulado: Educação Patrimonial no Programa “Mais Educação”: Políticas, Sentidos e Intencionalidades.

²Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Especialista em Processos Pedagógicos da Educação Básica pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Graduado em História pela Universidade Regional Integrada – URI. E-mail: fernandolorenzon@ymail.com

Concepções e sentidos de patrimônio

Deve-se tratar o *patrimônio* como uma construção sócia histórica, pois, de acordo com Canclini (1994, p. 98),

aquilo que se entende por patrimônio nacional muda de acordo com as épocas. Isto demonstra que, mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população, seus costumes, etc.), em boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária.

Observa-se nas considerações de Canclini acerca das mudanças que ocorrem no que se refere ao conceito analisado, que o sentido de patrimônio é resultado da articulação do contexto sócio histórico em que este está inserido, com a construção imaginária e os significados que cada população específica atribui ao termo. Pode-se considerar que o *patrimônio* e seu significado são produzidos pelas coletividades humanas, já que, segundo Funari e Pelegrini (2006, p. 9-10), as coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes.

Percebe-se desta forma que o sentido atribuído à palavra patrimônio carrega os interesses dos diversos grupos que se articulam socialmente. Dentre estes interesses conflitantes só é absorvida a demanda do grupo com maior poder de decisão ou influência. Nestes termos, são estes grupos hegemonicamente dominantes que definem o conceito da palavra e também determinam o que é considerado patrimônio ou o que não é, criando assim um aparato hegemônico. Para Gramsci (apud Alves, 2010, p. 6), a realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico.

Apoiados pelo pensamento de Gramsci para a criação de um aparato hegemônico, podemos analisar as questões referentes ao patrimônio como uma forma de se criar um terreno ideológico que atenda as demandas históricas de cada período, reestruturando modos antigos de pensar e criando novas mentalidades. Dessa forma, também são revistos os métodos de produção de conhecimento para se adaptarem a novas condições e necessidades históricas.

Etimologicamente, o termo tem origem na palavra latina *patrimonium*, que, para os romanos, faz referência a todas as posses materiais do chefe da família ou pai de família. Diferentemente do que entendemos hoje por família, na sociedade romana a família era

toda e qualquer coisa que estava sob o domínio do senhor, desde bens materiais móveis e imóveis até as pessoas que estavam sob a tutela do chefe da família (mulher, filhos e escravos). Todas essas posses eram o que chamamos anteriormente de *patrimonium*. Estas posses podiam ser legadas por testamento para os herdeiros e, neste contexto, como as pessoas também eram posses dos senhores, estas também podiam ser passadas para os herdeiros de direito. Sendo estes valores privados ligados à transmissão de bens entre uma elite patriarcal, eles remontam a uma origem conceitual ligada a interesses aristocráticos, visto que esta elite era a única classe ou instância da sociedade que tinha acesso e poder para possuir os bens considerados *patrimonium* (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Para os romanos, o conceito de patrimônio existiu dentro do contexto de uma sociedade aristocrática, patriarcal e individualista, deste modo, o conceito de patrimônio público ainda não era sequer considerado pela instância dominante da sociedade. Até mesmo a figura do Estado era apropriada pelos pais de família.

Com o advento do Cristianismo, acrescenta-se um caráter religioso para o sentido atribuído ao patrimônio. Neste momento, apesar de o Cristianismo também se constituir numa aristocracia, acontece uma apropriação inicial do patrimônio pelas camadas mais baixas da sociedade, pois, para Funari e Pelegrini (2006, p. 11-12),

o culto aos santos e às relíquias deu às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio que, (...), de certa forma, permanece entre nós: a valorização, tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos, e, em virtude de as elites não manterem um controle absoluto sobre o patrimônio religioso, tem início um movimento crescente de monumentalização das construções religiosas, tornando a religiosidade um patrimônio que se aproxima de um conceito de patrimônio público, por ser coletivo, mas que se mantém em nível aristocrático.

Começa, nesse momento, uma importante transição que vem modificar o conceito da propriedade, onde se sai de um meio de produção feudal para a economia capitalista. O período renascentista ficou marcado por transformações em muitas áreas da vida humana, que assinalam o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. As mudanças que caracterizam este momento de ruptura são evidentes na cultura, sociedade, economia, política e religião, onde também se modifica o modo de produção vigente do feudalismo para o capitalismo, rompendo em alguns aspectos com as estruturas medievais. Uma transição importante de se ressaltar neste período, no campo cultural, é que a noção de criação artística se altera, quando os homens deixam de ser artesãos para serem artistas,

passam a ser criadores. Esta ideia de existência de um sujeito criador surge no final da Idade Média e contribui para uma valorização maior do artista, quando este consegue um status mais elevado do que o do artesão do período medieval. Para Azzy (2011, p. 369), a força criadora passa a ser individual, e a personalidade do artista começa a se sobrepor à criação em si, operando um deslocamento da importância da obra para o autor.

Na Idade Média, a produção artística era vinculada aos nobres que a solicitava, portanto, estava limitada ao gosto e vontade destes. Com o Renascimento, surge uma noção de autoria, quando os artistas tem consciência de poder criar livremente, dando um novo sentido à produção cultural, fazendo com que as noções de valorização passassem do quantitativo para o qualitativo e também deixando os artistas livres a trabalhar o que sua genialidade lhes permitisse.

Estas transformações ocorridas na Europa, durante a passagem da Idade Média para a Moderna, forjaram, também, transformações de ordem cultural. Fazia-se necessário adaptar a mentalidade e a visão do mundo ao cotidiano dos novos tempos. Cotidiano burguês, de prazeres, voltado para as questões terrenas, para o lucro e para a propriedade privada. Tais transformações se processaram sobretudo nos campos da arte e da ciência, criando as bases do pensamento moderno, pré-capitalista. Chamamos esse momento de Renascimento Cultural.

Neste período em que a sociedade transita para além das estruturas medievais, onde as maiores mudanças culturais ocorrem no campo das artes, filosofia e ciências, objetiva-se uma retomada e uma revalorização das referências culturais da Antiguidade Clássica, sendo que é no Renascimento que surge a primeira conceituação de história, como uma disciplina baseada na retomada das culturas clássicas. Com o surgimento do sentido de história, torna-se possível a constituição das noções de monumento histórico, porém, ainda não existem os conceitos de patrimônio como objeto de afirmações identitárias e nacionalistas. Desta forma, a sistematização das ações de conservação dos monumentos históricos só se dá com a constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir do momento em que o Estado assume sua proteção.

Segundo a pesquisadora Maria Fonseca (1997, p.11), essa é

uma prática característica de Estados modernos, que, por meio de determinados agentes, recrutados entre intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para futuras gerações.

Uma das grandes alterações sociais que vem a ocorrer no Renascimento é o rompimento das ciências com a Igreja quando, começa a se buscar, amparadas cientificamente, explicações racionais para os fenômenos da natureza e uma nova forma de ver as relações entre os homens e Deus. Pode-se pensar a Renascença como um período em que se constrói uma nova forma de ver Deus, onde se imagina um ser mais humano, menos mítico e mais próximo da realidade material e os pensadores, artistas e cientistas do Renascimento procuravam desenvolver uma cultura leiga desvinculada das formas culturais clericalizadas típicas do período medieval. Para esses intelectuais, a cultura medieval deveria ser esquecida, por se tratar de um modelo inspirado na fé e não no conhecimento concreto. Para eles, a Idade Média, pelo monopólio cultural exercido pela Igreja, era considerada a “Idade das Trevas”, cenário de pouco saber e muita ignorância.

Apesar de manter seu caráter aristocrático, neste período os homens lutam por questões mundanas ligas ao ser humano como indivíduo em substituição ao domínio religioso que norteava a sociedade humana da época. O Renascimento, por sua vez, fica caracterizado pela retomada dos valores da cultura greco-romana, ou seja, da cultura clássica. Propunha a retomada das virtudes da antiguidade através do resgate de autores clássicos como Platão, Aristóteles, Virgílio e Sêneca, fazendo com que esta retomada da cultura clássica gerasse um movimento de valorização de textos antigos e também estimulando o surgimento de coleções de objetos da antiguidade.

As tendências ao colecionismo surgem em virtude desta retomada da cultura da antiguidade clássica no período renascentista, criando com isto os chamados Antiquários. Este colecionismo, representado pelos Antiquários, é fortemente conectado ao conceito de monumento que, em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, Françoise Choay (2006, p. 17) relaciona-o a um plano afetivo, definindo o termo da seguinte forma:

O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.

Estas práticas colecionistas que deram origem aos Antiquários apresentam-se intimamente ligadas a trajetória da construção do conceito de patrimônio, uma vez que aparecem como importante instrumento de fortalecimento e manutenção de memória e identidade. Para Funari e Pelegrini (2006, p. 13), isso ocorria não apenas em cidades com grandes monumentos clássicos, como Roma, mas por toda a Europa, até mesmo em cidadezinhas e aldeias onde os antiquários faziam pesquisas com um não disfarçado orgulho local e têm nas coleções uma representação da interseção entre a memória individual e a memória coletiva. De acordo com Pollak (1989, p. 7),

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

Com esta definição de memória, o autor citado nos leva a pensar a estruturação da memória como um processo contínuo de articulações de memórias individuais que vêm formar uma memória coletiva. É o processo de articulação dos elementos constituintes do particular e do comum, no que diz respeito à memória. Elementos esses que são os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos por tabela, ou seja, eventos em que o indivíduo atua diretamente e/ou que atua em conjunto com o grupo ou coletividade a que sente pertencer (POLLAK, 1992).

Podemos utilizar o aporte teórico dado por Pollak em um contexto maior, no âmbito da utilização do patrimônio e da memória para criar uma ligação com a história para se criar uma base identitária mitificada e heroica do cidadão. Quando se cria a memória oficial, que para Halbwachs (apud POLLAK, 1989, p. 1) é a forma mais completa de uma memória coletiva, observa-se no processo criativo da memória e da identidade, uma espécie de negociação onde se tenta conciliar as memórias coletivas e individuais. Neste processo, visto que o objetivo de constituição da memória é reforçar os sentimentos de pertencimento nacional e de defender aspectos comuns que caracterizam um grupo hegemônico, os grupos sociais historicamente desfavorecidos e menos influentes acabam não sendo incluídos na formação da memória coletiva e terminam por se manterem a parte desta memória oficial, aguardando condições sociais, econômicas ou políticas que permitam sua manifestação. Ocorre que a memória é um campo de disputas hegemônicas,

permanentemente em conflito por conta da contenda entre a manutenção de uma memória oficial atrelada a uma raiz identitária, seletivamente construída por grupos hegemônicos e as manifestações em prol de inclusão das memórias individuais menos favorecidas neste processo.

Seguindo ainda esta base teórica, considerando esta conexão com uma suposta raiz identitária que vem constituir a história oficial, o Antiquário se apresenta no período com uma força maior até mesmo do que os discursos dos historiadores da época desde que, segundo Choay (2006, p. 63) seja interpretado de modo conveniente. Esta conveniência mostra que o patrimônio atua, através dos colecionadores de antiguidades, como ferramenta de afirmação oligárquica e ainda se apresenta com caráter aristocrático, funcionando como símbolo de uma antiguidade clássica que se tentava retomar no período. Com referência à história e memória oficiais de uma nação produzidas seletivamente e convenientemente, o patrimônio já se revela como um motivo de orgulho, por estar identificado com o local em que foi guardado ou encontrado, contribuindo para a criação de uma história passada que alimente as mentalidades e apoie as estruturas de poder existentes.

O momento histórico que contribui para uma drástica transformação no conceito de *patrimônio* é o surgimento dos Estados nacionais. Segundo Funari e Pelegrini (2006), o Estado Nacional surge a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deviam compartilhar uma língua e uma cultura, sendo que, para esta estrutura social de cidadãos que está sendo criada, se faz necessária à construção de artifícios que a legitimem. Uma destas ferramentas legitimadoras é a tradição, que em quase todas as sociedades é considerada característica identitária, sendo que esta pode ser inventada ou não. Por tradição inventada, Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9) nos trazem que,

entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.

Sendo inventadas ou não, os mecanismos de implementação deste aparato identitário ocorre da mesma forma. Pela repetição, são implantados valores considerados corretos e assim é construída uma raiz histórica forte, heroica e mitificada. Este passado construído é considerado o mais apropriado e serve também como afirmação justificadora de uma cultura elitista e dominante. Até o século XVIII, na Europa, os Estados viviam

em regimes monárquicos e influenciados pela religião, a identificação da população não se dava com relação à territorialidade ou com relação a uma cultura comum. Esta identificação era estruturada e articulada com a realeza, era esta que representava a identidade e a cultura praticadas em cada território. Grande parte destes reinos eram divididos em regiões, cada qual com linguagens, instituições e tradições próprias. Todas essas regiões eram súditos e deviam fidelidade ao rei, justificando porque a identidade da nação neste período era dada pela casa real. Neste contexto, as tradições inventadas servem para fortalecer a realeza em tempos de descenso de poder ou para justificar as estruturas de um regime autoritário dominante.

Nesta sociedade constituída por grupos variados e com costumes e linguagens diferentes, mas controlada por um aristocrata comum, o patrimônio não era ainda algo público e compartilhado, mas sim, privado e aristocrático. Também neste contexto, o que era considerado patrimônio e recebia o devido valor, era resultado de um conflito de forças onde uma aristocracia detentora de poder podia utilizar este patrimônio como forma de legitimação de poder e de identidade, fatores estes importantes na constituição de uma nação, que Benedict Anderson (1991, p. 32) define

como uma comunidade política imaginada – e imaginada com sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todas tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

Neste contexto de uma comunidade imaginada, e com o desenvolvimento dos estados nacionais, são implantadas políticas que levem a população a assimilar e difundir ideais de pertencimento a uma nação, fazendo com que se crie uma imagem cada vez mais forte e convincente de uma comunhão nacional da população onde incluem-se nestas políticas as criadas no âmbito educacional, com o objetivo de difundir esta identificação com o nacional desde a infância, ainda que, como nos mostra Benedict Anderson, esta comunhão seja meramente imaginativa.

Estas políticas visavam atender a um quesito essencial para o estabelecimento dos Estados Nações. Este quesito era a criação de um cidadão nacional que, através de sua identificação com o território em que está inserido e do reconhecimento do patrimônio como um bem, ajudasse a legitimar a identidade nacional que era criada e este cidadão nacional identificado com a nação servia também como ferramenta de legitimação do

poder estabelecido em cada estado nação ou país.

Ao se estabelecerem as estruturas sociopolíticas dos territórios em forma de estados nacionais, começa a se formar o conceito de *patrimônio* que temos na contemporaneidade, que foge do âmbito privado, religioso e aristocrático das tradições antigas e medievais, mas que começa a se estabelecer como algo pertencente a um povo identificado com sua língua, origem e território em que está estabelecido. Para Azzi (2011, p. 358), a ideia de patrimônio como símbolo também encontra respaldo em sua trajetória, na medida em que a leitura histórica o caracteriza como símbolo de memória, símbolo de uma nação.

Por exemplo, no livro *A Invenção das Tradições*, Hobsbawm fala sobre a tradição das Highlands na Escócia, onde, atualmente, onde quer que os escoceses se reúnam em celebrações à sua identidade nacional, eles usam uma parafernália nacionalista como ferramenta de afirmação de sua ligação com a nação escocesa. A população costuma utilizar o saio (kilt), que representa cada clã através das cores, e na música, utilizam a gaita de foles. (HOBBSAWM e RANGER, 1997) Estes aparatos utilizados como símbolos nacionais que hoje são orgulhosamente ostentados e idolatrados, antes da união da Escócia com a Inglaterra, eram indícios de barbárie e incivilidade. Eram utilizados por indolentes, chantagistas e velhacos, representantes de uma classe que envergonhava a sociedade escocesa.

Quando ocorre a união com a Inglaterra, estas tradições são retomadas, reinterpretadas e reescritas com o objetivo de preservar e fortalecer um nacionalismo que estava se hibridizando com outro, ocorrendo a retomada e recontextualização de uma tradição anteriormente rechaçada. De certa forma, ocorre que, mesmo que o aparato utilizado pelos escoceses fosse na verdade característico de uma classe relegada à criminalidade e à marginalidade, na atualidade, as vestes e os instrumentos são utilizados para exaltar um passado imaginariamente heroico.

Além de uma invenção de tradições para se tentar restabelecer uma ordem social que está em crise, também são reformuladas tradições, usos e costumes antigos com o mesmo fim. Chegando até mesmo a se reescrever determinadas características históricas, para que as tradições retomadas se adaptem aos novos contextos e novas necessidades de afirmação dos nacionalismos.

Patrimônio, cidadania e direito

Da mesma forma que outros conceitos, o conceito de patrimônio é ligado as diferentes condições históricas em que atua e também é fruto das leituras históricas realizadas em cada momento, sendo que estas diferentes leituras também influenciam na produção política sobre o patrimônio e na forma como será trabalhado.

Como já foi dito, a criação do Estado contribuiu fundamentalmente para o estabelecimento das raízes do conceito contemporâneo de *patrimônio*, porém, como os Estados nações surgem sobre bases históricas e jurídicas diferentes, o sentido do termo se ramifica em duas principais correntes até a atualidade.

O surgimento do Estado moderno se dá com base em dois sistemas jurídicos distintos, que são: o Direito Romano ou civil, de tradição latina e o direito consuetudinário Anglo-Saxão, com base no *common law* britânico. Dentro de cada uma destas vertentes do direito, as questões referentes à propriedade diferem em certos aspectos, e estas diferenças são refletidas no conceito contemporâneo de patrimônio.

No direito Romano, a propriedade privada está sujeita a restrições, colocando-se o direito de servidão como um exemplo desta restrição de propriedade. Para exemplificar o que seria o direito de servidão, podemos utilizar o caso que aparece em Funari e Pelegrini (2006), que nos dá a seguinte situação:

Se dois edifícios estão contíguos, e um deles só pode ter acesso à rua por uma passagem através do outro, esta passagem é uma servidão imposta ao edifício que está defronte a rua. Isso se aplica tanto à passagem de uma casa de fundos como à sua tubulação de água, esgoto ou dutos de eletricidade. Há portanto, uma limitação da propriedade.

Esta limitação de propriedade converge para dentro das questões do patrimônio, onde todo e qualquer bem encontrado que seja considerado de importância para a identidade nacional não é propriedade privada de quem o encontrou ou resgatou, mas sim, de posse da nação, sendo protegidos por legislação específica.

Já, no direito Anglo-saxão, as questões sobre propriedade são mais amenas, característica esta que, como afirmam Funari e Pelegrini (2006), permitiu o cercamento das propriedades rurais na Inglaterra no século XVIII. Os antigos acessos e caminhos usados pelos camponeses foram fechados. Neste sistema, não há o direito de concessão,

nem mesmo para os governantes existe este direito. No que se refere ao patrimônio, a legislação se desdobra na defesa da propriedade privada, sendo permitida a compra e a venda de bens patrimoniais. Considera-se neste caso um sentido de que “quem acha é dono”.

Estas tradições nos conduzem a duas concepções divergentes no que se refere ao patrimônio e à posse deste. Uma delas volta-se para a defesa dos direitos de propriedade privada, e a outra fica mais centrada na proteção do Estado nacional. Ainda que divergentes, estas duas correntes convergem no sentido de que o patrimônio é visto como um bem material concreto que possui valor material e simbólico para a nação e através deste valor, serve como representação de uma nacionalidade estabelecida. Também caminham na mesma direção quando afirmam, conforme nos dizem Funari e Pelegrini (2006), que aquilo que é determinado como patrimônio é o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade.

Ainda podemos mencionar uma terceira característica comum que é a criação de instituições patrimoniais além de legislação específica, como ocorre durante a Revolução Francesa, quando é estabelecido um órgão responsável pela preservação dos monumentos nacionais, com a missão principal de salvaguardar os monumentos que identificavam a incipiente nação francesa e sua cultura. Estas instituições agem com o objetivo de realizar o enquadramento da memória³, para que esta esteja adequada às novas demandas que se apresentam em prol da afirmação da memória oficial e do fortalecimento da nação, sendo que este enquadramento de memória segue critérios que visam ao estabelecimento de uma nacionalidade a ser criada e afirmação de grupos historicamente hegemônicos, ou seja, o processo caminha em torno de uma justificativa para hierarquias estabelecidas.

A Revolução Francesa é um importante marco para o início da organização do patrimônio como fonte de estudo e provas científicas de uma formação de identidade nacional. Durante a Revolução Francesa foram danificados patrimônios existentes, muitos foram destruídos, igrejas foram incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas, castelos saqueados. Este momento da história muda o sentido de patrimônio estabelecendo as bases para que o conceito se aproxime do público e compartilhado.

³Conforme Pollak (1989, p. 7) manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. É portanto absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz “enquadrada” diz “trabalho de enquadramento”. Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Esse trabalho deve satisfazer a certas exigências de justificação.

Com a passagem de duas guerras mundiais que ocorrem sob o estímulo dos nacionalismos, é dado maior destaque às questões referentes ao patrimônio nacional. Neste período que se mostra necessário a cada país que se afirme a sua identidade nacional, começa uma corrida em busca de uma descendência que afirme e justifique uma identidade nacional que seria considerada como identificadora de determinado país ou região.

Nesta corrida por afirmação de uma nacionalidade, buscam-se até mesmo os vestígios mais distantes no tempo e no espaço para ser parte da construção identitária nacional. Podemos utilizar os exemplos de Funari e Pelegrini (2006), quando estes mencionam casos como o dos italianos que utilizaram vestígios dos romanos para construção de uma identidade baseada neste patrimônio glorificado e exaltado como exemplo de domínio do mundo e como forma de afirmar que os seus herdeiros seriam os italianos, justificando a manutenção de poder.

Também estes autores citam exemplos onde duas nações distintas reivindicam a mesma origem, como os alemães e os ingleses. Neste caso, os primeiros reivindicam os vestígios materiais dos antigos gregos com sua arte e suposto culto à ordem e ao poderio militar e os ingleses, além destas reivindicações, se auto afirmam como verdadeiros herdeiros de antigas civilizações, como a mesopotâmica, a grega e a romana, sendo este um exemplo onde se reivindica um passado distante como raiz identitária e ainda entram duas nações diferentes em disputa por uma mesma descendência, baseada em afirmações de poder e justificativa para manutenção deste.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de pós-guerra, acabam se desenvolvendo interpretações mais abrangentes e menos restritivas sobre cultura e patrimônio. Essas novas abordagens são resultado da derrota dos nacionalismos fascistas na Alemanha, Itália e Japão, onde começa a ser questionado o resgate de raízes culturais com objetivo de afirmação de uma etnia ou raça superior em detrimento de outras consideradas inferiores por estas elites favorecidas.

Finda a guerra, fica estabelecido o marco que traz novos sujeitos atuantes na ação social e política e que contribui para que tenha início o reconhecimento não de uma única identidade nacional, mas sim, de que cada nação é multicultural e, desta forma, temos um sinal da queda dos regimes nacionalistas que buscavam um patrimônio cultural homogêneo, visando à formação de um único cidadão que se identifica com o território.

Temos como exemplos: o caso da Índia, que se torna independente em 1947, que se reconhece como estado multiétnico democrático e também neste período após o fim

da Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento do poder soviético em parte da Europa, que contribui para explicitar a importância da diversidade no interior das sociedades.

Neste movimento de defesa da nacionalidade e dos bens que a representam, começa a ser abrangido dentro do contexto de patrimônio também o patrimônio ambiental e o conceito se estende a grupos sociais e locais, que antes eram deixados de lado em detrimento do âmbito nacional. Funari e Pelegrini (2006, p.23) vão nos dizer que a convivência levou à eleição da diversidade humana e ambiental, como valor universal a ser promovido.

Patrimônio: Padronização da diversidade

Com a criação de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os países começam a se relacionar de forma nunca antes vista e apesar de estes órgãos terem uma maior identificação com a ideia de nação unitária e homogênea, este novo relacionamento entre diferentes nacionalidades em um ambiente externo a suas fronteiras contribui para que a diversidade existente dentro das fronteiras políticas de cada nação comece a ser mais valorizada. Inicia-se uma valorização patrimonial em um contexto cada vez mais específico, adentrando os limites do nacional e sendo visto em âmbito municipal ou até em um contexto menor, como comunidades indígenas, as mulheres ou grupos religiosos.

Cada vez mais se observa uma valorização das diversidades nacionais. Mesmo que se considere que as definições sobre o que deve ser considerado patrimônio público e cultural é resultado de um contexto de disputas hegemônicas, observa-se na evolução do conceito de patrimônio a perda de sentido quando se considera somente o mais belo, precioso ou raro, já que neste contexto de multiculturalidade, são incorporados ao conceito também os bens de natureza imaterial, como dança, música, modos de se fazer determinada tarefa, e dentro desta imaterialidade, está inserida a apropriação, ou reconhecimento, que determinado grupo faz deste bem para constituir a sua identidade.

Observa-se nesta redefinição do conceito de patrimônio que a construção histórica do termo se articula firmemente à estruturação do que se considera o cidadão, do que se reconhece como representante de uma nação específica, ou seja, daquele que é o habitante que representa as características identitárias preestabelecidas como específicas

de determinado contexto e que vai ter poder para influenciar as decisões sobre o que será considerado como patrimônio cultural e que junto com ele vai constituir a identidade de cada nação.

De acordo com Valle (2000),

a partir, sobretudo, da Revolução Francesa, o cidadão é confundido com o membro de uma nação – unidade espiritual, cultural e histórica – titular de direitos específicos. Assimila-se assim, o corpo dos cidadãos à “nação”; e a definição de cidadania passa a ser marcada pelos critérios identitários da nação.

Podemos considerar o patrimônio como um dos critérios identitários da nação, já que, com o surgimento do Estado, torna-se necessária a criação de uma unidade nacional, de um cidadão representante desta nacionalidade que se identifique e, desta forma, justifique a soberania nacional.

Esta organização política que pretende criar uma figura identitária que se torne um símbolo da nação acaba criando características artificiais, como a ideia de uma história comum a todos os habitantes, que ganha força ao utilizar bens que afirmem essa raiz histórica genérica. O patrimônio cultural e seu resgate e preservação ganham força neste contexto, pois se tenta criar uma identidade nacional autêntica que represente a nação e que possa ser representada por esta.

As determinações sobre o que vai ser considerado patrimônio para representação de uma identidade nacional e para a construção da cidadania refletem uma imposição de uniformidades, objetivando o fortalecimento de uma organização política, social e econômica que vem a ser uma organização discriminadora e a criação de um cidadão padrão para cada nação reflete uma padronização social, onde aqueles que são considerados incompatíveis ou que não se adaptam a uma uniformidade identitária da sociedade que se cria, são excluídos deste círculo. Esta discriminação, para Valle (2000, p. 19), atinge àqueles que se mostravam, por sua situação social ou por quaisquer outros pretextos, incompatíveis com o modelo de identidade proposto.

Utilizando o exemplo da França, onde a construção desta consciência identitária, desta identificação do indivíduo com a nação a que pertence é feita através de políticas educacionais, responsabilizando desta forma a escola por este processo, é possível dar um salto ao Brasil para analisarmos as configurações nacionais acerca do termo base deste artigo.

Conceitos de patrimônio: Configurações brasileiras

O conceito de patrimônio utilizado no Brasil é herdeiro da tradição do direito civil romano, de origem latina, e, da mesma forma que acontece na França, são criadas políticas de educação e cultura, para que a formação cidadã ocorra desde a mais tenra idade, atrelando à criação do cidadão, a identificação com o patrimônio cultural representante da identidade nacional.

A responsabilização da escola pela formação do cidadão brasileiro era consequência, em concordância com Valle (2000, p. 19), de que,

os “empecilhos” à cidadania estavam no estado de ignorância e miserabilidade em que, em razão do próprio modelo de formação econômica do país, se encontrava mergulhado o “povo” - mas que agora lhe era imputado como vício, ou como “incompatibilidade atávica” para a democracia. Deste ponto de vista, a formação da cidadania, tarefa atribuída à Escola, era compreendida como essencialmente “civilizatória”.

É possível considerar com esta afirmação da autora, que, além da tarefa de formar o cidadão ideal para convívio na sociedade, cabe à escola também o papel civilizador da nação, a tarefa de compatibilizar os incompatíveis e adaptar os não adaptados ao padrão de cidadão nacional estabelecido hegemonicamente.

Como a criação do cidadão modelo é balizada por disputas hegemônicas, no que se relaciona ao patrimônio cultural, o ser ou não considerado cidadão é determinado pelo acesso que se tem aos bens representativos da cultura e da identidade nacional. Considerando o contexto sociocultural brasileiro, podemos dizer que vivemos em um ambiente onde convivem e se relacionam múltiplas culturas, assim, para Valle (2000, p. 20), não há, pois, uma, mas várias “cidadanias”, ou vários graus de pertencimento, que correspondem a diferentes possibilidades de acesso ao poder e ao “patrimônio comum” construído pelo desenvolvimento.

Esta estratificação social encontra na busca de origens identitárias mitificadas e heroicas, características e contextualizações perfeitas que possibilitam dar legitimidade e autenticidade de valores dominantes e também das elites que representam e são representadas por esses valores.

O patrimônio cultural neste caso, como produto de uma força hegemônica, também possui a função de autenticar esta elite dominante como sendo o modelo de cidadão que dá e representa a identidade da nação, sendo uma característica comum destas sociedades culturalmente estratificadas o multiculturalismo. Nos grupos sociais com a construção permeada por esta estratificação, as camadas excluídas por aspectos econômicos e, principalmente culturais, estão em constante conflito com a construção de uma unidade nacional.

Para Silva (2010, p. 85) o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigaram essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço, deste modo, a disparidade de poder que baliza as relações entre estas diferentes culturas nos dá não somente a característica de diferentes entre si, mas, acima de tudo, nos permite caracterizá-los como desiguais.

Neste sentido, também para Silva (1995), além da ideia de uma convivência de culturas nacionalmente diversificadas, o multiculturalismo constitui-se como uma das principais contribuições dos “movimentos sociais dos anos recentes”, os quais tornaram visíveis as formas pelas quais os diferentes grupos sociais constroem sua história. O que faz as questões sobre o multiculturalismo extremamente complexificadas é a necessidade de articulação das lutas pela afirmação do direito à diversidade com os processos globalizadores que tendem a aumentar as desigualdades e excluir cada vez mais aqueles que estão marginalizados da sociedade. Desta forma, é cabível questionar se a construção de uma vida em comum é possível e de que forma será permitida a inclusão e o reconhecimento das minorias e grupos que lutam por ideais coletivos e afirmação do multiculturalismo.

Neste mesmo contexto, cria-se outra questão de suma importância, relacionada ao multiculturalismo, que é a busca pela igualdade. Esta busca pode, em alguns momentos, apresentar-se como uma ação discriminatória, uma vez que alimenta um ideal homogeneizador comum das sociedades liberais. Esta igualdade não envolve o conjunto dos cidadãos, uma vez que o acesso ao espaço social, apesar de ser garantido por lei, não é garantido ou até mesmo é impedido por outros fatores socioeconômicos.

Em Valle (2000, p. 22),

a compreensão de que, “nação” e “nacionalidade” são, de fato, a cada vez, noções inventadas, muitas vezes pela criação de lendas e mitos, mas sobretudo, pela “livre reinterpretação” do passado não é, portanto, própria da atualidade; entretanto, ainda hoje a força ideológica do valor da “autenticidade” alimenta os preconceitos e exclusões, servindo de fundamento para a discriminação de níveis e graus de legitimidade social.

Esta definição dada pela autora está refletida no conceito de patrimônio que foi abordado ao se colocar o patrimônio cultural como uma das formas de legitimação e afirmação da identidade. Da mesma forma que os conceitos compreendidos de nação e de nacionalidade são reinventados, também são reescritos os conceitos de cidadania onde modificam-se também as características que definem quem é o cidadão.

Consequentemente, já que o patrimônio é parte integrante da construção do cidadão, desde o resgate de seus mitos de origem até a constante afirmação deste modelo na atualidade, tanto o conceito de patrimônio, quanto o que é considerado patrimônio são escritos, inventados e escolhidos novamente de acordo com o contexto histórico-social vigente. Para Canclini (1997, p. 160), o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos.

As tradições, usos, e costumes de uma determinada classe muitas vezes são ritualizados para servir à legitimação daqueles que as construíram ou se apropriaram delas. Canclini chama de teatralização do patrimônio⁴ o processo necessário para que este tema tenha força política. Através desta teatralização, são criados palcos para que a sociedade apresente para si mesma a história de sua origem. Como estes palcos estão num contexto de invenção de nacionalidades e legitimação de poderes, eles tem a escola como ambiente fundamental da teatralização por conta dos conteúdos conceituais do ensino, assim como as celebrações, festividades, exposições e visitas a lugares míticos.

No Brasil, a preocupação com os bens culturais tem suas raízes no conjunto de ideais da Revolução Francesa, sendo que este período marca o momento em que o estado francês se propõe a conservar os bens potencialmente capazes de firmá-lo. Quando voltamos a atenção para os conceitos de patrimônio no Brasil, que tem a gênese da sua construção ligada à formação do estado nacional no século XIX, podemos observar que, no caso brasileiro, o conceito de patrimônio tem enraizado os seus sentidos no mesmo valor da Revolução Francesa, que é o de conferir uma identidade ao país.

A questão da identidade nacional- o que somos e o que singulariza o Brasil em meio a outras nações do mundo - é algo que permeia o pensamento social brasileiro, desde o século XIX até os dias de hoje, e tem sido objeto de análises e debates desde então. Não se pode deixar de mencionar as referências a Portugal que, na sua condição de metrópole do Brasil, introduz o direito lusitano da proteção patrimonial. Neste período, inventa-se uma tradição brasileira herdeira de tradições luso-cristãs, que seriam a base fundamental e legítima em que deveria ocorrer a continuidade histórica brasileira.

⁴A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação a qual deveríamos atuar hoje. Essa é a base das políticas culturais autoritárias (CANCLINI, 1997, p. 162).

A criação de uma base forte para a história do brasileiro se dá através da seleção de um passado adaptável ao movimento que a família portuguesa dos Bragança provoca no sentido de dar um caráter civilizado à colônia perante os olhos das nações europeias. Além de estabelecer e justificar sua permanência no poder, a ligação da população com um patrimônio de raiz puramente portuguesa e cristã servia como propaganda da família real portuguesa mundo a fora. Cria-se assim o orgulho nacional, com uma base conveniente a manutenção de poder e como bônus, a Bragança tem uma boa imagem frente às outras nações europeias.

Passaram-se períodos na história brasileira em que as discussões sobre a nacionalidade ganharam uma acentuada importância, desde as mentes de intelectuais até o próprio governo onde se tenta construir uma imagem do país para o restante do mundo e também para os brasileiros. A imagem de patrimônio que é evocada entre as pessoas (monumentos antigos, edifícios, conjuntos de edifícios ou obras de arte excepcionais) na contemporaneidade, é reflexo de um período em que se estabelecia uma república e ainda se tentava construir uma nacionalidade baseada em uma matriz identitária oriunda da metrópole (Portugal). Este imaginário tem sua raiz nas políticas patrimoniais conduzidas pelo estado desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1930. Esta é uma imagem bem diferente da análise crítica referente à diversidade, às tensões e aos conflitos que caracterizam a produção cultural no Brasil, principalmente se levarmos em conta a produção atual.

Atualmente a legislação institui junto ao conceito de patrimônio, o conceito de patrimônio material e imaterial que serve para se opor a uma visão reducionista e elitizadora sobre o que é o patrimônio. O patrimônio imaterial, segundo a UNESCO (apud CAVALCANTI, 2008, p. 11) são

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas (...) que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e criatividade humana.

Apesar de já se fazer alusões ao patrimônio imaterial desde 1946, com a criação da Comissão Nacional do Folclore, ligada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a abrangência do patrimônio aos bens intangíveis se dá oficialmente

pela legislação brasileira em 1988 com a chamada constituição cidadã. O fim do período militar coloca a população brasileira num contexto de abertura política e reestruturação de sistemas políticos e sociais. Este contexto também recoloca a posição do conceito de patrimônio. Como o período militar é marcado por movimentos sociais das classes menos favorecidas, muitas vezes perseguidas, é possível considerar a conveniência de uma maior abrangência do conceito do patrimônio, visto que se reconstroem os ideais de cidadão nacional e se torna necessário abranger e reinventar a cultura e tradições que lutavam por liberdade neste novo contexto social que se desenhava.

Após esta análise da trajetória do conceito de patrimônio, observa-se que este termo sofre variações de acordo com os diferentes contextos e estruturas sociais, econômicas e políticas que se constituem. Encontramos em Stephen Ball e Richard Bowe o aporte teórico para se analisar a trajetória do termo dentro do âmbito da educação. Segundo Mainardes (2006, p. 50),

os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou seqüencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates.

Ao se inserir o patrimônio neste ciclo, começando pelo contexto de influência⁵, vemos que as definições sobre o termo são resultado de disputas por legitimação ideológica entre os diversos grupos sociais existentes nas sociedades. Neste contexto de embate de forças divergentes é que vão surgir as bases para definição de conceitos, normalmente influenciada pelo grupo hegemônico e com resquícios da influência dos grupos de menos poder de posicionamento e sobreposição. Este contexto é inserido em um ambiente de interesses e ideologias dogmáticas de cada grupo envolvido na disputa.

Após o contexto de influência, passamos ao contexto da produção de texto⁶, onde, após a disputa por influência para a produção de bases, o conceito é instituído oficialmente em documentos escritos, ainda influenciados por contextos históricos diferentes que geram demandas sociais diferentes.

⁵o contexto de influência é onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado (MAINARDES, 2006 p. 51).

⁶Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. (MAINARDES, 2006 p. 52).

Estes dois contextos levam ao contexto da prática⁷, onde as definições conceituais são literalmente testadas. É onde se retorna ao contexto de influência, visto que o conceito será ressignificado de acordo com novas condições a que será exposto.

Consideramos assim que o conceito de patrimônio é resultante de disputas ideológicas e sofre influência dos grupos conflitantes e do contexto histórico. O contexto de influência, embora seja considerado por Ball como o local onde tem início o processo, é um atuante nos outros dois contextos, pois podemos ver que o discurso produzido neste meio é resultado de disputas por hegemonia no momento do desenvolvimento de suas bases ideológicas, no momento em que é produzida a documentação oficial e também quando se coloca o conceito em prática na sociedade.

Patrimônio: Síntese conceitual

Após estas releituras do processo de construção dos significados em torno do conceito de patrimônio, é possível atribuir-lhe algumas características. Podemos afirmar que o conceito de patrimônio é histórico, tecido por relações de poder e consequentemente instável.

O conceito afirma-se histórico por possuir características específicas, tais como: é construído em torno do contexto histórico de cada época, é ferramenta de construção de nacionalismos historicamente construídos e sofre alterações no mesmo ritmo e rumo com que se alteram as especificidades políticas econômicas e sociais de cada período. É um conceito que tem seus significados tecidos pela estrutura histórica vigente.

Sendo este um conceito histórico ancorado a contextos específicos, ele se apresenta como produto de relações de poder em todos os sentidos que o termo teve no passar dos anos. Desde a Roma antiga, quando estava ligado às propriedades paternas, até a contemporaneidade, onde é usado com o objetivo de apropriação de bens materiais e imateriais em prol de uma identidade nacional coletiva, as relações de poder estão presentes nos processos de reconhecimento, identificação e afirmação do patrimônio. É um campo de disputas onde os grupos hegemonicamente poderosos têm quase total influência nas definições discursivas acerca do termo.

⁷O contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. (BOWE apud MAINARDES, 2006, p. 53)

Como consequência de relações de poder e de contextos históricos específicos, o conceito se apresenta também historicamente instável, se considerarmos que os contextos históricos mudam as estruturas hierárquicas de poder e estas estruturas de poder ao se alterarem, acabam gerando novos contextos e resultando em novos significados a respeito do patrimônio.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe*. São Paulo: Lua Nova, 80: 71-96, 2010.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- AZZI, Cristina Ferreira. *O patrimônio histórico e cultura material no Renascimento*. Letras, Santa Maria, v. 21, n. 43, p. 353-371, jul./dez. 2011.
- CANCLINI, Néstor Garcia. Narrar o multiculturalismo. In: *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: 1997. UFRJ, 4. ed. p. 143 a 160, 2001.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN, nº 23, 1994.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
- FONSECA, M. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MAINARDES, Jeferson, Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, T T. Da. *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. 3 ed. Belo. Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VALLE, Lillian do. *O mesmo e o outro da cidadania*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

ESPAÇOS CEMITERIAIS EM EVIDÊNCIA: DE LUGAR DE LEMBRANÇA A LOCAL DE CONHECIMENTO

Gizele Zanotto¹

“A memória perdura-se em lugares, como a história em acontecimentos”. Pierre Nora

Os cemitérios também se constituem em espaços de memória, no sentido de que instigam lembranças e, simultaneamente, as instituem e/ou cristalizam. Ante uma sociedade cada vez mais marcada pelas mudanças rápidas e contínuas, e a consequente necessidade de resguardar elementos de memória, tradição e história para situar-se no mundo e agir sobre ele, a constituição – proposital ou não – de lugares evocativos à lembrança pessoal, grupal, familiar, etc. Essa situação tem resultado em investimentos em prol dos registros que remetem para elementos sociais, políticos, religiosos, étnicos e culturais que servem de amparo e suporte à constituição de memórias, histórias e identidades.

Assim, ao vislumbrar espaços de memória cemiteriais, também estaremos nos remetendo à essa compreensão de que estes respondem a demandas específicas mas também são utilizados como elementos de (re)memoração, homenagem, esclarecimento, crença, diferenciação social e cultural, para além do fim mais objetivo que é o recebimento dos mortos². Locais de sepultamento foram progressivamente sendo ordenados e regulamentados pelos Estados, muito em função das medidas sanitárias decorrentes dos avanços técnico-científicos e da expansão dos centros urbanos -, o local de “morada final” dos cidadãos foi afastado dos espaços de sociabilidade cotidiana. No Brasil, junto a tais medidas podemos agregar ainda outra - de expressiva significação para pensar sobre os espaços cemiteriais -, a laicização dos mesmos que lhes tirou do controle exercido desde a colônia pela Igreja Católica Apostólica Romana e, conseqüentemente, a ampliação do público que fazia uso dos locais agora sem incidência de regras de conversão ao catolicismo, antes obrigatórias.

¹Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS). Email: gizele@upf.br

²Para uma análise sobre a importância de locais de memória a nível psíquico ver: CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Banalização do Patrimônio Cultural Material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006. p. 17-29.

A realidade nacional trouxe ecos expressivos na conformação cemiterial de Passo Fundo que também teve preponderância católica por muito tempo e que, com o aumento do fluxo imigratório e cultural, acabou necessitando de outro local de sepultamento, apartado do cemitério católico, que desse conta da demanda de outros grupos socioculturais e, progressivamente, do próprio aumento demográfico da cidade. Atualmente, segundo registros da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, temos elencados oito cemitérios e cinco capelas na cidade. As capelas indicadas no site da Prefeitura, no setor Serviços, são: Capela Mortuária da Petrópolis, dos Ribeiros, Planaltina, São Luiz Gonzaga e Vera Cruz. Já os cemitérios municipais listados são da Petrópolis, Roselândia, Vera Cruz, dos Ribeiros, Jardim da Colina, Santo Antônio, São João e São Miguel³.

Na sequência veremos como se deu o processo de criação, ressignificação, modernização e diversificação cemiterial no Brasil e, como consequência, em Passo Fundo – com foco no primeiro cemitério público municipal - e, a partir daí, vamos tecer considerações sobre o projeto de produção do *Guia de Visitação do Cemitério Vera Cruz*, lançado em outubro de 2014, que terá como decorrência a formação de monitores para visitas guiadas ao local em 2015. A perspectiva que norteia essas reflexões deriva da consideração dos cemitérios como “museus a céu aberto” que podem contemplar elementos da história da cidade em sua formação étnica, social, política e econômica bem como demonstrar as mudanças das atitudes frente à morte, evidenciando importantes traços da cultura dos passofundenses.

Morrer em Passo Fundo: o destino dos falecidos...

“A sociedade inventa objetos não apenas para se servir deles, mas para expressar seus sentimentos diante da vida, como diante da morte e, mais ainda, para expressar sua visão do momento histórico em que foram elaborados. Mesmo no espaço da morte, os artefatos cemiteriais não são isolados da vida, pois o estilo e estética seguem a ordem em que foram edificadas”. Elaine Maria Tonini Bastianello

No Brasil, por muitos séculos os mortos foram enterrados dentro do espaço das igrejas. Com a Carta Régia de 1801 os Governadores Provinciais foram instruídos a findar com essa prática, o que aconteceu de modo lento muito em função da rejeição das elites

³PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Serviços – Cemitérios. Disponível em: <http://pmpf.rs.gov.br/pagina_interna.php?t=35&c=93&p=181&a=3&pm=158> Acesso em 04 de outubro de 2014.

que se utilizavam do poder simbólico, político e econômico para obter um espaço nos templos e que, decorrente disso, tinham sua rememoração constante pelo público que frequentava as igrejas. Paulatinamente, porém, são consolidados os cemitérios ladeadores das Igrejas que guardariam os cristãos em “solo sagrado” (daí a ênfase em delimitadores espaciais - muros, cercas) até o momento da ressurreição e juízo final.

Décadas depois, no ano de 1863, em decorrência da entrada de imigrantes autorizada progressivamente a partir de 1808, quando da transferência da corte para o Brasil, foi aprovado o Decreto imperial 3.069 que versava sobre o regulamento civil dos casamentos, nascimentos e óbitos de acatólicos. Essa situação foi alterada e uniformizada para todos os brasileiros com o Decreto 9.886 de 07 de março de 1888, que estabeleceu o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos – decreto esse implementado após a proclamação da República no ano seguinte⁴.

Como decorrência de tal realidade pluralizada e coexistente entre várias etnias, culturas e religiões, locais de culto privado foram permitidos aos acatólicos que tinham certa liberdade de crença, todavia, sempre de modo velado, evidenciando que eram contemplados com alguma tolerância ante o poderio oficial católico vigente. Segundo destaca Castro,

Concorrendo para a vinda de imigrantes, independente de seu credo, para o trabalho e povoamento, o Governo Imperial não pareceu preocupado, com o fato da Igreja ter controle sobre as diferentes etapas da vida e da morte e com os conflitos advindos deste fato. Estabeleceu normas religiosas para os não católicos, mas não garantiu, de forma efetiva, um de seus direitos básicos: o de sepultar os mortos e professar os seus ritos fúnebres. Parecendo querer evitar maiores conflitos com a Igreja Católica, o Governo imperial tomou providências para não ofender os praticantes da religião oficial, sem tomar conhecimento das necessidades de culto das outras religiões que chegavam pelas mãos dos imigrantes (CASTRO, 2013, p. 160).

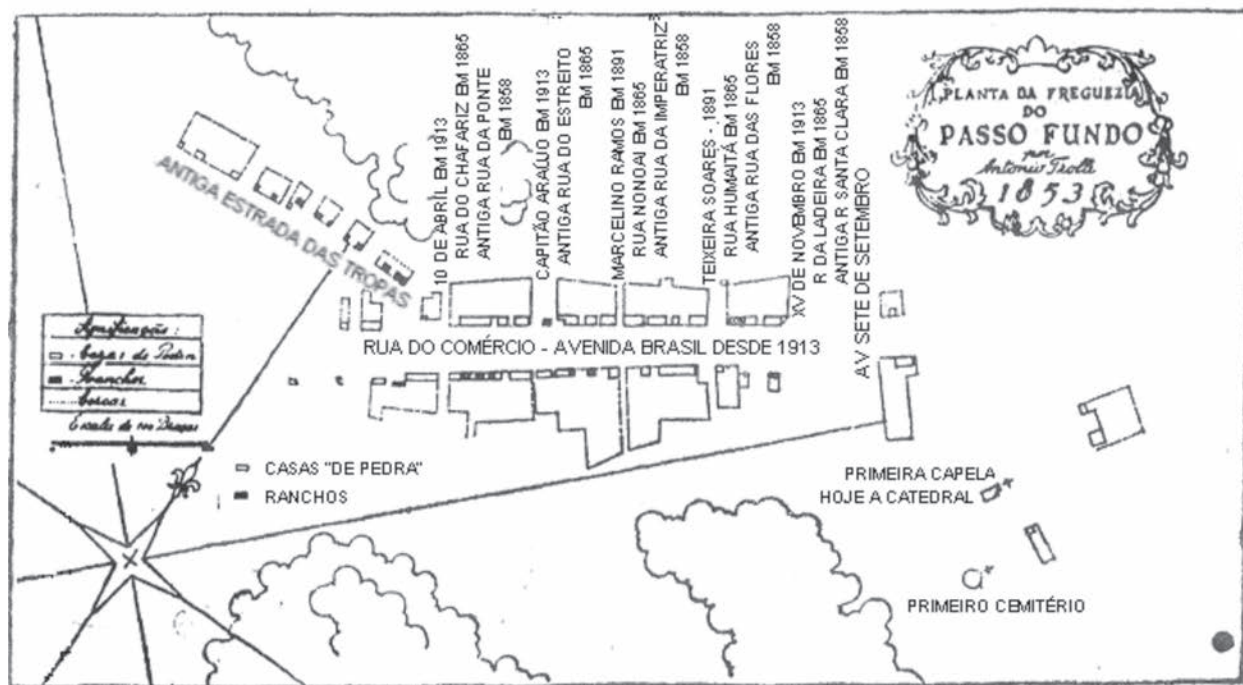
Considerando que o controle dos registros de falecidos, bem como sua destinação final ao túmulo, estavam sob controle do poder eclesiástico (embora a legislação previsse registro civil, como vimos, o mesmo não era realizado em todas as localidades), fez-se cada vez mais premente a organização de espaços de sepultamento para não católicos. Ante essa situação torna-se disseminada a prática de cemitérios acatólicos que acolhem, para além dos fiéis de outras religiões, os ditos “malditos” ou “sem cova” para a compreensão

⁴Os decretos podem ser acessados pelo site da Câmara dos Deputados / Legislação. Disponível em: <www2.camara.leg.br> Acesso em 04 de outubro de 2014.

católica: suicidas, usurários, escravos, condenados, natimortos sem batismo, maçons, entre outros (CASTRO, 2013, p. 161).

Em Passo Fundo o primeiro cemitério foi criado ao lado da Capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Ver Figura 1). O terreno para a edificação foi doado por Manoel José das Neves - Cabo Neves -, cessão essa reiterada por documentação de Escritura Pública retificando o ato assinada em 1884 pela filha do Cabo Neves, Maria da Rocha Neves. A capela foi edificada entre 1834 e 1835 e inaugurada em 23 de agosto daquele ano, no alto da coxilha do lote doado, à vista dos passantes e moradores da localidade. Narra Nascimento: *“No lugar não havia arruamento. Tudo era campo. O povo também teria demarcado um lugar para enterrar seus mortos”* (NASCIMENTO, 2000, p. 26).

Figura 1 – Planta da Freguesia de Passo Fundo (1853)



Fonte: Momento Patrimônio – Vol. II, 2013.

Mapa adaptado por Fernando Mirada e Ironita Machado

Desde então os restos mortais dos falecidos católicos tinham destinação àquele espaço, tido como cemitério público, mas que de fato sofria as restrições confessionais que levaram à constituição de um cemitério para não católicos anos depois. Ainda sobre o primeiro cemitério de Passo Fundo, relatou Oliveira:

A uns 80 metros da Matriz, tomando parte da quadra hoje formada pela Avenida General Neto e as ruas Independência, General Osório e Coronel Chicuta, formadas muito depois, via-se o antigo cemitério público, traçado em paralelograma com a maior extensão de leste para oeste, mais ou menos, e, portanto, em alinhamento que não coincidia com o que, muito depois, foi dado à mesma quadra. Era ele cercado de muro de tijolos rebocado e caiado e, no seu interior, viam-se duas palmeiras (OLIVEIRA, 1990, p. 404).

Esse cemitério funcionou até início do século XX e passou a coexistir, a partir da década de 1840, com um novo local de sepultamento criado para atender aos acatólicos que chegaram à região, incrementando os índices demográficos, a diversidade étnica e cultural, bem como religiosa da população local. O espaço de enterro – também chamado cemitério luterano – foi organizado por Johann Adam Schell, imigrante germânico, e se localizava na área de atual Praça Fredolino Chimango, em frente ao Quartel.

Com as demandas derivadas do sanitarismo e de urbanização do espaço urbano, muitos cemitérios brasileiros tiveram expressivas mudanças de localização e organização durante o século XIX e início do século XX. Visando seguir os padrões sanitários e a reorganização urbana, os espaços cimiteriais foram progressivamente afastados dos centros das localidades, gerando não só realocamentos de túmulos e ossadas, como também a demanda de nova organização e, decorrente disso, de novas formas de sepultamento dos corpos. Em Passo Fundo essa demanda gerou a criação de um cemitério público – agora para todos os falecidos, visto que com a República a separação confessional perdeu a vigência. Em 01 de janeiro de 1902 foi inaugurado o Cemitério Municipal, cognominado Vera Cruz, para onde muitos dos ossuários dos cemitérios católicos e “luterano” foram encaminhados⁵.

Todavia, apesar da aparente equidade entre os enterrados no novo cemitério, as diferenciações se mantiveram em outra ordem. Sendo os cemitérios *“espaços de sentimentos materializados através de flores, mensagens, placas, lápides, figuras; são um lugar de memória, uma forma de evocar o passado, perpetuar a recordação”* (BARBOZA, 2013, p. 126), sua conformação não se afasta da realidade social ampla, ou seja, também

⁵A constituição do Cemitério também foi tema de nova ordenação pelo Código de Posturas de 1904, decretado pela Lei n. 21 da Intendência Municipal de Passo Fundo. O capítulo XIII refere-se a “Cemitério – Inhumações e exumações” e indica, nos artigos correspondentes à este capítulo, a competência municipal na polícia, direção e administração dos cemitérios do município (Art. 52), a proibição de criação de novos cemitérios particulares (Art. 54), a necessidade de seu cercamento visando a segurança (Art. 57), a necessidade de autorizações temporárias e/ou perpétuas da Intendência para edificação de mausoléus, capelas funerárias ou catacumbas (Art. 62) e o livre acesso ao espaço cimiterial (Art. 66), enfatizando (§ único) “Os visitantes que portarem-se de modo inconveniente, escalam muros, pisarem túmulos e em geral praticarem actos tendentes a quebrantar o respeito devido aos mortos, incorrerão na multa de 10\$000, sendo-lhe vedado por determinado tempo, novamente visitarem o cemitério”. INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. Código de Posturas. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904. P. 18 a 20.

nos espaços cemiteriais *“Alguns segmentos sociais impõem sua imagem de morte criando uma pompa fúnebre em que são destacados seus valores, não permitindo que a morte seja igualitária”*(Idem, p. 129). Segundo Motta,

Como na cidade dos vivos, a desigualdade tornara-se ainda mais flagrante no espaço póstumo. Os mais caros e cobiçados, situados nas grandes alamedas ou avenidas centrais, cuja presença era notada e admirada por todos os que chegavam ao local, era destinados àqueles que podiam pagar mais para ter o privilégio de um lugar especial e também de uma concessão perpétua, isto é, uma patrimônio material transmissível como qualquer um outro: uma casa, um terreno, ou outros bens imóveis. Já os lugares mais recônditos, situados nas extremidades ou quadras laterais desse cemitério, destinam-se aos que tinham um poder aquisitivo menos, muitas vezes sem a concessão de transmissão (MOTTA, 2009, p. 27).

Foi no novo local que, seguindo tendências nacionais, famílias⁶ mais abastadas investiram em túmulos coletivos que evidenciassem aos visitantes – que sempre mais passaram a frequentar o espaço cemiterial – a lógica de um passado comum, de um vínculo afetivo e também geracional entre os membros de um mesmo grupo (MOTTA, 2009, p. 77-78). Jazigos familiares são visíveis no Cemitério Vera Cruz. Essa situação sofre alterações significativas com a individualização dos túmulos que começa a ser efetivada nas primeiras décadas do século XX – muito evidente em Passo Fundo -, mudança expressiva quando se pensa nos espaços de memória e em sua função material, evocativa e simbólica.

Os túmulos, outrora familiares, passam a ser individualizados em consagração a memória do falecido e, como decorrência, marcando sua singularidade e, porque não, ascendência e evidência ante a sociedade local. Os túmulos passaram a destacar representações particularizadas que envolviam aspectos da vida familiar, conjugal, maternal e/ou filial, respeito ao legado, assim como o enaltecimento de virtudes pessoais e valores do morto (MOTTA, 2009, p. 82). Essa situação acarreta mudanças estéticas nos túmulos que, cada vez mais, são incrementados de símbolos, mensagens, imagens, estatuária, suntuosidade, etc., evocando aos transeuntes a importância socioeconômica, política e cultural do falecido (Idem, p. 82ss). Gawryszewski, analisando o Cemitério São Pedro de Londrina/PR, destaca essa realidade, por nós estendida a Passo Fundo, dadas

⁶Destaca Dilmann: *“Nas primeiras décadas do século XX, a morte mereceu uma distinção expressa nos túmulos sob os cuidados da família. Esta distinção pode ser verificada no erguimento de grandes túmulos e na busca de perpetuações, onde de configurava o culto à memória do morto e o fortalecimento do prestígio do nome, já que a família era o suporte do prestígio social e poder econômico ou político”*. DILMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. 2013 (Tese). Doutorado em História. São Leopoldo. UNISINOS, 2013. p. 26.

as similaridades apontadas: *“As sepulturas de pessoas outrora importantes ou famosas, a estatuária presente e mausoléus imponentes projetados e construídos por grandes mestres em seu ofício tornaram estas visitas um grande ato de apreciar a arte e lembrar aquele que marcou a vida de muitos”* (GAWRYSZEWSKI, 2011, p. 60).

Nesse mesmo sentido, Araújo destaca a memória cultural que acaba sendo vetorizada pela constituição individualizada e louvativa de epitáfios, estatuária, escolha de fotografias e símbolos que irão ornar e indicar as qualidades do falecido.

Os Cemitérios como espaços simbólicos e culturais que fazem parte das diversas sociedades em que estão inseridos, passam a ser usados como lugares de construção de memórias, poder e status. Será nesses espaços que artes e artistas irão imprimir uma nova maneira de cultuar os mortos e de produzir uma nova mentalidade naquilo que diz respeito aos fins últimos do homem (ARAÚJO, 2012, p. 409).

Como locais de lembrança e de memória, os cemitérios evidenciam a conformação histórico-social e cultural das cidades e remetem-nos às variadas formas e significados da vida e da morte. Os rituais que envolvem o morrer e o enterro/cremação⁷ tem sido alterados tanto em função de culturas, quanto de mudanças que afetaram as sociedades e que acabam sendo impressos nos sepultamentos. A compreensão da vida e da morte variam dependendo das culturas, da mesma forma com que se modificam em função das religiões que, ora mais ora menos, dedicam-se à atenção à vida ou a morte/passamento. Esses traços ou vestígios, presentes em cemitérios, práticas e devoção aos mortos é foco de conhecimento familiar, societal, cultural e mesmo político. Daí nossa ênfase na importância dos cemitérios como espaços sim de lembrança, de (re) memoração, de devoção, mas também de conhecimento, de aprendizagem e interpretação cultural, histórica e social.

O espaço tumular como representação e espaço de aprendizagem: a narrativa histórica nas ruelas do Cemitério Vera Cruz

A utilização de espaços cemiteriais como componentes do turismo citadino tem sido recorrente em cidades de todos os continentes. Em especial destacam-se os espaços mortuários em que há túmulos de personalidades políticas, culturais e religiosas que tem

⁷Ver: ZANOTTO, Gizele. Espaços sagrados e uma vida de iniciações. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo. (Org.). Momento Patrimônio: volume II. 1a.ed.Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013, v. II, p. 81-94.

sido frequentemente visitado por turistas, admiradores, fiéis e devotos. No Brasil a prática é mais frequente em capitais estaduais, todavia, percebemos uma ampliação dessa atividade em municípios medianos. Também vemos um investimento crescente do olhar acadêmico sobre esses “museus a céu aberto” no que tange a produção de conhecimento sobre história local, social, cultural e da arte.

Após esses investimentos públicos (turismo) e privados (análises acadêmicas), tem-se também uma ampliação do uso pedagógico das visitas aos cemitérios. Seu valor histórico, memorialístico, artístico e cultural são evidentes e o vetor de reflexão acerca do local mostram que seu potencial educativo é diversificado e, acreditamos, instigante.

O reconhecimento e a valorização de bens culturais perpassa pelo seu conhecimento, pela sua significação coletiva e individual. Para tanto, para conhecer e instigar reflexões sobre bens patrimoniais cemiteriais e sobre a própria história local, foi empreendida a construção de um guia de visita do principal cemitério de Passo Fundo. O projeto foi proposto pelos membros do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), atualmente presidido por Fernando B. Miranda, e produzido pelos seus membros durante meses de visitas, estudos e organização do material. A proposta foi apoiada pelo Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF) que, juntamente com o IHPF, articularam às comemorações dos 30 anos do AHR e 60 anos do Instituto celebrados durante todo o ano de 2014. O mapeamento dos túmulos, elencados pela sua ornamentação estatutária e relevância histórico-social dos personagens para a história local, derivou de um árduo trabalho que, finalizado, foi publicizado em 30 de outubro de 2014, contando também com o apoio do *Projeto Passo Fundo* em sua finalização. O Guia de Visita possui uma breve historicização do Cemitério e a proposição de duas rotas de visita que contemplam a denominada “parte antiga” do local, constituindo-se de referências a túmulos e estatutárias referentes ao final do século XIX e ao século XX, sobretudo, incluindo lideranças políticas e militares, intelectuais, comerciantes, construtores, médicos, industriais, religiosos, farmacêuticos, professores, tropeiros, fazendeiros entre os 43 pontos indicados.

Figura 2 - Guia de Visitação do Cemitério Vera Cruz



Fonte: Instituto Histórico de Passo Fundo e Arquivo Histórico Regional.
Disponível para download em: <www.upf.br/ahr>

Para além do turismo visado com a produção do Guia, pretende-se que este seja um vetor de conhecimento sobre a história da cidade e de seus habitantes. Para tanto se considera que o espaço cemiterial pode ser propulsor de informações sobre sentidos sociais, perpetuação de memórias, afirmar valores sociais e culturais, evidenciar crenças na morte e pós-morte, expressar estratificação social, etc⁸. Um roteiro pedagógico embasa o roteiro turístico, assim como propostas de conhecimento e reflexão acerca do espaço cemiterial substanciam o projeto derivado da produção do guia, a formação de guias para realizarem a visita ao espaço de sepultamento da Vera Cruz, que será empreendido em 2015. A proposta será encabeçada pelo Projeto Arquivo Histórico Regional, Momento Patrimônio, Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História e Instituto Histórico de Passo Fundo e pretende, a partir de um olhar e práticas interdisciplinares, instrumentalizar estudantes de História, Artes Visuais e Arquitetura, em especial, para serem os condutores de grupos de visitantes pelas vielas do Cemitério Vera Cruz – tanto na rota de estatuária, quanto de personalidades da história local.

O pesquisador Harry Rodrigues Bellomo é um dos pioneiros no estudo e divulgação da proficuidade de pensar cemitérios como fonte histórica. Na obra *Cemitérios do Rio Grande do Sul*, organizada pelo estudioso, há indicações de como podemos mobilizar elementos cemiteriais no estudo e compreensão da história cidadina. Suas considerações não se afastam do que já expomos anteriormente:

Os cemitérios reproduzem a geografia social das comunidades e definem as classes locais. Existe a área dos ricos, onde estão os grandes mausoléus; a área da classe média, em geral com catacumbas na parede, e a parte dos pobres e marginais. A morte igualitária só existe no discurso, pois na realidade, a morte acentua as diferenças sociais. As sociedades projetam nos cemitérios seus valores, crenças, estruturas socioeconômicas e ideologias (BELLOMO, 2008b, p. 13).

Para além dessa transposição espacial da cidade para a organização cemiterial, o autor defende que os cemitérios são também manancial de pesquisa para a compreensão de outros elementos que, em nossa percepção, serão basilares para a formação dos

⁸Uma proposta similar a que pretendemos realizar foi empreendida em Bagé, pela professora Elaine Maria Tonini Bastianello com estudantes do ensino médio. A docente pretendeu “*propor ao aluno ir à busca deste conhecimento, deste patrimônio cultural funerário e examinar este acervo escultórico a céu aberto do final do século XIX e início do XX, é fazer com que nosso aluno de ensino médio tenha a oportunidade de conhecer por meio deste viés a história de sua cidade, já que a história local e regional, infelizmente não é contemplada em nosso planejamento curricular*”. Em atividade realizada pelos próprios alunos e embasada em Horta, produziu-se a observação, registro, exploração e apropriação pelos estudantes. Ver: BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. O Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé/RS/Brasil: um patrimônio cultural merecedor de reconhecimento e visibilidade. *Anais do XI Encuentro Iberoamericano de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales, Paysandú/Uruguay*, p. 03.

guias de visitação e para a própria transformação do local de lembrança em local de conhecimento: formação étnica, estudo da genealogia, preservação da memória familiar e da comunidade, crenças religiosas, expressões da ideologia política, expressão do gosto artístico, indicador da evolução econômica e dos padrões da população local, revelador da perspectiva de vida e também das posições da população frente à morte (BELLOMO, 2008b, p. 13ss). Complementando esse rol de indicações, trazemos as interessantes considerações de Gawryszewski que indica:

O cemitério pode ser imaginado como local pedagógico, de memória. A escrita tem seu tempo, o uso de metáforas e eufemismo nos epitáfios ajudam no ensino de língua portuguesa, mas também a compreender a visão de vida e morte para os que ficaram; o uso da fotografia cemiterial ajuda a compreender a sua própria história (técnica entre outras), a entender a vestimenta, costumes, valorização da família, do trabalho, forma de representação etc. O próprio uso do cemitério no ensino das religiões é fundamental. Provavelmente é um dos espaços mais democráticos que existem, pois é lá que encontraremos a junção de diversas religiões (cristã, hindu, muçulmana, judaica, budista entre outras) e mesmo a ausência de religião (jazigo laico) cada qual expressando seus valores sobre a vida e a morte (GAWRYSZEWSKI, 2011, p. 61).

Parte significativa do trabalho a realizar com os futuros guias de visitação deter-se-à na produção e análise de informações sobre os túmulos, insígnias, personagens, estatuária, epitáfios, etc., contidos nas sepulturas. Como elementos metodológicos a ordenar o trabalho de mapeamento e estudo, vamos nos pautar na proposta de Maria Cândida Proença e Antônio Manique expostos no volume 1 da coletânea Momento Patrimônio por Ironita Machado⁹ - adequados à realidade dos objetos de nossa pesquisa-, que destacam como procedimentos em relação à estatuária:

FICHA DE OBSERVAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DE ESTATUÁRIA

- 1 - Personalidade representada: - nome, profissão ou função; - data de nascimento e morte, etc.
- 2 - Tipo de estátua: - busto, pedestre
- 3 - Caracterização da estátua: - tamanho, tipo de material; - adornos, inscrições, brasões; - símbolos, etc.
- 4 - Localização: - espaços envolvidos

⁹Ver: MACHADO, Ironita P. Metodologia, Patrimônio e Ensino. In: Gizele Zanotto; Ironita Policarpo Machado. (Org.). Momento Patrimônio. 1ed.Passo Fundo: Berthier, 2012, v. 1, p. 35-58.

- 5 - Escultor
- 6 - Data de produção ou inauguração
- 7 - Promotores (família, esposa, etc.)
- 8 - Epitáfio relacionado
- 9 - Placa de homenagem

ABORDAGENS DIDÁTICAS DA ESTATUÁRIA

1. Inventariação da estatuária cemiterial:
 - () Figuras de projeção local
 - () Figuras de projeção regional
 - () Figuras de projeção nacional e internacional
2. Estudo biográfico da(s) figura(s) selecionada(s)
 - Aspectos pessoais
 - Relações com o contexto local: sociedade, economia, política, instituições, cultura
 - Relações com o contexto histórico nacional: sociedade, economia, acontecimentos relevantes, política, cultura
 - Relações com contextos internacionais
3. Comparação das personalidades estudadas e estabelecimento de relações entre elas.
Síntese: caracterização de um contexto histórico local e sua integração na história nacional
4. Escultor/empresa
5. Data de produção

Sobre o cemitério como um todo, sugerimos as seguintes ações metodológicas, ainda baseadas em Maria Cândida Proença e Antônio Manique:

FICHA DE OBSERVAÇÃO DO MEIO/PATRIMÔNIO

- 1 - Lugares, paisagens, toponímias
 - situação da vila, bairro, cidade, etc.
 - plano de zoneamento
 - zona de construção, de crescimento
 - estrutura das edificações
 - nomes, designações toponímias
 - organização

FICHA DE OBSERVAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS

- 1 - Designação e localização
 - 1.1 - Designação do falecido e dados básicos do mesmo
 - 1.2 - Designação popular do túmulo (quando existente)
 - 1.3 - Localização (quadra, lote, etc.)
- 2 - Datação
 - 2.1 - Data da construção (ano, década, século).
 - 2.2 - Datas das reconstruções mais significativas.
- 3 - Abordagem histórica
 - 3.1 - Artista/s ou empresas implicados na construção.
 - 3.2 - Entidade/s ou famílias responsáveis pela construção (Estado, ordens religiosas, grupos familiares, etc.).
 - 3.3 - Artista ou artistas relacionados com as reconstruções.
- 4 - Funcionalidade (indicar função dos elementos observados: estatuária, placas, adereços, símbolos, etc.)
- 5 - Aspectos exteriores
 - 5.1 - Materiais de construção.
 - 5.2 - Edifício, jardins, aspectos circundantes.
 - 5.3 - Componentes observáveis (portais, janelas, frontões vitrais, torres, pináculos, balcões, colunas, estatuária, etc.)
- 6 - Estrutura interior
 - 6.1 - Organização dos espaços (capelas, túmulos, frontões, vitrais, torres, estatuária, etc.)
 - 6.2 - Funcionalidade e caracterização do espaço interior.
- 7 - Estilos
 - 7.1 - Estilo único.
 - 7.2 - Pluralidade de estilos
 - 7.3 - Estilo dominante
 - 7.4 - Estilos menos representativos
 - 7.5 - Organização espacial e orientação
 - 7.6 - Razões da pluralidade de estilos (épocas de Construção, reconstrução)
 - 7.7 - Diferenças entre o estilo arquitetónico básico e as decorações.
- 8 - Aspectos interiores mais significativos
 - 8.1 - vitrais, pinturas
 - 8.2 - esculturas: estatuária, baixo-relevo
 - 8.3 - túmulos, inscrições, placas

- 8.4 - altares, objetos de culto; mobiliário, objetos ornamentais, etc.
- 9 - Relações entre componentes do monumento e respectiva justificativa
- 10 - Relações monumento/meio local e regional
- 11 - Relações monumentos/outros monumentos/história local/ história nacional

O desafio inicia a partir de agora. Conhecer e estudar o espaço cemiterial com base nessas múltiplas abordagens e enfoques é instigante e desafiador, todavia, nossa perspectiva da proficuidade pedagógica do espaço de sepultamento nos impele a seguir, qualificar e ampliar o conhecimento acerca do mesmo, bem como produzir e divulgar sempre mais informações sobre a memória e a história locais, que serão resultado do processo de mobilização do espaço e vestígios ali encontrados para a produção de conhecimento. Que os Cemitérios sejam sempre mais considerados para além do espaço de lembrança, homenagem e devoção – que seja mais um vetor de difusão cultural e histórica, um vetor de conhecimento e de compreensão da realidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Thiago Nicolau de. Secularização do espaço cemiterial: pluralismo religioso, misticismo ou negação da morte? *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo, 2012. P. 402-412.
- BARBOZA, Vania Maria. Sociedades dos vivos X Cidade dos mortos: a visão da morte na sociedade erechinense. *Perspectiva*, Erechim, v. 37, n. 140, p. 125-137, dezembro/2013.
- BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. O Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé/RS/ Brasil: um patrimônio cultural merecedor de reconhecimento e visibilidade. *Anais do XI Encuentro Iberoamericano de Valoración y Gestión de Cementerios Patrimoniales*, Paysandú/Uruguay, p. 13 pgs.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte, sociedade, ideologia*. 2ª. edição revisada e ampliada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008a.

- BELLOMO, Harry Rodrigues. A arte funerária. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte, sociedade, ideologia*. 2ª. edição revisada e ampliada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008b.
- BRASIL. *Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil 1936-2006*. Ministério da Cultura. IPHAN, 2006.
- CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Banalização do Patrimônio Cultural Material e consequências perversas para a vida na cidade. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006. p. 17-29.
- CASTRO, Elisiana Trilha. Para cada morto, a sua cova: algumas restrições para o sepultamento de protestantes no Brasil, século XIX. *Revista Inter-legere*, p. 157-172, jan/jun de 2013.
- d'AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.
- DILMANN, Mauro. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. 2013 (Tese). Doutorado em História. São Leopoldo. UNISINOS, 2013.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória & a problemática da pesquisa*. 2ª. edição. Passo Fundo: UPF, 2004.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. *Historiae*, Rio Grande 3 (3), p. 09-26, 2012.
- FISTAROL, Eliane. BERNARDI, Aline. MABONI, Priscila (Orgs.). *Arquitetura da Morte*. Chapecó: Argos, 2005.
- FORTUNA, Carlos. Las ciudades y las identidades: patrimonios, memorias y narrativas sociales. *Alteridades*, 1998 8 (16): Págs. 61-74.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. Cemitério São Pedro: espaço de vida, espaço de memória. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Patrimônio Histórico e Cultural – Cidade de Londrina*. Londrina: UEL, 2011. P. 59-88.

GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro (28) 2, p. 80-101, 2008.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae*, Rio Grande 3 (3), p. 27-46, 2012.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO PASSO FUNDO. *Código de Posturas*. Passo Fundo: Typ. Passo Fundo, 1904.

ISAIA, Artur César. Aspectos da afirmação do catolicismo na sociedade rio-grandense. In: ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luiz Henrique. (Orgs). *Ensaio de história do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: URG, 1996. P. 46-60.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico*. (Dissertação de mestrado). UPF, Passo Fundo/RS. 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MACHADO, Ironita P. Metodologia, Patrimônio e Ensino. In: Gizele Zanotto; Ironita Policarpo Machado. (Org.). *Momento Patrimônio*. 1ed. Passo Fundo: Berthier, 2012, v. 1, p. 35-58.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, Clerton (Org.). *Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006. p. 39-50.

MOTTA, Antonio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, no. 71, p. 73-93, outubro/2009.

NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê!* Passo Fundo: [s.n.], 1992.

NASCIMENTO, Welci. *De Capela a Catedral*. Passo Fundo: [s.n.], 2000.

- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico*. Vol. II. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1990.
- PARIZZI, Marilda Kirst. *Passo Fundo: sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.
- PEREIRA, Magda da Silva. *Memória e patrimônio: os símbolos esquecidos no Cemitério Municipal de Soledade (1871-1935)*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2009.
- POULOT, Dominique. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias dos nonos*. Porto Alegre: EST, 2001.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: UCS, 2004.
- TEDESCO, João Carlos. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: UPF; Xanxerê: UNOESC; Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2011.
- TIMPANARO, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. 2006 (Dissertação). Mestrado em História. São Paulo/SP. USP, 2006.
- ZANOTTO, Gizele. Espaços sagrados e uma vida de iniciações. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo. (Org.). *Momento Patrimônio: volume II*. 1a.ed. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013, v. II, p. 81-94.

TOPONÍMIA E HISTÓRIA LOCAL: A CIDADE NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA NA CIDADE

Ironita P. Machado¹

Diego José Baccin²

Afinal qual história escrever? Que recorte espacial e temporal estabelecer? História nacional, mundial, regional ou local? O debate acerca destas questões não é novo, no entanto é atual. Dito de outra forma, não é de hoje que pesquisadores e professores questionam-se a este respeito e buscam fundamentos que deem suporte as escolhas teórico-metodológicas às pesquisas históricas e ao ensino.

Essa discussão faz-se necessária para podermos abordar as possibilidades e os limites do estudo da toponímia e da história local como indicamos no título. Visto que, as temáticas referentes ao patrimônio, portanto, a toponímia, apresentam uma base assentada numa espacialidade e temporalidade construídas e reconhecidas por uma sociedade específica. Para tal, dividimos as reflexões deste capítulo em três seções; na primeira, é retomada as discussões teórico-metodológicas a respeito do estatuto ‘científico’ da história e problematizado, no intuito de se aproximar de algumas respostas ao questionamento posto no início deste texto e, também, fundamentar os pressupostos da história local e do estudo da toponímia (patrimônio), que serão tratados na segunda seção; e, na terceira seção, o objetivo é exemplificar e discutir as possibilidades de pesquisarmos e ensinarmos a cidade na história e a história na cidade através do estudo da toponímia, e daí indicarmos através da empiria os potenciais da História Local.

¹Doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo; iropm@upf.br.

²Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo; pesquisa o patrimônio, a memória e as relações de poder dos bens culturais coletivos do Chafariz da Mãe Preta e da Praça da Mãe; baccin51222@gmail.com.



Passo Fundo. Fonte: Paulo Magro

Magro

História, memória e “ciência”³

A atual crítica refere-se à história sob uma concepção de ciência como a única forma de conhecimento e, como tal, produz verdades únicas, absolutas e objetivas rejeitando as memórias, construídas a partir de subjetividades, que não eram mais vistas como confiáveis para a produção do conhecimento científico, esse processo estendeu-se até o século XIX, quando ocorre a institucionalização da História como disciplina universitária e uma profissionalização dos historiadores.

Essa História metódica e factual, centrada no estudo de “grandes eventos históricos” e “grandes personalidades”, foi muito forte até a primeira metade do século XX. Seu questionamento tem como referencial o surgimento da corrente historiográfica francesa dos Annales, na década de 1920. Historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre propuseram a diversificação de temas, mais voltados para as “pessoas comuns” e relativizaram a importância de “marcos políticos” para a escrita da História. Esse foi o primeiro passo que culminou com a diversificação do uso das fontes, englobando também a iconografia, a literatura e trabalhos artísticos, o espaço, o patrimônio.

³Esta seção História, memória e “ciência” tem com pré-texto a seguinte referência: MACHADO, Ironita P. A cidade na história e a história na cidade. In: BATISTELLA, Alessandro. (Org.). **Passo Fundo, sua história**: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade. Vol. 1. Passo fundo: Méritos, 2007.

A questão central, acima posta, refere-se às tendências da história e ao trabalho do profissional de história, como tônica geral e o nascimento do embate, que está colocada pela terceira geração dos Annales, década de 1970, intensificando-se nas últimas duas décadas do século XX, considerando-se que há uma ruptura-fragmentação da proposta daquele movimento, visto que se substitui à história total, a história-problema, as grandes categorias, o tempo de longa duração por novos objetos e novos problemas. Essa nova perspectiva histórica, vulgarizada como “nova” história, pode ser concebida como uma “ciência em construção”, pois não apresenta ainda um corpo teórico definido; não possui uma temática central; busca novos conceitos; apresenta uma multiplicidade de enfoques e gêneros, entre esses, a microistória, muito mais como técnica do que como enfoque, a qual nos interessa enquanto possibilidade de revisão e (re)valorização da história regional e à busca de plausibilidade ao conhecimento histórico do local-cidade.

Por outro lado, no que tange a história regional e a plausibilidade do conhecimento histórico do local-cidade, o problema centra-se na predominância das abordagens crônicas, literárias e memórias particulares até hoje. Essa produção historiográfica regional apresenta a lógica do progresso, configurado por narrativas que demonstram, de forma evolutiva, sob leis gerais, premissas do desenvolvimento humano numa linearidade de longa duração rumo à emancipação. Essa resulta da tarefa de indivíduos heroicos (imortais), de um Estado providencialista - organizador - e de determinados grupos. Entretanto, tais premissas tornam-se inconsistentes e limitadas, com seus princípios filosóficos, políticos e teóricos, frente aos antigos e novos problemas. Nas palavras de Braudel:

Não há jamais na realidade viva, indivíduo encerrado em si mesmo: todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a do social, uma realidade “entrecruzada” (...). O problema não consiste em negar o individual a pretexto de que foi afetado pela contingência, mas em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma história arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis (...). A história também faz os homens e talha o seu destino – a história anônima, profunda e amiúde silenciosa, cujo incerto mais imenso domínio, é preciso abordar agora. (BRAUDEL, 2009, P. 23)

Diante dessas afirmações, podemos concluir que a análise com redução de escala - microistória, problemas e interpretações regionais, locais e citadinas - podem ganhar outro alcance na medida em que se procure inseri-los e debatê-los num quadro de maior amplitude. Por essa via, poderão ser contempladas questões até então negligenciadas pela historiografia tradicional, ou seja, viabiliza-se, por um lado, uma parte do todo, que não a contempla inteiramente pelas macroabordagens, sem ser suprimida por ele; por outro, a

redução de escala - microistória - poderá problematizar alguns princípios e fundamentos dos discursos constitutivos da própria historiografia nacional e, por conseguinte, identificar o modo como se manifesta num movimento mais restrito, o regional e o local.

A esse respeito, Braudel diz que “o movimento profundo da história de hoje, se não me engano, não é escolher entre rotas e pontos de vista diferentes, mas aceitar, adicionar essas definições sucessivas nas quais se tentou, em vão, encerrá-las. Pois as histórias são nossas.” (BRAUDEL, 2009, p.95) Aqui reside a questão central de nossa reflexão a respeito da história regional; no que se refere à história regional-local quanto aos procedimentos metodológicos, orientações teóricas e função didática, podemos levantar algumas considerações.

Como ponto central, o método plausível, que pode colocar em questão as grandes teorias (e abordagens macrossociais generalizantes e homogeneizadoras), pois, a partir de seu objeto, que é sempre uma articulação complexa de relações em espaços e em tempos determinados, torna-se possível identificar as continuidades e discontinuidades nos processos de mudança (socioistórica), bem fazer aflorar o específico, o próprio, o particular.

O estudo da região deve ter por suporte o espaço: é preponderante como questão central à conceituação de região o tempo, pois a região não é o espaço em si, mas, sim, a sua temporalidade. Nada há no espaço que não seja produto histórico das determinações sociais. Nesse sentido, a análise regional é vista numa relação entre espacialidade e uma dialética temporal contraditória, ou seja, um espaço sob cujos aspectos físicos revela-se uma circularidade temporal, pois esse (espaço) incorpora várias dimensões (culturais, econômicas, políticas).

Ainda, a análise do local com base nas perspectivas vistas até aqui nos conduz a uma síntese sobre o campo de análise, que se concentra em duas vertentes de estudo: a primeira é a própria localidade, a cidade, vista num contexto (espaço delimitado de um território; espaço histórico) não como simples relato literário de sua historicidade, de uma perspectiva ufanista, mas como um conjunto de articulações entre aquela coletividade e espaços diversificados de diferentes níveis, revelando as questões de poder e, dessa forma, abrindo um leque de possibilidades temáticas; a segunda vertente diz respeito ao local como ponto mínimo da redução da realidade (escala), que, a partir da problemática colocada pelo objeto de investigação, fará, progressivamente, a articulação com outros níveis espaciais, constituindo, assim, a configuração regional.

Portanto, a produção historiográfica, a análise da história regional operacionalizada com base nos princípios teórico-metodológicos aqui indicados, permite que pensemos

sobre o confronto entre as diversas situações que, tal como num prisma, a cidade vai se perfilando nos seus focos de tensão, nos seus campos problemáticos e potenciais, configurando-se num referencial que permite colocar a cidade em perspectiva. Por exemplo, no referencial dos tempos biográficos, do homem comum, do evento cultural da comunidade, é toda a pulsação da vida política, cultural, socioeconômica que está cifrada nos espaços e circuitos por onde as histórias transcorrem. Na contraposição entre história e percursos diversos, são os desenhos da cidade (história municipal, urbana, arquitetônica, política, geográfica, antropológica, patrimonial, etc.) que vão se perfilando nas suas diferentes configurações de tempo e espaço. E isso remete igualmente à questão de composição de identidades da cidade e dos sujeitos que a habitam.

Diante dessas inferências, e de acordo com o pensamento de Le Goff, pensamos que a história da história e a análise historiográfica devem ultrapassar a preocupação com a produção historiográfica acadêmica e, também, contemplar criticamente todo um conjunto de eventos que constituem a cultura histórica. Portanto, “a cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado”. Trata-se de compreender que a história “está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores” (LE GOFF, 1990, p. 52).

A questão colocada refere-se a uma dinâmica relação, concebida pela didática da história, como o sentido e finalidade da “historiografia” produzida e na proposição de obras, monumentos, toponímias, eventos festivos, etc., constituírem-se em lugar de memória como forma de manutenção e reconhecimento de existência social de determinados grupos culturais, que se unem por uma memória que lhes dá os laços inditáveis, ainda, podemos pensar que a “produção historiográfica” significa uma forma desse grupo social se imaginar e se perpetuar, ou seja, de projetar seu poder na linha do tempo.

Essa forma de se imaginar e se perpetuar de grupos culturais por meio da “produção historiográfica”, da criação de espaços de memória, deve-se à ameaça de esfacelamento de sua memória, que representa, pelo sentido e significação das vivências passadas, a sua própria existência social presente numa sociedade que se apresenta sob o signo do global, do individual, do virtual, da intransparência do poder de Estado providencialista, protecionista e unificador e da ausência de “grandes” líderes políticos. Enfim, as mudanças promovidas pela modernização e modernidade, o surgimento de uma multiplicidade de lugares, motivaram grupos culturais, por um lado, a cooptarem para si o estigma de guardiães de memória-nacional e memória-regional, e, por outro, a afirmarem ou reafirmarem um lugar com base no local e em seus poderes correlatos.

Estes mecanismos de uso da memória, nas palavras de Baczko, refere-se ao imaginário social como um meio potencial de controle da vida coletiva e, especialmente, do exercício da autoridade e do poder. Segundo o autor,

Às relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento (BACZKO, 1986, p. 310).

Aqui, destacamos que, ao referenciar o local, estamos enunciando tanto o município quanto a região porque o jogo de poder, o conflito como imaginário, também estabelece fronteiras socioculturais quando são integrantes de uma rede de elaborações, estratégias de legitimação pela pretensa dominação do imaginário coletivo. Para ilustrar essa afirmação sobre as redes de elaboração em que podem se constituir os jogos de poder pela definição de identidade, colocamos o seguinte caso: é perceptível, especialmente, nos períodos de comemoração do aniversário do município, por meio das obras, de iniciativas políticas e de eventos sobre a história do município de Passo Fundo, a qual, além de outros problemas, aguça uma certa disputa pelo controle da memória, assim como uma disputa pela memória entre escritores, pesquisadores, historiadores diletantes e profissionais, políticos, entre famílias, etc., bem como a toponímia de ruas, avenidas, praças que revelam o predomínio e o enaltecimento de um grupo cultural. Convergindo para essas questões, no que se refere à história na cidade, seja através dos “festejos”, na construção de espaços de memória ou na produção historiográfica, colocamos o sentido de orientação à práxis social, valemo-nos das palavras de Pollak, que, ao tratar do enquadramento da memória, afirma:

Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estável e sólida que se possa parecer, tem sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se acordar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas (POLLAK, 1989, p. 12)

As palavras do autor nos conduzem à primeira síntese: as produções historiográficas representam criações na práxis existencial que asseguram, ao mesmo tempo, a perpetuação da memória de grupos sociais e instituições que lhes são precedentes e das quais possuem a “história incorporada” - porque estão presos a elas pela vivência ou pela

tradição, enquadrando-as, assim, como forma de manter seus laços de identidade e a sua própria perpetuação, visto que de terminados autores ou promotores de “eventos”, por representarem grupos sociais e instituições distintas das demais perante os conflitos do momento atual, disputam memórias e, por meio delas, o controle do imaginário e da memória coletiva, conseqüentemente, das relações e posições na hierarquia de poder. Entretanto, nesse jogo de poder pela manutenção de sua identidade, pelo enquadramento de memórias frente às austeridades históricas do presente, desconsideram o contexto que as promoveu e sustentam-se sobre um passado que não potencializa mais o viver presente.

Portanto, o contexto das transformações históricas desconsiderado pelos autores, paradoxalmente, é o próprio motivador de sua criação como lugar de memória. Pelas afirmações de Nora, trata-se do fim da história-memória perante a aceleração da história, daí brotando o desejo de retorno às origens e de sua cristalização, porque esse momento faz com que “a consciência da ruptura com o passado se confunda com o sentimento de uma memória esfacelada”, assim, as produções lhes dão um sentido de continuidade, de pertencimento, enfim de distinção na hierarquia social.

Com essa consideração, passamos a outro ponto de nossa síntese: a memória que une um grupo cultural a outras e, por eles enquadrado na práxis existencial, desempenha a função de dar e garantir ao grupo/elites uma posição no mundo social pelo lugar de origem e reforço do sentimento de pertencimento, disso decorrendo os laços de identidade. Porém, ao reforço do sentimento de pertencimento, instaura-se um jogo de poder pela definição de mundo social, criando distinções e exclusões, pois o fazem a partir de seu imaginário, que concebe o lugar de origem sob ideias e parâmetros unilaterais e tradicionais, os quais, por meio das estratégias de poder, impõem - constroem um imaginário social. Portanto, concebem o lugar de origem ligado ao Estado nacional sob a ideia de nação; a região/Rio Grande do Sul sob a ideia de povo gaúcho; e local/município como extensão dos anteriores, fruto da ação de elites políticas e culturais, da Igreja Católica e dos imigrantes. Assim, fazem com que as desigualdades “desapareçam” porque rejeitam tudo o que não corresponde ou não se enquadra em identidades nacional, estadual e municipal, imaginadas em princípios elitistas e que potencializam no cotidiano a exclusão já contida na memória que os une.

Uma das problemáticas, além dos fatores intelectuais da lida com a memória, por exemplo, está na implantação de lugares de memória e nas festas comemorativas ligadas à história-política – emancipação – dos municípios, da história urbana da cidade, etc., momentos em que, a maioria dos sujeitos e seus grupos não entendem a ação, o ocorrido,

e com sua cultura popular não reconhecem nem o sentido de muitas denominações, configurando-se numa comemoração de poucos, mas imaginada como de todos, pois a escolha, o planejamento e o desenvolvimento da atividade, não é fruto de um ato democrático, o que caracteriza uma espécie de vigilância comemorativa . Dessa forma, as significações correspondem à memória de determinado grupo cultural e constituem o elo que o une, definindo os laços de identidade; assim, petrifica-se o passado no presente e, rememorando-o de forma coletiva, protege-o contra as ameaças do presente, dando-lhe um sentimento de continuidade e reconhecimento de existência social; disso brota a necessidade de vigilância comemorativa.

Para enfocarmos tal diferença, que nos indicará a resposta à questão levantada, valemo-nos das palavras de Nora:

A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaico. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer (...) que há tantas memórias quantos grupos existem (...). A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas (NORA, 1993, p. 9).

A memória representa vida, sempre unindo grupos pelo sentimento de pertencimento; é aberta, diversa e em permanente dinâmica; quando sobre ela se exerce uma regulação, como o seu enquadramento numa escrita, tende à tradição, à reconstituição de um passado uniforme e sem lacunas. A história não é o absoluto, nem a sacralização e o uniforme; ao contrário, tendo a memória por objeto, ela a dessacraliza, desmistifica; é apenas representação do passado e o faz com crítica e reflexão, pois tem suporte de um aparato metodológico e orientação de uma problemática para a interpretação. Portanto, as obras não deixam de ser uma “construção de identidade” e têm um sentido de orientação à sociedade, mas o são em função de interesses e crenças de um imaginário restrito a determinados grupos culturais.

Toponímia e História Local⁴



Passo Fundo 2013 Fonte: Paulo Magro

Os lugares são construções históricas. Assim, como possibilidade de reflexão e de contextualização de alguns lugares situados na territorialidade da cidade de Passo Fundo, tomamos por referência a premissa de que espaço-tempo são indissociáveis, a existência do espaço deve ser definida e compreendida pela configuração de sua função e de seus conteúdos específicos. Portanto, as construções espaciais variam no tempo e no espaço, acompanhando as variedades socioculturais. Nessa perspectiva, aos estudos de história e do patrimônio (topônimos), o recorte possível de análise é o lugar. Nas palavras de Ciro Flammarion Cardoso:

[...] o *lugar* define-se como a construção ao mesmo tempo concreta e simbólica do espaço, servindo de referência para todos aqueles que são destinados por esse lugar a uma posição – não importa se central, intermediária ou periférica – no sistema de valores, da hierarquia, do poder. O lugar assim definido é uma base de sentido para os que nele vivem; e torna-se fundamento da inteligibilidade para a pessoa de outra cultura interessada em observar e entender aquela comunidade em que o lugar em questão foi construído. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja a cultura o constituiu (CARDOSO, 1998, p. 14).

Lugar é a ideia, o sentido, o símbolo, parcialmente materializado, pois em parte está registrado no espaço como, por exemplo, as ruas e as praças. Nesses lugares, os habitantes têm suas relações com o seu território, com suas famílias e com os outros. Tal ideia e, conseqüentemente, sentido é variável em parte, segundo a posição que os indivíduos e

⁴Esta seção História, memória e “ciência” tem com pré-texto a seguinte referência: MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando B. S. Lugar de passagem: toponímia e patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P.(orgs.). Momento Patrimônio. Vol. II. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013.

grupos ocupam no sistema processualmente no tempo; e se transforma em lembrança ou esquecimento, em mito ou história; mas provê e impõe um conjunto de referências que, ao desaparecer, é difícil de substituir, ou preservar, passíveis de compreensão e identificação. Portanto o lugar antropológico, político e social é mapeável por meio de linhas (ruas, vias), intersecções (esquinas ou encruzilhadas); espaços abertos: lugares de passagem ou encontros (praça, mercados) e pontos de interseção (edifícios como um templo ou igreja, monumentos). Assim, o lugar é multifacetado e interligado por caminhos que podem ligar a conexão entre os diversos lugares tracejados como espaço.

Os lugares recebem topônimos, ou seja, toponímia é a designação dos lugares pelos nomes. Toponímia é uma palavra derivada dos termos gregos τόπος (tópos), lugar, e ὄνομα (ónoma), nome, literalmente, de um lugar. O estudo dos topônimos, ou seja, nomes próprios de lugares, da sua origem e evolução; é considerado uma parte da linguística, com fortes ligações com a história, arqueologia e a geografia.

O estudo da toponímia pode ter algumas etapas e/ou possibilidade metodológicas que, por sua vez, podem ser desenvolvidas individualmente ou no seu conjunto, tais como: a inventariação do local, ou parte dela; a classificação dos topônimos e a relação com a evolução da povoação; a relação com acontecimentos, com figuras locais ou nacionais; a pesquisa sobre as atividades quotidianas da povoação antiga; o estabelecimento de relações entre vários tipos de topônimos; caracterização de uma conjuntura, de uma época, ou de um contexto local e sua integração na história nacional; a relações entre estatutária, toponímia e fatos locais; as figuras locais como ponto de partida para a compreensão do passado local e nacional. Nessa perspectiva, o presente estudo fará um exercício metodológico de leitura de alguns topônimos objetivando sublinhar a importância desses lugares de memória como patrimônio da sociedade passo-fundense, tombados ou não, eles dizem muito sobre a história local, regional e nacional⁵.

a) Praças

Praça Marechal Floriano

A Praça Marechal Floriano está localizada entre as ruas Moron, Bento Gonçalves, General Netto e Independência. Em frente da Catedral Nossa Senhora Aparecida. Em 1913 a

⁵Os topônimos aqui apresentados foram selecionados com base no sétimo programa da terceira temporada do Momento Patrimônio, intitulado de “Toponímia de Praças, Avenidas, Ruas de Passo Fundo”. In: <http://www.youtube.com/watch?v=7SefyKRSFgw>
O resumo dos topônimos foram consultados em: NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. Vultos da história de Passo Fundo. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995; MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. Passo Fundo: presentes da memória. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005; <http://emefwolmarsalton.blogspot.com.br>



Praça Tamandaré - Fonte: Paulo Magro

ligação, entre centro e bairros. A Praça já teve outros nomes. Em 1913 era a Praça da República, que incluía também o local onde hoje está a Escola Protásio Alves. Recebeu o nome de Praça Ernesto Tochetto, em 1956, em homenagem ao educador Ernesto Tochetto, que começou sua carreira em 1925, lecionando em diversas escolas passo-fundenses. No lado oeste da praça está representada uma sala de aula, com bancos escolares e um busto representando o professor Tochetto. Hoje a praça estimula o convívio social, a prática de esportes e atividades de lazer ao ar livre. É palco de manifestações coletivas, espetáculos musicais, festas folclóricas, entre outras.

Praça Tamandaré

A Praça Tamandaré é tida como o lugar onde Cabo Neves construiu a sede da sua fazenda Nossa Senhora da Conceição em 1828. Está localizada, hoje, entre as ruas Teixeira Soares, Uruguai, Paissandu e Marcelino Ramos. Foi nomeada “do Tamandaré” em 1865, por ocasião da vitória das forças comandadas pelo Almirante Tamandaré na Batalha do Payssandu, na Guerra do Paraguai. Foi a primeira praça criada no município de Passo Fundo. Com a

Praça recebeu o nome de Marechal Floriano, homenageando o segundo Presidente da República Federativa do Brasil, a cidade buscava na época a ligação entre a história local e a história nacional. Entre os monumentos, bustos e placas comemorativas que a praça possui, um dos monumentos de maior destaque é a Cuia, presente do Governador de São Paulo pela passagem do centenário de Passo Fundo, em 1957, sendo um dos cartões postais do município. Durante muito tempo a praça foi ponto de convergência, no seu entorno ficavam os cinemas Real, Imperial e Pampa, restaurantes, cafés e casas de jogos. Atualmente a praça está passando por obras, que buscam revitalizar a sua beleza.

Praça Ernesto Tochetto

A Praça Tochetto, localizada entre a Avenida Brasil, as ruas Benjamin Constant, Fagundes dos Reis e Paul Harris, possui uma posição privilegiada, inserida entre duas ruas que fazem

construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, em frente à Praça, a mesma, ficou conhecida como Praça da Igreja, pois, os fiéis passo-fundenses ali se reuniam à espera das missas. Foi em 1916 que foram plantados os plátanos, hoje frondosos, cercam o local, emoldurando com rara beleza a quase centenária Praça Tamandaré. Em 1925, a Prefeitura Municipal iniciou um trabalho para transformação e embelezamento da praça. Foi construído um quiosque, onde os moradores se reuniam e além do tradicional café, possuía barbearia e engraxataria. Ficou sendo o ponto de encontro dos passo-fundenses aos domingos. Na mesma época foi inaugurada abundante iluminação elétrica, deixando a mais assimétrica praça da cidade ainda mais bela e segura. Suas vias de passagem foram calçadas com revestimento de mosaico. Anos mais tarde o quiosque foi demolido, deixando mais espaço a seus frequentadores. Na praça está o primeiro monumento construído na cidade, um busto em homenagem a Gervásio Lucas Annes.

Praça da Mãe e Chafariz da Mãe Preta

A Praça da Mãe, localizada na Avenida Brasil, defronte ao colégio Joaquim Fagundes, é uma homenagem para todas as mães. Foi inaugurada no ano de 1968 através de uma iniciativa de um grupo de pessoas do município, comandado pela senhora Ada de Castro, e a obra sendo feita pelo escultor Paulo Lucienne Ruschel. Chafariz da Mãe Preta, construído em 1863 em terras doadas por Manoel José das Neves, o qual se desloca para esta região após ter sido agraciado com uma gleba de terra pelo governo imperial em 1828. Funda nesta época em Passo Fundo uma fazenda agropastoril, na qual passa a conviver juntamente com sua família e com o gado e os escravos que trouxera. O Chafariz da Mãe Preta rememora a lenda de uma das escravas de Cabo Neves, Mariana a Mãe Preta, que ao perder o filho, e Jesus menino vai ao seu encontro e comunica que o menino se encontrava na mansão celestial, Mariana pede pelo reencontro com o filho, mas gostaria que ficasse algo para que as pessoas se lembrassem do ocorrido. Assim, surge o Chafariz da Mãe Preta. Que parece ter sido uma adaptação etnicamente negra de outro relato mítico, o da Mãe Índia dos povos Kaingangs que habitavam a região no século XIX. Provavelmente devido a circunstância de o Chafariz ter sido utilizado durante anos como uma das poucas fontes de água potável que abastecia a cidade, onde nos tempos da escravidão, esta tarefa cabia ao elemento servil. No imaginário da população afirmase que aquele que tomar da água do Chafariz da Mãe Preta, sempre retornará a Passo Fundo. Em 7 de agosto de 1964, dentro das programações que celebravam a semana no município, um dos eventos foi a inauguração do Monumento a Mãe. Construído para homenagear todas as mães, devido a importância que estas possuem no núcleo familiar. O monumento consiste em uma escultural em bronze que traz uma mãe zelosa para

com seus filhos. Foi esculpida por Paulo e Lucienne Ruschel, a partir da iniciativa de um grupo de mulheres em sua maioria Rotarianas por intermédio dos esforços da Sra. Ada de Castro, as quais promoveram diversos eventos na época afim que arrecadar os recursos financeiros suficientes que custeassem o monumento. O espaço público foi cedido pelo prefeito municipal Mário Menegaz.

b) Ruas e Avenidas

Avenida Brasil

Atualmente a Avenida Brasil é a principal Avenida de Passo Fundo e atravessa a cidade de leste a oeste, por ela transitam diariamente cerca de 120 mil veículos e pessoas das mais diversas localidades. No antigo território de Passo Fundo que conhecemos por Avenida Brasil era um caminho usado pelos nativos. Depois chamado de Estrada das Tropas, por onde transitavam tropeiros com mulas e gado em direção a São Paulo. Em função disso, diversas casas comerciais foram construídas ao longo da Antiga Estrada das Tropas. Assim, nascia a Vila de Passo Fundo. No ano de 1858, a Câmara de Vereadores, deu nome a diversas ruas, entre elas Rua do Comércio. Em 1902 foi iniciada a urbanização da Rua do Comércio em direção ao Rio Passo Fundo. Em 1913 seu nome foi alterado para Avenida Brasil, uma homenagem à República. No ano de 1928 a Avenida foi calçada da Praça Tochetto até a Rua Teixeira Soares. Passo Fundo passava pelo “aformoseamento urbano”, como era chamada na época a remodelação da cidade. Com a remodelação das ruas e canteiros, a passagem das tropas pela Avenida foi proibida, com pena de multa aos tropeiros que por ali passassem. Findava assim um capítulo da Avenida Brasil, o cavalo dava lugar aos automóveis. No centenário da emancipação de Passo Fundo em 1957, foram plantados nos canteiros da Avenida Brasil trigo e feijão para mostrar a potência agrícola do município aos visitantes.

Avenida Presidente Vargas

Em 1913 chamava-se Avenida Progresso, nome que expressava a atitude da cidade naquele momento. Depois foi chamada Avenida Mauá. E desde 1955 com o nome atual de Avenida Presidente Vargas, nome que faz alusão ao ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas, que governou o Brasil. Atualmente, a avenida é a principal ligação entre os bairros São Cristóvão, Planaltina, Ricci, dentre outros, e o centro da cidade.

Rua Moron

A Rua Moron, recebeu este nome em 1865, fazendo referência a “Batalha de Moron”,

ocorrida em 1852, sendo travada nos campos de Moron, arredores de Buenos Aires durante a Guerra Cisplatina. As tropas brasileiras foram comandadas pelo General Marques de Souza, que derrotou o ditador argentino, João Manoel Rosas. É possível que alguns passo-fundenses tenham participado dessa batalha. A Rua Moron alcança hoje quase sete quilômetros de extensão, indo da Vila Independente, para o lado do Boqueirão. E, em direção à nascente, atinge a BR 285.

Rua Quinze de Novembro

Rua Quinze de Novembro é uma das ruas mais antigas da cidade. Em 1858, ela era chamada Rua Santa Clara. Em 1865, passou a denominar-se Rua da Ladeira, nome dado devido ao declive existente no trecho entre a Avenida Brasil e Rua Moron. Em 1913, em homenagem à data da Proclamação da República foi renomeado de Quinze de Novembro.

Rua Capitão Jovino

Jovino da Silva Freitas, empresário e político, transferiu-se para Passo Fundo, na primeira década do século XX. Foi proprietário de empresa de comunicações em 1912. Participou da comissão fundadora do Clube Pinheiro Machado, de cunho republicano em 1911. Colaborador e proprietário de jornais locais, como O Gaúcho e A voz da Serra. Capitão Jovino foi por muitos anos a denominação da Av. Brasil Leste, no trecho da Praça Tochetto até a ponte do rio Passo Fundo. Faleceu em 19 de novembro de 1918, durante a epidemia da gripe espanhola.

c) Escolas

Escola Estadual de Educação Básica Gervásio de Lucas Annes

O Cel. Gervásio nasceu em Cruz Alta no dia 10 de abril de 1853. Com 17 anos de idade (1870), rumou para Passo Fundo, sendo nomeado escrivão da Coletoria Estadual. Ao lado do trabalho, suas responsabilidades de funcionário público, dedicou-se aos estudos, galgando o direito de advogar. Em 28 de março de 1878, casou-se com D. Etelvina Emília Schell de Araújo. Gervásio Annes ocupou cargos públicos no Executivo local, foi Delegado de Polícia, comerciante e Presidente do Hospital da Cidade. Tendo viuvado, o Cel. Gervásio casou-se com D. Ambrosina Pinto de Moraes, também viúva, tendo uma filha, Lourdes Annes. O Cel. Gervásio, desde que veio para Passo Fundo, ligou-se ao Partido Conservador, que tinha como rival o forte Partido Liberal, chefiado pelo ilustre Prestes Guimarães. O Cel. Gervásio, moço cheio de energia física e intelectual, desde logo abriu luta com o forte Partido Liberal. Com a ascensão dos liberais ao poder da Nação, em junho de 1889 (Gabinete

Ouro Preto), os conservadores de Passo Fundo, que já tinham um chefe, o Cel. Gervásio aderiram ao então pequeno Partido Republicano. A este Partido, levados pela propaganda vibrante de Cel. Gervásio aderiu grande número de liberais. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, o Cel. Gervásio passou a ser o primeiro Chefe Republicano de Passo Fundo. Nesse mesmo ano, foi nomeado Promotor Público. Em 1893, com a luta fratricida no Rio Grande, Revolução Federalista, sendo Passo Fundo palco de seis ferozes batalhas e de dois encontros armados, tornou-se chefe dos legalistas. Em 1897 integrou o grupo que fundou o “Clube Literário Recreativo”. Fez parte da Comissão que, em 1891, elaborou o plano da Constituição do Município, de acordo com a Constituição do Estado. Tomou assento na Assembleia do Estado, em 1891, eleito por sufrágio direto pelo espaço de 04 anos, tendo, nesse mesmo ano, participado da discussão e votação da Carta de 14 de julho. Nesse mesmo ano o Presidente do Estado, Dr. Fernando Abbot, por indicação de correligionários e amigos, pretendia prestar homenagens ao ilustre homem público, Cel. Gervásio, que declinou dizendo que seria homenageado se os interesses de Passo Fundo fossem atendidos, mas que sua pessoa nada aceitaria. Em 1893, quando rompeu a revolução, o Cel. Gervásio retornou a Passo Fundo a fim de chefiar as forças legalistas, participando do combate do Boqueirão (1893), tendo sido ferido, em janeiro de 1894, em novos encontros armados. Em face do ferimento numa perna, recolheu-se a Porto Alegre, em penosa viagem por terra, via Rio Pardo. Embora afastado de Passo Fundo, manteve permanente contato com seus comandados legalistas. Podem ser destacadas as seguintes realizações do Cel. Gervásio, entre outras: em 1897, regulamentou as atribuições e deveres dos funcionários municipais; incentivou a construção da estrada de ferro para Passo Fundo, inaugurando-a em 8 de fevereiro de 1898; construiu o edifício da Cadeia Civil; construiu o Cemitério público; ordenou o prolongamento da cidade para Leste; em 11 de março de 1899, fundou o jornal “O Gaúcho”, órgão republicano, e foi redator político do mesmo. Em setembro de 1901 foi contemplado com medalha de bronze como um dos expositores na Exposição Estadual do Rio Grande do Sul, realizada em Porto Alegre. Fez construir, em 1911, o Matadouro Municipal e, no fim desse ano, fez contrato para manutenção da rede telefônica. Fez vir para a cidade, em 1912, o primeiro estabelecimento bancário – O Banco da Província. Desde 1888 a maior preocupação do Cel. Gervásio era a instrução pública, e, por ela, debateu-se no Executivo local e na Assembleia. Das honrarias que o Governo do Estado quis prestar-lhe em 1891, não quis aceitá-las, a não ser que sua cidade tivesse maior apoio na Escola Pública. O seu falecimento, em 4 de abril de 1917, repercutiu não só no Município, como também no Estado, recebendo eloquentes homenagens póstumas de seus correligionários, amigos, administradores e adversários políticos, os quais, no 30º dia, a 04 de maio, consagraram-lhe sessão solene em sua memória. Em sua homenagem,

foi inaugurado o seu busto em bronze (primeiro busto-monumento de Passo Fundo), no dia 10 de abril de 1921 (dia próximo ao seu aniversário), fruto de uma campanha do Clube Pinheiro Machado, tendo sido escultor o português Pinto Couto. Era Intendente, na época, o Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro. O local escolhido foi a Praça Tamandaré, por ter sido onde, em 1827, o Capitão Manoel das Neves (1º morador da povoação de Passo Fundo) ergueu o seu rancho no cruzamento das ruas Paissandú com Teixeira Soares. Voltado para a nascente da cidade, encontra-se o busto do Cel. Gervásio. Gervásio Lucas Annes é patrono da Escola Estadual localizada na rua Lava Pés, 375-A, no Bairro Petrópolis.

Escola Estadual de Educação Básica Nicolau Araújo Vergueiro

Formando em farmácia em 1903 e em medicina no ano de 1905 Nicolau Araújo Vergueiro foi um médico competente e humanitário, sendo que por mais de vinte anos exerceu o cargo de médico gratuitamente no município de passo fundo. Já no ano de 1908 foi eleito Conselheiro municipal pelo Partido Republicano na qual foi elevado ao cargo de presidente no mesmo, onde se destacou por ser um ardoroso militante e demonstrando seu entusiasmo cívico. No ano de 1909 foi eleito deputado estadual e reeleito durante cinco legislaturas. Ele lecionou gratuitamente por dois anos no colégio do Prof. Emílio Stigler, em 1914 a disciplina de História do Brasil e Universal. Em 1929 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul e reeleito em 1935 e 1945, onde apresentou vários projetos de lei, como o do Exame Pré-nupcial, que foi aprovado pela comissão de saúde pública. Participou da Comissão de Comunicação e Transporte, apressando o início da estrada de ferro – Passo Fundo – Porto Alegre, via Roca Sales. Os edifícios dos correios e telégrafos de Passo Fundo, Carazinho e Erechim são obras suas. Em 1929, com sua influência, foi criada a Escola Complementar, sendo a primeira em toda a região serrana, hoje Escola Estadual Nicolau Araújo Vergueiro (EENAV). Nicolau de Araújo Vergueiro é patrono da Escola Estadual na rua Capitão Araújo, nº444 – EENAV.

Escola Estadual de Educação Básica Fagundes dos Reis

Joaquim Fagundes dos Reis nasceu em 17 de agosto de 1785 e faleceu no dia 23 de junho de 1863. Em 1830 chegou ao povoado o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, vindo de Cruz Alta para ocupar o cargo de comissário da área. Em 1833 foi designado para o cargo de Inspetor do Quarteirão. Desta forma Joaquim Fagundes dos Reis foi à primeira autoridade nomeada pelo Império do Brasil para localmente administrar as terras e as gentes Passo Fundenses. Ele foi o fundador da cidade de Passo Fundo. Homem austero, de força moral, e dotado de uma grande cultura, para a época, angariou prestígio tornando-se o Patriarca nascente da população Passo Fundenses. Acredita-se que o clima daqui o tenha satisfeito. Além disso, o velho capitão teria observado magníficas perspectivas nestas

terras, terminando por fixar-se e criar raízes. Assim, como homem de mais letras, assumiu a liderança da operação emancipatória até alcançar o coroamento da jornada cívica quando a 7 de agosto de 1957, instalou-se a primeira Câmara Municipal. Criava-se assim, o primeiro Conselho Municipal de Passo Fundo. Joaquim Fagundes dos Reis, por instância de seus contemporâneos, assumiu a presidência do Legislativo. Na data de oito de julho de 1940, sob o decreto nº. 107 do Senhor Interventor Federal, alterou a denominação do Grupo Escolar do Boqueirão para Grupo Escolar Joaquim Fagundes dos Reis, com a seguinte justificativa. “Considerando ser vantajoso dar dominação às escolas porque assim se cultua a memória daqueles que serviram a Pátria em diversos setores, apresentando à infância a sugestão das grandes vidas, considerando que Joaquim Fagundes dos Reis foi o fundador da atual cidade de Passo Fundo, salientando-se por sua atividade e inteligência, fica denominado Grupo Escolar Joaquim Fagundes dos Reis.

A cidade na história e a história na cidade



Fonte: Paulo Magro

Ao lermos individualmente ou no conjunto os topônimos nos indicam muitas possibilidades de estudo e ensino de história sobre a cidade na história e a história na cidade. Nessa perspectiva, elencamos algumas temáticas algumas temáticas que com base nas figuras locais, materializadas como topônimos de Passo Fundo, tornam-se pontos de partida para compreensão do passado local e nacional. Para tal propósitos, diante dos limites deste texto, apresentamos abaixo a referência aos topônimos e verbetes temáticos.

1. No conjunto das biografias – topônimos podemos tratar de temas referentes à política e economia local e nacional:

- a categoria de capitania para o Rio Grande do Sul resultou em conflitos militares cada vez mais acirrados, intensos e violentos com os hispano-americanos. Muitas vezes,

em nome dos governos do Rio de Janeiro e de Lisboa, o governador entrava em conflito com os grandes proprietários rurais da região, não respeitava o interesse dos açorianos e demais indivíduos que viviam sob sua jurisdição. O estado de guerra na fronteira contribuía ainda mais para acentuar o caráter autoritário do poder dos governadores;

- a emancipação política do Brasil, os levantes regionais geralmente controlados ou deflagrados por integrantes dos seguimentos sociais dominantes (principalmente a elite econômica) mostram que o centralismo imperial sufocava os interesses contrários aos da corte do Rio de Janeiro, profundamente controlada pelos senhores escravocratas da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba do Sul; a política fiscal beneficiava apenas os agroexportadores de açúcar, desprezando as atividades econômicas subsidiárias do mercado brasileiro, como ocorria em relação ao Rio Grande do Sul;
- A primeira Constituição republicana brasileira conferiu ampla autonomia político-administrativa às unidades estaduais, que substituíram as províncias do período monárquico. O poder político no Rio Grande do Sul, através do Partido Republicano Rio-Grandense, dirigiu o Executivo estadual com autonomia em relação ao governo federal, mas com características ditatoriais, excluindo das funções administrativas os membros da oposição; o ano de 1891 marcou o lançamento oficial do novo partido oposicionista, o Partido Republicano Federal (PRF) e, que em 1896, transformado em Partido Republicano Liberal (PRL), congregando a União Nacional com os dissidentes republicanos. Desde a fundação do PRF, dirigentes das forças federalistas nos diversos municípios gaúchos, que mais tarde seriam liderança da Revolução Federalista, tinham sido contatados para a deflagração da guerra civil; a hegemonia do Partido Republicano Rio-Grandense (fundado em 1882 em Passo Fundo) perdurou até 1923;
- Planalto Rio-grandense e Passo Fundo na Guerra dos Farrapos e Federalista: na história da Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha, Passo Fundo praticamente não figura. Apesar de uma das grandes operações contra os revoltosos haver sido denominada “Operação Passo Fundo”, o distrito e o povoado pouca importância tiveram no conjunto da guerra civil. Em 1835 quando eclodiu a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul com seu imenso território, contava com pouca população. Garibaldi, em suas memórias, onde as lutas do período 1835-45 ocupam cerca de um terço do texto, refere-se a Passo Fundo apenas assim: “Tendo passado os matos atravessamos a povoação das Missões,

dirigindo-nos para Cruz Alta.”Durante o período farroupilha o povoado, que em alguns documentos aparece o nome de Passo Fundo das Missões ou simplesmente “Povoação das Missões”, estagnou ou mesmo regrediu. Não só o número de novos moradores reduziu-se, como muitos que estavam aqui há anos, retiraram-se. Muitas casas e ranchos ficaram desabitados. Em outubro de 1843, havia apenas oito moradores no povoado, o que correspondia, certamente, a menos de cem habitantes na área urbana;

- No final do Império e início da república brasileira, em Passo Fundo e região, os mesmos líderes políticos controlavam a economia, portanto, era intensa a expropriação dos caboclos, o argumento dos fazendeiros era o de lhes ter sido feita por parte das autoridades imperiais uma concessão de terras. A partir dessa base legal obtinham o apoio do Juiz de Paz e das autoridades a ela subordinadas para a expulsão dos intrusos. Por exemplo, no final do século XIX, a família Vergueiro acumulava em torno de cem mil hectares de terras de campos, faxinais e matas compreendendo áreas dos atuais municípios de Sarandi, Rondinha, Ronda Alta, Constantina e Pontão. Com a instalação de colonos em lotes extraídos destas propriedades, queimavam os ranchos e expulsavam os caboclos à bala. Em 1917, os proprietários uruguaios Lapidam, Mouriño e Maillos, adquirentes da fazenda Sarandi e os Vergueiros, de Passo Fundo, iniciaram a colonização particular de parte dessas terras;
- De base agropecuária, à economia de Passo Fundo sofreu profundamente com a crise econômica de 1921, pois se defrontou com a queda do consumo de seus produtos agrícolas e pastoris, o que provocou a falência de produtores e criadores; diante da aparente falta de soluções governamentais para os problemas econômicos decorrentes da crise, a oposição política encontrou motivos para uma mobilização, ou seja, a crise econômica mundial do pós-primeira guerra estabeleceu, no Rio Grande do Sul, condições para um levante oposicionista contra a hegemonia republicana, possibilitando uma luta pelo poder;
- Ação Integralista Brasileira em Passo Fundo; na década de 1950, Passo Fundo encontrava-se sob a chefia executiva de Armando Araújo Annes, herdeiro político do chefe republicano Gervásio Lucas Annes, eleito por uma aliança entre a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro; o golpe civil-militar, em Passo Fundo, atuou, também, junto à estrutura educacional, intervindo junto à sociedade Pró-Universidade que apresentava divergências internas, sendo nomeado como interventor Murilo Annes;

2. Os topônimos podem ser tomados individualmente como base para discussão de temas específicos, por exemplo:

➤ Praça da Mãe e Chafariz da Mãe Preta, com base nestes topônimos podem ser introduzidas discussões referentes a preta do nativo da terra (“índios”), a escravidão, ao processo de urbanização da vila/cidade:

- os nativos, na região do antigo território de Passo Fundo também se caracterizou pela violência. As autoridades e mesmo os particulares organizavam escoltas objetivando abater os nativos nas matas, exterminando, às vezes, tribos inteiras. Porém, os nativos, os “índios” coroados reagiam com violência como defensiva;
- apesar da inserção do escravo africano no Rio Grande do Sul ser tardia, com relação à sua utilização como força de trabalho no nordeste do Brasil (a partir do século XV), predominar na região serrana, baseada na pecuária e, ao contrário das áreas de Charqueadas, comportar relativamente poucos escravos, as relações de trabalho escravista marcaram presença no Norte do Planalto Rio-grandense. Assim, por intermédio dos paulistas que ambicionavam dedicar-se ao negócio de mulas, que vinham acompanhados da família, de nativos ervateiros e de escravos, a força de trabalho escravista foi introduzida nesta região – fragmento de documento de época: “POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DO PASSO FUNDO CAPÍTULO II DA POLÍCIA, LIMPEZA E SALUBRIDADE DA VILA E SEU MUNICÍPIO Art. 17º. – Proíbe-se conduzir dentro das povoações, gado puxado a laço, andar montado em animais chucros e redomões, sob pena de 4\$ de multa, e sendo escravo ou menor o contraventor será pago pelo senhor, pai ou amo. (...) Art. 27º. Todas as pessoas que forem encontradas nas tabernas, botequins, praças, ruas barracões e fontes serão multados em 8\$, e pela reincidência o duplo, sendo cativo poderá a pena ser comutada em 8 dias de cadeia ou 25 açoites como o senhor preferir. (...) Paço da Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo em sessão ordinária de 21 de Outubro de 1857. – O Vereador Presidente Manoel José D`Araújo – Antonio Ferreira de Mello Pinheiro – Joaquim José de Andrade Pereira – Cezario Antonio Lopes – Antonio de Mascaranhas Camello Junior – Manoel da Cruz Xavier.” (Fonte: AHR);
- a Mãe Preta está inserida enquanto categoria produtiva de escrava e, portanto posse de Cabo Neves “primeiro” senhor colonizador desta gleba, atual Passo Fundo, no início do século XIX;

- o abastecimento de água à vila e, posteriormente, à cidade de Passo fundo inicialmente era feito por chafarizes; a construção da usina hidrelétrica do Rio Taquari promoveu o início da iluminação elétrica. Seguindo esta perspectiva de instalação de unidades industriais e as questões conjunturais que as promoveram, devemos registrar que na década de 1960 a Estação Experimental Engenheiro Englert para pesquisa e cultivo de trigo fez com que proliferassem na cidade e na região, os moinhos. Na década de 1950, em Passo Fundo já iniciava a constituição de um pólo de desenvolvimento sócio econômico;
 - a prática agrícola tem início com os nativos da terra. Os tapes, como outros nativos da terra do Planalto Médio, conheciam a utilidade de frutas silvestres como o pinhão (curi) e a jabuticaba, de folhas como da erva-mate (caá) que usavam para fazer chimarrão (caaí), cultivavam o milho (o reati), o feijão (cumandá), a batata (jeti), a mandioca (mancó) e o fumo (petim); os elementos preponderantes economicamente no desenvolvimento de Passo Fundo - e região de abrangência, foram primeiro os ervais e logo depois o gado muar. E por localização estratégica, lugar de passagem, e por suas condições naturais caracterizou um desenvolvimento de alternados ciclos entre: erva-mate, tropas de mulas, trigo e soja.
- a atual sociedade rio-grandense e, conseqüentemente passo-fundense – Centro Norte do Planalto - no que diz respeito a sua constituição étno-cultural manifesta na organização e vivências sociais, não pode ser vista apenas pela contribuição do europeu e seus descendentes;
- a disputa das terras passo-fundenses: havia os motivos estratégicos, pois tal região era passagem obrigatória, denominada Gaapi (caminho do mato), mais tarde “vereda das missões” e “caminho dos paulistas”, hoje Br-285. Também, considera-se os motivos econômicos, tendo os ervais, o pinheiro de araucária, os campos para o gado, a “vacaria dos pinhais”, “campo das vinte mil vacas;
- a ocupação das regiões que atualmente fazem parte de Erechim, Passo Fundo, Palmeira das Missões, Carazinho, Frederico Westphalem, Planalto, Santa Rosa, Ijuí, entre outros municípios, foi realizada por descendentes dos primeiros imigrantes;
- criação das câmaras municipais, sistemas de governo e sistema eleitoral: Em 28 de Janeiro de 1857 foi criado o município de Passo Fundo, tendo sido instalado,

oficialmente, no dia 17 de agosto do mesmo ano com a posse dos conselheiros, cujo presidente era, na época, uma espécie de prefeito municipal: em 26 de novembro de 1847, por lei Provincial de nº 99, foi a povoação, então “Capela de Passo Fundo”, elevada à categoria de Freguesia sob a mesma “vocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida” sendo cura da Paróquia o Padre Francisco de Madre de Deus Cunha; no mesmo dia e ano em que foi criado o município de Passo Fundo, também, foi empossada a primeira Câmara Municipal. A sessão foi presidida pelo Capitão Lúcio Alves de Castro e secretariada por Manoel de Assumpção e Silva, respectivamente Presidente e Secretário da Câmara Municipal de Cruz Alta;

Ainda, podemos registrar que os nomes das ruas e os monumentos podem nos contar uma parte da história da cidade. No fim do século XIX, nomes como Marcelino Ramos e Teixeira Soares, significativamente conservados até hoje, nos dizem de um tempo em que o trem estava por chegar à cidade; nomes de líderes políticos, como Cel. Chicuta, Cel. Miranda, Cel. Mascarenhas, Cel. Gervásio Annes, General Prestes Guimarães e outros, podem nos dizer sobre como permaneceu na memória da cidade a Guerra do Paraguai e a Revolução Federalista; a Av. ‘Brasil’, a Av. ‘Sete de Setembro’, a rua ‘Independência’, todas nomeadas na mesma época (1913), nos falam do sentimento passo-fundense sobre o Brasil da época. A Avenida ‘Progresso’ é testemunha do que acontecia na cidade no início dos anos 1910. Um pouco antes do nome “Progresso” ser inaugurado nas placas da Avenida, chegavam a Passo Fundo o telefone (1909); os primeiros automóveis e a ligação por trem com São Paulo (1910); era inaugurado o Paço Municipal (1911) e o primeiro estabelecimento bancário, Banco da Província (1912); e a cidade passava a contar com a eletricidade, ‘força e luz’ (1913). Também nomes e datas da história nacional, como ‘Quinze de Novembro’, Av ‘Brasil’, praças ‘da República’, ‘Mal. Deodoro’ e ‘Mal. Floriano’ -, nomeadas todas de uma só vez, em 1913, dão um tom local e singular à necessidade de celebrar e rememorar a República.



Fonte: Paulo Magro

A ausência de nomes também é significativa: os raros nomes de personagens liberais, e a abundância de nomes republicanos nos dão uma indicação do poder político da época, bem como nomes de trabalhadores, de homens comuns, de mulheres e de jovens. Os monumentos levantados ao Cel. Gervásio, a Nicolau Vergueiro, a Fagundes dos Reis, trazem para o presente o esquecimento de outros, como o Cabo Neves. A ausência de nomes religiosos nas ruas, e o fato da primeira capela ter virado ruínas, levantam questões sobre a religiosidade da povoação, ou ainda, de coletivos étnicos, sindicais, trabalhadores, lideranças estudantis, de mulheres, etc.

A transformação urbana criou lugares, espaços, onde ficaram pendurados nomes representativos de personagens políticos, masculinos e envoltos em um imaginário “heroico”; revoluções, datas comemorativas e símbolos do país e da cidade, numa tentativa de, pela repetição e celebração, preservar para um futuro a memória que evocam. Assim, é importante destacar que a compreensão do passado local e nacional não pode ser restrito a alguns sujeitos.

Finalizando esta discussão, apenas neste texto, pois temos muito o que pesquisar, destacamos que o estudo dos topônimos requer discutir e analisar as ausências, bem como avançar na pesquisa e no ensino sobre os ausentes de memória, mas presentes na história. Portanto, Toponímia e História Local é um campo de pesquisa ainda por ser explorado, capaz de dar voz e vez aos silenciados, problematizar abordagens tradicionais e configurar outras possibilidades de compreender *A cidade na história e a história na cidade*.

BIBLIOGRAFIA

- BACZKO. B. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. V.5. Porto: Casa da Moeda, 1986.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 2009, pp. 41-114.
- CARDOSO, Ciro Flammarion. Repensando a construção do espaço. In: *Revista de História Regional*. (31): 7-23, 1998.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas, Ed. Da UNICAMP, 1990.

MACHADO, Ironita P. A cidade na história e a história na cidade. In: BATISTELLA, Alessando. (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Vol. 1. Passo fundo: Méritos, 2007. p. 15 – 28.

MACHADO, Ironita P.; MIRANDA, Fernando B. S. Lugar de passagem: toponímia e patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita P.(orgs.). *Momento Patrimônio*. Vol. II. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013.

MACHADO, Ironita P. *História Regional em sala de aula*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2014. (Prelo)

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

“OS TRIGAIS DO BOQUEIRÃO” A INDÚSTRIA MOAGEIRA E A TRITICULTURA EM PASSO FUNDO - 1930-1970

João Carlos Tedesco¹

Introdução:

O cultivo do trigo, em suas múltiplas correlações produtivas, mercantis e políticas, possui, em nível de Brasil, uma identificação com Passo Fundo, com as “loiras coxilhas do Planalto”.² Foi uma cultura que marcou a região do centro-norte do Rio Grande do Sul por várias décadas do século XX, em particular, entre os anos de 1930 a 1970.

Em correspondência com a produção do trigo, constituiu-se a indústria moageira em suas várias dimensões, localizações e inserções no mercado. O universo produtivo da referida cultura abarcou desde pequenos agricultores, esses, em geral, caboclos e descendentes de imigrantes europeus, como também médios e grandes proprietários, identificados regionalmente como “granjeiros”, ou seja, produtores modernizados e vinculados ao sistema financeiro presente na agricultura brasileira e no produto em particular.

O cultivo do trigo exerceu um ponto de germinação e de interligação de vários processos que já estavam em curso nas primeiras décadas do século XX na região de Passo Fundo; vários outros foram desencadeados com a maturação e crise do referido produto. Políticas públicas específicas (em particular dos Governos Vargas e Juscelino), agências de fomento e de pesquisa, sistema cooperativista, indústria moageira de capital nacional e estrangeiro, várias modalidades de trabalho e de constituição de propriedade da terra etc., marcaram época e configuraram-se entorno da “questão do trigo” no Brasil (ONODY, 1970).

O presente texto busca evidenciar alguns desses elementos centrando Passo Fundo nesse horizonte, com a intenção de demonstrar a importância dessa produção e suas correlações com a indústria moageira. Julgamos importante adentrar, ainda que sintética e panoramicamente, para esse tema pela sua afinidade eletiva com Passo Fundo e por ter “marcado uma época”, como nos disse um “granjeiro” entrevistado; há vários espaços no

¹Professor do Mestrado e Doutorado em História da UPF. jctedesco@upf.br

²Antônio Duarte, comentário no *Jornal Agrojournal* (Coopasso). Passo Fundo, 22 de out., 1968, p. 3.

território do município que identificam ainda a presença desse cultivo agrícola (moinhos, cooperativa tritícola, Embrapa-trigo etc.), bem como narrativas de sujeitos que estiveram envolvidos com o produto nos “tempos áureos”, em geral, entre os anos de 1950 e 60. Os “trigais do Boqueirão”³ refletiram a euforia da cultura do trigo em meados dos anos 50, também por ocasião das comemorações do Centenário do Município (1957), o qual foi plantando também em canteiros urbanos como forma de demonstrar sua centralidade e importância no período.

Entrevistamos alguns comerciantes, proprietários de moinhos do meio rural e do meio urbano de Passo Fundo, revisamos literatura sobre o tema do trigo no Rio Grande do Sul e a indústria moageira;⁴ buscamos construir algumas tabelas para demonstrar processos econômicos e sociais em dados quantitativos; buscamos também pesquisar em jornais de Passo Fundo matérias em torno do trigo e dos moinhos; há um vasto material nesse sentido, principalmente abordando as reclamações dos granjeiros frente às diretrizes do estado em torno do comércio e preço do produto. Enfim, damos prioridade às vozes de sujeitos que encontramos e que tiveram ligação com o tema no período em questão.

Organizamos o texto, de uma forma sintética, primeiramente alisando um primeiro ciclo de desenvolvimento econômico, o qual produziu algumas das condições para a expansão e consolidação do cultivo do trigo; posteriormente, damos ênfase a alguns tópicos que estiveram em correlação com o referido cultivo, como é o caso dos granjeiros, dos moinhos coloniais, dos urbanos, dos comerciantes rurais e urbanos e dos processos organizativos e associativos dos produtores; por final, abordamos alguns elementos da crise do referido cultivo e alguns de seus desdobramentos.

³Matéria publicada no Jornal *O Nacional* de Passo Fundo, em 14 de agosto de 1957, p. 2. O conteúdo da mesma dá ênfase à Festa Nacional do Trigo na cidade, em 1957, porém, critica o fato de alguns cidadãos plantarem trigo nos canteiros da Avenida Brasil no bairro Boqueirão. Um pequeno fragmento do texto diz que: “Estamos muito de acordo que no ano em que aqui se realizou a VII Festa Nacional do Trigo – 1957 – seguindo o exemplo de outras cidades, houvesse por bem o ilustre odil passo-fundense mandar plantar trigo nos canteiros da Avenida Brasil, como que demonstrando aos forasteiros que aqui o cereal-rei medra até mesmo nas ruas da cidade”.

⁴Grande parte das entrevistas que utilizamos foram efetuadas em 2008 e 2009 por ocasião de um projeto de pesquisa que buscava analisar alguns processos do desenvolvimento econômico de Passo Fundo a partir de periodizações estabelecidas. Alguns dos entrevistados já faleceram, outros ainda residem em Passo Fundo.



<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2013/10/mesmo-com-avanco-da-colheita-preco-interno-do-trigo-nao-deve-ceder-4288015.html>, acesso em 15/07/2014. Foto: Divulgação.

Um primeiro ciclo econômico

Na economia de Passo Fundo é possível visualizar alguns ciclos econômicos que, na verdade, não foram estanques e nem exclusivamente localizados, mas retroalimentados e em sinergia com a dimensão histórica do contexto regional e estadual. Nesse sentido, entendemos que, em razão de suas correlações temporais e produtivas, processos econômicos vão se redefinindo, porém, tendo sempre como base as condições estabelecidas em épocas anteriores; ou seja, não há o *fim* de um e o *começo* de outro ciclo econômico.

Com essa concepção, podemos localizar um primeiro ciclo e datá-lo entre os anos de 1857 (emancipação de Passo Fundo) até por volta de 1930/40. É um período centrado pela dinâmica extrativista e pecuarista. A madeira e a erva-mate configuravam o primeiro, os campos de criar e o tropeirismo o segundo. As várias formas de colonização, as políticas indigenistas (em geral, de aldeamentos) e as migrações internas se fizeram sentir nesse período; comerciantes possuíam o papel-chave na dinâmica da produção e troca de mercadorias, bem como na esfera política local; os que marcaram grande presença no final do século XIX foram os de origem alemã em Passo Fundo (NASCIMENTO, 2010); os mesmos estavam em sintonia mercantil com tropeiros, estancieiros, ervateiros, colonizadores, peões, pequenos e grandes proprietários agrícolas (RÜCKERT, 2003).

Os pinhais, os ervaais, os campos de pecuária, as serrarias, as manufaturas, as industriais coloniais, as mulas, a agricultura, o artesanato, dentre outros, expressavam os principais recursos econômicos desse período na região de Passo Fundo (XAVIER E OLIVEIRA, 1990). A estrada de ferro, a partir de 1898, foi um elemento de infra-estrutura fundamental para a dinâmica desse período e para as posteriores. A abertura de estradas, a agricultura de excedentes, a melhoria e/ou tentativa de imprimir um *complexo rural* (produção ligada ao consumo urbano, trocas mercantis de produtos em espaços regionais, propriedade privada da terra, uso de tração animal e incipiente tecnologia nas culturas rurais, indústrias artesanais etc.), as culturas diversificadas, mas em particular, o trigo e o milho, deram o tom e a estruturação desse primeiro ciclo com conotação econômica, ou seja, um complexo de relações produtivas que interagia com o dinamismo das trocas mercantis, que marcaram o período na região e no estado e, em particular, vinculou relações sociais e produtivas do meio rural no contexto urbano que se desenhava em Passo Fundo.

Nesse cenário, a agricultura de subsistência e o processo artesanal de produção, característicos da segunda metade do século XIX, aos poucos, foram substituídos pela dinâmica de uma agricultura comercial, a qual já vinha se alterando nas colônias alemãs e em outras mais antigas, vinculadas e mediadas pelos comerciantes (com seus cargueiros, caixeiros-viajantes, carreteiros e caminhoneiros; posteriormente, grandes agroindústrias de banha, vinho, cereais e carnes), aprofundando e complexificando as relações entre os agricultores e ramos do capital comercial e/ou industrial e também ampliando redes de comércio e de interligação inter-regional (ROCHE, 1969; BRUM, 1988).

Não dispomos de muitos dados e detalhamentos sobre a agricultura, indústria e comércio de Passo Fundo nas primeiras décadas do século XX; não obstante, sabe-se que o meio rural de Passo Fundo foi um espaço de grande dinamismo de comércio de produtos em correspondência com o seu desenvolvimento agrícola e com a incipiente indústria, a qual, nos anos 60, cederá espaço para a constituição de um complexo agroindustrial (GHEM, 1982). Esse horizonte sinérgico (agricultura/comércio e indústria) criou as condições para a maturação de um processo econômico e também para definir um segundo ciclo que se efetiva a partir dos anos de 1930, o qual se caracteriza pela inovação tecnológica (substituição e/ou redefinição de fatores do *complexo rural*), pela constituição de um *complexo agroindustrial* e terá como carro-chefe o modelo de modernização agrícola expresso, em grande parte, pela inserção mecânica e técnica na esfera produtiva e mercantil (RÜCKERT, 2003).

Os “granjeiros do trigo”, como eram conhecidos, tornaram-se, a partir de então

(por volta de 1940), a expressão desse novo dinamismo. Os mesmos eram, na sua maioria, profissionais liberais urbanos que, conhecendo os novos processos que se desenhavam na agricultura e no mercado urbano, aproveitando a grande e definitiva crise da pecuária (fim do tropeirismo, crise no preço do charque e do couro, importação de carnes), arrendam de estancieiros e/ou adquirem campos e produzem trigo sob a orientação modernizante da referida cultura, a qual vinha sendo priorizada nas políticas públicas nacionais (incentivos fiscais, creditícios, estações experimentais etc.) desde meados da década de 1930 pelo governo Vargas.

Na esteira desse processo todo, a partir da década de 1950, instalam-se ou modernizam-se os grandes moinhos, surgem as cooperativas tritícolas, intensificam-se as estações experimentais de pesquisa do trigo, o comércio se diversifica e imprime novas rotas comerciais auxiliado pela abertura de novas estradas e a inserção do caminhão; indústrias, em geral, ligadas ao complexo agroindustrial nascente, ligam-se ao mercado urbano em expansão, aproveitam as inúmeras vantagens que as macro-políticas nacionais das décadas de 1950 e 60 oferecem e dimensionam com grande intensidade a sua correlação com a agricultura (BRUM, 1988). Comerciantes rurais migram para a cidade e implementam comércio variado, mas em ligação umbilical com os produtos agrícolas; a cidade passa então a ter um vínculo mais estreito, em termos econômicos, com o meio rural e vice-versa.

Nesse primeiro ciclo, portanto, não podemos deixar de enfatizar que a agricultura de excedentes foi uma fonte econômica de fundamental importância para Passo Fundo desde as primeiras décadas do século XX. Essa realidade foi, primeiramente, auxiliada pela estrutura ferroviária, pela migração de agricultores policultores, pela ocupação produtiva das terras de matas e parte das terras de campo, pela existência, ainda que incipiente, no início do século, de um mercado consumidor regional e pelas possibilidades de escoamento da produção, de uma concentração urbana maior como é o caso da região colonial e do Centro-Sul do Estado, bem como para grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, os quais se tornaram locais de escoamento e de consumo de produtos provindos da referida região de estudo (TEDESCO; SANDER, 2002).

As inúmeras casas de comércio no meio rural articulavam mercantilmente a agricultura e as atividades industriais e artesanais (ou, então, o artesanato industrial como era o caso de moinhos e olarias), demonstram isso; até porque muitos desses comerciantes do meio rural tornaram-se, pós- anos 60, médios e grandes comerciantes urbanos de Passo Fundo, como é o caso da família Busato, Di Domênico, Zaffari, Ughini, Tascheto, Andretta, Rosso, Borowoski, Zanella, Zílio, Grazziotin, dentre outros.



Moinho Passo-fundense, entre 1954-1955.

Fonte: autoria não identificada. Acervo do Centro de Memória Bunge.

Imaginamos que a migração intensa para as terras do norte e centro-norte do Rio Grande do Sul, de colonos provenientes das antigas colônias, a rápida ocupação e colonização, a dinâmica da indústria da madeira, os moinhos no meio rural etc., demonstram ter sido essa região agrícola, em meio a uma pecuária em crise, um espaço econômico e um território promissor nas primeiras décadas do século XX.

É nesse cenário que a indústria moageira e a cultura do trigo, ambos em sinergia, ganham corpo e repercussão em Passo Fundo. Ambos estiveram ligados a empreendedores que, em geral, pertenciam a uma escala média urbana e que, nas suas relações com o processo de produção agrícola, com o sistema financeiro nascente em termos de fomento à industrialização, bem como aos incentivos creditícios, souberam inserir-se num processo produtivo que deu grande expressão à Passo Fundo.

A indústria moageira e os granjeiros em Passo Fundo

Como já mencionamos, a triticultura, desde as primeiras décadas do século XX, foi uma marca do centro-norte do Rio Grande do Sul. Havia interesse da esfera pública nesse sentido, principalmente na década de 1930; isso refletiu-se em Passo Fundo quando, em outubro de 1938, inaugurou-se a Estação Experimental de Passo Fundo, na Vila do Englert (atual distrito pertencente ao município de Sertão), expressão forte de políticas públicas, em nível federal, destinadas a realizar a pesquisa do trigo (PARIZZI, 1983, p. 50), melhorar o acervo técnico e agrônômico do produto, aumentar a oferta, recuperar a agricultura do Rio Grande do Sul, reduzir a importação do cereal e favorecer a população urbana com o

cereal básico na alimentação (GRYZBOWSKI, 1972).

Em Passo Fundo, foram criados, a partir dos anos 40, postos de multiplicação de sementes; o governo passou a garantir preços mínimos para o produto, além de créditos e subsídios. Com isso, expandiu-se a indústria moageira, investiu-se na infra-estrutura de comercialização e também em melhorias tecnológicas, objetivando expandir o mercado interno (BRUM, 1988).

Nas décadas de 1940 e 1950, as regiões coloniais denominadas de “italiana” e “alemã”, bem como o centro-norte do estado, nessa última, tendo Passo Fundo, Cruz Alta e Erechim como epicentros, foram territórios expoentes de uma agricultura de base nacional (trigo/milho). As políticas de incentivo ao mercado nacional dinamizaram a produção no Rio Grande do Sul. Para se ter uma idéia, dos 200 mil ha de trigo cultivados em 1940, ampliou-se para 400 mil em 1948; em 1954 já havia mais de um milhão de ha cultivados no estado, porém, nesse ultimo período já está em evidência a figura do granjeiro – produtor capitalista e modernizado - e a conseqüente formação e desenvolvimento de uma lavoura não mais tanto de base familiar e com técnicas rudimentares, mas de cunho empresarial e tecnificada, inserindo nesse universo as grandes propriedades e parte das terras de campo. Desse modo, passa a haver um rearranjo nos processos de produção e na estrutura fundiária (GRYZBOWSKI, 1972)

**Localização da produção de trigo no Rio Grande do Sul, em 1965
(os quatro maiores municípios)**

Municípios	Kg	%
Cruz Alta	20 610 430	8,75
Passo Fundo	12 131 180	5,12
Ijuí	11 476 849	4,84

Fonte: Adaptada da CCLFST.⁵

Segundo Rückert (2003, p. 78), a produção de trigo em moldes capitalistas é absorvida em grande parte a partir, principalmente, da década de 1950, pela fração de classe capitalista representada pelos comerciantes-industriais, com o apoio do Estado, favorecendo, com isso, os grandes proprietários e pessoas completamente estranhas à agricultura (comerciantes urbanos, industriais, médicos, engenheiros e advogados), que, animados por grandes lucros visualizam possibilidade de grandes negócios com a triticultura. Porém, não esquecendo que a pequena agricultura de base familiar também participou desse processo de oferta, porém, em condições inferiores em termos de acervo

⁵Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Safras Tritícolas, safra 64/65. Documento. Relatório. 1965.

técnico, volume de produção e vínculos com os comerciantes, industriais e moageiros do município; seus vínculos maiores se davam com os moinhos e comerciantes rurais.

Tivemos em Passo Fundo, a partir desse período, uma grande quantidade de comerciantes, industrialistas, proprietários de moinhos com condições de acumulação, que adquirem várias frações de terra, tornando-se, assim, também, proprietários fundiários arrendadores de terras para a triticultura. Diz Rückert (2003, p. 79) que “na safra de 64/65, no centro do Planalto Médio, os capitalistas arrendatários ocupam mais de 50% da área cultivada com trigo. [...]. Na safra de trigo de 1970/71, a área cultivada com o cereal foi em torno de 500% maior do que a safra de 1964/65”.

Com isso, percebe-se que os comerciantes-industriais já possuíam capitais acumulados quando se lançaram à triticultura capitalista; colaboram, com isso para revolucionar as técnicas, o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, bem como a estrutura fundiária. Segundo Rückert, nas décadas de 50-60, muitas terras de campo foram vendidas na região após mais de uma década de experiência intensa de arrendamentos capitalista. Dentre os compradores estão industrialistas (65%, principalmente do ramo madeireiro) e/ou comerciantes de Passo Fundo que adquirem grandes extensões, algumas delas, inclusive como frações dentro de um grande latifúndio regional como é o caso da Fazenda Sarandi (o qual possuía mais de 50 mil ha em meados dos anos 50). Os mesmos passaram a ser as grandes referências do ramo produtivo na região, bem amparados que estavam por uma indústria moageira de grande e pequeno porte, bem como por uma estrutura cooperativa (Coopasso), a qual nasceu demandada pelos granjeiros e se tornou, na década de 1970, a segunda maior da América Latina (TEDESCO; BEUX; SOUZA; CECHE, 2005).

**Produção total, tonelagem e área cultivada de trigo na região de
Passo Fundo em 1950 e 1960**

Produto	1950		1960	
	ton.	área (ha)	ton.	área (ha)
Milho	382.057	290.713	566.015	413.495
Trigo	127.267	176.291	171.783	283.836
Soja	52	-	22.033	32.841

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960. - Dados inexistentes na fonte.

O milho, no período, esteve em primeiro lugar entre as culturas na região; plantado especialmente na pequena propriedade, cuja grande produção e importância eram atribuídas, sobretudo, à associação da pecuária com a suinocultura. O milho fornecia

insumos e matéria-prima para os armazéns, os moinhos e os frigoríficos (SOUZA, 2004, p. 34). Havia uma estreita ligação entre comerciantes, granjeiros e moageiros. Os processos mercantis *para frente e para trás* dos moinhos contavam com a participação dos produtores e intermediadores. Um proprietário de moinho colonial nos disse que

“A produção de trigo era grande e o moinho não parava. Chegavam a vir de caminhão e faziam estoque de trigo, traziam uma carga, deixavam aí e tinha uma outra pronta. Os comerciantes faziam o movimento do moinho. As casas de comércio em Passo Fundo compravam e recebiam a farinha. Eles compravam trigo, vinham aqui, nós beneficiava o trigo e eles levavam a farinha. [...]. Segunda de madrugada era o dia, enchia a carroça, era fila de carroceiro que ia para Passo Fundo, todos com farinha e outros produtos da colônia também”.⁶

Na visão de Roche (1969, p. 579), “os comerciantes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários ao colono, mas quando este levava àqueles um produto que lhe havia custado meses de suor e de energia, davam-lhe um preço miserável por ele, e ainda só em troca de mercadorias”. Não temos dúvida de que os comerciantes e pequenos industriais, comumente em correlação pessoal ou de atividades, passam a controlar a economia das pequenas unidades familiares no meio rural. Os mesmos formaram capitais e tornarem-se grandes proprietários de terra, não deixando sua atividade comercial, ou melhor, ampliando sua atividade, inclusive alargando sua ação para o ramo industrial e urbano.

Pessoal ocupado no meio rural de Passo Fundo – 1940/1970.

Condição	1940		1950		1960		1970	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Trab. familiar	19.918	96,18	22.547	87,55	17.795	87,57	8.641	85,50
Empre-Gados	791	3,81	2.099	8,15	2.370	11,76	1.393	13,79
Parceria	-	-	1.110	4,30	154	0,75	72	0,71
Total	20.909	100,00	25.756	100,00	20.319	100,00	10.106	100,00

Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

A tabela acima evidencia que, com o aumento do processo modernizador da agricultura, pós-anos de 1960, reduziu-se o percentual de participação do trabalho familiar na agricultura e aumenta-se o de empregados; a maior atuação dos granjeiros,

⁶Edvino Camera, 74 anos, foi proprietário e trabalhou por mais de 40 anos em moinho colonial na comunidade do Passo do Chinel, interior de Passo Fundo. Entrevista direta.

principalmente a partir da substituição da condição de arrendatário para a de proprietário, as migrações de pequenos agricultores para outras fronteiras agrícolas (SC e PR) ajudam a compreender esse processo.

Número de estabelecimentos rurais e área (ha) em Passo Fundo - 1940, 1950 e 1960.

Anos	Menos de 50 ha		50 a menos de 500		500 e mais		Total	
	Nº estab.	Área (ha)	Nº estab.	Área (ha)	Nº estab.	Área (ha)	Nº estab.	Área (ha)
1940	3.742	82.740	1.165	140.672	112	99.785	5.019	323.197
1950	5.746	121.891	1.389	163.705	110	104.438	7.245	390.034
1960	5.009	83.360	856	105.515	72	71.986	5.937	260.861

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1940, 1950 e 1960; adaptado de Rückert, op. cit., 1991.

Percebe-se que os anos de 1950 foram centrais no processo de ampliação da apropriação privada da terra no município; os anos 60 revelam um processo de modernização na agricultura mais intenso, o qual provocou aumento da migração para outras regiões do estado e fora dele, bem como para o meio urbano (Singer, 1973). As décadas de 1950 e 1960 foram um período em que houve várias emancipações de distritos que pertenciam a Passo Fundo, por isso que houve uma significativa redução da população total presente no censo de 1960; não obstante esse processo, a população rural teve no período, pós-1950, uma queda vertiginosa.

População total, urbana e rural de Passo Fundo entre 1940-1980

Anos	Total	Urbana	Rural
1940	80.138	20.584	59.554
1950	101.887	31.229	70.658
1960	93.179	50.559	42.620
1970	93.850	70.869	22.981
1980	121.156	105.468	15.688

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980.

Um entrevistado referiu o fato de que o comércio de Passo Fundo, em linhas gerais, antes do avanço da urbanização (década de 60), esteve profundamente vinculado à

agricultura, visto que, sendo em grande número, a população rural constituía um mercado certo para as redes de comércio de todos os tipos.

“O comércio de Passo Fundo era todo ele ligado à agricultura. Tinha comerciante pra fora que era mais forte do que na cidade. Nós mesmos vendíamos quase mais no interior do que na cidade, vendíamos artigos de montaria, tamanco, artigos de couro no comércio do interior. O milho, a banha, toucinho, o trigo, o porco, tudo tinha ligação com a indústria e o comércio de Passo Fundo. É só pra vê o que tínhamos de frigoríficos, moinhos e curtumes. O Moinho Rio-grandense, o Busato, o nosso curtume. Outros comerciantes, o Verardi e os laione, esses eram grande também. O Costi, acho que lá por 47/48, tudo tinha ligação com agricultura. Aqui onde estamos, nesse lugar [onde hoje se localiza o Edifício Planalto, na rua Coronel Chicuta, centro da cidade], era potreiro, era lugar de amarrar cavalo, deixar as carroças, muitos carroceiros da região, de Erechim, Carazinho, Palmeira, tudo vinha aqui”.⁷



Antigo Moinho Rio-grandense em Passo Fundo.

<http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=subcategoria&chaveCategoria=20>

Os moinhos coloniais

O município de Passo Fundo, na década de 1930, registrava a presença instalada de 48 moinhos no meio rural e 17 no meio urbano; Segundo Verzeletti (1999), em 1938, entre sedes e distritos, havia em Passo Fundo 64 moinhos de trigo; esse número se eleva

⁷Entrevista direta (em agosto de 2008) com Sr. José João Holzbach, 76 anos. Antigo comerciante e industrial principalmente do ramo de couro em Passo Fundo e em Getúlio Vargas.

ainda mais na década de 1950; na região de Passo Fundo, em 1954, havia 98 moinhos coloniais, sendo sua maior parte nos espaços de maior presença de migrantes de etnias européia. Esse processo demonstra a forte presença dessa indústria artesanal na região como expressão da cultura do trigo e da grande demanda pelos produtos industrializados do mesmo.⁸

Um comerciante do ramo de couro e moageiro nos diz que

“O moinho começou a partir de 1947, meu pai construiu. Havia muita plantação de trigo na região e o pessoal queria comer a sua farinha e descascar o seu arroz; muitos da cidade queriam a farinha de moinho de pedra. Muitos comerciantes queriam comprar a farinha não de cilindro, porque o pessoal da cidade também era acostumado a comer a farinha não industrializada. O moinho beneficiava os dois. [...]. O moinho sempre foi tocado a água e sempre com a pedra. Meu pai carroceava e era isso que fazia o lucro com o moinho. Tinha as entregazinha dele e aí se fazia dinheiro. Não tinha moinho que não tinha chiqueiro, sempre sobrava uma quixerinha pros porcos”.⁹

Os moinhos coloniais operavam com técnicas de beneficiamento simples; a utilização da mão-de-obra era praticamente da família e havia uma intensa interligação comercial com os pequenos agricultores do âmbito regional. Os moageiros (“moinheiros”, como se costumava denominar na época), muitos deles, eram pequenos agricultores; buscavam empreender a partir de seus conhecimentos de mercado e na atividade, com certo voluntarismo, aproveitando as hidrográficas disponíveis e dos saberes que se difundiam no meio rural e no horizonte familiar por gerações precedentes.

“Meu pai gostava de lidar com comércio. Quando comprou a terra aqui, comprou porque já havia uma tafona, alambique e um pequeno moinho tocado a água. Isso lá pelos anos 20, não me lembro bem. Tinha muitos aqui que construíam moinhos e montavam a aparelhagem para a moagem. A pedra era fácil de achar, as rodas e a água já eram conhecidas; o trigo tava dando bem, todo mundo plantava aqui. O moinho dava bem antes do governo botar a mão. [...]. trabalhamos a vida toda no moinho. Agora depois de 10 anos parado, tem gente da cidade que está querendo reativar, mas acho difícil que de certo”.¹⁰

⁸Os moinhos de maior expressão existentes, em 1950, no meio urbano de Passo Fundo, eram J. Maraschin, Busato Irmãos & Cia, Moinho Dell Mea, Vva. Olívio Giavarina & Cia Ltda, Moinhos Rio-Grandense, Nergílio Milan, Moinho de Joaquim Escobar.

⁹Entrevista com Edvino Camera, já informada.

¹⁰Entrevista com Edvino Camera, já informada.

Essas industriais artesanais no meio rural foram fundamentais para o suprimento e absorção de matérias-primas dos agricultores, nos nichos de mercados, bem como para alimentar os grandes moinhos localizados no meio urbano (Beux, 2003; Souza, 2004). Um entrevistado expressa bem isso,

“uma mão para auxiliar o colono que precisava de uma farinha, de uma moagem para os bichos, na época que nem todos tinham luz ou conseguiam comprar um motor a combustível. O moinho era um quebra galho pros colonos que, na época, não era que nem hoje, tinha muito colono, cada colônia tinha morador; mas eram esses moinhos que também serviam de produtos os maiores; Passo Fundo tinha vários desses grandes, vendiam a farinha barata pra esses e, esses, mandavam pro Brasil afora”.¹¹

Até por volta de meados dos anos 60, grande parte desses moinhos colônias conseguiu manter-se na produção; posteriormente, com as novas diretrizes para o trigo nacional e as técnicas de moagem, em correspondência com ciclos de crise do trigo no final dos anos 50 e por toda a década de 1960, boa parte desses estabelecimentos não prosperaram mais. Visitamos alguns locais onde havia moinhos pelo meio rural do atual território de Passo Fundo, vimos que praticamente todos estão desativados, com exceção de um, de São Valentin, o qual foi construído no final dos anos 30.



Moinho de São Valentin. Meio rural de Passo Fundo. Foto de Severino Mozzini.

No moinho de São Valentin, as formas tradicionais de confecção da farinha, as técnicas mais convencionais do período (força d'água, a presença do socador de erva, o sistema de moagem a pedra etc.) ainda se fazem presentes e, são valorizadas pela

¹¹Entrevista direta (em setembro de 2009) com Ernesto Dal'Bosco, proprietário de moinho colonial no meio rural de Passo Fundo, nas décadas de 1950 e 60. O mesmo hoje é falecido.

dimensão do turismo rural desenvolvido por agentes urbanos de Passo Fundo.

Na década de 1950, alguns moinhos passaram a utilizar o cilindro, que, na época, era considerado um maquinário moderno, pois permitia produzir uma farinha de melhor qualidade. Porém, esse processo não foi tão dinâmico no meio rural de Passo Fundo em razão de seu alto custo e do fato do mesmo alterar significativamente a farinha produzida e modificar a tradição e os hábitos alimentares dos agricultores da região.

“Os de cilindro eram melhores porque faziam a moagem mais ligeira e ficava uma farinha de melhor aparência principalmente para quem achava que pão bom era aquele branquinho. Quem teve condições de botar cilindro durou mais tempo com o moinho, mas com o tempo quebrou também; a concorrência com os grandes e a política do governo dificultou pra eles também. Nós continuamos com a pedra e, pra tu ver, tão querendo reativar de novo agora!”.¹²

Em meados da década de 1970, foi sancionada uma lei que regulamentava o funcionamento dos moinhos coloniais com a intenção de ativá-los, porém, muitos deles já estavam desativados em razão das regulamentações anteriores, da intensa concorrência com os moinhos urbanos, os quais operavam com técnicas mais avançadas de moagem e de acesso aos mercados consumidores e com a grande possibilidade da entrega do trigo aos grandes moinhos urbanos (os quais ofereciam preço melhor) e a conseqüente compra da farinha pelos agricultores, tudo isso favorecido pela possibilidade de aquisição do automóvel e melhoria das condições de trafegabilidade no meio rural (SOUZA, 2004).

“Em 1970 nós vendemos o moinho para a Coopasso. Entregamos tudo pra Coopasso. Não dava mais viu; o colono tinha condução e vinha vender diretamente pro consumidor, ou em lugares diferentes. Os colonos, mais os granjeiros fortes, né, vendiam o produto pra Coopasso. Foram eles que fizeram a cooperativa. [...]. O grande negócio mesmo foi o moinho nos anos 60; no final dos anos 50 foi o forte do trigo. [...]. Alguns faliram, outros mudaram de ramo, eu mesmo entrei só pro ramo de armarinhos, o Grazziotin, por exemplo, entrou pro comércio de eletrodomésticos e assim se deu bem. As estradas, a vinda seguida dos agricultores até a cidade e depois também as vendas meio que concentradas na cooperativa reduziram muito os comerciantes e os moinhos que tinha no meio rural”.¹³

¹²Entrevista com Edvino Camera, já informada.

¹³Entrevista direta (setembro de 2009) com o Sr. Joel Iaione, 80 anos; o mesmo foi moageiro e dono de frigorífico.

No meio rural de Passo Fundo, pós-anos 80 sua presença ficou mais na lembrança; poucos sobreviveram; ficaram as construções, a bica d'água, as correias e os soques de ervas, o chiqueiro de porco vazio, o lugar para amarrar os cavalos abandonado, a memória e o desejo de muitos em voltar a comer a “farinha do moinho de pedra”.



O moinho “dos Camera” no meio rural de Passo Fundo. Hoje está desativado.
Fonte: pesquisa de campo.

Os grandes moinhos urbanos

A cultura do trigo era tão importante na região que, nas primeiras décadas do século XX, grandes redes de moinhos já anunciavam sua instalação em Passo Fundo (TEDESCO; BEUX; SOUZA; CECHECH, 2005). Vejamos uma matéria do jornal local noticiando a instalação de um moinho:

Em companhia do sr. Pedro Vargas, representante da firma Vva. Albino Cunha & Cia. esteve ante-hontem, em visita á nossa redacção o sr. Gustavo Kauffmam, gerente geral da “S. A. Moinhos Rio-Grandenses” que, por parte desta, veio ultimar os estudos para a instalação aqui, de um moinho identico aos que a companhia possui em Porto alegre e Pelotas, sob as denominações de “Rio-Grandense”, “Porto-Alegrense” e “Pelotense”. [...], satisfazendo, assim, as previsões do augmento da cultura do trigo nesta zona que, de anno a anno, é intensificada consideravelmente. [...]. Será elle construido em terrenos da firma Vva. Albino Cunha & Cia. á Avenida Progresso e onde ora se encontra o armazém da referida firma, que é a principal accionista

da S. A. Moinhos Rio-Grandense, e a cuja influencia originar-se-a a realização do empreendimento com o qual muito terá a lucrar Passo Fundo (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 15 maio 1930, p. 2).

Francisco Xavier e Oliveira (1990), em sua época, foi um dos protagonistas da voz pública a reivindicar o melhoramento das vias de acesso para que a agricultura pudesse ser expoente e o município comercializasse o que produzia, em particular o trigo e, com esse, viabilizar a indústria moageira de grande porte na cidade. Agricultura (trigo) e estradas estavam sempre nas manifestações públicas de Antonino e em seus muitos escritos:

“Elle é verde a principio, amarello depois; as duas cores mais amplas da bandeira gloriosa do Brazil. Para representa-la mais fielmente não tem o azul, é certo, nem as constellações brilhantes que penteiam, mas o céu da Patria lh’os dará, cobrindo-o como o seguro elemento de Ordem e Progresso. Não é só esse, porém, o symbolismo da abençoada planta. O verde que a seara ostenta a principio, pôde symbolisar a nossa esperança no futuro grandioso da Patria, construido principalmente pela riqueza que lhe há de vir dessa planta, que amarellece no curso da sua evolução, bem fzeria para os povos. Plantar trigo, pois, é cultivar as cores symbolicas do Paiz, é ter esperança no futuro da Patria, é enriquecer o Brasil!” (Jornal O Nacional, Passo Fundo, 19 jun., 1930, p. 27).

A década de 1930 foi importante nesse sentido, ou seja, viabilizaram-se políticas de fomento para toda a cadeia do trigo, principalmente na esfera produtiva e industrial. A concessão de incentivos fiscais à produção e industrialização do trigo, as políticas que objetivavam a substituição de importações, o aumento da produtividade e o melhoramento técnico, os incentivos para aquisição de máquinas (em geral, importadas) para a produção na lavoura, fato esse que desenvolveu a categoria dos granjeiros nas décadas de 1940 e 50, bem como constituiu o complexo moageiro em Passo Fundo (TEDESCO; BEUX; SOUZA; CECHE, 2005). Passo Fundo foi sede, durante algumas décadas, de um complexo comercial e moageiro da família Busato (moinho, atacado de secos e molhados, varejo, representações e postos avançados de grandes grupos econômicos), Ughini, Dalla Mea, Lângaro, Milan, Biasus, Menegaz, Iaione, Nadal dentre outros. A entrevista que segue ajuda a entender esse processo:

“Os Busato eram família muito grande, sempre estiveram no ramo comercial. O destaque foi o Moinho São Luiz. O Moinho São Luiz começou por volta de 1938. Os sócios eram os Busato, o Vanzo e o Mioni. Esses foram os que fundaram o Moinho São Luiz. Na época era o Moinho São Luiz e o Moinho Rio-Grandense em Passo Fundo

os maiores. A concorrência era entre eles. Parte dos Busato caíram fora depois em 45 e foram investir em outros ramos comerciais; em 53 venderam tudo pros chineses, que tinham moinho em Canoas; acabou o moinho. [...]. O Manoel Falcão, o Lângaro e outros se estabeleceram no local onde era o Moinho São Luiz. [...]. Os Busato foram depositários do Moinho Indígena de Carazinho, do moinho dos chineses de Vacaria e de vários outros. [...]. O trigo deu muito dinheiro pra cidade e para os comerciantes”.¹⁴

Os jornais locais da época, principalmente *O Nacional*, expunham inúmeras matérias sobre a intensidade da cultura do trigo, atribuindo méritos conjugados aos grandes empresários rurais, ao governo e à estrutura cooperativista que se agigantava, bem como ressaltavam o crescimento do número de moinhos que se localizavam na região. No final da década de 1950, Passo Fundo já contava com uma rede de moinhos e de classificadores de semente que absorvia e dinamizava a cultura do trigo na região.

Fidélis Dalcin Barbosa (1977), percebendo esse dinamismo todo, romanceia o tema do trigo em uma das suas obras, centralizando a figura dos empreendedores agrícolas na região do Planalto (granjeiros e moageiros, principalmente nos grandes localizados em Passo Fundo), abordando o processo de alteração dos processos produtivos tradicionais para formas modernas de produzir, mediados pela cultura do trigo, nas décadas de 40 e de 50. Sem mostrar as contradições das relações sociais que se apresentavam no momento em torno do produto e da questão da apropriação da terra, o espírito aguçado de Barbosa, através da história de um jovem casal (personificando a figura do granjeiro desta região), conseguiu resgatar essa passagem marcante da história econômica e social da região de Passo Fundo, dos vínculos entre pecuária e agricultura, da relação entre colonos e estancieiros mediados por comerciantes, cooperativas, mercados externos, concepções nacionalistas e, após, a abertura completa de mercados, desmatamentos irracionais etc. (BARBOSA, 1977).

As máquinas, os implementos e os insumos, a partir da década de 40, foram fundamentais para intensificar a derrubada do “liso, altaneiro e qualgigante de peito aberto,” como coloca, ufanisticamente, o autor referido acima; os mesmos permitiram *limpar o terreno* para o trigo. A literatura revisada sobre o período no Rio Grande do Sul registra que dois fatores são considerados básicos para o surgimento da indústria gaúcha de máquinas e implementos agrícolas: o crescimento das lavouras de trigo e de arroz no período 1950–60 e a implantação, em nível nacional, da indústria de tratores em 1960.

¹⁴Entrevista direta (julho de 2008) com o Sr. Antônio Busato, 66 anos. O entrevistado foi proprietário de moinho, grande comerciante por mais de meio século em Passo Fundo.

“O comércio dos anos 50 girava em torno da agricultura. Só pra ter uma ideia, tínhamos o Moinho Rio-grandense, o Busato, a Coopasso, o Moinho Milan, o dos Lângaro, a Cervejaria Barbieux, os Irmãos Biasus; o Moinho Rio-grandense, já disse, mas é importante porque era de uma grande multinacional a Bung & Born [...]. Era forte a coisa aqui. [...]. As granjas desfilavam os tratores e davam o aval pra isso, viu”.¹⁵

Os granjeiros foram os grandes ofertadores do trigo para a grande indústria moageira do município. Os mesmos conseguiam com facilidade obter financiamentos para o plantio, compra de máquinas, aquisições de grandes extensões de terra. Um grande produtor de trigo/arrendatário da década de 50, relatou-nos em entrevista:

“O trigo deu muito bem na região entre os anos 51 até 55, depois não. Eu deixei em 57. Só dava pra vender pro Moinho Rio-grandense, onde depois dos laione virou a Coopasso. Os arrendadores queriam vender as terras, criou um caos. [...]. Quem era granjeiro mesmo recebia financiamento, alguns deles até vendiam máquinas, fabricavam até, como é o caso do Rossato, que depois virou a Semeato. Os Menegaz, que não tinham nada a ver com a terra, voltaram-se também pro ramo do trigo, de máquinas, tinham moinho grande também. [...]. Os Tagliari e outros pioneiros do trigo tiveram a idéia de começar com uma pequena associação. Aos poucos, foi agregando mais gente e surgiu a idéia de uma pequena organização cooperativa. [...]. O Paulo Rossato entusiasmou-se na produção de trigo e comprou terra em Palmeiras, após começou a fazer plantadeiras. O Stédile, que veio de Caxias, por lá também comprou muita terra. O Goelzer reduziu a pecuária e transformou muita terra em granja. [...]. O “plantai trigo” do governo federal pegou forte aqui; a novidade era plantar trigo em barba-de-bode, terras de campo, fraca, que quase ninguém queria. [...]. Os granjeiros exerceram grande passo no desenvolvimento econômico de Passo Fundo”.¹⁶

Em 1954, o decreto-lei 35.769 obrigava todos os moinhos instalados no país a adquirirem o trigo de produção nacional em cotas proporcionais a sua capacidade industrial de moagem e armazenamento. As cotas do trigo importado eram distribuídas mediante comprovação da compra do produto nacional e eram proporcionais à capacidade de moagem (EINLOFT, 1984).

Contudo, as indústrias moageiras super-dimensionavam suas instalações com o objetivo de obterem maiores cotas; houve, inclusive, casos de moinhos que simulavam a compra de trigo nacional, ao qual o governo concedia um subsídio de quase 100% em

¹⁵Entrevista direta (julho de 2008) com o Sr. Conrado Hexsel, 77 anos. O entrevistado foi um grande comerciante de Passo Fundo.

¹⁶Entrevista direta com Ademar Cabeda, já informada.

relação ao trigo importado. Com isso, a indústria moageira local, tornava-se seletiva e agigantava-se (BEUX, 2003). A nacionalização do trigo consistia no ato de apresentar o trigo importado como se fosse nacional, o que era feito pela adulteração de documentação e embalagem do produto. Esse processo gerou conflitos entre a indústria moageira e o governo federal, seletivizou agentes no setor (moageiros), fragilizou a agricultura e o produto em escala nacional.



Atual prédio do antigo Moinho São Luiz, entre as ruas General Osório e a Sete de Setembro. Fonte: pesquisa de campo.

Associações e crises cíclicas

Em termos regionais, Passo Fundo, pelo fato de ser um grande cenário de produção de trigo e do contingente de granjeiros, não ficava de fora dos encontros e dos congressos que discutiam as questões em torno do mesmo. Nessas ocasiões, conflitos políticos e reivindicações de produtores somavam-se aos festejos, passeatas, amostras, discursos de políticos expoentes em nível nacional, de representantes nacionais do setor, etc. O pano de fundo das críticas girava em torno do Acordo do Trigo com os Estados Unidos em meados da década de 1950 e de outras diretrizes e comando do setor pelo Banco do Brasil. Na realidade, a redução de importação do trigo americano (este em condições vantajosas) e argentino e uma melhor infra-estrutura de armazenamento e comercialização eram as reivindicações constantes em todos os eventos organizados pelos produtores (TEDESCO; SANDER, 2002) e estava na pauta da estrutura cooperativista que se constituía.

Em meio à consolidação do granjeiro, as reclamações eram constantes. Segundo matéria no Jornal do Brasil,

“a perda de 25 a 40 mil toneladas de trigo em 1968, que apodreceu, foi atribuída à falta de meios de transporte e de silos. Não há meios de transporte ferroviário suficientes para levar o trigo das zonas produtoras aos portos; há escassez de vagões graneleiros; não existem terminais marítimos; faltam navios de cabotagem. O trigo é empilhado nas ruas, igrejas, colégios, repartições públicas e nos próprios quartéis. [...]. A situação era idêntica nas cidades de Passo Fundo, São Borja, Cruz Alta. Além dessas soluções de emergência recorreu-se a arrendamento de navios estrangeiros, para servirem como silos flutuantes” (Jornal do Brasil, 20 jun., 1969, p. 7).

A partir de 1952, o Serviço de Expansão do Trigo (SET), órgão do governo federal e vinculado ao Banco do Brasil, passou a controlar tanto a absorção obrigatória da produção nacional pelos moinhos instalados no país como a distribuição das quotas de trigo estrangeiro, cujas compras passaram a ser efetuadas exclusivamente pelo referido banco (BEUX, 2003). O órgão era ainda responsável pelo incremento da produção de trigo nacional, fiscalização e orientação do comércio e da industrialização de trigo e seus derivados, desenvolvimento de estudos acerca dos problemas de armazenagem, instalação de silos e armazéns para a estocagem do trigo nacional, promoção do ensino técnico da panificação nacional, distribuição de sementes de trigo e, como prêmio, de máquinas apropriadas à sua cultura e industrialização, realização de campos de demonstração, trabalhos experimentais, seleção e adaptação de variedades, expedição dos desembarços alfandegários, organização do registro obrigatório dos produtores, comerciantes e industriais de trigo e seus derivados, dentre outras (ONODY, 1970).

Pelo decreto-lei nº 210 do governo federal, o trigo passou a ser totalmente dependente da união, uma vez que toda a produção nacional passava a ter um único comprador e um único vendedor, o Banco do Brasil.¹⁷ As importações eram efetuadas pelo extinto Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN).¹⁸

Em 1965 foi criado o Departamento do Trigo Nacional (DTRIG), integrante da Sunab, o qual passou a ser a principal agência reguladora do setor com o fim de examinar as necessidades de importação e as ofertas aos fornecedores. Em 1967, consolidou-se o aparato institucional do Estado para o complexo trigo. Em Passo Fundo, por exemplo, em

¹⁷Essa fase durou até 1990 quando houve a revogação do decreto nº 210 e a implantação da economia de livre mercado, fato que acabou por reduzir drasticamente o cultivo do produto no país.

¹⁸Em 1964 foi extinto o SET, sendo transferidas suas atribuições à Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento) e ao Cibrazém (Companhia Brasileira de Silos e Armazéns).

1964, 10 000 ton. de trigo foram armazenadas em armazéns oficiais e 31 200 ton. em cooperativas, 16 000 em silos particulares totalizando 57 200 toneladas.¹⁹

Toda essa articulação entre o governo federal, através do Banco do Brasil, centros de armazenamentos oficiais, comércio e indústria moageira, não esteve desvinculada do sistema cooperativista. As cooperativas, no final da década de 1950, participaram ativamente do processo comercial, industrial e financeiro da cultura do trigo, aliás, surgiram em razão desse produto.

Os triticultores organizavam-se em instituições, como a Frente Nacionalista de Defesa do Trigo, de cunho nacionalista, ou, então, reuniam-se em associações informais como a Associação de Triticultores, realizando debates mais no campo técnico e empresarial do setor. A necessidade de institucionalizar as organizações levou a que muitos granjeiros e pequenos produtores se vinculassem a partidos políticos, levantando bandeiras da triticultura em meio a outras propostas nacionalistas de reforma agrária, modernização no campo, organização cooperativista, agregando, com isso, grandes discussões e lutas internas no campo associativo de produtores de trigo (Benetti; Frantz, 1985, p. 106).

O cooperativismo do trigo nasceu nesse cenário de expansão do cultivo e efervescência política (em geral, de comerciantes e granjeiros; o pequeno agricultor pouco ou nada participava do processo), bem como das intensas reclamações e demandas. O Estado passou a repassar funções e riscos aos produtores, razão que explica a organização das associações de cooperativas. Grande parte das reivindicações dos triticultores nacionais do estado foi repassada a essas organizações, demonstrando o caráter ambivalente que assumiam as cooperativas frente ao Estado. Diz Frantz (1982) que, ao mesmo tempo em que reivindicam e lutam em favor dos interesses mais imediatos dos associados, as cooperativas organizam e disciplinam o comportamento técnico e econômico dos agricultores segundo as normas oficiais. As cooperativas passam a atrair e vincular os produtores, reduzindo, com isso, o papel dos intermediários comerciantes e, também, reduzindo o controle da indústria moageira, uma vez que as cooperativas também possuíam moinhos (BEUX, 2003).

¹⁹CCLFST (Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Safras Tritícolas).



Construções atuais do antigo Moinho da Coopasso. O mesmo operou até meados da década de 1980. Fonte: pesquisa de campo.

As cooperativas se tornam empreendimentos com características empresariais por estarem inseridas em um mercado agroindustrial e, como agroindústrias, internalizarem os processos de integração horizontal e vertical em suas atividades, participando de um mercado altamente competitivo, estruturado a partir de barreiras à entrada de novos concorrentes, vantagens de custos, entre outras (BEUX, 2003; ARANDIA, 1976).

Para o caso da Coopasso, Rebechi nos disse que,²⁰

“A Coopasso começou a ganhar uma feição de cooperativa em 57, dois anos depois da fundação, após a presença de silos da Cibrazém do governo ou dela mesma. O governo motivou a construção de cooperativas. Veio de cima para baixo. [...]. A Coopasso chegou a ter mais 12 mil associados pelo final dos anos 70; falavam que era a maior da América do Sul”.

A Coopasso nasceu com 11 sócios em fevereiro de 1955, sob a Presidência do Sr. Álvaro Lucas, com o nome de Cooperativa Triticola do Planalto Ltda. “Fruto do idealismo de

²⁰Auxílio Rebechi, 71 anos, por mais de 20 anos (1977-98) foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo e também esteve no quadro diretivo da Coopasso. O mesmo foi entrevistado em 2003. Hoje é falecido.

onze pessoas, que viam no movimento cooperativista uma das mais poderosas alavancas do progresso”.²¹ Portanto, o cooperativismo apresentava-se como solução para viabilizar um programa global de organização e desenvolvimento de uma “sociedade agrária” num contexto de crise econômica e de interesses industriais em jogo.

Inserido nesse horizonte das cooperativas e vendo-as como grande solução para a esfera pública, a partir de 1962, o governo dificultou o surgimento de novas unidades industriais moageiras e criou o monopólio estatal das operações com o trigo nacional. Com a maior fiscalização do governo, o monopólio do comércio e a definição de preços mínimos para o produto, o número de moinhos foi reduzido. Durante 23 anos, o governo comprou o trigo doméstico e estrangeiro e o vendeu, em cotas semanais, aos moinhos; com esse procedimento, mantinha nos silos dos moinhos um estoque regulador de sua propriedade, vendendo às empresas a cota prevista a cada semana. Os moinhos tinham a possibilidade de recusar cotas, caso a demanda efetiva fosse inferior à estimada, ou podiam solicitar cotas extras, caso a procura real superasse a estimada (FRANTZ, 1982).

Pós-meados dos anos 50 houve crises cíclicas na cultura e comércio do trigo. O surgimento de cooperativas tentou amenizar essa realidade, porém, fatores como irregularidades climáticas, doenças resultantes de chuvas fortes no momento da colheita, ausência de recursos para desenvolver pesquisa e novas variedades, estações experimentais com poucos recursos, falta de conhecimento de grande parte de pequenos agricultores que se inseriram na cultura, dificuldade de comercialização, armazenamento, e transporte, aumento do custo para a formação das lavouras, preços baixos de trigo para manter o preço baixo do pão e de seus similares, o famigerado Acordo do Trigo com os Estados Unidos de 1955 e que perdurou por mais de dez anos, a alta dos preços dos insumos, deterioração nos termos de troca entre bens industriais e da produção agrícola (nessa questão, Schilling [1961] dizia que, em 1956, para comprar uma ceifadeira com 12 pés de corte, o triticultor precisava de 54 toneladas de trigo; já em 1960, para obter a mesma máquina, eram necessárias 150 toneladas) (apud Frantz, 1982, p. 32.), dentre uma série de outros elementos.²²

Com isso já se pode ter uma idéia da descapitalização de muitos produtores, especialmente os pequenos. Somaram-se a isso a exploração do moageiro, que pagava pouco - quando pagava - e atrasado.

²¹Jornal *Agrojornal*, Passo Fundo, ano 1, n.1, abr., 1974, p. 1.

²²Sobre a questão da deterioração nos termos de troca entre agricultura e indústria nos anos 60 e 70, ver DELGADO, N. G. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI; FRANTZ, op. cit., p. 35 – 101.

Um dos nossos entrevistados nos diz que, em Passo Fundo, o Moinho Riograndense era

“Era o que dominava; tinha de passar por ele; era o maior e, num tempo, o único, depois daí teve outros grandes como o Busato, o do Menegaz. Os pequenos produtores entregavam nos moinhos da colônia. Depois o Banco do Brasil controlava. [...]. Depois com a Coopasso ficou diferente, mas durou pouco, né. [...]. Mas voltando aos moinhos, a gente ficava contente com a colheita e triste na hora de vender; não tinha uma garantia do governo [em termos de preço]. Eles é que controlavam. Muitos vendiam por fora, sem o aval do Banco do Brasil”.²³

Mas foi a partir da segunda metade da década de 1960 que começaram a se fazer presentes os problemas advindos do excesso de incentivo a uma só cultura. Muitas terras estavam esgotadas e a estrutura de armazenagem precária; Havia sido dada prioridade e incentivos aos moinhos para a aquisição do trigo importado (Beux, 2003; Frantz, 1982). A tabela abaixo revela bem a intensa importação de trigo dos Estados Unidos a partir de meados dos anos 50.

Importação brasileira de trigo em grão segundo os países de procedência (em ton.) - 1946-1968.

Países	1946	1948	1950	1953	1964	1966	1968
Argentina	165.280	312.430	956.959	1.116.557	900.000	1.060.000	1.000.000
Estados Unidos	39.188	395.123	114.183	247.102	1.689.000	1.207.000	918.000
Uruguai	-	-	2.278	-	-	90.000	150.000

Fonte: adaptação dos dados do Departamento de Estudos Econômicos do BNDE, agosto de 1970.

Contudo, o transporte elevava em muito o custo do produto, além de que muitos comerciantes recusavam-se a comprar todo o trigo nacional,²⁴ fato esse que fez com que muito produtores (em geral, pequenos), sem muito poder de barganha, não tinham onde depositar o trigo, o que acabou apodrecendo em galpões improvisados. Todo esse processo comprometeu a vida financeira de muitos agricultores, que se viram endividados com o Banco do Brasil; no final da década de 1950 e início da de 1960, a importação de trigo atingiu 73% do trigo consumido no país (DELGADO, 1985, p. 78).

²³Entrevista direta com o Sr. Ademar Cabeda, já informada.

²⁴*O Nacional* (15 fev. 1956, p. 4), trazia que “os agricultores estão desanimados em vista de haver desaparecido a segurança do mercado. É que não existem compradores para o cereal, fato que vem alarmando a colônia”.

Diferença entre os preços do trigo nacional e importado (Crs/kg), 1948-1953

Anos	Trigo nacional	Trigo importado
1948	2,83	3,66
1949	2,83	2,42
1950	2,50	1,65
1951	2,83	1,85
1952	2,50	2,14
1953	3,00	2,09

Fonte: Departamento de Estudos Econômicos do BNDE, agosto de 1970, p.190.

Os moinhos que estavam bem estruturados conseguiam barganhar, burlar a legislação, vincular grandes proprietários, associavam-se com outros moinhos, inclusive com a Coopasso para fazer frente às novas deliberações.

Os granjeiros receberam uma atenção especial por parte do governo, do que é exemplo a criação de grandes cooperativas, que canalizavam as reivindicações dos grandes produtores, impulsionavam a pesquisa agrônômica, facilitavam a comercialização e passaram a ser também um grande interlocutor junto às autoridades do Ministério da Agricultura. Muitos desses, com a crise cíclica do trigo, nos anos de 1970, adentraram em cheio na cultura da soja; as cooperativas contribuíram para tanto, adentraram com força nesse produto, reduzindo seu envolvimento com a cultura do trigo, as mesmas, em vez de continuarem tritícolas, passaram a ser mistas.

Porém, com o avanço da cultura da soja, muitos comerciantes tornaram-se concorrentes das cooperativas no comércio e industrialização do produto; várias agroindústrias a jusante (as que se servem da matéria-prima da agricultura) se instalaram em Passo Fundo (Bertol, Taschetto, Zaffari) e auxiliaram na fragilização de todo o sistema cooperativo.

A Coopasso, por exemplo, não muito diferente de inúmeras outras da região, durou até meados da década de 1980; foi uma mega-empresa em Passo Fundo, chegou a ter mais de 3 mil funcionários, possuía fábrica de ração e de óleo de soja, supermercados, lojas, frotas de caminhões, dezenas de silos e filiais espalhadas pelo centro-norte do estado, filial em Goiás, graneleiro e estaleiro no Porto de Rio Grande, dentre várias outras atividades. A mesma fechou num cenário de grandes transformações no agro-brasileiro, no complexo soja mundial, na ausência de incentivos do governo federal, na maturação de agroindústrias privadas, na ausência de processos administrativos e informações de mercados mundiais de produtos da pauta de exportação, desvios financeiros e má-gestão, além de políticas de desvalorização cambial que afetou imensamente empresas

que possuíam dívidas vinculadas à moeda americana (TEDESCO; BEUX; SOUZA; CECHE, 2005). A mesma, em meados da década de 1970 chegou a ser a segunda maior da América Latina em movimento financeiro e volume comercializado, perdia para a Cotrijui de Ijuí.



Colheita do trigo na forma moderna e tecnificada.

Fonte: <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2012/02/moinhos-brasileiros-devem-aumentar-em-14-a-importacao-de-trigo-em-2012-3658683.html>, acesso em 15/07/2014.

Foto: Rosemar Roesler. Arquivo pessoal.

Os “encontros do trigo”: festejos, protestos e demarcação de terreno.

Os denominados “Encontros do Trigo” estão situados num período de grande expansão do produto (década de 1950), mas também de grande efervescência política e concorrência em torno do produto, além de crises constantes em torno de algum dos processos (comercialização, produtividade, crédito, centralidade da indústria moageira, clima, importação, preços, armazenagem etc.).

O município de Passo Fundo foi palco, por ocasião de seu centenário, da 7ª Festa Nacional do Trigo e do 7º Congresso Nacional da Triticultura. Os “encontros do trigo” passaram a ser momentos e contextos de expressão de reivindicações, de contatos com políticos e representantes do setor em nível nacional, de acolhimento ou não das propostas de preços, de financiamento para o setor e para a agricultura em geral, enfim, de conhecimento dos problemas da triticultura e de suas soluções.

A partir do início da década de 1950, esses encontros passaram a ser freqüentes, e o Rio Grande do Sul foi palco de muitos deles, inclusive de conferências nacionais. Eventos como os congressos congregavam delegações de tricultores, representantes de associações rurais, cooperativas e federações, pesquisadores da triticultura, autoridades, políticos e representantes de outras categorias sociais, através de suas entidades (NASCIMENTO, 1992).

O objetivo maior dos encontros era sensibilizar o governo federal para a importância da produção nacional, necessidade de elevar a produtividade do produto pela via do subsídio (financiamentos facilitados), de envolver um contingente maior de produtores para viabilizar um montante significativo de produção nacional, bem como dar uma melhor performance do preço pago ao produtor pelo Banco do Brasil e reduzir a importação do produto, evitando, com isso, burlagem e desvios do produto, poder de barganha da indústria moageira, etc.

No encontro de Passo Fundo e nos demais que se seguiram em anos posteriores (Bagé, Santo Ângelo, Cruz Alta, Erechim), a tônica foi sempre a pressão para impedir a continuidade da importação do trigo, organizavam-se em instituições como a Frente Nacionalista de Defesa do Trigo, de cunho nacionalista, ou reuniam-se em associações informais como a Associação de Triticultores, realizando debates mais no campo técnico e empresarial do setor (BEUX, 2003).

Com isso tudo, percebe-se que a “questão do trigo” foi muito além de e sua esfera produtiva e mercantil em geral; em nome dessas, articulou-se um horizonte político regional, promoveu-se eventos para dimensionar os interesses do setor, barganhou-se políticas de incentivo, dentre outros processos que revelam relações do campo privado no interior da esfera pública, de produtores com setores decorrentes (comércio e indústria moageira), associações e representações variadas de produtores. Não obstante, todo esse processo não foi suficiente para evitar a trajetória de queda do produto, seu desincentivo na pauta produtiva nacional, processo esse que, vertiginosamente, vai acontecer pós-início dos anos 70.

Enfim...

Podemos concluir dizendo que o cultivo do trigo articulou produtores, políticas públicas, propostas de desenvolvimento, cadeias mercantis, capitais privados nacionais e internacionais. O mesmo definiu um ciclo de desenvolvimento econômico em Passo Fundo e configurou um sistema econômico agroindustrial que serviu para a sequência da

performance do granjeiro e do complexo soja que se maturou pós-anos 70. Em sinergia com o cultivo do trigo, estruturou-se um complexo industrial moageiro, cooperativista, uma categoria de produtores modernizados (mecânica e tecnicamente) denominados de granjeiros.

A década de 1950 representou um processo de maturação de uma longa trajetória que vinha se desenvolvendo na região em torno do referido produto, tanto no campo da apropriação privada da terra, pela substituição do arrendamento pela aquisição de médias e grandes propriedades por granjeiros, quanto do papel central dos comerciantes e moageiros. Ao mesmo tempo, outros processos foram se desenvolvendo a partir de então: crises cíclicas, fechamento de moinhos coloniais, seletivização dos urbanos (os mais aparelhados e com capital internacional, os que souberam burlar as normatizações em torno da compra ou não do trigo nacional etc.), constituição de uma estrutura cooperativista tricultora que também se caracterizava como indústria moageira, até quase que esgotar esse referido ciclo nos anos 70 e/ou início dos 80.

Passo Fundo, nesse período que definimos, foi identificado com um cenário do trigo, expressão da centralidade desse “liso, altaneiro e qualigante de peito aberto” como foi definido por Barbosa (1977); era impossível falar de Passo Fundo sem o mencionar. As políticas públicas que promoveram o seu desincentivo atingiram em cheio o município. Os grandes moinhos e a Coopasso faliram; grande parte dos granjeiros redefiniu seu processo produtivo a partir da cultura da soja; essa, a partir dos anos 70, vai contribuir para um novo ciclo de desenvolvimento econômico do centro-norte do Rio Grande do Sul.

Essa realidade deixou muito conteúdo de lembrança, muitos rastros e vestígios no ambiente construído (moinhos etc.), ressentimentos e amarguras, principalmente em relação à esfera pública, aos concorrentes empresariais desleais, muitos moageiros falidos, outros que souberam empreender ou agir contrários aos ditames legais investiram na sequência da cultura da soja ou diversificaram a pauta de negócios. A intensidade da crise fez com que a migração de pequenos agricultores para a cidade fosse de grande expressão em Passo Fundo. Ficou também a nostalgia e o orgulho da “grande Coopasso que era a nossa cooperativa”, a imagem descrita em livro das “loiras coxilhas do Planalto”, dos moinhos rurais e de um dinamismo econômico que atingiu a todos.

Referências bibliográficas

- ARANDIA, K. A. *Modernização da agricultura: reflexos sobre o emprego rural no Rio Grande do Sul, 1970-1980*. Porto Alegre: FEE, 1976.
- BARBOSA, F. D. *Prisioneiros do campo: a epopéia dos trigais de Passo Fundo*. Porto Alegre: EST, 1977.
- BENETTI, M. D.; FRANTZ, T. R. *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul (1957-84)*. Porto Alegre: FEE, 1985.
- BEUX, P. I. *A modernização da agricultura e o complexo agroindustrial em Passo Fundo*. Passo Fundo, 2003. Dissertação Mestrado em História (PPGH).
- BRUM, A. J. *A modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: Unijui, 1988.
- CCLFST (Comissão Central de Levantamento e Fiscalização das Safras Triticolas). Safrá 64/65. Documento/Relatório. 1965.
- DELGADO, N. G. A agricultura nos planos de desenvolvimento do governo federal: do Plano Trienal ao III PND. In: BENETTI; FRANTZ. *Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul (1957-84)*. Porto Alegre: FEE, 1985, p. 35 – 101.
- EINLOFT, C. et al. Elementos para uma análise da agricultura do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (2), 39-53, 1984.
- FRANTZ, T. R. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola – o caso da Cotrijuí*. Ijuí: Fidene, 1982.
- GHEM, D. R. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982, v. 2.
- GRYZBOWSKI, C. O trigo no Brasil. *Notes du GEREI* (2), Paris, p. 15-45, 1972.
- NASCIMENTO, W. “A contribuição alemã para o desenvolvimento de Passo Fundo”. Parte IV. Texto para discussão, 2010.
- NASCIMENTO, W. *Conheça Passo Fundo, Tchê*. Passo Fundo: Berthier, 1992.

ONODY, O. *Economia do trigo no Brasil*. Relatório BNDE, 1970.

PARIZZI, M. *Passo Fundo sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜCKERT, A. *Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, F. S. *Tradição X modernização: a ação dos clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. Passo Fundo/Porto Alegre: UPF Editora/Est, 2002.

TEDESCO, J. C.; BEUX, P. I.; SOUZA, S. de F.; CECHE, R. *Agroindústrias frigoríficas e cooperativismo*. Porto Alegre: Ed Est, 2005.

VERZELETTI, S. C. *A contribuição e a importância das correntes migratórias no desenvolvimento de Passo Fundo*. Passo Fundo: Imperial, 1999.

XAVIER e OLIVEIRA, F. A. *Annaes do município de Passo Fundo*. Aspecto histórico. Passo Fundo: UPF Editora, 1990, 2 v.

AS MEMÓRIAS DO VELHO UMBU EM 1927

Eduardo Roberto Jordão Knack¹

Viver como uma árvore! Que crescimento! Que profundidade! Que retidão! Que verdade! No mesmo instante, dentro de nós, sentimos as raízes trabalharem, sentimos que o passado não está morto, que temos algo a fazer, hoje, em nossa vida obscura, em nossa vida subterrânea, em nossa vida solitária, em nossa vida aérea. A árvore está, em toda a parte ao mesmo tempo. A velha raiz – na imaginação não existem raízes jovens – vai produzir uma flor nova. A imaginação é uma árvore. Tem as virtudes integrantes da árvore. É raiz e remagem. Vive entre o céu e a terra. Vive na terra e no vento. A árvore imaginada é insensivelmente a árvore cosmológica, a árvore que resume um universo, que faz um universo.

Gaston Bachelard

Começar este ensaio destinado a refletir sobre a obra *Terra dos Pinheiraes*, de Francisco Antonino Xavier e Oliveira², escrita em função do centenário do povoamento de

¹Doutorando em História pelo PPGH/PUCRS, bolsista CAPES. E-mail para contato: eduardorjk@yahoo.com.br

²Xavier e Oliveira possui uma trajetória marcante na cidade como historiador/escritor e político. Ocupou vários cargos, funções e atividades, começando em 1899, quando assumiu o cargo de Promotor Público da Comarca, organizou a representação de Passo Fundo na Exposição Estadual de 1900, de 1901 a 1905, foi Secretário da Intendência e, entre 1905 e 1909, foi Juiz Distrital municipal, de 1909 a 1912, ocupou o cargo de Vice-Intendente do município, sendo que em 1908 organizou a representação de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908 (de onde resulta uma de suas primeiras publicações sobre a história local). Além desses cargos e funções, também foi um dos fundadores do Hospital da Caridade em 1914 (em funcionamento ainda hoje, com o nome de Hospital da Cidade), foi encarregado de realizar recenseamentos, exerceu a função de advogado do município em questões territoriais e publicou uma série de livros e artigos (a maioria sobre a história municipal, mas também poemas) em jornais locais e de outras cidades do Rio Grande do Sul. “Foi nomeado prefeito Municipal em outubro de 1945, pelo Governador do Estado, onde permaneceu até 1946. Fez parte das Comissões de recenseamento do Município, em 1920, organizou a contabilidade do Município de Chapecó, em 1932. Destacou-se no jornalismo passo-fundense como redator e colaborador dos jornais “O Gaúcho”, “Voz da Serra”, “Boletim da Intendência Municipal”, “Boletim do Hospital de Caridade” (hoje Hospital da Cidade de Passo Fundo). Foi assíduo colaborador do “O Nacional”, “O Excelsior”, Diretor do primeiro órgão espírita passo-fundense “O Orientador”, fundado em 1948 por Alady Berlese de Lima. Vários jornais e revistas tiveram sua contribuição cultural, inclusive a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entidade da qual era membro. Foi professor, publicou várias obras históricas sobre Passo Fundo, o acervo histórico que deixou a Passo Fundo, é de um valor imenso.” (NASCIMENTO; DAL PAZ, 1995, p.42).

Passo Fundo em 1927, com a citação de Bachelard (1990, p.230) objetiva mostrar a íntima relação que o historiador passo-fundense possui com uma determinada imagem poética marcante e recorrente em alguns de seus trabalhos – a árvore – e como isso influencia o encadeamento do passado, do presente e do futuro nas suas narrativas, determinando a seleção e o sentido que certos acontecimentos, sujeitos e lugares assumem nas suas páginas. No cerne dessa relação entre as categorias temporais que estão sempre presentes na escrita de uma obra que almeja uma legitimidade histórica está a imaginação como parte integrante da capacidade de representância e de explicação da história (RICOEUR, 2010).

A árvore, portanto, não aparece na escrita como mero ornamento, como um adorno com a finalidade de tornar a leitura mais agradável ou acessível ao leitor, mas como elemento indispensável para a sua compreensão. Xavier e Oliveira emprega a árvore em diferentes escritos, mas sempre com um sentido semelhante associado à imagem/sentimento de raiz, ligada ao alicerce, ao fundamento de sua própria terra, da cidade que considera sua casa: “a imagem da raiz, desde que sincera, revela em nossos sonhos tudo aquilo que nos faz *filhos da terra*.” (BACHELARD, 1990, p.228). Nesse caso, sua profundidade revela o quão longínquo é o próprio passado, e quanto mais distante e remota a história, mais profundas são as ligações com o solo que gerou a árvore. Não é por acaso que o trabalho do “pai da história” de Passo Fundo em homenagem a comemoração do centenário de seu povoamento carregue em seu título o nome de uma árvore e encerre com um capítulo chamado Memórias de um Umbu.

Um legítimo trabalho da memória (POLLAK, 1992) do autor que “sente as raízes trabalharem”, buscando o passado, integrando os municípios em 1927 a partir de uma história comum. Mas ao mesmo tempo que a raiz se lança nas profundidades do solo, aos tempos remotos e primordiais, também sustenta e projeta a árvore, que se lança aos céus, ao aéreo, ao futuro (BACHELARD, 2001). É necessário compreender *Terra dos Pinheiraes* como uma obra escrita em função de uma comemoração, o que significa entender que ela não busca apenas lançar uma luz ao passado, mas se tornar uma lembrança, um monumento para as gerações futuras. Também é importante considerar que as fronteiras entre história, memória e imaginário durante a celebração de um centenário são sempre muito tênues, especialmente tratando-se de Xavier e Oliveira, que utiliza com frequência suas lembranças, de seus familiares e conhecidos como um conector (RICOEUR, 2010) com o passado. Sua escrita é marcada por um saudosismo, por uma nostalgia, própria de uma raiz velha, (“na imaginação não existem raízes novas”) que nem sempre foi muito bem compreendida pelos seus contemporâneos.

Damian e Damian (2008) compilaram e comentaram alguns artigos publicados em jornais, como *A Época*, da década de 1920, onde levantam indícios de um debate que ilustra a nostalgia característica de Xavier e Oliveira (que escrevia sob o pseudônimo João d’Outrora). Ao comentar sobre a romaria de São Miguel em 1922, Xavier e Oliveira lembra do “distante passado em que a nossa próspera cidade não era senão uma aldeia silenciosa na vastidão quase deserta aí, da ondulante campanha que a emoldura.” (D’OUTRORA, apud DAMIAN; DAMIAN, 2008, p.49). Depois passa a descrever elementos próprios do progresso, da uma cidade que adentra a “modernidade”, como o automóvel barulhento que perturba a paz com sua buzina, por isso esse tempo antigo é descrito como “feliz”, com mais “originalidade e poesia na romanagem” ao santo:

[...] porque nela se ostentavam costumes verdadeiramente nossos que o progresso, esse eterno transformador das terras e dos povos, pouco a pouco foi alterando até lançar-nos nesta era de hoje, em que tudo, desde o vestuário e apero do nosso gaúcho até o modo de dançar em nossas salas, foi modificado ou transformado pela avassaladora influência dos estranhos costumes. Eis porque tenho saudade dos velhos tempos de Passo Fundo, e, para mitigá-la, traço estas tiras que me foram sugeridas pela tradicional romaria à solitária ermida do Arcanjo guerreiro cuja estátua, segundo ouvi na minha infância, foi trazida dos antigos povos jesuíticos da margem oriental do Uruguai. (D’OUTRORA, apud DAMIAN; DAMIAN, 2008, p.49-50).

Verdadeiro trabalho da raiz, impulsionado pelas lembranças do autor carregadas de uma nostalgia de um tempo primordial, onde antigos costumes e lendas de povos misteriosos se encontram nas entranhas da terra. É perceptível que o passado exerce um fascínio, um maravilhamento (BACHELARD, 2006) em Xavier e Oliveira. O presente em nada se comparar essa história tão profunda como a raiz de uma velha árvore. No mesmo jornal *A Época*, menos de um mês depois, outro colaborador escrevia sobre o nome Zelio, com uma visão contrária e crítica a esse saudosismo carregado do historiador passo-fundense: “Agora, eis que surge por esta folha um cronista com o nome – João de Outrora – suspirando também pelos saudosos tempos de Passo Fundo antigo! Será possível que alguém tenha saudades de atraso e ignorância?” (ZELIO, apud DAMIAN; DAMIAN, 2008, p.53). Zelio defende o progresso, afirma que os carros e o transporte da cidade necessitam de uma reforma, e que seus motoristas andam mal vestidos e não sabem se comportar. Xavier e Oliveira responde tal provocação com um livreto chamado *Pelo Passado*, publicado no mesmo ano:

O que me consola, porém é que a própria gente velha da terra, criada a churrasco e mate, farinha de milho bem seca e apoio de vaca de terneiro grande, existem ainda alguns suplicantes que, em caso de precisão como esse e outros tais, rebuscando um dicionário e mais livros modernos, talvez possam também, com algum trabalho e paciência imitando o estilo pelintra de hoje, tomar a peito e tirar a limpo quaisquer contendas que surjam dizendo respeito aos passados tempos destas querências mimosas. (XAVIER E OLIVEIRA, 1990, p.86).

Nesse livreto, Xavier e Oliveira mescla suas considerações históricas com poemas que utilizam expressões “antigas” (acompanhado de um glossário), comentando sobre os lugares, acontecimentos e costumes que caracterizavam a “Passo Fundo antiga”. Também destina algumas páginas aos “vultos do passado”, entre eles seu próprio avô, Francisco Xavier de Castro, Joaquim Fagundes dos Reis (o “patriarca da terra”) e o Cel. Francisco de Barros Miranda, “vulto imponente do liberalismo antigo de Passo Fundo ao qual chefiara como antecessor imediato de Prestes Guimarães.” É comentando sobre o coronel que as árvores aparecem como uma espécie de força integradora nesse livreto, pois só os “umbus solitários, naquela estância desfeita pelo tempo que tudo destrói” contemplaram esse vulto passo-fundense. (XAVIER E OLIVEIRA, 1990, p.101). Depois de narrar os feitos do coronel, Xavier e Oliveira deixa claro porque e como os jovens devem respeitar as árvores:

Eis porque a mocidade passo-fundense, quando contemplar aqueles umbus solitários que marcam o lugar da desaparecida estância hospitaleira desse patricio tão digno pelo seu valor como pela sua nobreza, deve ligar ao sítio, agora ermo e desolado, porque o tempo tudo apaga, o respeito e a veneração que merecem todos aqueles que cerram os olhos deixando memória tão alta e bela. (XAVIER E OLIVEIRA, 1990, p.103).

As árvores sobrevivem ao tempo, carregam as marcas do passado que deve ser contemplado. Aqueles velhos umbus resistiram ao progresso que invadia a cidade nas primeiras décadas do século XX, elas configuram uma espécie de elo com o passado. Ricoeur indica que o tempo é “refigurado”, compreendido pelos leitores de uma narrativa histórica a partir do uso de alguns conectores que ele delimita fundamentalmente em três “instrumentos de pensamento”: o tempo do calendário, a ideia de sequencia das gerações e especialmente pelo recurso de arquivos, os vestígios do passado, os documentos. “O que esses instrumentos de pensamento têm de notável é que desempenham o papel de conectores entre o tempo vivido e o tempo universal. Nesse sentido, demonstram a função *poética* da história e trabalham para a solução das aporias do tempo.” (RICOEUR,

2010, p.176). A partir dos conectores os sujeitos conseguem se situar em um tempo que os transcende. A árvore (a historicidade que ela carrega), no “devaneio”³ do autor, ultrapassa a própria ideia de geração, sua contemplação deve ligar o observador a um mundo, uma época anterior, antiga, de feitos memoráveis. História, memória e imaginação encontram-se interligadas na sua narrativa, que é ao mesmo tempo poética e histórica, contendo uma crítica a modernidade (embora a trajetória política de seu autor tenha contribuído para esse estado) e um maravilhamento com o passado.

Esse é o teor do “regime de historicidade”⁴ vivido e narrado por Xavier e Oliveira. Essa é a marca da própria historicidade das primeiras décadas do século XX não apenas em Passo Fundo, mas no próprio Brasil – a colisão entre passado e futuro que arrebatou vários historiadores, cronistas e intelectuais daquele momento. O presente, o “espaço de experiência” (KOSELLECK, 2006) vivido era carregado de uma potencialidade, de um “vir a ser”, um futuro esplendoroso e cheio de expectativas, mas também era assombrado por um passado glorioso (ou por uma necessidade de construir esse passado), especialmente em uma década onde a cidade comemoraria o centenário do povoamento. No livro *Seara Velha* (de 1932) o saudosismo envolvente do historiador passo-fundense também aparece de forma marcante como contemplação do passado. Relatando que em uma ida a região de Carazinho se deteve por uns momentos, observando *A Tapera de Chicuta* e, “nela me detendo por minutos nessa atitude que é própria do observador que contempla ruínas que se entrelaçam com o seu passado e fazem reviver a saudade” (XAVIER E OLIVEIRA, 1932, p.3), o historiador articula sua própria narrativa ao objeto que está descrevendo – a história que ele escreve é a história que viveu como filho, como alguém que tem raízes na terra. A tapera, a ruína, as árvores (que são citadas nessa passagem também), configuram imagens poéticas que exprimem esse sentimento, essa nostalgia que deriva da própria aceleração do tempo que alcançava Passo Fundo. Por isso é importante contextualizar essas experiências que marcavam o município naquele momento.

³Para Bachelard (2006, p.1), as imagens poéticas trazem o “germe de um universo imaginado diante do devaneio de um poeta.” O devaneio é uma espécie de maravilhamento consciente, que se escreve com emoção, no “domínio do amor escrito”, o devaneio pode revelar “o mundo da alma”, onde o historiador gostaria de viver (nesse caso, o passado). “A imaginação nos leva, permanentemente, a recriar o mundo a nossa imagem, mas amplificando-a, deformando-a, tornando-a imaginária.” (LEGROS, et. al. 2014, p.233). Realidade e imaginário se entrelaçam, se encontram constantemente, e o devaneio é uma espécie de vontade consciente de transformar o mundo que nos cerca. Muito próximo a ideia de “contemplação” do passado presente nas narrativas de Xavier e Oliveira.

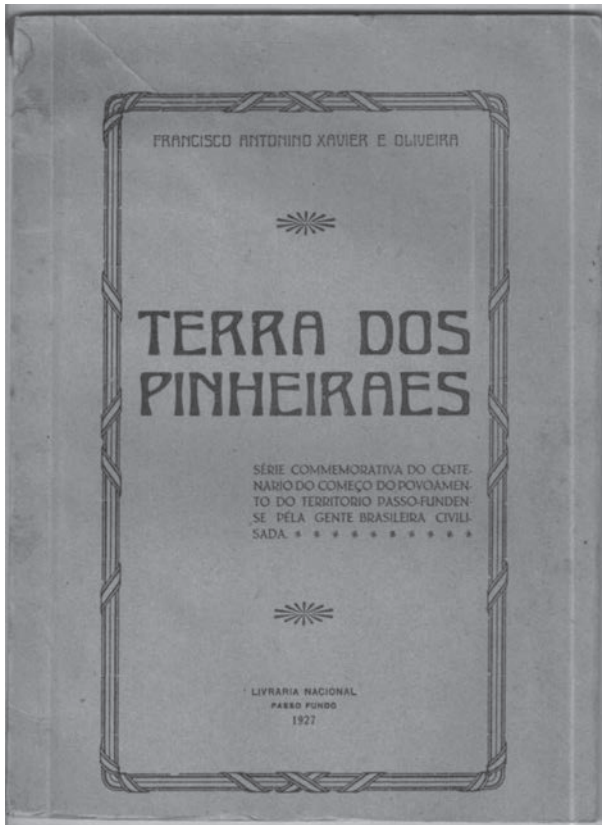
⁴Regime de historicidade pode ser entendido como uma espécie de ordem do tempo vivida por uma determinada sociedade, diz respeito tanto a “como uma sociedade trata seu passado”, como “modalidade de consciência de si de uma comunidade.” (HARTOG, 2013, p.28). São maneiras de ser e perceber o tempo que permeiam o trabalho de Xavier e Oliveira definindo a operação historiográfica (CERTEAU, 2011) que marca seu trabalho, envolve tanto o lugar e as instituições que legitimam sua produção (agremiações locais, como Grêmio de Letras e associações políticas, entre outros) como sua própria escrita.

A partir do fim da Revolução Federalista, Passo Fundo colhia os frutos de um “restabelecimento socioeconômico” impulsionado pela conclusão da estrada de ferro, possibilitando a “instalação de algumas indústrias no município, mesmo que operando de forma artesanal.” (FERREIRA; SIQUEIRA, 1998, p.76-77). A estação férrea, a partir de 1898, “modificou o eixo da expansão urbana”, levando a ocupação de áreas até então desocupadas ao longo dos trilhos, “no sentido sul-norte”, expandindo o núcleo central e acarretando a emergência paulatina de novos bairros, como a vila Rodrigues, a vila Luíza “e o alargamento da faixa de urbanização ao longo da avenida Brasil.” (KALIL, et. al., 1998, p.50-51).

A partir de 1920 o crescimento da área urbana é acelerado com a implantação de loteamentos de grande porte, como o Bairro Cruzeiro (1928), a Vila Petrópolis (1928) e a Vila Vera Cruz (1928). O número de ruas tem então, um crescimento expressivo e a área urbana passa de 689 hectares em 1922 para 867 hectares em 1928. (MIRANDA; MACHADO, 2005, p.63).

O trem não só possibilitou a expansão urbana, como o crescimento do comércio, da indústria e da população, trouxe novos espaços e sociabilidades urbanas, como hotéis e a própria estação férrea. Contribuiu para a formação do centro ao redor da Praça Marechal Floriano, que na década de 1920 “foi ajardinada, bancos de cimento foram instalados e o calçamento estendido pelos passeios e ruas circundantes.” (MIRANDA; MACHADO, 2008, p.82). Esse processo de embelezamento da praça, e de outras ruas e espaços públicos, resulta das transformações pelas quais a cidade passava, com o constante trânsito de visitantes e o volume de negócios aumentando como demonstra a instalação do Banco da Província em 1922. João d’Outora (Xavier e Oliveira) participou ativamente desse processo como político, membro do Partido Republicano Rio-Grandense, mas enquanto filho da terra, enquanto poeta e historiador, percebeu o choque que o século XX provocou na “pequena vila” de outrora. É dentro desse contexto de mudanças aceleradas que a obra *Terra dos Pinheiraes* é escrita.

Na capa, logo abaixo do título aparece escrito: “Série comemorativa do centenário do começo do povoamento do território passo-fundense pela gente brasileira civilizada” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927). Essa advertência já introduz o primeiro processo seletivo que a obra propõe – distinguir os agentes de um processo civilizador dos seus primeiros habitantes, os nativos, não considerados civilizados. A obra começa com uma série de fotografias sob o título *Os que cooperaram para o conhecimento da terra e seu passado*, com três retratos e uma fotografia, os três logo abaixo do título e a fotografia, maior, abaixo e



Capa da obra Terra dos Pinheiraes

centralizada. Os três retratos menores abaixo do título são, respectivamente, de Evaristo Affonso de Castro, (autor de obras como *Notícia Descritiva da Região Missioneira* e do *Gigante Missioneiro: poemeto histórico e geográfico*), de Augusto César (conforme consta na legenda, é um *explorador do sertão do Uruguay*) e de Maximiliano Beschoren (autor de *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*). A foto maior é de Marcelino Ramos, indicado pela legenda como engenheiro chefe da comissão de estudos da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande e dirigente da comissão que elaborou o primeiro mapa de Passo Fundo, a pedido da Intendência Municipal.

Esses homens são o exemplo da “gente civilizada”, representam o conhecimento que contribuiu para a transformação da pequena vila em uma cidade com as portas abertas para o futuro. Ao lado desses estudiosos

está o poder público municipal representado, na página seguinte, por dois retratos e uma foto sob o título de *Intendentes Municipais*, aparecendo, no alto e a esquerda, Armando Araújo Annes, o intendente de 1927, e ao seu lado, no alto à esquerda, Nicolau de Araújo Vergueiro, intendente da gestão anterior, entre 1920-1924. A foto abaixo, com o título *Outro aspecto da beleza da terra*, mostra o salto do rio Taquari, local da instalação da usina hidrelétrica municipal, que não está presente na obra apenas pela beleza do local, mas por seu papel no desenvolvimento econômico da região. Depois seguem retratos de sujeitos que corporificam o poder público municipal.

Na terceira página, sob o título *Intendentes do município*, aparecem três retratos, dois pequenos nos cantos superiores, de Gervásio Lucas Annes, com a legenda *Primeiro intendente eleito (1896 -1900, 1908 – 1912)* e de Frederico Guilherme Kurtz, com a legenda *Primeiro intendente nomeado (1892)*, e abaixo, com uma dimensão maior, o retrato de Pedro Lopes de Oliveira, com a legenda contendo apenas seu nome e patente militar, no lado esquerdo e direito, aparecem as datas dos seus mandatos como intendente:

1900 – 1908 e 1912 – 1920. A quarta página, com o título *Justiça da terra*, apresenta dois retratos, no mesmo estilo dos anteriores, mas ambos centralizados. O retrato acima, logo abaixo do título, é do Dr. James de Oliveira Franco e Souza, *Primeiro Juiz de Direito da comarca (1875 – 1878)*, o retrato abaixo é do juiz que ocupava o cargo em 1927, Dr. Homero Martins Baptista, mas como uma legenda abaixo informando o nome do suplente que estava ocupando o cargo no momento. Ao lado dos retratos aparecem os nomes de outros juízes e de promotores públicos.

Essas séries fotográficas homenageiam, no contexto das comemorações de um momento que encerra cem anos, a participação do poder público na história da cidade. Esses homens aparecem como herdeiros do legado da ação dos primeiros agentes civilizadores da cidade abrindo a obra, que apresenta um texto inicial intitulado *Passo Fundo Antigo Conferencia historico litteraria*, com sete páginas, e outro texto, *Arvores historicas*, que abre a escrita sobre alguns sujeitos que marcaram a ocupação da região em que o município se insere, contem ainda outro excerto sobre o *Povoamento de Passo Fundo*, e outros dois intitulados *A margem das “memorias” de José Garibaldi e Memorias de um Umbu*, finalizando com sete páginas de fotografias dos “vultos do passado”. Mas é o último capítulo da obra que revela de forma mais contundente a nostalgia que envolve o olhar de Xavier e Oliveira encarnado na imagem da árvore: “talvez o mais velho dos umbus da alta coxilha a margem direita do Pinheiro Torto, na estrada desta cidade ao Pulador, pudesse relembrar muita coisa importante do nosso passado”, assim, narra o autor, “nosso pensamento vôou para a referida coxilha”, e lá travou diálogo com o umbu:

- Velho umbu de minha terra: conta-me o teu passado, diz-me o que tens visto desta eminencia em que há tantos annos te contemplo e, antes de mim, por decênios te contemplaram outros.

- Nasci ao sol dos primeiros dias da história de Passo Fundo, no tempo em que uns homens de rijo aspecto e não menos sólido character, da comarca de Curityba uns, da fronteira do sul outros, começaram a chegar a estes campos e a plantar nelles o seu domínio, fundado em uns papéis que iam a S. Borja e de lá, depois de informados, voltavam com despachos do commandante daquella fronteira. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.28).

Assim, a árvore passa a contar a história de Passo Fundo, mencionando os principais acontecimentos e sujeitos da região. Figuram em seu relato, por exemplo, o Cabo Neves, que montou fazenda onde o umbu tem suas raízes cravadas na terra. Mas a fazenda foi desaparecendo, restando apenas uma tapera que, com o tempo, também desapareceu, juntamente com as cercas, “deixando-me como sentinella que tivesse de

guardar estes campos tão lindos de nossa terra...” (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.28). Segue o relato, comentando sobre os tropeiros, os viajantes que singravam as estradas próximas. As guerras são os momentos que mais chamam atenção no testemunho prestado pelo umbu. São mencionadas as datas de 1852, contra Rosas, 1864, contra o “Estado Oriental”, 1865 a 1870 contra Lopes, mas, com profunda tristeza são narradas “as guerras civis de 1835 a 1845; 1892 a 1895 e finalmente na de 1923 – quinze annos de luctas fraticidas em 9 deccenios!”. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.29). Assim, merece destaque os principais personagens desses conflitos, como Bento Gonçalves, Canabarro, Netto, entre outros.

Os “passarinhos bisbilhoteiros”, que vivem nas alturas, no ar, traziam informações para o umbu, contando as penúrias que as guerras trouxeram para a população. Depois, a árvore se detém nos acontecimentos que paulatinamente trazem a modernidade para a região, como a instalação do telegrafo, a passagem da estrada de ferro, a construção do telefone para Carazinho, a luz elétrica para a cidade, os primeiros automóveis e, com particular espanto, o primeiro avião a pousar nos campo passo-fundenses, finalizando seu relato com a seguinte passagem:

A partir desse dia, nada mais vi que me impressionasse; mas a minha contemplação subsiste, e espero que a infinita bondade de Deus, que me creou e tem me nutrido até hoje, me permitirá contemplar ainda largo trecho da vida de Passo Fundo, caracterizado pela máxima felicidade e gloria do seu povo. Tal a história da velha árvore de nossa terra. (XAVIER E OLIVEIRA, 1927, p.30).

A partir das últimas grandes invenções que alcançaram os recantos do município, o umbu não consegue observar mais nada que o impressionasse o suficiente para entrar nas páginas da história passo-fundense. Tal afirmação traz em seu bojo o choque entre passo e futuro, deixando o presente esmagado nesse meio termo. A modernização urbana, o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional ao alterar as tradições, os costumes e a paisagem da região, prometiam um futuro esplendoroso e só nesse mundo a ser realizado é que as glórias do passado encontrariam paralelo. O presente carece de força para causar impacto e impressionar a velha árvore que assume o papel de narrador da história. Xavier e Oliveira imagina-se como um umbu, com suas raízes ligadas ao ventre da terra, encontra-se, dessa forma, em um estado entre “raiz e remagem”. Para Huyssen (2014, p.91), o “significado primário de nostalgia tem a ver com a irreversibilidade do tempo: algo do passado deixa de ser acessível.” Embora as imagens nostálgicas, como a árvore, a raiz e a ruína, se distanciem de uma ideia de progresso linear, nesse caso, existe uma esperança de que as glórias que se perderam nos primórdios do tempo impulsionem

outros feitos memoráveis no futuro. *Terra dos Pinheirões*, destinada a homenagear a cidade nos cem anos da fundação do povoado, lança as bases da construção dos “tempos primitivos” de Passo Fundo, mas também abre as portas para a escrita da história ao encargo das gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *A Terra e os Devaneios do Repouso*: ensaio sobre as imagens da intimidade. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos*: ensaio sobre a imaginação do movimento. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BACHELARD, Gaston. *A poética do devaneio*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. In: *VII Jornada Setecentista, CEDOPE*. Curitiba, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. *Páginas da Belle Époque Passo-fundense*. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2008.

FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

- KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos; DAL MORO, Selina Maria; DALSOTO, Adelar Carlos; MAINARDI, Elisa; REVERS, Valesca. Migração e urbanização o caso da região de Passo Fundo. In: DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TEDESCO, João Carlos. (orgs.). *Urbanização, exclusão e resistência: estudos sobre o processo de urbanização na região de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEGROS, Patrick; MONNEYRON, Frédéric; RENARD, Jean-Bruno; TACUSSEL, Patrick. *Sociologia do imaginário*. 2ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.
- NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. ***Vultos da história de Passo Fundo***. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa 3 o tempo narrado*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Terra dos Pinheiraes*. Passo Fundo: Livraria Nacional, 1927.
- XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Seara Velha*. Passo Fundo: Tipografia Independência, 1932.
- XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Annaes do município de Passo Fundo aspecto cultural*. 3v. Passo Fundo: Gráfica e Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL REGIONAL

Marcos Gerhardt¹

Este texto discute a ideia de patrimônio ambiental a partir de duas referências principais: de um lado, um amplo debate sobre patrimônio, classificado como cultural, histórico, artístico, arquitetônico, material ou imaterial, tangível e intangível; de outro lado, a história ambiental, um campo historiográfico que se desenvolveu a partir da década de 1970. Na convergência destes dois referenciais, o conceito de patrimônio ambiental é discutido em sua historicidade e significado para as sociedades contemporâneas.

Patrimônio cultural, patrimônio natural e patrimônio ambiental

A compreensão de muitos viajantes, cronistas, geógrafos, botânicos e historiadores europeus do século XIX e início do XX, sobre as sociedades humanas e o mundo biofísico que as cerca, foi fortemente marcada pela separação entre cultura e natureza. Neste modelo explicativo, tudo o que foi produzido ou transformado pela ação humana pertence à cultura, enquanto que os lugares intocados e as criações não humanas são parte da natureza. O médico e viajante Robert Avé-Lallemant relatou ter visto, em meados do século XIX, nos campos da região de Lages SC, ambientes “em pleno estado primitivo da natureza” (1980, p. 60). O botânico sueco Carl Axel Magnus Lindman descreveu a “matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem” (1974, p. 238), que viu no Sul do Brasil no início do século XX. Nesta perspectiva, a natureza é o “mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário”, enquanto que a cultura é fruto da ação e da criação humanas (WORSTER, 2003, p. 26).

Donald Worster, importante referência na historiografia ambiental, afirmou que há uma grande dificuldade para diferenciar natureza e cultura, pois “à medida que a vontade humana crescentemente deixa sua marca sobre as florestas, cadeias genéticas e mesmo oceanos, não há uma maneira prática de se distinguir entre o natural e o cultural”. Entretanto, para aquele autor “vale a pena manter a distinção, porque esta nos lembra que nem todas as forças que trabalham no mundo emanam dos humanos” (2003, p. 25-26). José Augusto Pádua reforçou os argumentos de Worster: “A história ambiental, como ciência social, deve sempre incluir as sociedades humanas. Mas também reconhecer

¹Doutor em História, professor no Curso de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: marcos@gerhardt.pro.br

a historicidade dos sistemas naturais. O desafio, [...] é construir uma leitura aberta e interativa da relação entre ambos” (2010. p. 97).

José Augusto Drummond, outro pesquisador dedicado à história ambiental, sugere observar os diferentes graus existentes nas “marcas que as culturas humanas deixam nas paisagens” e utiliza a seguinte classificação: 1) cidade/urbano, como lugar onde “a cultura predomina sobre a natureza, onde a mudança e o grau de controle dos humanos sobre a natureza são mais evidentes, densos, eficazes e incontroversos. É a morada da cultura, o lugar por excelência da acumulação do patrimônio cultural/histórico”; 2) campo/rural, no qual “sobrevivem mais componentes da natureza ‘intocada’, mas raramente eles são desejados ou bem-vindos”, pois “Animais diversos - predadores que atacam criações animais, herbívoros que comem plantios, ‘pragas’ e ‘doenças’ que atacam ambos - ganham classificação cultural invariavelmente negativa”; 3) Terras incultas ou selvagens, são os lugares em que “a presença da cultura humana é invisível, ou leve, ou rarefeita, a ponto de suscitar entre urbanos e rurais a percepção - confortadora ou perturbadora - de que ali a natureza é ‘intocada’, ou que ela se modifica apenas de acordo com os seus próprios ritmos e vetores” (2007, p. 104, 106, 108, 110).

Patrimônio, etimologicamente, significa “herança paterna”, isto é, a riqueza comum que os grupos humanos herdaram como sujeitos sociais e que transmite de geração a geração. De acordo com um documento redigido durante a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, em 1985, no México:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas.

Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985).

Conforme o texto da Constituição Brasileira de 1988, constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de tipo

material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da

sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A ideia da existência de um patrimônio natural, de bens não criados pelos humanos, aparece claramente na legislação brasileira do início do século XX. O Decreto-lei n. 25/1937, que organizou “a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, equiparou aos bens culturais e tornou “sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937a).

Neste mesmo ano foi criado o primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Desde 1914 a região era objeto de estudo para biólogos e tornou-se uma unidade de conservação por, entre outros motivos, “apresentar flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira” (BRASIL, 1937b). O Código Florestal de 1934 previa a criação de parques, denominados “monumentos publicos naturaes, que perpetuam em sua composição floristica primitiva, trechos do paiz, que, por circumstancias peculiares, o merecem” (BRASIL, 1934). Na criação do Parque Nacional de Itatiaia decretou-se a desapropriação dos “pequenos lotes, ainda pertencentes a particulares que se encontram encravados nas terras do domínio da União” (BRASIL, 1937b).

Neste caso predominou o “modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem”, adotado nos Estados Unidos no final do século XIX com a criação do Parque Nacional de Yellowstone. Naquele país este modelo sofreu críticas, como a de valorizar “as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido” (DIEGUES, 2002, p. 35). No Brasil, a criação de várias outras unidades de conservação, como o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, seguiu o modelo norte-americano. O patrimônio natural foi “conservado à luz da ciência. Menos por permitir uma identidade a quem nele vive, mas sim pelos atributos que lhe conferem beleza cênica,

a possibilidade de novas experiências e a busca de informação genética” (ZANIRATO; RIBEIRO, p. 261).

O Código Florestal de 1965 não alterou o modelo de conservação adotado no Brasil e reafirmou a atribuição do Estado de criar parques e reservas biológicas, “com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (BRASIL, 1965). A ideia de que existe um patrimônio natural, separado do patrimônio cultural, que deve ser protegido e pode ser usufruído, também estava presente neste texto legal. Na mesma linha, o documento que definiu a Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, considerou o “meio ambiente como um patrimônio público”, mas não o associou ao patrimônio cultural (BRASIL, 1981). Em outra perspectiva, o texto da Constituição Brasileira de 1988, antes citada, tratou como patrimônio cultural os bens materiais e imateriais e neles incluiu os sítios de valor paisagístico e ecológico. Relacionar patrimônio cultural e patrimônio natural é resultado do amadurecimento do conceito de patrimônio (ZANIRATO; RIBEIRO, p. 261). Esta constituição exprimiu a ideia de patrimônio natural ao atribuir ao Estado e à coletividade a responsabilidade de defender e preservar um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” para “as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988), ou seja, a herança de um patrimônio ambiental.

A lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de 2000, utilizou os conceitos de patrimônio biológico e patrimônio natural. Ao separar os doze tipos de unidades de conservação em dois grupos - de proteção integral e de uso sustentável - a lei diferenciou espaços onde a atividade humana é permitida daqueles onde ela é proibida ou limitada. O SNUC manteve o conceito de monumento natural, presente no Código Florestal de 1934, e definiu seu objetivo básico de “preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” (BRASIL, 2000). Um exemplo de sítio de beleza cênica natural era o Salto de Sete Quedas ou *Salto del Guairá*, no rio Paraná, inundado em 1982 com a formação do lago da hidrelétrica de Itaipu. O cânion Itaimbezinho, situado em Cambará do Sul e a Cascata do Caracol, em Canela, no Rio Grande do Sul, são outros exemplos de patrimônio natural cuja beleza cênica é a característica mais marcante.

A separação clássica entre cultura e natureza está presente, portanto, na legislação brasileira que tratou do patrimônio e do meio ambiente. Embora esta separação tenha sentido, é complexa a tarefa de separar o cultural do natural. A paisagem, muitas vezes vista como natural, também “é obra da mente”, nos lembra o Siman Schama, para quem vários ecossistemas que sustentam a vida não dependem da interferência humana, mas,

afirma o autor, “nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior” (1996, p. 17). Também o historiador Gilmar Arruda classificou a ideia de natureza intocada como “um dos mais duradouros e recorrentes mitos sobre a natureza”, que ainda sobrevive (2008, p. 64). Para o sociólogo Antonio Carlos Diegues existe um mito moderno da natureza intocada, “uma representação simbólica pela qual existiram áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem” (2002, p. 53).

Uma alternativa a esta dicotomia pode ser o uso de conceito de patrimônio ambiental, em uma tentativa de conjugar a ação humana com a ação da natureza, vista como uma agente pela história ambiental. Um exemplo desta conjugação é o patrimônio genético e a biodiversidade ou diversidade biológica, que significa:

a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (CDB, 1992, p. 9).

Diversas plantas foram domesticadas e cultivadas por vários grupos humanos, interferindo nos processos naturais. Estima-se em 7.000 as espécies que foram utilizadas, em algum tempo histórico, para a alimentação humana (FAO, 1996). Práticas sociais como, por exemplo, a troca de sementes de milho entre os colonos no Rio Grande do Sul permitiram, além da promover a sociabilidade, manter a variabilidade genética. Os variados cultivos para a alimentação da família e para o comércio regional reforçaram a agrobiodiversidade, entendida academicamente como:

um termo amplo que inclui todos os componentes da diversidade biológica com relevância para a alimentação e agricultura e todos os componentes da biodiversidade que constituem o agroecossistema: a variedade e variabilidade de animais, plantas e micro-organismos, [...] que são necessários para sustentar as funções chave de um agroecossistema, sua estrutura e processos (CONVENTION, 2000).

A biodiversidade pode ser, portanto, um patrimônio ambiental, tanto aquela de origem estritamente natural quanto a produzida por uma combinação da natureza com o cultivo humano. A agrobiodiversidade, especificamente, é resultado de um “esforço coletivo”, um patrimônio social e coletivo, “bem comum” e “um dos elementos

fundamentais da segurança no fornecimento de alimentos” para a população (IÖW, 2004, p. 3, tradução dos autores). Neste sentido, o patrimônio genético brasileiro está ligado aos conhecimentos das comunidades tradicionais. Por isso, a legislação existente visa proteger também “o conhecimento tradicional das comunidades indígenas e das comunidades locais, associado ao patrimônio genético, contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas [...]” (BRASIL, 2001).

A diminuição de biodiversidade corresponde a perda de patrimônio. No final do século XX, após a Revolução Verde, a maior parte das necessidades alimentares globais eram supridas por um pequeno número de plantas, escolhidas e cultivadas por sua produtividade, ou seja, 95% dos alimentos provinham de apenas 30 espécies. Somente três espécies vegetais, arroz, trigo e milho, forneciam 56% das calorias da dieta humana (FAO, 1996). Na Europa, cerca de 750 raças de cavalos, gado *vacum*, ovinos, caprinos, suínos e aves foram extintas desde o início do século XX (TUXILL, 2000).

Publicações como o *Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção* também permitem perceber uma expressiva perda de biodiversidade e, portanto, de patrimônio ambiental nacional. Na categoria dos mamíferos, por exemplo, dos 624 tipos de primatas existentes no mundo, “133 espécies e subespécies vivem em território brasileiro, representando 21% de todos os taxa que ocorrem no planeta. Desse número expressivo de espécies, 26 estão ameaçadas” de extinção, especialmente nos remanescentes de mata atlântica (MACHADO; DRUMMOND; PAGLIA, 2008, p. 685). Existem, por outro lado, políticas públicas e iniciativas de grupos organizados que promovem, dentro de seus limites, a conservação da diversidade biológica.

Patrimônio ambiental regional

Esta segunda parte do texto visa apresentar e discutir o patrimônio ambiental da região de Passo Fundo, também na perspectiva da história ambiental e do conceito de patrimônio. Um lugar apontado como “espaço natural” é a Floresta Nacional de Passo Fundo ou Flona, uma unidade de conservação associada ao Bioma Mata Atlântica, situada no vizinho município de Mato Castelhano, com cerca de 1.300 hectares de superfície, em grande parte coberta, hoje, por florestas (ICMBio, 2011). Embora esta área represente muito na região, ela é pequena se comparada ao Parque Estadual do Turvo, que tem, aproximadamente, 17.000 hectares (SEMA, 2005).

A trajetória da atual Floresta Nacional de Passo Fundo iniciou na década de 1940, quando o Instituto Nacional do Pinho comprou um remanescente de floresta e terras

agrícolas, iniciou o plantio de mudas de *Araucaria angustifolia* e criou o Parque Florestal Segadas Viana. A criação da Flona aconteceu em 1968, sob a administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A área destinava-se a experimentar e avaliar o cultivo de espécies florestais nativas, a araucária, e exóticas de crescimento rápido, como o *Pinus* spp. e o *Eucalyptus* spp. Na mesma época foram instituídas diversas florestas nacionais no Brasil e outros dois parques foram transformados em Flona no Rio Grande do Sul: São Francisco de Paula e Canela (IBDF, 1968). Um decreto de 1994 detalhou os objetivos das florestas nacionais, que eram:

- I - promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais;
- II - garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos;
- III - fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo (BRASIL, 1994).

Mesmo em outro contexto histórico, então sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a administração da Flona devia “demonstrar a viabilidade do uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e desenvolver técnicas de produção correspondente”, isto é, manteve-se a proposta inicial de uso voltado para a silvicultura, ao mesmo tempo em que se introduziu funções como “preservar recursos genéticos *in-situ* e a diversidade biológica” (BRASIL, 1994).

Desde 2007 a Flona de Passo Fundo é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente e encarregado de “propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar” as unidades de conservação da união (ICMBio, 2014). A fauna que habita a Flona é variada e possivelmente composta por peixes, sapos, rãs, cobras, lagartos, aves, veados, cutias, esquilos, ratos, preás, gatos-do-mato, cachorros-do-mato, morcegos, bugios e muitas outras espécies animais. Conforme o Plano de Manejo elaborado em 2011, em vigor, a Flona de Passo Fundo é uma das áreas para a conservação do papagaio-charão (*Amazona pretrei*) e papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*), com prioridade “muito alta”, pois contém uma importante extensão de Floresta Ombrófila Mista ou floresta com araucárias (2011, p. 17).

Figura 1 - Imagem aérea de parte da Flona de Passo Fundo



Fonte: ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>> Acesso em: 12 ago. 2014.

Na Flona de Passo Fundo o uso do solo forma um interessante mosaico, que pode ser parcialmente observado na Figura 1: cerca de 28% da área é ocupada com Floresta Ombrófila Mista (com 81 espécies arbóreas e arbustivas registradas), quase 34% está plantada com *Araucaria angustifolia*, aproximadamente 20% foi destinado ao plantio de *Pinus elliottii* e o restante (18%) corresponde a capoeirão com plantio de araucária, aceiros, estradas, capoeiras e áreas em regeneração, plantio de *Pinus taeda*, *Eucalyptus* spp e erva-mate, área administrativa (Figura 1), banhado e açude (ICMBio, 2011).

Pode-se notar uma lenta mudança nos objetivos e na utilização da Flona de Passo Fundo: de espaço de experimentação e apoio à silvicultura para um lugar de conservação da biodiversidade, de pesquisa, de educação ambiental e de turismo local. A ideia de um espaço natural contrasta com a compreensão histórica de que a Flona de Passo Fundo é, em grande parte, composta por monocultivos de árvores exóticas, por florestas plantadas com araucárias e por remanescentes da floresta nativa que se regeneraram nos mais de 70 anos de sua existência. A floresta aparentemente natural, hoje um importante patrimônio regional, tem muito da ação humana na sua constituição.

O rio Passo Fundo também pode, nesta perspectiva, ser considerado um patrimônio ambiental. Suas principais nascentes estão localizadas junto a um divisor de águas do planalto rio-grandense, ou seja, uma parte elevada do terreno a partir da qual as bacias dos rios Passo Fundo e Jacuí seguem em direções diferentes. Sobre este mesmo divisor foram traçados primitivos caminhos que correspondem hoje, aproximadamente, à rodovia BR 285. Desde as nascentes, o rio Passo Fundo percorre um longo caminho para o Norte do Rio Grande do Sul e deságua no rio Uruguai. Ele forma, junto com outros rios afluentes, uma bacia hidrográfica que drena cerca de 4.800 Km², situados atualmente em 30 municípios (SEMA, 2010).

Pelas populações indígenas Guarani ele era chamado de Uruguai Meri ou Mirim, isto é, Uruguai pequeno (SILVEIRA, 1979). A população local, os viajantes e os tropeiros que chegaram, durante os últimos séculos, à vila e à cidade de Passo Fundo, formadas ao longo do caminho das tropas (ZANOTTO; MACHADO, 2012), encontravam no rio um obstáculo e uma referência. O passo era o lugar de passar o rio, conforme a toponímia: fundo e, portanto, difícil de se transpor. Muitas vezes os nomes dos lugares exprimem a relação das pessoas com os rios e o ambiente: além do Passo Fundo, se pode encontrar no Rio Grande do Sul o Passo Raso, o Passo da Ilha, os Três Passos, o Passo do Sobrado, o Passo das Pedras e outros mais.

Estabelecer a vila e a cidade próximas ao rio permitiu, por outro lado, o acesso facilitado à água para atividades como lavar roupas e saciar a sede dos animais no século XIX e parte do XX. A água potável consumida pela população provinha, entretanto, de outras fontes e vertentes situadas em diversos lugares. A fonte e a lenda da Mãe Preta é o exemplo mais conhecido. A partir da segunda metade do século XX, a proximidade com o rio facilitou a captação de água pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que o represou e formou um reservatório, visando o tratamento e a distribuição de água potável para a população urbana. Parte da população regional também utiliza as águas do rio para a recreação e para a irrigação.

O rio tornou-se, ao longo do século XX, o lugar de crescente despejo de esgoto residencial, de efluentes de empresas e de dejetos de atividades de criação de gado, bem como de descarte de lixo doméstico. Um estudo coordenado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente apontou para a poluição das águas da bacia do rio Passo Fundo com coliformes fecais, nitrogênio e fósforo. Ele não apontou para a contaminação por agroquímicos, mas é possível que resíduos destes produtos estejam presentes na água (SEMA, 2012).

Embora apenas um pequeno trecho do rio esteja diretamente ligado à cidade de

Passo Fundo, é importante olhar para toda a sua bacia hidrográfica, até sua foz. Duas hidrelétricas foram nela construídas: A Usina Hidrelétrica Passo Fundo, situada em Entre Rios do Sul, RS, formou um reservatório de cerca de 150 Km² de superfície no território de vários municípios que transformou a paisagem e o ecossistema regional (Figura 2). Ela iniciou a geração de energia elétrica em 1973 (TRACTEBEL, 2014). Este reservatório é utilizado, hoje, também para a prática de esportes náuticos.

Em 2009 entrou em operação a Hidrelétrica do Monjolinho, construída no rio Passo Fundo pela iniciativa privada e situada nos municípios de Faxinalzinho e Nonoai RS. A Figura 3 permite observar as dimensões deste empreendimento e o pouco cuidado com conservação da mata ciliar, em área de declive acentuado, mesmo antes da construção da hidrelétrica. Um estudo apontou para “uma tendência de redução da riqueza de peixes no sentido nascente-foz” motivada pela construção desta represa e para a possibilidade de mitigar este problema com a instalação de um mecanismo de transposição de peixes migratórios (VILELLA, 2008).

Figura 2 - Usina Hidrelétrica Passo Fundo



Fonte: CBHPF - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo.
Disponível em: <<http://www.upf.br/cbhpfp/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

Figura 3 - Hidrelétrica do Monjolinho

Fonte: BIOLAW. UHE Monjolinho, rio Passo Fundo, MONEL. Disponível em: <<http://www.biolaw.com.br>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

O rio Passo Fundo pode, portanto, ser considerado um patrimônio ambiental, ao mesmo tempo natural e cultural. É essencial para a manutenção da vida na região de sua bacia hidrográfica e, por outro lado, está ligado às representações e significados elaborados por diferentes grupos humanos que com ele interagiram no passado e grupos que ainda o usam.

O patrimônio está ligado com a identidade local, regional ou mesmo nacional. Muitas pessoas identificam o rio Passo Fundo como parte de sua história e diversos foram os movimentos sociais e iniciativas pontuais recentes que manifestaram preocupação com sua conservação. Um deles foi o projeto SOS Rio Passo Fundo, desenvolvido em 2010 com estudantes da Escola Municipal Wolmar Salton sob o argumento de que “As águas do Rio Passo Fundo pedem socorro!” (HAACK, 2010). De forma mais institucional, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo foi criado em 2004, reúne membros de diferentes setores da sociedade e visa fazer a gestão descentralizar e participativa dos usos da água do bacia do rio Passo Fundo (CBHPF, 2014). Manifestações como a do movimento “Eu quero o rio Passo Fundo despoluído e limpo”, o projeto “Rio

Passo Fundo: sociedade e cidadania” do Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas (GESP) e os debates promovidos pelo Grupo Ecológico Guardiões da Vida (GEGV) evidenciam a identificação de parte de população com o rio, considerando-o um patrimônio a ser recuperado e conservado.

Por fim, ainda discutindo o patrimônio ambiental regional, cabe apresentar a Reserva Maragato, uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) oficialmente criada em 2007, em conformidade com as categorias de unidades de conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. É uma unidade “de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis” (BRASIL, 2006). A Reserva Maragato tem 41,56 hectares situados a Noroeste da cidade da Passo Fundo e muito próximos desta (Figura 4), como parte de uma propriedade maior, a Fazenda Valinho, pertencente a Theresinha Benvegnu Guedes e Enio Duzatti Guedes. Nela predomina a Floresta Ombrófila Mista ou floresta com araucárias (ICMBio, 2014) e estão conservados diversos outros espaços importantes para os ecossistemas locais.

O que diferencia a Reserva Maragato de um parque público é a elogiável atitude dos proprietários, que optaram por conservar as características naturais de uma parte expressiva de sua propriedade, formalizando legalmente sua opção e contrariando a tendência histórica de transformar florestas em lavouras, ainda presente no Sul do Brasil. Atualmente a Reserva Maragato é também um lugar dedicado à educação ambiental, no qual acontecem visitas, cursos e outros eventos educativos (RESERVA MARAGATO, 2014).

Áreas como esta RPPN e a Flona de Passo Fundo são importantes para a conservação da biodiversidade, para o funcionamento dos ciclos naturais e para a manutenção do microclima local, bem como para a educação e o lazer humanos, mas têm um problema: a fragmentação, ou seja, os remanescentes estão distantes um do outro. Ela dificulta a circulação de genes, diminui a variabilidade genética ou forma áreas tão pequenas que não viabiliza a existência de algumas espécies, pois elas dependem de ambientes muito específicos (ZANELLA et al., 2013, BUZATTO; SEVERO; WAECHTER, 2008).

Figura 4 - Vista aérea da Reserva Maragato

Fonte: RESERVA MARAGATO. Disponível em: <<http://reservamaragato.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

Considerações finais

Partimos da ideia de que existe um patrimônio ambiental na região de Passo Fundo e de que ele resulta de uma combinação complexa de natureza e cultura. Apontamos três lugares onde este patrimônio é evidente e discutimos sua historicidade e importância. No município de Passo Fundo e na região existem vários outros lugares igualmente importantes como patrimônio ambiental: o bosque Lucas Araújo, o Parque Natural Municipal do Pinheiro Torto, a Reserva Biológica Arlindo Haas, o rio Jacuí, o banhado da Vergueiro e o Parque Natural Municipal de Sertão, que carecem de pesquisa histórica e de valorização.

A conservação deste patrimônio depende, é claro, da atuação do governo, do Estado, mas depende também das pessoas o reconhecerem como seu, com uma herança coletiva que precisa ser cuidada e deixada àqueles que virão depois de nós. Por outro lado, sua conservação depende ainda - e principalmente - de nosso respeito à vida de milhares de espécies vegetais e animais que habitam estes ambientes menos alterados

pela ação humana e que dependem da existência de florestas, banhados, rios e campos para viver. Este respeito não deve nascer da utilidade ou do valor econômico que estas espécies tem para os humanos, ou seja, como se escreveu na Declaração de Caracas: “A natureza possui um valor intrínseco e merece respeito independentemente da utilidade que representa para a humanidade” (1992, tradução dos autores).

Neste sentido, a educação ambiental e a educação patrimonial podem ser vistas como partes de um mesmo esforço, o de viabilizar o acesso ao conhecimento sobre as sociedades humanas e suas relações com a natureza.

Referências e Fontes

AGENDA 21 Passo Fundo. Disponível em: <<http://agenda21pf.wordpress.com/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

ARRUDA, Gilmar. Natureza: uma nova “sala de aula” para o ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Dias de; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). *Ensino de história: múltiplos ensinios em múltiplos espaços*. Natal: EDFURN, 2008.

AVÉ-LALLEMANT. Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1980.

BIOLAW. *UHE Monjolinho, rio Passo Fundo, MONEL*. Disponível em: <<http://www.biolaw.com.br>> Acesso em: 11 ago. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 1.298*, de 27 de outubro de 1994. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1298.htm>. Acesso em 12 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 1.713*, de 14 de Junho de 1937(b). Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 23.793*, de 23 de janeiro de 1934. Aprova o código florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto n. 5.746*, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm>. Acesso em 10 ago. 2014.

BRASIL. *Decreto-lei n. 25*, de 30 de novembro de 1937(a). Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. *Lei n. 4.771*, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BRASIL. *Lei n. 6.938*, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. *Lei n. 9.985*, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. *Medida provisória n. 2.186-16*, de 23 de agosto de 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em: 10 out. 2014.

BUZATTO, Cristiano Roberto; SEVERO, Branca Maria Aimi; WAECHTER, Jorge Luiz. Composição florística e distribuição ecológica de epífitos vasculares na Floresta Nacional de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. *Iheringia*, Porto Alegre, v. 63, n. 2, p. 231-239, jul./dez. 2008

CBHPF - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.upf.br/cbhp/>> Acesso em: 10 ago. 2014.

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica. 1992. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/cdb>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. COP 3, 4, 5, 8 *Decisions*. Disponível em: <<http://www.cbd.int/decisions/cop/>>. Acesso em: 8 maio 2010.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO: Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, 1985. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>. Acesso em: 18 set. 2014.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O patrimônio natural no Brasil*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sd. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4 ed. São Paulo: Annablume; Hucitec; USP, 2002.

DRUMMOND, José Augusto. Patrimônios natural e cultural: endereços distintos nos espaços urbanos, rurais e selvagens. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Celia (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas: Papirus, 2007.

EU QUERO O RIO PASSO FUNDO DESPOLUÍDO E LIMPO, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Eu-quero-o-Rio-Passo-Fundo-Despoluído-e-Limpo/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

FAO. *Report on the state of the world's plant genetic resources for food and agriculture*. Roma, 1996. Disponível em <<http://www.fao.org>>. Acesso em 10 maio 2010.

GESP - Grupo Ecológico Sentinela dos Pampas. Disponível em: <<http://www.sentineladospampas.eco.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

HAACK, Dalva Rejane. *SOS rio Passo Fundo*, 2010. Disponível em: <<http://sosriopassofundo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

HAMMER, Karl; ARROWSMITH, Nancy; GLADIS, Thomas. *Agrobiodiversity with emphasis on plant genetic resources*. Naturwissenschaften, Berlin, n. 90, jun. 2003. p. 241-250.

IBDF. *Portaria n. 561*, de 25 de outubro de 1968. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br> Acesso em: 12 set. 2014.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/> Acesso em: 12 ago. 2014.

ICMBio. *Plano de manejo da Floresta Nacional de Passo Fundo*. Florianópolis: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2011.

ICMBio. *Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN*: Reserva Maragato. Disponível em: <<http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/91/>>. Acesso em 10 ago. 2014.

IÖW - Institut für Ökologische Wirtschaftsforschung et al. *Position paper for sustainable plant and animal breeding*. Berlin, 2004.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro; DRUMMOND, Gláucia Moreira; PAGLIA, Adriano Pereira (Editores). *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Brasília: MMA; Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2008.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

RESERVA MARAGATO. Disponível em: <<http://reservamaragato.com.br/>>. Acesso em 10 ago. 2014.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Processo de planejamento dos usos da água na bacia hidrográfica do rio Passo Fundo: plano de trabalho consolidado. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/cbhpf/>> Acesso em: 10 ago. 2014.

SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Processo de planejamento dos usos da água na bacia hidrográfica do rio Passo Fundo: relatório síntese final. 2012. Disponível em: <<http://www.upf.br/cbhpf/>> Acesso em: 10 ago. 2014.

SEMA. *Plano de manejo do Parque Estadual do Turvo*. Porto Alegre: SEMA, 2005.

SILVEIRA, Hemetério J. Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

TRACTEBEL ENERGIA. *UHE Passo Fundo*: Ficha técnica. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

TRACTEBEL ENERGIA. *UHE Passo Fundo*: Relatório de atividades 2009-2012. Disponível em: <<http://www.tractebelenergia.com.br>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

TUXILL, John. The biodiversity that people made. *World Watch Magazine*, Washington, v. 13, n. 3, maio/jun. 2000.

UNESCO. La Declaración de Caracas en el IV Congreso Mundial de Parques Nacionales y Areas Protegidas (Caracas, febrero 1992). *Educación Superior y Sociedad*, Venezuela, v. 3, n. 1, 1992.

VILELLA, Fábio Silveira. *A implantação de barramentos em sistemas fluviais: ferramentas de planejamento e avaliação de impacto*. Tese (Doutorado em Ciências, Ecologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. v. V, n. 2, ago./dez. 2002. v. VI, n. 1, jan./jul. 2003.

YELLOWSTONE National Park. Disponível em: <http://www.nps.gov/yell/index.htm> Acesso em: 12 ago. 2014.

ZANELLA, Noeli; PAULA, Almir de; GUARAGNI, Samara Arsego; MACHADO, Leonardo de Souza. Herpetofauna do Parque Natural Municipal de Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil. *Biota Neotropica*, Campinas, v. 13, n. 4, out./dez. 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). *Momento Patrimônio*. Passo Fundo/RS: Berthier, 2012. (Coleção Memória & Cultura).

CONHECENDO A HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ironita P. Machado¹

A educação é ponto em que decidimos se amamos o nosso mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e vida dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós. (ARENDT, Hannah. 1972)

Discutir o ensino de história requer esforço intelectual e prático. Há décadas se tem discutido e rediscutido a questão, no entanto as fragilidades, para não dizer o esvaziamento, permanecem. A fragilidade estaria em que dimensão desta questão? Que temos feito com a democratização do conhecimento? Que professores temos formado? O que temos ensinado quando lecionamos história? Qual o papel da Educação Patrimonial no ensino de história?

É nessa perspectiva que este capítulo pretende discutir e propor metodologias ao ensino de história através da Educação Patrimonial. O objetivo principal da proposta é problematizar questões iniciais ao ensino de história (conceitos básicos, noções temporais, espaciais, objetos e objetivos), bem como alguns princípios metodológicos à transposição didática. Nesse sentido, estamos concebendo os estudos no campo da metodologia da História como derivadas de um entrelaçamento indissociável entre história experiência, princípios teórico-metodológicos e memória (materializados no patrimônio material e imaterial da cidade), interesses cognitivos, significados e formas das representações histórico-didáticas, visando à transposição didática, sempre atentos à relevância do saber histórico no cotidiano do ensino de história.

Outra questão basilar nesta proposta é a consideração de que a construção do conhecimento é um processo de aprender a aprender, de pensar e sistematizar o pensado, com base em problemáticas postas pelo contexto onde se inserem os sujeitos

¹Doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História e graduada em História pela Universidade de Passo Fundo; professora do Curso de Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo; iropm@upf.br.

envolvidos (alunos, professores, comunidade). A metodologia do ensino de História, nessa perspectiva, assume o desafio de romper com o “mero assimilar” do ensino tradicional e busca assumir o papel de incentivo à pesquisa, na condição propedêutica construtiva, alicerçando a discussão acadêmica e pedagógica como estudo autônomo e contínuo.

A perspectiva do pensar metodológico do ensino de história deve atender às necessidades de informações dos alunos, da comunidade, mas acima de tudo propor o desenvolvimento de competências – investigação, reflexão, sistematização, ação sociocrítica, e ao mesmo tempo propor espaço de estudo, de cunho didático, que possibilitem pensar a disciplina História como um dos níveis de compreensão e intervenção da realidade. Para tal propósito, discutir a temática metodologia da história implica, no mínimo, uma necessidade e um desafio na experiência teórico-prática (campo científico e pedagógico) dos cursos de formação de professores, da ação pedagógica e da pesquisa em história e patrimônio.

Esse aspecto pode ser problematizado de outra forma: há uma lógica que orienta a transposição didática do “saber histórico científico” para o “saber histórico escolar”? Se há essa lógica, como identificá-la e operacionalizá-la? Neste momento, pensamos que as possibilidades reflexivas teórico-práticas indicam que o método deve ser concebido como a maneira pela qual os sujeitos cognoscentes se apropriam do concreto, não importando o nível, então todo processo metodológico será uma tarefa didática, ou seja, a aprendizagem do método. Essa noção nos conduz à posição de que a transposição didática em História significa a articulação entre elementos do fazer histórico e do fazer pedagógico, podendo pensarmos, ainda, em uma relação entre os métodos. Assim, pressupõe-se que a tarefa didática da história, no que se refere ao processo metodológico do ensino, é definida e efetivada com base nos princípios filosóficos e científicos do método histórico. Nesse sentido, a memória e o patrimônio como objetos de estudo da história, constituem-se em possibilidades de transposição didática através da Educação Patrimonial.

Dito isso, e concordando com a assertiva de que o processo de transposição didática deve ser uma trajetória criadora e não reducionista, devemos nos ocupar da discussão sobre a lógica da articulação entre o fazer histórico e o fazer pedagógico. Para tal reflexão, propomos como método a Educação Patrimonial. Dentro dessa lógica, pensar e operacionalizar a transposição didática representa conceber os envolvidos como sujeitos do processo do fazer (história experiência) e reconhecer os princípios teórico-metodológicos da história.

Assim, nesta proposta, lançamos o desafio de pensar a didática da história como meio de desenvolver competências potencializadoras de elementos constitutivos de

consciência histórica para a conquista da cidadania. A estratégia principal do saber histórico escolar é o tempo, o espaço e as relações socioculturais da vivência dos envolvidos como ponto de partida ao conhecimento e aprofundamento de categorias complexas, entre outras, por exemplo, como: *processo, desenvolvimento, reflexo, estrutura e conjuntura, externo e interno, influência, crise, síntese, ciclo*; que por sua vez, são acompanhadas de princípios, tais como: *integração, causalidade, generalizações, adequação, anterioridade, simultaneidade e posterioridade, pluralidade, particular, geral, parte e o todo*, etc.

Como sabemos, a metodologia é uma construção do fazer orientada por princípios teóricos e, bem como, o ensino de história na Educação Básica não se reduz a uma mera vulgarização ou mesmo transposição do saber científico. Assim, as propostas de atividades que seguem objetiva proporcionar aos alunos que se apropriem de reflexões e práticas acerca de conteúdo patrimonial dos capítulos anteriores deste livro através de procedimentos históricos como: **tempo histórico; bate-papo; conceitos-chave; pesquisa de aprofundamento do estudo; oficinas; elaborações**. As propostas de atividades estão organizadas de acordo com os procedimentos citados, mas não perdendo de vista que os mesmos se transversalizam e podem articular-se com os conteúdos históricos ditos gerais.

1. Tempo histórico

a. Para alcançar o objetivo de uma primeira aproximação ao estudo da história através do Patrimônio, os alunos podem tomar contato com:

- Os registros memorialísticos dos entrevistados no capítulo “Os trigais do Boqueirão”;
- As imagens da Av. Brasil em diversos tempos;
- Fragmentos memorialísticos registrados no capítulo “As Memórias do velho UMBU em 1927” e dados do Patrimônio ambiental regional presentes no capítulo “Patrimônio Ambiental Regional”;
- Auxiliados pelo Guia de Visitação ao cemitério, presente no capítulo “Espaços Cemiteriais em Evidência: de lugar de lembrança a local de conhecimento”, observar e descrever os espaços, estatuárias, jazigos e túmulos;
- Observar diversas fotografias antigas e atuais da cidade, conforme topônimos indicados no capítulo “Toponímia e História Local: a cidade na história e a história na cidade”;

Aqui, começam a ser empregados alguns procedimentos que os alunos

poderão exercitar: a comparação entre os dois registros, espaços e memórias o relato oral e o literário, o iconográfico e estatutário, que se inscrevem numa mesma temporalidade; as comparações entre as imagens, a de Passo Fundo antiga e a dos dias atuais, que se reportam a um mesmo espaço em uma temporalidade antiga. Assim, dependendo da resposta dos alunos, o professor poderá introduzir algumas categorias fundamentais ao estudo da história: anterioridade, simultaneidade e posterioridade; ou, ainda, para facilitar o processo cognitivo, antes, ao mesmo tempo e depois. Após a leitura, comparação dos registros e observação das imagens, o professor poderá questionar os alunos: que imagem da cidade lhes parecem mais antigas? Quais são as diferenças e semelhanças mais visíveis? Qual a diferença entre história e memória?

O que é patrimônio?

b. Elaboração de linhas de tempo:

A linha de tempo é uma forma de visualizar a sequência dos eventos. Basicamente, a linha de tempo é uma reta com marcos e datas. Nesta reta são situados os fatos ocorridos no passado, distribuídos na ordem em que se sucederam. Na linha do tempo, percebemos que muitos fatos não têm entre si apenas uma relação de sucessão, muitos deles ocorrem simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Os fatos podem ser representados por meio de ilustrações, textos ou símbolos especiais. Veja a seguir, algumas possibilidades de construção de linha de tempo com base nos capítulos anteriores (patrimônio e história);

- O desenvolvimento econômico de Passo Fundo: leia o capítulo “Os trigais do Boqueirão”;
- Os topônimos de ruas e cidades: ler capítulo “Toponímia e História Local: a cidade na história e a história na cidade”;
- Os patrimônios de Passo Fundo (podem ser por tipologias, ex: ruas, praças, prédios, festas): ler o capítulo “Alegorias do Passado: o patrimônio histórico em Passo Fundo”;
- Patrimônio Ambiental da região de Passo Fundo; ler o capítulo “Patrimônio Ambiental e Regional”.

2. Bate-papo

- O historiador (e o professor no questionamento introdutório das temáticas de estudo) procura responder quando, onde e por que os fatos aconteceram de uma forma e não de outra. Assim, ele diferencia o tempo cronológico (as datas/calendário) do tempo histórico (relacionado ao modo de vida uma determinada sociedade e culturas específicas). Dessa forma, as linhas de tempo além de sistematizar os fatos cronológica e processualmente possibilitam a discussão do desenvolvimento da sociedade passofundense ao longo do tempo, suas permanências e mudanças. Portanto, a periodização não deve ser abandonada, mas sim problematizada como forma de perceber que ela é expressão de um ponto de vista particular e não dissociado da própria constituição da história e do patrimônio.
- A conversa com os alunos sobre o local onde eles vivem –cidade ou campo, centro ou bairro – leva naturalmente a explorar uma dicotomia que se formava no fim da pré-história: o campo como lugar de trabalho agrícola, a cidade como centro de atividades (comércio, artesanato, etc.) e residência (sobretudo para os mais poderosos). Esse bate-papo pode ter por base a leitura dos capítulos “Os trigais do Boqueirão”; “Espaços Cemiteriais em Evidência: de lugar de lembrança a local de conhecimento”, (e o desenvolvimento das atividades de observar e descrever os espaços, estatuárias, jazigos e túmulos), facilitando a conversa/discussão sobre o conceito de propriedade, a distinção entre público e privado, e a hierarquização da sociedade.
- O capítulo “Espaços Cemiteriais em Evidência: de lugar de lembrança a local de conhecimento”, proporciona um bate-papo sobre as diferenças culturais através da observação de pinturas e estatuária com cenas religiosas, a ausência das mesmas, bem como de acessórios como velas, santos, flores, etc. a discussão das três grandes religiões monoteístas: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.
- O capítulo “Patrimônio Ambiental e Regional” e “As Memórias do velho UMBU em 1927” podem promover a discussão sobre a integração do homem com a natureza e a necessidade de criar tecnologia variadas (como a construção de usinas hidrelétricas, represas, diques, etc.) de modo a poder aproveitar os recursos naturais (evitar a ideia de “domínio” da natureza, que leva à sua destruição) e preservá-los (da antiguidade até hoje a humanidade depende da natureza), os problemas ambientais (seca, extinção de espécies da fauna e flora).

- Tendo por base a leitura dos capítulos “Os trigais do Boqueirão, pode ser questionado os alunos: Você conhece alguém que abandonou a terra onde nasceu para viver em outro lugar? Quem? Que motivos levaram essa pessoa a se mudar? Você gostaria viver em outra cidade, estado ou fora do Brasil? Este bate-papo busca aproximar da realidade próxima ao aluno. Por um lado, coloca em jogo os movimentos de população como um todo, não só a imigração para Passo Fundo. Assim, é muito possível que surjam avós, tios, pais que tenham vindo de outros países e/ou regiões brasileiras. Por outro lado, pede-se a opinião dos alunos sobre a imigração do rio grande do Sul e do Brasil. Tornar-se-á um bom exercício de argumentação e debate.
- Com base nas linhas de tempo dos patrimônios, toponímias, bem como aos capítulos correspondentes ao tema e ao capítulo “Alegorias do Passado: o patrimônio histórico em Passo Fundo” identificar quais correspondem a ao período imperial e republicano brasileiro. E iniciar o bate-papo com as seguintes questões: Você é a favor da monarquia ou do regime republicano para o Brasil? Por quê? Se tivesse que escolher, você gostaria de ser um(a) presidente(a) da República ou um monarca? Por quê? Este bate-papo sobre monarquia ou república, pode ser um momento importante para a fixação de dois conceitos; vale a pena explorar com os alunos: quais as diferenças dos dois sistemas de governo? Quais as vantagens ou desvantagens de cada um. Após a discussão poderá ser desenvolvida duas atividades: um júri simulado, onde um grupo de alunos defendam a monarquia e outro a república, incluindo elementos históricos locais na defesa; a elaboração de um texto dissertativo sobre o tema, em que defendam, cada um, a sua posição pessoal.
- A leitura e interpretação do capítulo “Os trigais do Boqueirão” pode promover a discussão de duas questões centrais: Você acha que o problema dos sem-terra, dos assentamentos no norte do RS tem ligação com o processo descrito no capítulo? Você acha que a Lei de Terras tem algo a ver com a atual questão de terras no Brasil hoje? Você sabe o que é reforma agrária? É a favor dela? Por quê? Esse debate é muito interessante para reforçar os conceitos de mudança e permanência e o próprio conceito de História, pois ele busca estabelecer a relação entre um problema do presente – a questão agrária – e um fato do passado.

Muitas outras possibilidades de bate-papo podem ser propostas com base nos

temas contemplados nos capítulos anteriores, tais como: hierarquia social a partir da distribuição e materialização dos espaços cemiteriais, a pluralidade e singularidades religiosas, étnicas, políticas; os processos produtivos industriais, agrícolas e comerciais, a preservação da natureza, lendas e tradições locais, rio-grandenses e brasileiras, etc.

3. Conceitos-chave

Os capítulos que compõem este livro possibilitam a introdução de categorias e conceitos básicos ao estudo da História. Assim, indicaremos os capítulos e os respectivos conceitos contemplados, não se pretende esgotar o manancial de possibilidades, pois mais de que um conteúdo fechado, o conjunto conceitual proposto reaparece ao longo dos capítulos, permitindo retomadas quando o professor julgar conveniente. E, ainda, o destaque está na possibilidade metodológica de se trabalhar com conceitos complexos a partir do patrimônio e da história da cidade e região.

- a) Os conceitos centrais do capítulo **Espaços cemiteriais em evidência: de lugar de lembrança a local de conhecimento** são: lembrança, morte, cultura, religiosidade, hierarquia social e poder.

O aspecto conceitual mais decisivo desse capítulo gira em torno de vida e morte, crenças e práticas culturais, e esbarra frequentemente, em questões que transcendem a instituição escolar e a história ensinada. O cuidado do professor é o de evitar que a dinâmica do trabalho polarize o debate e divida a sala entre adeptos de uma ou outra religião. Ao contrário, deverá ser feito o esforço de revelar que o desenvolvimento da humanidade é diverso e plural de acordo com o espaço, tempo e a cultura que a constituiu; bem como, de revelar que a ciência contemporânea não é, por princípio, incompatível com os dogmas da fé religiosa e com a instituição da Igreja. O tema pode configurar-se como um eixo transversal: o da pluralidade, assegurando, assim, diferentes concepções diante do problema da origem e finitude do homem. Pode-se até fazer parceria com outras disciplinas, como a geografia, a filosofia, a literatura, a arte (é interessante trabalhar com lendas e mitos de passagem dos nativos rio-grandenses e brasileiros).

- b) O conceito de lugar e os *sentidos dos topônimos* constituem o eixo central do

capítulo **Toponímia e História Local: a cidade na história e a história na cidade.**

É muito importante que os alunos assimilem o conceito patrimônio cultural: somos o resultado de nossas origens (nossa cidade, nossa comunidade, nossa família, o lugar onde vivemos, nossos costumes, etc.) – de como nos organizamos no nosso meio, do que fazemos e produzimos, (bens materiais e culturais). O bairro em que moramos (com sua Igreja, campo de futebol, sua pracinha, sua escola, etc.) é importante, uma vez que constitui um patrimônio, que deve ser conhecido e preservado.

Convém destacar, a introdução do conceito de lugar espacial e cultural, da representação cartográfica e simbólica e sua importância na formação de uma sociedade singular e local, mas inserida no global e plural.

Ainda, o trabalho com os topônimos, tanto os da comunidade dos alunos quanto dos cidadãos (indicados no capítulo) deve ser discutido, pesquisado e reconhecidos como resultado de escolhas de sujeitos e/ou instituições situados numa temporalidade sob orientações culturais e políticas próprias. Assim, pode-se ver que à medida que a vida social se torna mais complexa uma resposta ao desafio dos lugares sociais, da política, da divisão do trabalho, das crenças, entre outros, fica marcado nos “nomes” de ruas, prédios, praças, tec. O estudo destes topônimos podem conduzir à compreensão das transformações, as mudanças, e na medida do possível explica-las. Isso implica compreender por que, num espaço-tempo determinado, uma determinada sociedade/povo – a exemplo da passofundense – passou a construir e nominar lugares em detrimento de outras; o estudo dos topônimos pode configurar-se como um eixo para se trabalhar temáticas/fatos históricos específicos (como foi indicado no capítulo Pode-se fazer parceria com outras disciplinas, como a geografia, a filosofia, a literatura, a arte, as linguagens.

OBS. Com relação “a” letra a e “b” destacamos: Professor é importante lembrar que o estudo das as representações sociais devem ser analisadas considerando que os indivíduos são marcados pelo seu grupo social; é preciso estar atento à eficiência da representação social, porque não é um conhecimento estático, mas, ao contrário, está em processo de constante transformação; pode ser considerado vários aspectos no objeto de estudo: tais como: aspectos financeiros; salários; lugar social e político ocupado, etc. Para designar esses elementos

do conhecimento prévio dos alunos, tanto professores como pedagogos e pesquisadores utilizam termos sem uma definição muito clara, tais como “ideologia”, “imagem”, “senso comum”, “opinião”, “conhecimento espontâneo”, ou seja esses elementos constituem as representações sociais.

c) “Os trigais do Boqueirão”: A indústria moageira e a triticultura em Passo Fundo - 1930-1970

Trata-se de um capítulo bastante denso em termos de conceitos, tais como sistema econômico e financeiro, agroindústria, granjeiro, propriedade da terra, comércio, capital nacional e internacional, pequeno agricultor, migrações, especialização e divisão do trabalho são conceitos que integram as categorias *produção, liberalismo econômico, progresso e capitalismo*.

O capítulo narra o desenvolvimento econômico, através do patrimônio edificado e memória oral (moinhos), das transformações do processo de produção, beneficiamento e comercialização agrícola até a industrialização e diversificação da economia; ainda, demonstra os conflitos e as contradições da racionalidade capitalista que moveu e promoveu o desenvolvimento da cidade de Passo Fundo e região inserido num sistema econômico nacional e internacional.

Assim, também, podem ser trabalhados outros conceitos-chave como *Revolução Industrial, desenvolvimento tecnológico, mercado consumidor, trabalho maquinofatureiro e fabril, urbanização, exploração do trabalho, concentração de renda e propriedade/terra*.

Obviamente, não podemos pretender que os alunos dominem e esgotem de uma vez esses conceitos, mas é interessante que sejam trabalhados a partir da história local e regional, e, também, do tempo e contexto presente. Trata-se de conceitos complexos, e que estão presente nos processo histórico e eventos que serão estudados ao longo da Educação Básica.

d) O capítulo **As memórias do Velho Umbu em 1927** também contemplam fatos do processo de desenvolvimento e urbanização de Passo fundo que podem ser lidos, interpretados e problematizados com o conceito de *urbanização, industrialização e cultura*, da mesma forma inferida anteriormente. No entanto, os conceitos

centrais são *memória* e *história*, *civilização* e *cultura*. São conceitos presentes nos demais capítulos, mas, é importante demarcar o território da disciplina, para que, aos poucos, os alunos percebam a especificidade de cada saber escolar: proporcionar ao aluno a apropriação, de forma crescente e qualificada, do vocabulário da disciplina é um objetivo que deve estar sempre nos objetivos e práticas dos professores.

Dando destaque ao conceito de *civilização* e *cultura*, podemos dizer: é difícil encontrar um consenso acerca do conceito *civilização*, sobretudo pelo uso ideológico que se costuma fazer do termo: - o civilizado pressuporia o incivilizado, o bárbaro, o selvícola! No entanto, pensando os vários caminhos que os povos percorreram no seu processo evolutivo – em distintos lugares e momentos – o historiador e o ensino crítico da história procuram compreender as transformações, a mudança, e na medida do possível explica-las. Isso implica compreender por que, num espaço-tempo determinado, um determinado povo – a exemplo dos nativos, os caboclos, os escravos, etc. rio-garndenses e brasileiro, a exemplo de outros povos antigos, passaram a construir suas edificações de uma forma e não de outra, assumiam uma determinada religião, desenvolviam práticas alimentares e de vestuário, a forma do ritual de passagem e sepultamentos em detrimento de outras. Aqui reside a base sobre a qual empírica e teoricamente deve ser discutido, interpretado e sistematizado o conceito de cultura, ou seja, discutir a constituição de determinada civilização é compreender a sua constituição cultural.

e) Patrimônio ambiental regional

A respeito deste capítulo é importante destacar que os conceitos pertencem a diversas áreas, portanto, o trabalho deve ser feito de forma interdisciplinar. A Interdisciplinaridade, consiste na constituição de um conhecimento escolar não fragmentado que possibilite ao aluno uma compreensão do mundo em sua complexibilidade, e com suas articulações entre a vida social e a natureza física, biológica, química e etc., e sua concretização. A interdisciplinaridade oferece propostas com temas transversais.

Os recortes de conteúdos de acordo com as problemáticas comuns, relação dos conceitos para serem ampliados e aprofundados, organizando sistemas de informação que possam inteirar e fornecer aos alunos uma visão de conjunto

do objeto do conhecimento, que são possíveis quando houver domínio por parte dos especialistas na área. A interdisciplinaridade exige do docente um aprofundamento de seu campo específico de conhecimento, e ao mesmo tempo desencadeia um trabalho metodológico conjunto. Conteúdos específicos são ensinados com um método comum a todas as disciplinas, por exemplo, o estudo do meio ambiente pode ser objeto de estudo da história, biologia, geografia, entre outras disciplinas.

O estudo do meio é uma prática pedagógica que se caracteriza pela interdisciplinaridade. Do ponto de vista do desenvolvimento intelectual, o estudo do meio favorece a aquisição de uma série de capacidades, destacando-se a observação e o domínio de organizar e analisar registros orais e visuais. Assim, previamente ou após a leitura do capítulo pode-se realizar algumas atividades tendo por objeto de estudo o patrimônio ambiental e regional, seguindo algumas etapas, tais como:

- Reconhecimento do espaço social a ser estudado;
- Estudo prévio do local por intermédio de bibliografias e também outras fontes;
- Definição da problemática a ser estudada;
- Organização do roteiro a ser seguido;
- Preparação do caderno de campo;
- A execução do estudo do meio;
- Atividade complementar na sala de aula.

Vale lembrar que o estudo do meio é um ponto de partida, que necessita de outros referenciais e informações de uma realidade maior, inseridos em contextos mais amplos. Nesta perspectiva os conceitos de meio ambiente, patrimônio ambiental e região, que constituem o centro do capítulo, podem ser sistematizados sob a matriz epistemológica das diversas áreas e com base na empiria.

4. Pesquisa de aprofundamento do estudo

A proposta de aprofundamento de estudo devem ser atividades em que o aluno seja provocado a relacionar e integrar segmentos do texto (narrativa dos capítulos)

através de pesquisas, resolução de questões - problema, a construir sínteses, e, principalmente, a aplicar os conhecimentos adquiridos com a narrativa histórica a fatos correlatos ou a leitura de imagens ou documentos ou obras edificadas e/ou arte. Nesta perspectiva, a visita a museus, arquivos históricos, ao meio/ambiente natural, espaços patrimoniais são possibilidades enriquecedoras.

Algumas questões/temáticas significativas relacionadas aos temas dos capítulos desta coletânea:

- ❖ A relação do homem com a natureza: o homem, apesar de sua fragilidade natural, modifica a natureza, utilizando-a para sua sobrevivência ou lucro; o problema da seca, do desmatamento;
- ❖ O processo de sedentarização: Revolução Agrícola, com datas de início e tipo de cultivo.
- ❖ As condições de moradia, trabalho, vestimenta, alimentação dos primeiros habitantes da região;
- ❖ A origem e pluralidade das confissões religiosas locais, regionais, mundiais.
- ❖ A constituição étnica e o crescimento da população local e regional;
- ❖ O funcionamento de um moinho e de uma fábrica;
- ❖ O impacto dos inventos tecnológicos na agricultura; que técnicas eles substituíram; como estas invenções afetou o modo de vida tradicional;
- ❖ Observação, análise e descrição de iconografia de espaços, sujeitos, instituições, etc. de temáticas históricas locais, regionais ou nacionais (relacionadas a qualquer tema dos capítulos desta coletânea) seria interessante para observar a repercussão da imagem nos sentimentos dos alunos.
- ❖ Pesquisa em jornais e revistas, procurando identificar quais eram os primeiros partidos políticos locais e como eram retratados na imprensa.
- ❖ Estudo de artigos da constituição referentes: ao meio ambiente, a liberdade de culto religioso, aos direitos fundamentais (trabalho, propriedade, saúde, educação), a diversidade étnico-cultural;
- ❖ Estudo das transformações do vestuário/moda, das relações sociais e as distinções socioculturais que elas revelam.
- ❖ A reforma urbana e a modificação do centro da cidade e, conseqüentemente,

identificar as estratificações sociais;

Relacionamos apenas alguns temas como sugestão, mas inúmeros outros podem ser elencados com base na leitura dos capítulos, dos questionamentos dos alunos e, ainda, relacionados com os eventos e processos históricos previstos no currículo formal.

Exemplo.

❖ Espaço: redes e fluxos em Passo Fundo



- Centrada na Pesquisa
- Transposição didática
- Construção de conceitos
- Diálogo da História com a Geografia
- Conectar o local, o regional, o nacional...
- Possibilidade de pesquisa no jornal O Nacional

A Voz da Serra

Gomes Ribeiro & Bastos (variedade de produtos) - 1916

Barraca de Couros (erva-mate) - 1916

Mauricio A. Pinto (variedade) - 1916

Sal de Mossoró (suplemento para o gado) - 1916

Cervejaria Ritter (rolha premiada) - 1916

Armazem de Irmãos Cora & Cia. (compra de trigo) - 1916

Moinho Inglês (trigo da Argentina) - 1916

Tropa (gado gordo vindo do Paraná para charqueada de Tupanciretã) - 1916

Matte do Paraná (mate em tabletes) - 1916

Loja da Síria (“vende tudo barato, porém a dinheiro”) - 1916

Em torno de um problema sério III - (a hidrofobia) – 1916

❖ **Museu Móvel**

Seleção, organização e pesquisa. Contextualizar historicamente

Vocabulário e conceitos para cada idade e etapa escolar

O “antigo” como categoria de tempo

Educação patrimonial

Os usos e significados dos objetos

5. Oficinas

O desenvolvimento de oficinas de estudo é um ótimo recurso que possibilita ao professor aplicar diferentes estratégias de aprendizagem para os alunos, considerando o princípio metodológico do aprender a fazer. Podem ser propostas de trabalho em grupo, como organizar álbuns seriados, um espaço de memória/museal dentro da sala de aula, confecção de cartazes, fazer uma representação teatral, fazer um jornal; um dossiê temático, confecção de álbum de família, arquivo documental da escola/comunidade; caderno cartográfico; mostra de iconografias; simulação de um sítio arqueológico; arborização e catalogação das árvores e demais plantas da escola e comunidade; mostra das principais festas religiosas ou étnicas da comunidade ou cidade; encontro entre gerações (roda de conversas entre alunos, avós, tios, moradores mais antigos da comunidade).

Exemplos

Exposição - Tema sugerido: vida doméstica

❖ Seleção, organização e pesquisa. Contextualizar historicamente, explicar as

mudanças e permanências, compreender os usos e significados para as pessoas que usaram os objetos.

Conhecer a história de grupos sociais por meio dos objetos de uso cotidiano.
Conectar o local, o regional, o nacional. Localizar anúncios nos jornais.



Exposição itinerante de imagens

❖ Seleção, organização e pesquisa. Contextualizar historicamente. Abrangência regional (municípios vizinhos a PF). Coleta de material além do AHR e MHR.

Temas possíveis:

Construção de paisagens

Mudanças socioambientais

Agricultura

Pecuária

Práticas religiosas

Urbanização e patrimônio

Educação

Transportes

Criação de Kits

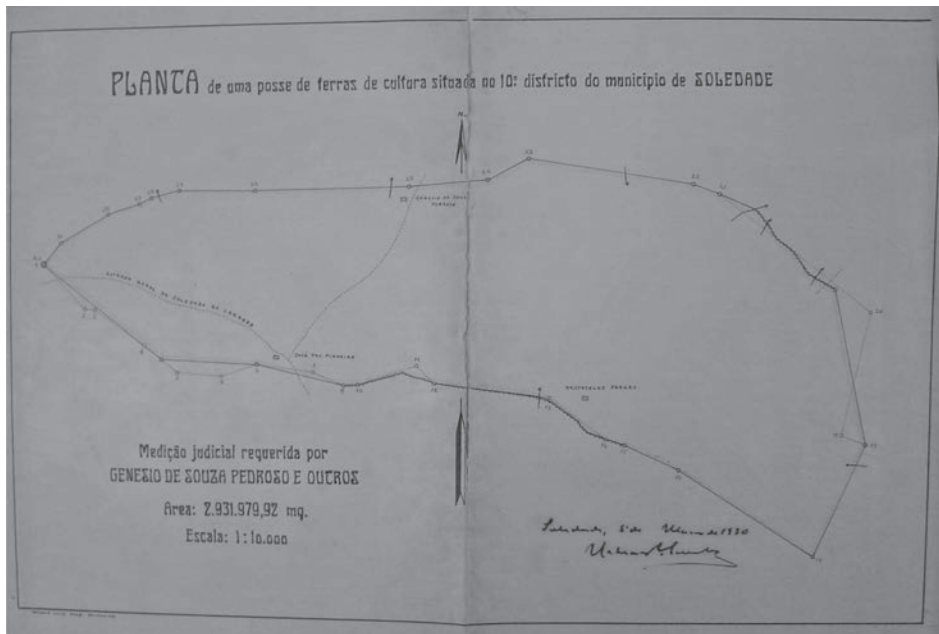
Seleção, organização e preparação de diversos kits didáticos, destinados a cada ano específicos da Educação Básica; atividade feita pelo professor de História e os alunos dos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

- organização temática

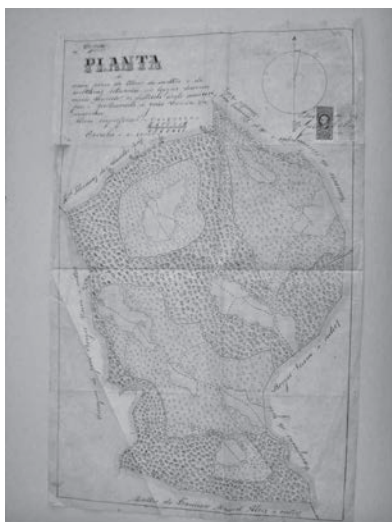
MOMENTO PATRIMÔNIO

- reprodução (impresso e digital)
- conectado com os “conteúdos escolares”

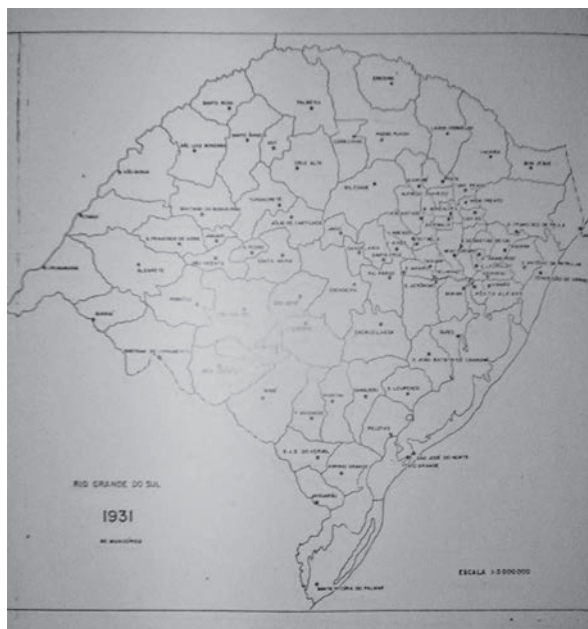
Análise de documentos de época: plantas, mapas, jornais – sugestão: discutir temáticas relacionadas com a propriedade da terra, território, migrações.



Fonte: Autora



Fonte: Autora



Fonte: Autora

A ocupação e a organização do espaço sulista e comparação com a região de Passo Fundo:

As Missões Jesuíticas

- A Criação de gado e os tropeiros
- Imigração alemã
- Outros imigrantes

- O Tratado de Madri

- A imigração consolidou a ocupação
- Imigração italiana



Fonte: www.google.com.br

Vegetação

Sobre a cobertura vegetal, o tipo que se apresenta na região é a de Mata de Araucária ou Mata dos Pinhais, além da Mata Tropical Úmida e os Campos.

A colonização e ocupação, no entanto, reduziu as áreas dominadas pelas araucárias para colocar fazendas agrícolas e cidades no lugar. Restaram pequenos lugares da Mata de Araucária que ficam especialmente no Paraná e em Santa Catarina.

Outra formação vegetal bastante conhecida e devastada é a Mata Atlântica na Região Sul.



Fonte: www.google.com.br

A Mata de Araucária encontra-se no sul, a sua principal área de ocorrência, destacando-se importantes remanescentes nos planaltos do Paraná e Santa Catarina. A Floresta do Uruguai, que apresenta seu maior desenvolvimento ao longo dos rios Paraná, Uruguai e seus afluentes, é encontrada em altitudes que variam entre 500 e 800 m, alcançando por vezes 100 a 150 km de largura.

6. Elaborações²

❖ Recursos didáticos para comunicação de conceitos (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 68 e 39)

- ✓ Narrativa oral de situações vivenciadas por pessoas do passado contadas por familiares;
- ✓ Desenho de representação de cenas que se referem a acontecimentos passados ouvidos em narrativas histórica;
- ✓ Elaboração de diagramas;
- ✓ Reconstrução de acontecimentos do passado mediante danças ou representações teatrais;
- ✓ Uso de linhas de tempo para localizar sucessos de acontecimentos;
- ✓ Produção de títulos para determinadas narrativas históricas;
- ✓ Redação de frases curtas que evidenciem certa habilidade para selecionar um ou dois pontos-chave de uma narrativa histórica ouvida previamente;
- ✓ Descrição oral e escrita de aspectos concretos do passado, como aspectos de uma rua conhecida por uma fotografia antiga;
- ✓ Comunicação oral e escrita de informações obtidas com base em livros, jornais, documentos de época, mapas, plantas;
- ✓ Redação de frases usando determinados conceitos históricos;
- ✓ Elaboração de listas de aspectos históricos obtidos pela observação de diferentes fontes materiais, iconográficas e escritas;
- ✓ Elaboração de respostas e perguntas similares a: “Onde? Como? O que? E Por quê?”
- ✓ Agrupamento de diferentes fontes históricas num mesmo título;
- ✓ Redação de textos breves, de caráter imaginativo, sobre o passado;
- ✓ Redação de textos descritivos;

²As sugestões desta parte da proposta tomamos como base referencial a obra: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

- ✓ Redação sobre aspectos do passado obtidos por meio de fontes orais;
- ✓ Registro de informações elaboradas com base em trabalhos de campo ou estudos do meio;
- ✓ Elaboração de pequenos resumos ou síntese;
- ✓ Realização de mapas, diagramas, maquetes.

❖ Leitura de textos (adaptado de SCHIMIDT; CAINELLI, 2004, p. 140 a 145)

Roteiro para leitura de texto:

- ✓ Ler o texto
- ✓ Ler o texto de acordo com questões lançadas pelo professor, posteriormente, construir um esquema coletivo
- ✓ Dividir o texto em parágrafos
- ✓ Sublinhar as palavras desconhecidas e procurar o significado
- ✓ Construir uma enunciação da ideia principal de cada parágrafo
- ✓ Observar as imagens e as ilustrações propostas
- ✓ Identificar e analisar as imagens, as ilustrações, os mapas e os gráficos/tabelas
- ✓ Relacionar as ideias do texto com as imagens, as ilustrações, os mapas e os gráficos/tabelas
- ✓ Explicar as relações feitas (oral ou escrita)
- ✓ Estabelecer relações de causalidade e significado sobre o que aparece no texto e imagens, ilustrações, as ilustrações, os mapas e os gráficos/tabelas
- ✓ Identificar as ideias principais e as secundárias do texto; ordenar por ordem de sucessão; fazer um esquema do resultado obtido.
- ✓ Registrar, de forma organizada e hierarquizada, as ideias principais e as secundárias do texto

Provisoriamente, finalizamos dizendo que

Os professores têm que decidir se é a aprendizagem um momento de memorização de conteúdos dados, fragmentados e não-contextualizados, ou se é o momento de compreensão da realidade, de manipulação, de observação questionadora e de argumentação que venham a estimular a capacidade criadora. (Paulo Caruso e Cleide Terzi)

O ensino de história é o atual desafio para nós professores inquietos com o contexto atual, com a indiferença de nossos alunos e, que deve, ultrapassar as antigas e memoráveis posições discursivas e materializadas nos currículos de que “queremos alunos críticos, reflexivos e que se tornem cidadãos atuantes”. Por isso, lhes convido, ultrapássemos a fase do discurso e empreendemo-nos na prática da transformação.

Bom trabalho!!!!

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o futuro*: São Paulo: Perspectiva, 1972.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história*: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIMIDI, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SEFFNER, Fernando. História: Leitura e escrita na história; e, SCHÄFFER, Neiva Otero. Ler a paisagem, o mapa, o livro: escrever nas linguagens da geografia. In: NEVES, Iara Conceição Bittencourt. (org.), et. alli. *Ler e escrever*: compromisso de todas as áreas. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, pp. 84-118.

FONSECA, Selva G. Ensinar história através de projetos de pesquisa. *Revista Presença Pedagógica*. V. 3, n. 18, nov./dez.97, p. 49-55.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

POULOT, Dominique. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

TEDESCO, João Carlos. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias dos nonos*. Porto Alegre: EST, 2001.

VALLE, Lillian do. *O mesmo e o outro da cidadania*. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

II PARTE

ALEGORIAS DO PASSADO: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM PASSO FUNDO

Augusto Diehl Guedes¹
Djiovan Vinícius Carvalho²

“Todo meio, rural ou urbano, está situado no tempo. Possui uma história e esta história deixou suas marcas. Nas memórias e nos arquivos. Mas também no seu entorno. Objetos e edifícios diversos são testemunhos de existências anteriores. São os laços de união entre o passado e o presente”.

Jean-Nöel Luc

O Programa Momento Patrimônio tem se destacado por suscitar discussões acerca do patrimônio, seus usos e suas terminologias. Durante a terceira temporada do programa, exibida no ano de 2013, diversos foram os patrimônios da cidade de Passo Fundo que serviram como *alegorias do passado*, para fomentar as mesas de discussão, onde pesquisadores e representantes do poder público municipal debateram e trouxeram à tona questões pertinentes sobre esse tema tão importante para nossa memória, história e identidade. Não nos cabe discutir, nesse momento, as conceituações que dividem e segmentam o patrimônio hoje. Entretanto, concordamos com Eduardo Knack, quando ele aponta que

vivemos em um momento em que a palavra patrimônio assume diferentes conotações com uma multiplicidade de implicações políticas, culturais, econômicas e sociais. Existem diferentes tipos de patrimônio hoje, como patrimônio histórico, artístico, material, imaterial, intelectual, financeiro, tecnológico, natural, e até mesmo patrimônio genético (KNACK In: MACHADO; ZANOTTO, 2012, p. 14).

Passo Fundo possui uma gama de patrimônios, reconhecidos ou não pela população, eles fazem parte do dia-a-dia dos passofundenses e, eventualmente, da imensa massa de visitantes que passam pela cidade todos os dias. Buscando sintetizar informações

¹Acadêmico do Curso de História Licenciatura da Universidade de Passo Fundo; bolsista de iniciação científica no projeto “Rede de Memórias: patrimônio e história regional”, orientado pela Profa. Dra. Gizele Zanotto; bolsista do Programa de Apoio Institucional a Discentes de Extensão e de Assuntos Comunitários pelo projeto “Momento Patrimônio”, no ano de 2013, coordenado pela Profa. Dra. Ironita Policarpo Machado; E-mail: 135441@upf.br;

²Acadêmico do Curso de História Licenciatura da Universidade de Passo Fundo; voluntário de iniciação científica no projeto “Rede de Memórias: patrimônio e história regional”; bolsista do “Rede de Memórias”, subprojeto do projeto “Momento Patrimônio”, no ano de 2013; ambos coordenados pela Profa. Dra. Ironita Policarpo Machado; E-mail: 110055@upf.br;

reproduzidas pelos historiadores locais, foram produzidos, durante o ano de 2013, textos que embasaram a apresentação do primeiro bloco do programa. Esses textos foram elaborados, em parte, pelos acadêmicos do curso de História e voluntários do projeto Momento Patrimônio, sendo eles: Andrei Selvão, Bruna Nitiele Anacleto, Caroline da Silva, Caroline Lisboa dos Santos, Deomar Dias de Oliveira, Renan de Oliveira Queirós e Waleska Gaspar.

Revisitando os textos, sentiu-se necessidade de organizar de forma clara e simples, uma lista de verbetes que pudesse situar o leitor sobre a história dos patrimônios apresentados na terceira temporada do programa e aspectos da inserção desses patrimônios na História Local e Regional. Para tal, organizamos três blocos que agruparão os referidos verbetes, para essa catalogação, nos baseamos nos conceitos de patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São eles Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial e Patrimônio Natural. Ressaltamos, entretanto, que o patrimônio não é estanque a uma classificação, podendo perpassar mais de um segmento, e que essa separação serve apenas para fins didáticos,

Patrimônio Material

De acordo com o IPHAN, podemos considerar como Patrimônio Material o conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, seja ele arqueológico, paisagístico, etnográfico, histórico, etc, podendo ser dividido em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos ou bens individuais, além de móveis, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Nesse sentido, listamos abaixo os seguintes patrimônios:

Casa Morsch

A Casa Morsch está localizada na Avenida Brasil Oeste, esquina com a Rua 10 de Abril. Construída entre 1872 e 1874, a casa de Guilherme Morsch, figura entre uma das primeiras residências em alvenaria da cidade de Passo Fundo. Desde a sua construção, sofreu apenas algumas alterações, uma escadaria lateral, devido ao nivelamento com a rua; uma restauração, onde o banheiro foi trazido para dentro da casa e a substituição das telhas portuguesas. A casa possui uma arquitetura como poucos exemplares na cidade, casa térrea, ampla, horizontal e com pátio interno. Possui elementos característicos: beirados tipo beira-e-eira, aberturas emolduradas e esquadrias caxilhadas, referências da



Figura 1 Casa da Família Morsch em 1985. Fonte: Projeto Passo Fundo. Disponível em: <http://www.projeto passo fundo.com.br/principal.php?modulo=texto&tipo=texto&con_codigo=14750> Acesso em: 15 de novembro de 2014.

Casa Schell

Localizada na esquina da Avenida Brasil com Teixeira Soares, a Casa Schell foi o lar do primeiro (i)migrante alemão a residir em Passo Fundo. Representando o início do desenvolvimento urbano e comercial da cidade, a casa foi construída possivelmente na década de 1870, ainda na antiga Estrada das Tropas, servindo como casa comercial e residência. Foi tombada provisoriamente em 2012 (sob o Decreto 197/2012). O tombamento foi revogado em 16 de março de 2013, com a justificativa da não existência de documentação comprovando que a casa realmente pertenceu a Adão Schell. Durante o ano de 2013 a Casa foi demolida, tendo sido preservada apenas parte da fachada. A descaracterização da arquitetura da época em que foi construída justificou a não obrigatoriedade do proprietário, em preservar o que ainda restava das características originais.



Figura 2 Casa Schell em 2013. Fonte: O Nacional. Disponível em: <<http://www.onacional.com.br/geral/cidade/35804/casa+schell+nao+e+mais+patrimonio+historico>> Acesso em: 15 de novembro de 2014.

Complexo da Antiga Estação Ferroviária – Gare

A instalação da estrada de ferro em Passo Fundo, no ano de 1898, significou o fim do isolamento do município, trazendo inúmeros benefícios, não só para o comércio, mas também para a vida social e política da cidade. Com a inauguração da estação ferroviária, fora do então centro da cidade, o entorno da Viação Férrea de Passo Fundo foi valorizado com a criação de hotéis e casas comerciais. Gosh indica que, “a estação ferroviária deslocou o antigo centro, que se desenvolvia ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual Praça Marechal Floriano”, considerado ainda hoje o centro urbano do município. Após sua implementação a linha Passo Fundo – Santa Maria realizava viagens semanais, tendo pouco fluxo de pessoas e de mercadorias. Em 1910 a rede ferroviária do Estado é completada, ligando o Rio Grande do Sul ao Brasil, aumentando consideravelmente assim o número de passageiros e carga transportados.

O complexo preserva algumas edificações, entre elas a Ruína da Av. Sete de Setembro, a caixa d’água metálica, o muro de estação férrea e prédio da antiga Gare, no momento em que foi proposto à Câmara de Vereadores de Passo Fundo o tombamento do complexo da GARE possuía outras edificações tais como, depósito de locomotivas, oficinas, caixa d’água e residências para funcionários da rede.

Prédio da Gare

A Gare da Antiga Viação Férrea, edifício em madeira, material abundante na região, despojado de ornamentação, estritamente funcional, com estrutura em ferro, em função do balanço causado pelo embarque e desembarque dos trens. Atualmente a estrutura abriga um posto da Brigada Militar, sedes de algumas associações e ainda a feira dos produtores rurais do município.

Caixa D'água

A Caixa d'água, construída em concreto e estrutura metálica, foi inaugurada em 1927 caracterizando as edificações da era industrial, foi tombada definitivamente em 20 de janeiro de 2012, juntamente com a Ruína, conforme Decretos nº 21/2012 e 20/2012, respectivamente.

Ruína da Sete

A Ruína da Av. Sete de Setembro constitui um monumento em alvenaria de tijolos que fazia parte das edificações técnicas do complexo ferroviário da cidade de Passo Fundo. Originalmente tratava-se de um dos depósitos existentes. Ao ser incorporado ao projeto do Parque da Gare, ganhou importância paisagística fazendo referência ao porte original do complexo ferroviário da cidade, que não se resumia à estação.

Moinhos

A possibilidade de escoamento da produção pela estrada de ferro e o aumento da produção de trigo na cidade, viabilizou a construção de moinhos em Passo Fundo. Dentre eles estão, o Moinho São Luiz e o Complexo dos Moinhos Rio-grandense.



Figura 3 Vista aérea dos moinhos em Passo Fundo Acervo Cláudio Della Méia.

O **Moinho São Luiz**, localizado na esquina das ruas Presidente Vargas com Sete de Setembro, onde, corriam os trilhos da Viação Férrea, foi construído em cimento armado e inaugurado em 1927. O Moinho era equipado com moderno maquinário, produzindo farinhas que rivalizavam com as melhores marcas comercializadas no país.

O complexo dos **Moinhos Rio-grandense** é composto pelos prédios do Moinho e do Silo, localizados na Avenida Sete de Setembro, onde hoje, funcionam casas noturnas. O complexo ficava próximo à linha de trilhos e possuía um desvio para carga e descargas em seu pátio.

Denominado “Moinho Passo-Fundense”, ambos os prédios foram declarados em 2009, conforme Decretos Nº 40 e 41 de 2009, bens integrantes do patrimônio histórico municipal. Estas empresas surgem como alguns dos maiores complexos comerciais da época. Os edifícios dos Moinhos e do Silo fazem parte do antigo complexo industrial da cidade de Passo Fundo, composto pelas casas dos ferroviários, a antiga estação férrea, etc.

Cemitério da Vera Cruz

A chegada dos trilhos em 1898 causou a mudança do cemitério municipal, que ficava localizado nas proximidades da atual Catedral, para o bairro Vera Cruz em 1902. Considerado o maior cemitério da região, estima-se que no Cemitério da Vera Cruz, estejam sepultadas 48 mil pessoas.

Dentro do cemitério, estão o Mausoléu dos Pracinhas e Jazigo de Maria Elizabete de Oliveira, que fazem parte do inventário de bens considerados Patrimônio Histórico e Cultural do município.



Figura 4 Vista do Cemitério da Vera Cruz. Arquivo dos autores.

Jazigo dos Pracinhas

O Jazigo que atualmente abriga os restos mortais dos militares que perderam a vida na Revolução Constitucionalista de 1932 foi construído originalmente para ser o túmulo de Jovino da Silva Freitas, falecido durante a epidemia de gripe espanhola em 1918.

O mausoléu foi doado pela esposa, alguns anos mais tarde, ao III/8º Regimento de Infantaria do Exército Brasileiro, para neles repousarem os restos mortais dos pracinhas

de guerra. O monumento foi restaurado por uma equipe do Exército Brasileiro em 2012 e em seguida tombado como Patrimônio Histórico da cidade de Passo Fundo.

Jazigo de Maria Elizabete

Maria Elizabete de Oliveira, considerada Santa popular, está sepultada no Cemitério Municipal da Vera Cruz. Seu túmulo recebe uma procissão de visitantes de toda a região. A jovem nascida em Passo Fundo faleceu devido a um atropelamento, em 1965. Acredita-se que Maria Elizabeth tenha previsto a sua morte alguns dias antes do acidente, posteriormente, a população começou a atribuir a ela, milagres e graças alcançadas.

O jazigo foi tombado provisoriamente no ano de 2007, como Patrimônio Histórico e Cultural do Município.



Figura 5 Jazigo de Maria Elizabeth de Oliveira. Acervo de Ironita Policarpo Machado.

Cemitério Israelita

Por volta de 1912 chegaram os judeus ao município de Passo Fundo e em 1923 a comunidade judaica passo-fundense instalou a sua sinagoga. Na mesma década, adquiriram um terreno ao lado do Cemitério Municipal da Vera Cruz, onde se criou o Cemitério Israelita em Passo Fundo, que se constitui em importante espaço para a

preservação da cultura da comunidade judaica.

Segundo o depoimento de Berel Natan Engelman, líder espiritual da comunidade judaica de Passo Fundo, contido no 2º programa da terceira temporada do programa televisivo Momento Patrimônio, nos cemitérios judaicos não há mausoléus, nem túmulos com ostentação, sendo que não pode haver mais de uma pessoa enterrada no mesmo na mesma sepultura.



Figura 6 Vista do Cemitério Israelita. Arquivo dos autores.

O Cemitério Israelita, conta hoje com 99 túmulos separados em duas alas principais, masculina e feminina, possuindo um espaço privado e arborizado ao lado do Cemitério Municipal. Dentro dele, há o Monumento do Holocausto, em lembrança aos cerca de seis milhões de judeus mortos no genocídio nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Conforme Viuniski, a comunidade judaica, em 1950, contava com cerca de 500 pessoas, tendo hoje pouco mais de 40 membros.

Túmulo do Capitão Joaquim Fagundes dos Reis

Joaquim Fagundes dos Reis é considerado por muitos o “patriarca” da cidade, nascido em Curitiba, no Paraná, em 07 de agosto de 1785. Chegou em Passo Fundo em 1830 como Capitão da Guarda Nacional, para ocupar o cargo de inspetor do Quartelão, sendo designado ao cargo de Juiz de Paz em 1834. Teve papel fundamental para a instalação da Capela de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, além de desempenhar outras funções na administração municipal, como de vereador. Faleceu em 22 de junho de 1863, aos 77 anos, sendo sepultado na entrada de sua fazenda.



Figura 7 Túmulo de Joaquim Fagundes dos Reis. Arquivo dos autores.

Em 1957 durante as comemorações do centenário da emancipação política de Passo Fundo, diversas foram às homenagens prestadas aos “grandes homens” da história do município. Dentre eles, Fagundes dos Reis, que teve seu túmulo “descoberto”, na entrada de sua antiga fazenda, próximo à Fazenda da Brigada Militar, na BR 285, entre Passo Fundo e Mato Castelhano, antigo caminho do gado. O túmulo foi tombado como patrimônio histórico municipal pela Lei Nº 7481, no ano de 1957.

Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto

Localizado na Avenida Brasil o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto compreende alguns voltados à cultura, são eles: o Teatro Municipal Múcio de Castro, a Biblioteca Pública Municipal Arno Viuniski, o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider, o Museu Histórico

Regional e Academia Passo-Fundense de Letras. O Espaço recebeu o nome da professora Roseli Doleski Pretto, uma das idealizadoras dos Museus que coordenou ambos os espaços de 1996 a 2002, ano de sua morte. A homenagem veio em 2003, pela Lei Municipal nº 4097/03.

Três prédios que compõem o espaço foram tombados, conforme Lei nº 2.608 de 25 de setembro de 1990, como Patrimônio Histórico do Município, como “conjunto arquitetônico”, constituído pelos prédios onde funcionaram a Prefeitura Municipal – atual prédio dos Museus, Câmara Municipal – Teatro Múcio de Castro e também o prédio da Academia Passo-Fundense de Letras.



Figura 8 Prédios que compõem o Espaço Cultural Roseli Doleski Preto na década de 1930. Fonte: Fotos Antigas de Passo Fundo. Disponível em: < <https://www.facebook.com/FotosAntigasDePassoFundo/photos/pb.520429531308918.2207520000.1421668628./705107436174459> > Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

Prédio da Intendência Municipal – Atual MHR E MAVRS

O prédio construído para sediar a Intendência Municipal, entre 1909 e 1911, simboliza a modernidade e o poder político de toda uma época. Foi inaugurado em 25 de julho de 1911 e destacou-se principalmente pelo fato de, como sede do Poder Executivo, não se localizar em frente à praça principal da cidade, como comumente se encontra nos centros urbanos. Esse fato pode ser entendido pela importância histórica da Avenida Brasil, antigo caminho dos tropeiros, cuja atividade originou o núcleo urbano da localidade.

A planta foi encomendada na capital do estado, inovando no estilo arquitetônico presente nas construções existentes em Passo Fundo. A fachada carregada do estilo *Art Nouveau*, em voga na Europa nas primeiras décadas do século XX, mostra a atualidade da

proposta quando da construção do prédio.

Abrigou a Intendência até 1930, quando passou a denominar-se Prefeitura Municipal, que permaneceu neste local até 1976, quando ocorreu a transferência da sede do Poder Executivo Municipal para novas instalações. O prédio, então, foi utilizado por algumas secretarias municipais, sendo que uma das salas fora destinada ao Museu Municipal.

O Museu Municipal foi criado em 1977 por decreto da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, com o nome de Museu Histórico-Cultural (MHC), estando vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O MHC funcionou de 1977 a 1990, permanecendo aproximadamente cinco anos desativado. Em 1994 a então Secretaria de Turismo (SETUR – atual SEDEC, Secretaria de Desporto e Cultura) lançou o projeto “Passo Fundo conta sua história”, com o objetivo de preservar a história de nossa gente e de preservar a memória regional. Desse projeto, cuja adesão de diversos setores da cidade pôde resultar em um trabalho conjunto entre a Prefeitura Municipal e a Universidade de Passo Fundo para reorganização do Museu Histórico Cultural, que reiniciou suas atividades em 1996, ocasião em que foi firmado um convênio entre o Poder Público e a Fundação Universidade de Passo Fundo. Desde então, juntamente com o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS), inaugurado em maio de 1995, o Museu assumiu a sua designação atual, MHR, permanecendo instalado no mesmo prédio da antiga Intendência Municipal.

Câmara de Vereadores – Atual Teatro Municipal Múcio de Castro

O prédio que atualmente abriga o Teatro Municipal teve sua construção iniciada em 1883 para sediar o Clube Amor à Instrução, que tomou posse do espaço em 1887, fazendo ali suas reuniões semanais. Em 1889 também se instalou nas dependências da edificação o Grêmio Dramático Passo-Fundense, que construiu um palco para suas apresentações teatrais. Em 1891, foi criado o Clube Literário e Recreativo Passo-Fundense, que existiu até 1893. Durante o período da Revolução Federalista (1893-1895) o prédio serviu para aquartelamento de tropas, o que causou a perda do acervo da biblioteca que os clubes possuíam. O prédio ainda abrigou as instalações do jornal O Gaúcho, do Clube Pinheiro Machado e do Poder Judiciário, tendo sido desapropriado pela Intendência Municipal em 1920.

Entre 1940 a 1977 o Poder Legislativo ocupou o prédio, tornou-se a Câmara de Vereadores de Passo Fundo, até a mudança da sede do Poder Executivo Municipal em 1976. Tendo passado anos sem ser utilizado, em 1986 foi restaurado e em 1990 recebeu o

nome de Teatro Municipal Múcio de Castro, inaugurado em 1991. O Teatro Municipal foi fechado em 2013 e passa por um novo processo de restauração.

Sede do Clube Pinheiro Machado – Atual Academia Passo-Fundense de Letras

O atual prédio da Academia Passo-Fundense de Letras, foi construído em 1915, pelo Clube Pinheiro Machado, o clube, foi criado com o intuito de defender os interesses do partido republicano local e fortalecer a disciplina partidária.

Em 1938, a Prefeitura Municipal toma posse do prédio do Clube Pinheiro Machado, assume uma dívida bancária do clube e nele, instala o Grêmio Passo-Fundense de Letras. Isso se deu basicamente pela adesão ao movimento conhecido como “Frente Única”, favorável, ao então Presidente Getúlio Vargas e que era extensivo aos membros do Partido Libertador, assim, o clube começava a perder sua força política.

Dois anos depois, em 1940, a Prefeitura Municipal cria a Biblioteca Pública, sob a responsabilidade do Grêmio Passo-Fundense de Letras, instalado no Clube Pinheiro Machado. Em 1961, o Grêmio Passo-Fundense de Letras passa a se chamar Academia Passo-fundense de Letras.

Em 1971, quando o clube é dissolvido, ocorre a transferência de seu ativo e passivo, para a Academia Passo-fundense de Letras, o que inclui o prédio, que se encontrava em mal estado de conservação, sendo cogitada a possibilidade de sua venda.

Em 1996, um acordo judicial envolvendo o Ministério Público, a Prefeitura Municipal de Passo Fundo e a Academia Passo-Fundense de Letras, determinam a restauração do prédio. As obras na edificação foram concluídas em 2007, tendo sido mantido apenas seu frontispício, tendo seu interior sofrido total remodelação.

Prédio do Quartel do Exército Brasileiro

O Antigo Quartel do Exército, em Passo Fundo, localiza-se na Rua Teixeira Soares s/n. A construção teve início no ano de 1922 e em 1923 instalou-se, nessa unidade militar, o 8º Batalhão de Infantaria. O conjunto é composto por três edificações de dois pavimentos e o muro limítrofe a Rua Teixeira Soares. Os edifícios possuem uma arquitetura austera, característica de instalações militares.

Até o ano de 1987 vários regimentos ocuparam as instalações, sendo o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, seu último regimento.

As suas funções, basicamente, eram a preparação de militares reservistas para a segurança nacional. A unidade do Exército Brasileiro de Passo Fundo encerrou suas atividades militares em 2000, por motivos administrativos, transferindo-se para Francisco Beltrão, no Paraná.

As antigas instalações do Quartel foram cedidas à prefeitura de Passo Fundo que atualmente (2014) administra o local. No complexo de edificações, funciona a Junta de Serviço Militar responsável pelos alistamentos e documentos militares no município, além da Secretaria Municipal de Agricultura, Setor de Nutrição da Secretaria Municipal de Saúde, FUNASA, INCRA e Junta Administrativa e Recursos de Infração.

Banco da Província

Localizada na esquina da Rua Morom com Rua Bento Gonçalves, a sede própria do Banco da Província em Passo Fundo, foi inaugurada em 1922, e foi possibilitada pelo crescimento produtivo e financeiro que a cidade vivia na época.



Figura 9 Banco da Província em 1959. Acervo de Cláudio Della Múa.

O prédio foi construído em estilo neoclássico, com uma fachada simétrica, dada pela repetição dos elementos sofisticados presentes na construção. Possuía em seu

segundo andar dois apartamentos amplos e luxuosos, para a residência do gerente e do contador, que geralmente vinham de outras cidades. A construção imponente do banco, em uma das esquinas da praça principal expressava a solidez e a confiabilidade, imagens indispensáveis às instituições bancárias.

O banco funcionou até 1972, quando houve uma unificação entre o Banco da Província, o Banco Nacional e o Banco Industrial e Comercial do Sul, transformando-se em Sulbrasileiro, que em 1985 passou a Banco Meridional do Brasil.

O prédio passou a ser propriedade do Banco Itaú na década de 1990, que ainda ocupa o prédio, tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Município, conforme Lei nº 2955/94 de 11 de julho de 1994.

Hotel Avenida

Situado na esquina da Avenida Brasil com Rua General Netto s/n, foi inaugurado em 1928. Ao contrário dos demais hotéis, este se localiza na antiga Rua do Comércio, distanciando-se do meio ferroviário e aproximando-se da Catedral e da Intendência, buscando novo tipo de clientela, de maior poder aquisitivo.

Sua edificação é um exemplo do ecletismo, destacando-se a fachada pela sua ordenação das aberturas. Atualmente, no prédio funcionam estabelecimentos comerciais.



Figura 10 Hotel Avenida. Fonte: Nexxjor UPF. Disponível em: <<http://www.upf.br/nexjor/?p=23540>> Acesso em 15 de dezembro de 2014.

Hotel Glória

O Hotel Glória, localizado na Rua Gen. Canabarro, 907, teve sua inauguração em 1927, sendo José Knoll seu primeiro proprietário até 1955. Dentre seus hóspedes encontramos personalidades da política rio-grandense como Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e Flores da Cunha.

O acesso pela Rua Gen. Canabarro era destinado aos hóspedes de maior poder aquisitivo, sendo o porão da Rua Capitão Eleutério destinado para a clientela de baixa renda, dentre eles os soldados que transitavam na cidade.



Figura 11 Hotel Glória na década de 1930. Fonte: Fotos Antigas de Passo Fundo. Disponível em: <https://www.facebook.com/FotosAntigasDePassoFundo/photos/pb.520429531308918.2207520000.1421668628./705124616172741/?type=3&src=https%3A%2F%2Fcontent-a-gru.xx.fbcdn.net%2Fphotosxaf1%2Fv%2Ft1.09%2F1479384_705124616172741_278315907_n.jpg%3Foh%3De03ada5e983b7a662a77edc3eebe5f53%26oe%3D556A676B&size=868%2C552&fbid=70512461617274> Acesso em 15 de dezembro de 2014.

O Hotel situava-se em local estratégico devido ao transporte de mercadorias e pessoas pela viação férrea. Com estilo eclético, o prédio possui duas plantas em L privilegiando a iluminação e ventilação natural.

Em 2002 o prédio foi reformado e no ano seguinte inaugurado um restaurante que funciona até hoje no local, juntamente com outras lojas.

Cassino da Maroca

O prédio do Cassino da Maroca foi inaugurado em 1941, durante o auge do comércio madeireiro, abrigando um estabelecimento que marcou momentos históricos

para a cidade, localizado na esquina das Ruas XV de Novembro e General Osório. Por ali, passaram forasteiros, políticos, homens da alta sociedade, em busca de jogos e mulheres. Conjuntos musicais, dentre eles, argentinos e uruguaios, divertiam homens ao som de valsas, sambas, milongas e boleros. Segundo memórias de seu tempo, o cassino era considerado um lugar não só de diversão, mas de “demolição de fortunas”, devido ao envolvimento que os homens mantinham com o jogo e com as moças que trabalhavam no local. Em 1946, Dona Maroca alugou o lugar, mas os novos administradores não devotaram ao lugar os mesmos cuidados que ela, e aos poucos o brilho foi se perdendo.

Em 1955 às vésperas do centenário da cidade, um grupo de passofundenses apoiou a campanha para que a área do meretrício saísse do meio urbano. Em 1956 os estabelecimentos transferiram-se para outros locais, já que novos alvarás não foram expedidos, dando seu lugar para que famílias residissem ali. De tal modo teve fim o “Palácio da Maroca”.

Durante o período da Ditadura Militar funcionou no prédio o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS, órgão do governo que controlava e reprimia os movimentos políticos nesta época. Passou alguns anos sem utilização para depois servir de sede à Comunidade Internacional de Saúde aos Trabalhadores - CIST. Após o abandono, foi utilizado por usuários de drogas.



Figura 12 Prédio onde funcionou o Cassino da Maroca em 2012. Fonte: No caminho das tropas. Passo Fundo Tchê! Disponível em: <<https://passofundotche.wordpress.com/tag/cassino-da-maroca/>> Acesso em 16 de novembro de 2014.

Falar no Cassino da Maroca sem mencionar Ruth Schneider é impossível. A artista passofundense criou diversas obras caricatas que nos revelam personagens da história do Cassino. As pinturas de Ruth são fragmentos das histórias que escutou sobre o lugar na sua infância. Ela é grande responsável por trazer à tona as histórias do Cassino.

Em 2007, após diversas reivindicações de moradores vizinhos, que reclamavam do precário estado de conservação do local, o Ministério Público moveu uma ação contra o município e os antigos proprietários, na tentativa de que o prédio fosse preservado. Em 2009 o prédio foi vendido a dois empresários que pretendem instalar no local um escritório de advocacia e de contabilidade.

Escola Municipal Padre Antônio Vieira - “Brizoleta”

A Escola Municipal Padre Antônio Vieira, localizada na comunidade Nossa Senhora da Paz, distrito de São Roque em Passo Fundo, foi construída durante o governo de Leonel Brizola, governador do Estado de 1959 a 1963. É uma das muitas “brizoletas” espalhadas pelo Rio Grande do Sul. Com duas salas de aula e uma para a administração, começou a funcionar no início da década de 60 e foi desativada em 1990. Recebia alunos da localidade de Nossa Senhora da Paz, e também dos municípios de Marau e Nicolau Vergueiro.

Foi tombado como Patrimônio Histórico do município pela Lei nº 2535/89 de 06 de outubro 1989. Em 2011 a escola foi restaurada, sendo preservadas as características originais da construção. Atualmente é utilizada pela comunidade para cursos de capacitação profissional, atividades do Departamento de Atendimento da Terceira Idade, do Clube de Mães, entre outras.



Figura 13 Escola Municipal Padre Antônio Vieira - “Brizoleta”. Arquivo dos autores.

Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo - IE

Em 1919 a Intendência Municipal de Passo Fundo, como forma de incentivo à educação, ofereceu à Igreja Metodista duas quadras na antiga Praça Boa Vista, situada no bairro Boqueirão. O local foi considerado ponto ideal, pela sua elevação e beleza panorâmica, para a instalação de uma escola modelo.

A escola começou a funcionar em 15 de março de 1920, ocupando um chalé de madeira, feito para o uso provisório das aulas. Estudantes metodistas da Universidade do Texas, sabedores desta iniciativa em Passo Fundo, num gesto de solidariedade, levantaram fundos para a construção de dois prédios: o prédio Texas, que recebeu esse nome para homenagear a Universidade que levantou fundos para sua construção e o prédio Daniel, para o internato. O prédio Texas foi projetado a partir da tipologia das escolas metodistas norte-americanas definidas por uma planta em cruz grega. Trata-se de um edifício imponente, com pórtico neoclássico e escadaria de acesso. Posteriormente, devido ao crescimento do número de alunos foram construídos os demais prédios existentes.



Figura 14 Instituto Educacional - IE. Acervo Ironita Policarpo Machado.

O prédio localiza-se na Avenida Brasil Oeste, privilegiado urbanisticamente devido as suas características arquitetônicas que são facilmente identificadas. Atualmente o Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo atende à educação infantil e ensino fundamental.

E. E. de Ensino Médio Protásio Alves

Em 1º de março de 1911, foi criado o Colégio Elementar, situado na Avenida Brasil esquina com Marcelino Ramos. Em 1927, devido à má conservação do prédio foi autorizada pelo Governo do Estado a construção de um prédio para abrigar a escola. A então Intendência Municipal disponibilizou uma das alas da Praça da República na Avenida Brasil, em frente da atual, Praça Ernesto Tochetto. Este novo prédio inaugurado em 1929, por estar situado em frente à praça ganha um significado cultural distinto, sua planta, concebida no formato da letra H, tem as alas transversais destinadas às salas de aula e o bloco longitudinal à administração. O edifício apresenta um esquema compositivo claro, baseado na repetição dos elementos verticais coberto com telhados de estreito beirado. Os elementos que integram a composição incorporam-se a uma linguagem do século XX de maior geometrização.

No ano de 1939, o Colégio Elementar, passou a ser denominado Grupo Escolar Protásio Alves. Já em 1963, passou a funcionar o Ginásio Estadual de Passo Fundo, em forma de curso noturno, em 1973 foi inaugurado o novo bloco do educandário que, a partir de 1978 passou a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau Protásio Alves.

Em março de 1989, abriu o Curso Supletivo de Educação Geral em Nível de 2º Grau e no ano de 1998 foi aprovado o funcionamento do Ensino Médio na Escola Estadual de 1º e 2º Graus Protásio Alves. Atualmente a escola chama-se: Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves.



Figura 15 Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves. Arquivo dos autores.

Chafariz da Mãe Preta

O Chafariz da Mãe Preta, situado na Rua Uruguai esquina com 10 de Abril, foi um dos primeiros locais que serviram para o abastecimento de água na Vila de Passo Fundo, tendo sido sua primeira construção realizada pela Câmara Municipal no ano de 1863. Sendo tarefa dos escravos abastecer as casas com água, nesse período, é possível que ele fosse ponto de encontro entre os mesmos.

Em 1924 o chafariz foi reformado, e algumas das lavadeiras da cidade faziam dele seu local de trabalho. A legalização definitiva da área e sua urbanização aconteceram no ano de 1982. O chafariz tem a sua história interligada as lendas da mãe índia e da mãe preta, lendas estas que contam o sofrimento de uma mãe ao perder o seu filho. De tanto chorar, suas lágrimas acabaram por formar um córrego. Atrelado a este fato, o imaginário passofundense difundia que aquele que bebesse de sua água não sairia mais de Passo Fundo.



Figura 16 Chafariz da Mãe Preta. Arquivo dos autores.

Essas lendas foram afogadas pela modernidade, tendo o chafariz, sido transformado em uma torneira. Atualmente, através de um acordo entre a prefeitura e uma empresa da área da saúde, a última, se responsabiliza pela manutenção do chafariz.

Catedral de Nossa Senhora Aparecida

Inaugurada no dia 25 de dezembro de 1965 a Catedral de Nossa Senhora Aparecida conta, hoje, com 2.787m² de área construída. O templo começou a ser pensado em 1930, tendo sido planejada e construída em etapas. Em abril de 1935 foi lançada a pedra fundamental da futura catedral, no mesmo local onde antes existia a primeira capela, construída no ano de 1835. Devido ao alinhamento das ruas, o novo templo foi erguido com a frente virada para a atual Praça Marechal Floriano. Desde o início até sua inauguração, o tempo total da construção foi de 30 anos e 08 meses. Esta demora se deveu à escassez de recursos para o desenvolvimento da obra.

A Catedral de Passo Fundo, após sua inauguração destacou-se pela sua imponência, já que poucos edifícios da cidade ultrapassavam sua altura. Um dos detalhes da fachada são as quatro estátuas, esculpidas em cimento pelo artista plástico passofundense Ernesto Delvaux, representando os quatro evangelistas: Mateus, Marcos, Lucas e João. Suas torres

são inspiradas em estilo grego-coríntio/romano e guardam quatro sinos. No interior da Catedral a decoração conta com quatorze mosaicos de vidro colorido retratando as passagens da Via Dolorosa. O artista polonês Arysyrch Kaszrwicz executou os painéis que representam o nascimento e a ressurreição de Cristo e o Pentecostes, presentes no altar-mor e nas suas laterais.

Juntamente, com a Cuia da Praça Marechal Floriano, é um dos cartões postais do município.

Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição

No ano de 1891, o avanço da cidade na direção do bairro Boqueirão, possibilitou a construção de um novo templo religioso, localizado na Rua Uruguai, próximo de onde se acredita



Figura 17 Catedral Nossa Senhora Aparecida.
Arquivo dos autores.

que tivesse sido a sede da fazenda de Cabo Neves, onde a Freguesia tivera início. A Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, foi construída em frente a atual Praça Tamandaré, tendo sua construção interrompida durante a Revolução Federalista (1893-1895), vindo somente a ser inaugurada em 1907/1908. Sua arquitetura possui características neoclássicas, que podem ser observadas através do uso do frontão, das pilastras, do friso e do arco romano no acesso principal.

O terreno para a construção da primeira paróquia fora doado por Ramón e Conceição Ricco. A capela é referência para entender a dinâmica da cidade, localizada onde se iniciou a aglomeração urbana do município, tendo sido construída devido a precariedade da antiga capela, que ficava na quadra onde hoje está localizada a Catedral Nossa Senhora Aparecida. É a paróquia mais antiga da cidade, tendo sido tombada definitivamente como Patrimônio Histórico e cultural do município no ano de 2012, conforme Decreto Nº 18/2012.



Figura 18 Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Acervo Ironita Policarpo Machado.

Patrimônio Imaterial

Seguindo as normativas do IPHAN, que declara que, os “Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social” que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer, portanto, celebrações, formas de expressão, os saberes e os fazeres, danças, ritos, etc. A imaterialidade está ligada, muitas vezes, a lugares, como mercados, feiras, santuários e cemitérios, espaços que abrigam práticas culturais coletivas.

Uma das características do Patrimônio Imaterial é sua transmissão de geração em geração, sendo, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, bem como, da sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Em Passo Fundo, algumas práticas inserem-se nesta categoria, as quais, passamos a elencar a seguir.

Romaria Arquidiocesana de Nossa Senhora Aparecida

A Romaria de Nossa Senhora Aparecida, teve início em 1980, quando foi realizada uma caminhada seguida por uma festa, no interior do Santuário que fica localizado as margens da RS 153. Progressivamente a Romaria foi se ampliando e consolidando em Passo Fundo, reunindo fiéis da cidade e região na caminhada devocional.

No ano 1983 a procissão partiu da Catedral de Nossa Senhora Aparecida em direção ao Santuário, em um trajeto de aproximadamente 7 km. Do primeiro evento até os dias atuais a Romaria de Nossa Senhora Aparecida aumentou consideravelmente seu público, de cerca de 200 fiéis reunidos na primeira edição, alcançando aproximadamente 200 mil romeiros em edições posteriores.



Figura 19 Romaria de Nossa Senhora Aparecida. Fonte: O Nacional. Disponível em: < <http://www.onacional.com.br/geral/cidade/1661/milhares+manifestam+louvor+a+nossa+senhora> > Acesso em 20 de dezembro de 2014.

Em 2011 Passo Fundo é elevada a Arquidiocese, legando este título também a todos os organismos e eventos ligados a essa circunscrição eclesial, passando então a romaria à ser conhecida por Romaria Arquidiocesana de Nossa Senhora Aparecida.

No ano de 2009, o pórtico do Santuário, ponto de chegada dos devotos ao Santuário, foi tombado definitivamente como bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Passo Fundo, conforme Decreto Nº 32/2009.

Romaria de São Miguel

A história da festa e da capela em honra a São Miguel Arcanjo, localizada no Pinheiro Torto, tem início com Generoso e Isaías, pai e filho, escravos de Bernardo Castanho da Rocha, grande fazendeiro da região.

Generoso e Isaías teriam participado da Guerra do Paraguai (1864-1870), tendo Generoso ferido uma perna, que teve que ser amputada. Com o final da Guerra, marchavam os dois de volta para o Pinheiro Torto¹, quando “ao passar pelas imediações das ruínas do povo jesuítico de São Miguel, encontraram, à beira de uma lagoa, em abandono, uma estatueta representando o Arcanjo de mesmo nome, achado que resolveram trazer consigo” (OLIVEIRA, 1990 p. 222)

Como forma de agradecimento pela ajuda do Arcanjo ao seu regresso, Generoso angariou fundos para erguer uma capela para a imagem que havia sido trazida. A capela foi erguida com paredes de pau-a-pique e cobertura de capim. Dava-se início a uma importante demonstração de fé da comunidade passofundense.

A devoção ao Santo, pelos demais moradores, possibilitou no ano de 1871, a realização da 1ª Festa de São Miguel que desde então move fiéis de toda a região. A realização da procissão é seguida de uma festa.

Posteriormente foi construída uma capela de madeira, já com telhado de tábuas, que serviu a comunidade por algum tempo. A capela foi demolida para dar lugar a atual, construção iniciada após o fim da Revolução Federalista (1893-1895), sendo finalizada no ano de 1952. A atual Capela faz parte do inventário de bens do patrimônio histórico do município de Passo Fundo, seu tombamento foi oficializado pela Lei nº 2696, de 25 de outubro de 1991.



Figura 20 Capela de São Miguel Arcanjo. Fonte: Aporte. Disponível: <http://www.aportepf.com.br/index.php?menu=interna_imovel&id=45> Acesso em 16 de novembro de 2014.

Atualmente a procissão acontece no domingo mais próximo ao dia 29 de setembro, dia de São Miguel, a festa acontece a mais de 140 anos, fazendo parte da vida social de várias gerações que já participaram e participam das festividades.

Lenda da Mãe Preta

Diz a lenda que uma negra, conhecida por Mãe Preta, escrava de um senhor de terras em Passo Fundo tinha um filho que era a sua alegria. Certa vez, o jovem fugiu de casa e não mais retornou. Mãe Preta então chorou e das suas lágrimas teria brotado uma fonte. Essa fonte abastecia de água tropeiros que por aqui passavam rumo às feiras de Sorocaba. Durante muitos anos, acreditou-se que bebesse daquela fonte sempre retornava a Passo Fundo. No local foi construído um chafariz que durante anos abasteceu a cidade.

Jornada da Literatura

A Jornada Nacional de Literatura, promovida a cada dois anos pela parceria entre Universidade de Passo Fundo e Prefeitura Municipal de Passo Fundo, tem início no ano de 1981, quando foi realizada a 1ª Jornada Sul-Rio-Grandense, com a participação de 750 pessoas. Dois anos mais tarde realizou-se a 1ª Jornada Nacional da Literatura, com 1,1 mil inscritos, sendo um dos passos para a transformação cultural da cidade. A Prefeitura

Municipal entrou como parceira do evento a partir da década de 1990, dividindo despesas e incentivando a participação de mais professores.

Antes de cada jornada acontecem regularmente projetos incentivadores com o intuito de estabelecer o envolvimento com a literatura, como a Pré-jornada, o projeto Livro do Mês, e a Jornadinha, sendo esta última, dedicada a alunos de ensino fundamental e médio, tendo sua primeira edição realizada em 2001.



Figura 21 Tenda da Jornada Nacional de Literatura. Revista Com Arte. Disponível em:<<http://www.upf.br/comarte/?p=4007>> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

Toda essa movimentação fez com que a cidade passasse a ser conhecida como a Capital Nacional da Literatura, título concedido pelo Governo Federal.

Um dos frutos da Jornada é o Largo da Literatura, inaugurada em março de 2008, nele está situada a Árvore das Letras, uma obra de 15 metros de altura que faz uma alusão ao envolvimento da cidade com as artes e a literatura.

Mostra da Cultura Gaúcha

A Mostra da Cultura Gaúcha acontece todos os anos durante as comemorações alusivas a Semana Farroupilha. A Mostra é promovida pela Prefeitura Municipal de Passo

Fundo com o apoio da 7ª Região Tradicionalista.

Até o ano de 2014, foram realizadas 22 mostras, quando entidades tradicionalistas desfilam pela Avenida Sete de Setembro, para serem avaliados nos quesitos com indumentária, carros alegóricos, autenticidade e fidelidade.

Batalha do Pulador

Em paralelo a Mostra Gaúcha, acontece a encenação da Batalha do Pulador, rememoração de um dos combates da Revolução Federalista (1893-1895), ocorrido em 27 de junho de 1894, entre os federalistas e republicanos. A encenação acontece desde 2007, nas imediações do local onde ocorreu a Batalha. Estima-se que 600 tradicionalistas participem das atividades.

Rodeio Internacional de Passo Fundo

O Rodeio Internacional de Passo Fundo teve início em 1985, recebendo entidades tradicionalistas brasileiras. A partir da terceira edição o rodeio tornou-se internacional, recebendo entidades e representações artísticas e campeiras da Argentina, Uruguai e Paraguai. Até a quarta edição o rodeio era promovido anualmente, após a difusão de eventos dessa natureza, o mesmo passou a ser promovido a cada dois anos.



Figura 22 Pórtico do Parque de Rodeios de Passo Fundo. Arquivo dos autores.

O evento, tem por objetivo a preservação das tradições gaúchas, integrando outros estados brasileiros e países do Mercosul. Suas atividades são realizadas no Parque de Rodeios da Roselândia, onde se encontra uma grande infraestrutura com cerca de 75.000 m² divididos entre mata nativa, galpões, tablados e arquibancadas.

A Música de Teixeira

Vitor Mateus Teixeira, o Teixeira, nasceu em Rolante no estado do Rio Grande do Sul em 1927. Passou por muitas cidades e empregos até que decidiu tentar a carreira artística cantando em rádios de cidades do interior. Mas foi em Passo Fundo, com apoio de amigos, que Teixeira gravou em 1959 um compacto com duas músicas, e no ano seguinte, com a gravação de “Coração de Luto” e “Gaúcho de Passo Fundo”, tornou-se reconhecido como intérprete da música gaúcha. Durante toda sua carreira gravou 49 álbuns e 10 filmes, que ganharam destaques nacionais e internacionais.



Figura 23 Capa do LP “Saudades de Passo Fundo”, de Teixeira, lançado em 1963. Fonte: Disciografia Gaúcha. Disponível em: <<http://discografiagaucha.blogspot.com.br/2013/08/teixeirinha-saudades-de-passo-fundo-1963.html>> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

Após a gravação da canção e do filme “Gaúcho de Passo Fundo” e o LP “Saudades de Passo Fundo”, Teixeira levou o nome da cidade de Passo Fundo para o Brasil e o exterior. Em sua homenagem foi erguido em 1990 um monumento em um dos canteiros centrais da Av. Brasil, local utilizado, eventualmente, para eventos.

Patrimônio Natural

Podemos entender como Patrimônio Natural, de acordo com a conceituação do IPHAN, todo local, cuja natureza tenha relevância para uma população, e também áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da diversidade biológica e da sua paisagem. Seguindo esta conceituação, seguem os espaços naturais apresentados durante a terceira temporada.

Parque Natural Municipal de Passo Fundo (RS – 324)

O primeiro Parque Natural Municipal criado em Passo Fundo tem uma área aproximada de 29 hectares e está localizada junto a RS-324. O Parque foi criado a partir de um decreto municipal, devido ao seu potencial hídrico e a variedade de espécies da flora e da fauna encontradas no local. Essa área natural do município tornou-se uma APP - Área de Preservação Permanente e recebe o nome de Parque Natural Municipal Pinheiro Torto devido às nascentes existentes dentro do parque abastecerem o Rio Pinheiro Torto. O Parque recebe visitantes para pesquisa e mantém espaços para realização de trilhas ecológicas.

Floresta Nacional de Passo Fundo

A Floresta Nacional de Passo Fundo está localizada no município de Mato Castelhano, tendo sido criada em 25 de outubro de 1968, quando Mato Castelhano ainda pertencia ao município de Passo Fundo. Hoje é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e possui vínculo com o Ministério do Meio Ambiente, sendo seu bioma um destaque em toda região Norte do Estado.



Figura 24 Vista aérea da Floresta Nacional de Passo Fundo. Fonte: ICMBio. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2190-flona-de-passo-fundo.html> > Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

Reserva Maragato

Localizada na RS-324(Km122), constitui 41 hectares preservados e é um Patrimônio Natural oficializado pelo Ministério do Meio Ambiente. Essa reserva foi a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de iniciativa particular, oficialmente criada em Passo Fundo.

Em sua área podemos encontrar araucárias, campos, riachos, banhados e nascentes, atraindo grande número de público para visitação, sendo que, além de sua beleza, a reserva esta localizada perto do centro da cidade, estando próxima ao Parque Natural Municipal Pinheiro Torto.



Figura 25 Reserva Maragato. Arquivo dos autores.

Bacia hidrográfica do Guaíba

A Bacia do Rio Uruguai está localizada na região Sul do Brasil, estendendo-se também pelo território do Uruguai. Sua extensão é de cerca de 180 mil quilômetros quadrados em terras brasileiras. Possui grande potencial hidrelétrico e também é usada em atividades de irrigação. Sua abrangência territorial é de 384 municípios entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A Região Hidrográfica do Guaíba é subdividida em nove bacias: Bacia do Rio Gravataí, Bacia do Rio dos Sinos, Bacia do Rio Caí, Bacia do Rio Taquari-Antas, Bacia do Rio Pardo, Bacia do Baixo Jacuí, Bacia dos rios Vacacaí – Vacacaí Mirim, Bacia do Lago Guaíba e Bacia do Rio Alto Jacuí. Esta última, localizada na região centro-norte do Estado, possui área de 12.985,44 km² e atendendo a uma população estimada de 366.628 habitantes. Abrange os municípios de Carazinho, Cruz Alta, Passo Fundo, Sobradinho e Tupanciretã. Os principais cursos de água são os rios Jacuí, Jacuí-Mirim, Jacuízinho, dos Caixões e Soturno. As principais utilizações se destinam a irrigação e consumo dos habitantes.

Rio Passo Fundo

Chamado de Goio-En – água funda – pelos índios caingangues que habitavam suas margens no início do século XIX, e, de Uruguai-Mirim – pequeno – pelos Tupi-Guaranis, o rio Passo Fundo teve significativa importância desde os primórdios da cidade que hoje leva o seu nome. Em suas margens, grupos indígenas que habitavam a região do planalto conviviam ao lado de imensas matas nativas. Sua existência foi importante também durante a passagem dos tropeiros pela região, que, cruzavam o rio, carregados em suas mulas até o caminho de Sorocaba (SP).

De acordo com o Plano Ambiental Municipal, o rio Passo Fundo tem sua origem no distrito de Povinho Velho, possuindo uma extensão total dentro do município de 52,5 km, sendo 48,6 km de extensão em área não urbanizada e 3,9 km de extensão no perímetro urbano.

Além de importância histórica, o rio Passo Fundo teve, e ainda tem significativa influência nas atividades econômicas do município e da região. Inserido na bacia hidrográfica Passo Fundo - Várzea que abrange um total de sessenta e seis municípios, quinze pertencentes à região da produção, que potencialmente utilizam direta ou indiretamente do rio Passo Fundo, tanto na captação de água para abastecimento, geração de energia, agricultura, bem como, na utilização do rio como receptor de resíduos habitacionais, industriais e agropecuários. A progressiva aceleração do desenvolvimento

urbano e, em consequência, de produção, acabou degradando vários pontos do rio. Além disso, as habitações irregulares construídas as margens do rio Passo Fundo geram ainda mais poluição no leito, como esgoto, produtos químicos, e numerosos tipos de lixo, tornando a água imprópria para o consumo.



Figura 26 Rio Passo Fundo próximo a Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Fonte: Panoramio. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/41301932>> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

No final de 2007 um decreto público transformou o rio Passo Fundo em patrimônio ambiental, histórico, cultural e paisagístico da cidade e é considerado área de proteção permanente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Segundo resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA são definidas nove classes segundo o uso a que se destinam as águas. A água do rio Passo Fundo é classificada como classe 03, sendo destinada ao abastecimento doméstico, irrigação de culturas e dessedentação de animais.

O entorno do rio Passo Fundo é considerado Área de Proteção Permanente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e a proteção de mata nativa ciliar encontra amparo no Código Florestal. A Lei Orgânica do Município nº 1.914, de 26 de agosto de

1980, também prevê que todos os mananciais, cursos e reservatórios de água sejam protegidos como zonas de segurança de saúde pública.

Banhado da Vergueiro

O Banhado da Vergueiro possui em sua área uma das nascentes que desaguam no Rio Passo Fundo e por isso contribui para o abastecimento de água do município bem como o controle do clima.

Uma praça foi projetada para ser construída no local, com o objetivo de preservar o banhado e seu ecossistema, além de tornar o local um ambiente para visitação e conscientização ambiental. Uma denúncia feita pelo grupo ecológico Sentinela dos Pampas aponta para o assoreamento da nascente que fica no local. O problema aconteceu quando máquinas foram utilizadas para fazer o serviço de terraplanagem, o que fez com que resíduos ficassem muito próximos à nascente.

Referências Bibliográficas

BATISTELLA, Alessandro. (Org.). *Passo Fundo, sua história: indígenas, caboclos, escravos, operários, latifúndios, expropriações, território, política, poder, criminalidade, economia, produção, urbanização, sociedade, mídia, imprensa, censura, religiosidade, cultura, gauchismo e identidade*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

D'AVILA, Ney Eduardo Possapp. *Passo Fundo: terra de passagem : uma história concisa da cidade e do município*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

DIÁRIO DA MANHÃ. A história preservada. Disponível em: <<http://www.diariodamanha.net/noticias.asp?ID=26012>>. Acesso em: 14 set. 2013.

DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

GEHN, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1978. v. 1

INSTITUTO EDUCACIONAL METODISTA DE PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://iepassofundo.educacional.net/institucional.asp>>. Acesso em: 1 ago. 2013.

JORNALISMO Rádio Uirapuru. Disponível em: <<http://www.rduirapuru.com.br/noticias/proprietario-do-antigo-predio-do-cassino-da-maroca-promete-restaurar-o-imovel>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. Arquitetura Urbana de Passo Fundo: 1865 – 1965. Passo Fundo: Berthier, 2007.

LECH, Osvandré (Coord.) *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MACHADO, Ironita A. P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

MIRANDA, Fernando B. Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo: o passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1990.

_____. *O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1949.

_____. *O município de Passo Fundo através do tempo*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.

_____. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1978. v. 3

_____. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982. v. 2

_____. *Terra dos pinheiraes*. Passo Fundo: Nacional, 1927.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1159&a=3&pm=158>>. Acesso em: 30 jun. 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Principais Igrejas da Cidade de Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1167&a=3&pm=158>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

PROJETO Passo Fundo. Disponível em: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>. Acesso em: 05 maio 2013.

SCHNEIDER, Ruth. *O Cassino da Maroca*. Passo Fundo: UPF. 1993

SOCIEDADE UNIÃO ISRAELITA DE PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://www.sinagogapf.com.br>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

TEIXERINHA. Disponível em: <<http://www.teixeirinha.com.br>>. Acesso em 14 ago. 2013.

TESTON, Helena. *O Palácio da Maroca*. Disponível em: <<http://historiaupf.blogspot.com.br/2010/06/memoria-ahr-o-palacio-da-maroca.html>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

VERGARA, Thelmo M. C; FILHO, Luiz F. F.; TEJADA, César O. *Valoração de ativos ambientais: o caso do rio Passo Fundo*. Relatório de Pesquisa, Passo Fundo, 2001.

WINK, Rosângela Borges. ESCOLA PROTÁSIO ALVES - 100 anos fazendo parte da história de Passo Fundo. Disponível em: <http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=15574&tipo=texto>. Acesso em: 01 agosto 2013.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita A. P. (Coord.). *Momento patrimônio: volume II*. Passo Fundo: Berthier, 2013.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita A. P.; HEINSFELD, Adelar (Coord.). *Momento patrimônio*. Passo Fundo: Berthier, 2012.

UPFTV, UM PROJETO SOCIAL DE COMUNICAÇÃO

Afani Carla Baruffi¹

Deisi Fanfa²

Quando pensamos em televisão educativa, pensamos também na responsabilidade de produção de conteúdos de interesse público, que resulta da potencialidade e dos desafios das nossas próprias ações educativas. Também, da criação de estratégias narrativas que atendam ao propósito de melhorar o padrão de qualidade do conteúdo apresentado nos programas de TV.

Além de ser um convite ao lazer ou ao entretenimento, a televisão é um importante meio de informação e de acesso ao mundo para significativa parcela dos brasileiros. E de acordo com o jornalista e professor Eugenio Bucci (2013), ela precisa incomodar o poder, “Se não incomoda o poder, não incomoda ninguém, e, se não incomoda ninguém, não tem utilidade para ninguém.”.

A UPFTV, emissora afiliada ao Canal Futura, está em canal aberto desde agosto de 2005, com uma programação voltada ao compromisso com a cidadania, com a difusão do conhecimento e com a prestação de serviços. Na sua construção como emissora educativa, está o desenvolvimento de práticas de relacionamento com a audiência, com agentes sociais, com educadores, e também com as comunidades acadêmicas.

A programação da UPFTV consiste, atualmente, na produção de cinco programas – um telejornal diário, apresentado ao vivo de segunda a sexta-feira, e outros 4 programas. Um dos destaques é o programa *Mundo da Leitura* na TV, que é produzido em Passo Fundo, mas vai ao ar pelo Canal Futura.

Com um constante olhar voltado à diversidade cultural, às iniciativas da comunidade em busca de soluções para seus problemas, a emissora produz hoje um programa especial, o *Momento Patrimônio*. Ele é exibido mensalmente, sempre na primeira sexta-feira de cada mês, e é resultado de um projeto de extensão da Universidade de Passo Fundo.

Uma das principais preocupações de fazer e de trabalhar com um programa educativo, a exemplo do *Momento Patrimônio*, é trazer para a dinâmica de gravação a responsabilidade, a participação e a reflexão de mobilização social com diferentes atores

¹Diretora de produção programa Momento Patrimônio. Jornalista, repórter/editora de jornalismo UPF TV. Mestranda Letras UPF. Email: afani@upf.br.

²Diretora programa Momento Patrimônio. Jornalista e Radialista. Documentarista/editora de jornalismo UPF TV. Especialista em Psicologia da Comunicação. Email: fanfa@upf.br

da sociedade. Linha que segue a proposta do Canal Futura, que é um projeto social de comunicação, proposto e desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, mantido com recursos promovidos por uma aliança de instituições comprometidas com a agenda social, com a educação e com o desenvolvimento do país.

A UPFTV pode ser sintonizada em Passo Fundo através dos canais 4 TV aberta e canal 14 da Net; em Marau pelo canal 54; e em Carazinho pelo canal 20. Sua abrangência é: Passo Fundo, Mato Castelhano, Coxilha, Ernestina, Marau e Carazinho.

MOMENTO PATRIMÔNIO – Programa Televisivo

A grade de programação da UPFTV abriu em 2011 um espaço especial para os debates sobre patrimônio histórico, cultural, artístico e ambiental, com o programa de TV *Momento Patrimônio*. O programa, que nasceu dentro de um projeto de extensão, desenvolvido pelo curso de História, ganhou a parceria da UPFTV e do curso de Jornalismo da UPF. Como um produto televisivo e, ainda mais, de uma emissora educativa, o *Momento Patrimônio* assume seu papel contribuindo na formação de cidadãos que se permitem participar democraticamente dos processos políticos e sociais. Desta forma, as contribuições do programa educativo ultrapassam o estágio do ato de apenas informar. A proposta constitui-se em planejar, organizar e apresentar programas de TV, mensais, para discutir e divulgar temas de que envolvem, tanto o patrimônio material como o imaterial.

O Formato na TV

A terceira temporada do programa Momento Patrimônio, lançada no segundo semestre de 2013, carrega uma proposta dividida em dois momentos: vídeo de abertura e mesa de debates. O vídeo de abertura é uma introdução ao assunto e tem a participação dos acadêmicos do curso de História da UPF. Os alunos pesquisam sobre um determinado ponto (local criteriosamente escolhido para a gravação) e enviam o texto da pesquisa para a equipe de TV. O texto recebido é transformado em roteiro que indica a ordem de gravações com as participações dos acadêmicos, tanto para a gravação das cabeças,³ como para os off's,⁴ gravados nas dependências da TV. O tempo de duração de cada vídeo é definido a partir do assunto e do número de locais escolhidos para as gravações.

³Cabeça (CAB) é a gravação do apresentador no local do acontecimento. Também é leva o nome de Passagem ou Stand up.

⁴Off é a gravação das informações na narração do apresentador, conduz o vídeo. É usado para cobrir as imagens. O off é o complemento das informações.

Avaliações como estas são determinantes para que o produto final seja atrativo e consiga passar para o telespectador a problemática que gira em torno do assunto.

A mesa de debates, gravada no estúdio da UPFTV recebe os convidados, escolhidos de acordo com o tema abordado e tem a mediação de um professor da UPF. A coordenação do projeto, ligada ao curso de História, é responsável pela definição dos convidados e da apresentação de cada programa. O formato escolhido não tem a participação de profissionais da televisão, como radialistas e/ou jornalistas, na apresentação do programa. Geralmente o apresentador faz a abertura e o encerramento olhando para a câmera. Isto significa estar falando diretamente para quem esta assistindo. No caso do *Momento Patrimônio*, o apresentador é também um participante, não olha para a câmera, mas se dirige aos convidados (como em uma roda de conversas) e faz interferências agregando o seu conhecimento durante o desenvolvimento do programa. Apesar do aprofundamento e da complexidade de alguns assuntos abordados, a ideia é trazer a informalidade às discussões.

Em um aparelho televisor, que compõe o cenário do estúdio, imagens antigas em 16mm, filmadas em 1957 em Passo Fundo, são exibidas durante as gravações de cada programa. No estúdio, 03 câmeras, duas no solo e uma suspensa.

A figura ao lado mostra parte de um roteiro para gravação do vídeo. (Fig 01)

Figura 01 - A lauda do roteiro é dividida em duas colunas, na coluna da direita o que compõe o áudio e na coluna da esquerda a indicação das imagens.

ROTEIRO EXTERNA MOMENTO PATRIMÔNIO PROGRAMA 01	
VÍDEO	ÁUDIO
(CASA SCHELL)	Sobe som
TRÂNSITO, ABERTA DO LOCAL	CAB
(NO LOCAL)	ESTAMOS NA AVENIDA BRASIL,
GC: aluno	ESQUINA COM A TEIXEIRA SOARES
IMAGENS DEMOLIÇÃO	EM FRENTE A CASA SHELL, O
	LOCAL, LAMENTAVELMENTE, ESTÁ
	EM FASE FINAL DE DEMOLIÇÃO./
	Sobe som...
	CAB:
	ESTE FOI O LAR DO PRIMEIRO
	ESTRANGEIRO A RESIDIR EM
	PASSO FUNDO./A CASA
	REPRESENTA O INÍCIO DO
	DESENVOLVIMENTO URBANO E
	COMERCIAL DA CIDADE./
IMAGEM ANTIGA DO LUGAR	OFF:
	FOI CONSTRUÍDA,
	POSSIVELMENTE NA DÉCADA DE
	1870 NA RUA DO COMERCIO, COMO
	ERA DENOMINADA A AVENIDA
	BRASIL./
	A CONSTRUÇÃO APRESENTAVA
	POUCAS
GC: DECRETO 197/2012	DAS CARACTERÍSTICAS
	ORIGINAIS./

As gravações do roteiro tem o acompanhamento de um cinegrafista, de uma produtora e de uma diretora. Abaixo, fotografias registram algumas gravações com a equipe da UPFTV e os acadêmicos do curso de História da UPF. (Figuras 02, 03, 04)



Figura 02 - Gravação de cabeça na Praça Marechal Floriano em Passo Fundo



Figura 03 - Definição de roteiro no centro da cidade de Passo Fundo



Figura 04 - Gravação de cabeça em frente à Matriz Nossa Senhora da Conceição em Passo Fundo.

Abaixo as fotografias da gravação do programa em estúdio.



Figura 05 - Apresentadora/participante com dois convidados.



Figura 06 - S.W – Switcher – local com mesa de corte para selecionar as imagens das câmeras durante a gravação do programa no estúdio.

A terceira temporada traz a proposta de dividir o conteúdo do programa Momento Patrimônio em 8 eixos temáticos, consequentemente em 8 programas que partem de patrimônio material e imaterial e constituem grandes questões da formação histórica local e regional.

- 1- Edificações do século XIX e início do XX: Casa de Guilherme Morch; Adão Shell; Parque da Gare (e complexo ferroviário da cidade de Passo Fundo), Moinho e Silo: representam o início da colonização imigrante e o desenvolvimento econômico (comércio, madeiras, transporte, etc) de Passo Fundo e região;
- 2- Edificações Público-políticas: Prédio da Antiga Intendência Municipal; academia Passo-Fundense de Letras; Teatro Múcio de Castro; Quartel do Exército Brasileiro; espaços que abrigaram as primeiras organizações político-partidárias e as primeiras administrações municipais;
- 3- Edificações comerciais e culturais: Banco da Província, Hotel Avenida; Hotel Glória e Cassino da Maroca; edificações construídas para atender as demandas do crescimento econômico em torno da madeira e da viação férrea;

- 4- Edificações Espaço Público e cultura I: Escola Municipal padre Vieira; Av. Brasil; Igreja Matriz; Chafariz da Mãe Preta; Catedral Nossa Dr^a Aparecida; IE; E. E. Protásio Alves; matrizes do desenvolvimento citadino e cultural de Passo Fundo;
- 5- Edificações e representações imateriais de Espaço Público e cultura II: Cemitério do Capitão Fagundes dos Reis; Cemitério da Vera Cruz (Jazigo de Maria Elizabete; espaço israelita; Jazigo dos Pracinhas de Guerra); Romaria e Festa de São Miguel; Romaria de Nossa Senhora Aparecida;
- 6- Patrimônio Ambiental: Águas do Uruguai e Jacuí (bacia hidrográfica do Guaíba) - as nascentes do rio Passo Fundo; o rio e o urbano através do tempo; banhado da Vergueiro; Parque Natural Municipal de Passo Fundo (RS – 324); reserva maragato; Floresta Nacional de Passo Fundo – espaços de constituição histórica de Passo fundo e região (missões, tropeirismo, batalhas, marcos da colonização indígena e européia);
- 7- Toponímia de praças, avenidas, ruas: Praça Marechal Floriano; Praça Tamandaré; Praça Tocetto; Av. Brasil; Av. Presidente Vargas; Rua Morom, Rua XV de Novembro como exemplos de períodos, eventos históricos e sujeitos na vida passo-fundense e nacional;
- 8- Patrimônio cultural e popular: Jornada Nacional da Literatura; Mostra da Cultura Gaúcha e Rodeio Internacional de Passo Fundo; Lenda da Mãe; Rituais e festas; tradição afro e indígena; curandeiras; música popular (Teixeirinha) pela memória da comunidade.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Bomtempo Editorial. 1997

BUCCI, Eugênio. O jornalismo como razão de ser das emissoras públicas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1402>> Acesso em 15 de janeiro de 2015.

FUTURA, Canal. *Telejornalismo educativo e produção em rede*: Introdução às práticas de produção do Núcleo de Jornalismo do Canal Futura, 2014.

A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS SEQUENCIAIS COMO VETOR PARA A REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA LOCAL

Gizele Zanotto¹

Este texto trata de apresentar uma proposta, um projeto de mobilização, valorização, estudo e divulgação da história local empreendido pelo Arquivo Histórico Regional (AHR)² em 2014, como parte das comemorações dos seus 30 anos de atuação em prol das memórias e da história regional. Esse texto trata de nossas memórias, de nossas histórias e das perspectivas que temos para a compreensão e conhecimento cada vez mais difusos de nossos referenciais sócio-históricos e culturais. Esse texto trata de vida, de passado sim, mas também do hoje, do que nos instiga a refletir e agir pelos bens coletivos da cidade e região. A proposta é apresentar um breve histórico do AHR e, a partir daí, situar os leitores sobre a promoção do *I Concurso de Quadrinhos do Arquivo Histórico Regional* considerando que a utilização das HQS, narrativas sequenciais - entendidas como narrações que utilizam imagens e textos para transmitir ideias (EISNER, 2005, p. 10) -, pode ser um dos propulsores de reflexão sobre nossa cidade diante de estudantes e da comunidade em geral.

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias...

“O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes da vida de personagens comuns (...). O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico...”

Arlete Farge

¹Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Curso de História e do Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF). Email: gizele@upf.br

²Neste ano a equipe AHR compunha-se da coordenação, por mim exercida, dos funcionários Benhur Jungbeck e Sandra Mara Benvegnú e dos estagiários Gabriela Porto, Jeferson Sabino Candaten e Bruna Zardo Becker. Mais informações e consulta ao acervo podem ser realizados pelo site www.upf.br/ahr

Março de 1984. Entre as várias atividades letivas que iniciavam no Campus I da Universidade de Passo Fundo, principiavam também os trabalhos do então Arquivo e Museu Histórico Regional, criados para favorecer a coleta e cuidado com objetos e documentos representativos da memória e história regional e local. A proposta e a iniciativa derivaram do curso de História da Universidade de Passo Fundo, curso este voltado à formação de professores da área e, em decorrência, às questões de memória, identidade e compreensão da formação socio-histórica e cultural do Planalto Norte do Rio Grande do Sul.

Os primeiros trabalhos foram simultaneamente árduos e tímidos, todavia sua continuidade garantiu a futura separação entre o Museu e o Arquivo Histórico que atualmente, além de instituições consolidadas, têm garantidas suas atuações mais qualificadas e específicas. O Museu Histórico Regional (MHR) funciona no prédio da antiga Intendência Municipal, junto ao Museu de Artes Ruth Schneider (MAVRS). Já o AHR teve sua realocação realizada em 1996 quando transferido para o Campus III da UPF, no Centro de Passo Fundo, onde se localiza ainda hoje. Segundo o funcionário do AHR, Benhur Jungbeck:

O AHR volta seu foco de trabalho para os conjuntos documentais em papel produzidos principalmente em Passo Fundo e região, mas também, concomitantemente, para outros documentos significativos à pesquisa histórica. Sendo o local privilegiado para a conexão entre a memória escrita e a história, busca, também, a ligação entre aqueles que escrevem e os que produzem documentação, a sociedade. E envolver a comunidade regional numa conjugação de esforços para a preservação é um dos motes principais do AHR (JUNGBECK, 2007, p. 362-363).

O Arquivo tem como funções a guarda, conservação, restauração e disponibilização de acervos documentais, cartográficos, iconográficos, jurídicos, legais, de periódicos, livros e outros materiais suscetíveis à pesquisa por estudantes e pela comunidade em geral. Nesse sentido, tem se dedicado a consolidar o espaço como apto para realizar tais procedimentos e a qualificar progressivamente seus funcionários nas áreas arquivística e de restauração, contando com o apoio de estagiários do curso de História que, além de atuarem no local, complementam sua formação conhecendo e lidando com o cotidiano de um espaço de guarda de registros históricos.

Figura 1 – Organização de acervos do AHR no Campus III da UPF (1996)

Fonte: Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF)

Em 2014 o AHR completou 30 anos de atuação e, juntamente com seu parceiro, Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) que celebrava seus 60 anos, elaborou-se um calendário de atividades que aproveitassem a efeméride para socializar discussões e produções de membros do Instituto e de pesquisadores dedicados à história local. Nesse sentido, um amplo cronograma deu conta da celebração mensal dos respectivos aniversários e da divulgação da ação das duas entidades.

O Calendário iniciou em março, quando da comemoração do aniversário do AHR, comemorado em 28 de março e que teve como destaque o debate sobre os *Institutos Históricos no Brasil e no Rio Grande do Sul*, conduzido pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Prof. Dr. Arno Wehling. Na sequência as temáticas propostas foram a comemoração do aniversário do IHPF e o lançamento da obra *1954-2014: um sonho*, de Welci Nascimento (abril); a exibição e discussão sobre o documentário *Centenário de Passo Fundo*, produzido em 1957 (maio); a reflexão sobre *Genealogia e história local* (junho); a exposição *IHPF & AHR: espaços de memória*, juntamente com *Rede de Memórias*, ambas apresentadas no Museu Histórico Regional (MHR) de Passo Fundo (agosto); a premiação do *I Concurso de Quadrinhos do AHR* (setembro); o lançamento do *Guia de Visitação do Cemitério Vera Cruz* (outubro – ver capítulo dedicado ao tema nesta

coletânea); e, finalizando as atividades, a discussão sobre *Patrimônio: História da cidade e cidade na História*, conduzido pelos professores Ironita P. Machado e João Carlos Tedesco (novembro).

História e memórias em questão: o I Concurso de Quadrinhos AHR

Como mencionado, uma das atividades propostas foi o lançamento de um concurso de histórias em quadrinhos pensado como mais um dos motes para a reflexão da história e das memórias da cidade³ - perspectiva essa que é patente na história do AHR (Ver Figura 2). Segundo os materiais de divulgação:

Como parte das comemorações pelos seus 30 anos de atividade, o Arquivo Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF (ppgH/UPF) promove o **I Concurso de Quadrinhos do AHR**, atividade que integra o calendário de eventos deste aniversário, em parceria com o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). O objetivo desse concurso é, sobretudo, instigar estudantes de todos os níveis, profissionais e a comunidade em geral para a importância das memórias e da história local, bem como para os acervos que fazem possível seu estudo e divulgação, em especial o acervo AHR, que dispõe de mapas, documentos, fotografias, manuscritos públicos e privados e que versam sobre a história da cidade e região⁴.

Visando mobilizar a comunidade pelo tema da história e memórias de Passo Fundo, objetivou-se ter público alvo amplo, organizado em três categorias de inscritos: I. Estudantes do Ensino Básico (fundamental e médio); II. Acadêmicos de graduação e desenhistas não profissionais; III. Desenhistas profissionais. Estas opções foram reavaliadas após o envio das propostas e premiação dos trabalhos de destaque sendo que futuramente haverá outra oferta de categorias, mais condizente com a realidade da produção dos quadrinhos e mais valorativa do esforço e da produção dos estudantes de ensino fundamental, que

³A iniciativa partiu da equipe AHR, capitaneada então pela sua coordenadora, professora Gizele Zanotto, e que contou com importantes apoiadores e patrocinadores para que pudesse ser efetivamente realizada. Nesse sentido, o curso de História e o Programa de Pós-Graduação em História da UPF foram imprescindíveis pelo apoio institucional e pela participação de seus docentes na avaliação dos quadrinhos enviados (Ana Luiza Setti Reckziegel, Adelar Heinsfeld, Ironita P. Machado, Gizele Zanotto, Jacqueline Ahlert e Marlise Regina Meyrer). Também a parceria com o IHPF foi-nos imprescindível, pois também contamos com o seu presidente, Fernando Miranda, como avaliador das historietas; e o auxílio do jornal *O Nacional*, parceiro de longa data do AHR e nessa atividade divulgador da proposta. Como patrocinadores tivemos a Berthier Editora e Gráfica e a Bolsa Construções e Incorporações. Uma articulação prévia com a Secretaria Municipal de Educação garantiu a divulgação entre as escolas municipais de Passo Fundo. A produção do material de divulgação foi realizada por Antônio Augusto Pereira da Silva, Acadêmico do Curso de História e estagiário do IHPF.

⁴ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL. *Regulamento do I Concurso de Quadrinhos do AHR – Passo Fundo: História e Memórias*. Passo Fundo, 2014.

enviaram a maioria dos trabalhos na edição 2014⁵.

Figura 2 - Folheto de divulgação do I Concurso de Quadrinhos AHR



Criação: Antônio Augusto Pereira da Silva.

Fonte: Arquivo Histórico Regional (AHR-PPGH/UPF).

A escolha de uma atividade voltada para a produção de histórias em quadrinhos derivou da consideração de seu potencial pedagógico direto e indireto, da abrangência de interesse por esta forma de narrativa (público infantil, adolescente e adulto), e do crescente apelo aos quadrinhos como vetor para suscitar reflexões políticas e históricas, sociais e também culturais⁶. Denominados também como *comics*, *funnies*, *komix*, *bande dessinée*, *fumetti*, *tebeo*, *historieta* ou *banda desenhada*, as histórias em quadrinhos são um conjunto e uma sequência que criam uma narrativa – preenchida em seus “vazios” pelo leitor – que conta uma história. Sua criação articula o movimento (que outras representações gráficas não têm), a história e a imagem numa vinculação entre arte, técnica, divertimento, atividade comercial e comunicação.

Os quadrinhos, como destacaram Marco e Rubens Lucchetti, divertem, encantam, fazem emocionar e levam

conhecimento⁷. As historietas, acreditamos, servem de “gatilho” para a aprendizagem quando de sua leitura e, mais ainda, impulsionam a busca por informações, saberes,

⁵O I Concurso recebeu 10 inscrições na Categoria I – sendo 8 delas derivadas dos trabalhos de estudantes da Escola de Ensino Fundamental João Rosso (que recebeu uma placa de Menção Honrosa durante a premiação dos vencedores). A categoria II teve dois inscritos e a categoria III não teve inscritos nessa edição.

⁶A produção de HQs não ficcionais derivados de processos históricos, bem como de registros jornalísticos têm sido crescente no mercado editorial. Nesses âmbitos podemos destacar as narrativas sequenciais sobre Canudos, Inconfidência Mineira, Guerra do Paraguai, Revolução Farroupilha, Revolução Iraniana, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, Revolução Russa, etc., bem como as obras de jornalismo em quadrinhos produzidas por Joe Sacco – autor referência nessa área.

⁷LUCCHETTI, Marco Aurélio; LUCCHETTI, Rubens Francisco. História em quadrinhos: uma introdução. *Revista USP*, Brasil, n. 16, p. 24-35, fev. 1993. p. 34.

técnicas, autonomia de seleção e criação, quando de sua produção. Os HQs, portanto, impulsionam a aprendizagem e a podem servir de manancial para a produção de conhecimento.

Avaliando os trabalhos enviados para o *I Concurso de Quadrinhos do AHR* vemos que tais perspectivas apriorísticas acerca do potencial das narrativas sequenciais foi alcançado, especialmente tratando-se de observar, conhecer e representar narrativas sobre as memórias e, com menos intensidade, a história de Passo Fundo - tema geral do concurso, como demonstra o rol abaixo (em destaque os quadrinhos premiados):

TRABALHOS INSCRITOS
CATEGORIA I – Estudantes do ensino básico (fundamental e médio)

Autor/Pseudônimo	Título
1. Antônio	Batalha do Pulador
2. Bianca	Seja bem-vindo à Passo Fundo
3. Diego Dicc Jonhson	Passo Fundo iluminada
4. Jackson	Passo Fundo Tchê
5. Joice	Os tropeiros que vieram para Passo Fundo
6. Júlia Pietra Pierezan- Jujuba	Mãe Preta: uma lenda
7. Laura P.	Pórtico da Roselândia
8. Luana Cenci	Tropeiros
9. Luciana	Rio Passo Fundo
10. Ricardo Augusto - Ricardinho	A História do Aviador Ruy Della Mée

CATEGORIA II – Acadêmicos de graduação e desenhistas não profissionais

Autor/Pseudônimo	Título
1. Rafael Ramos dos Santos – Rafa Ramos	A revolta dos motoqueiros
2. Renata Saber Thiebes - Thibs	Passo Fundo, uma paixão no norte gaúcho

Figura 3 - Vencedores recebendo a premiação do I Concurso de Quadrinhos do AHR

Da esquerda para a direita: Profa. Gizele Zanotto, Rafael Ramos, Renata Thiebes, Ricardo Augusto, profa. Jubila Carapeços (representando a Escola Estadual de Ensino Fundamental João Rosso), Prof. Adelar Heinsfeld. Fotografia: Alessandra Pasinato. Fonte: Imprensa UPF.

Os trabalhos premiados (os mesmos estão publicados na íntegra na próxima seção desta obra) destacaram-se pela narrativa e técnica de desenho, todavia, podemos afirmar que no geral todos os trabalhos têm muitos méritos. Inicialmente a perspectiva de conhecer melhor o local em que se vive, a cultura em que se está inserido (sendo tecido por ela e tecendo-a simultaneamente⁸), os referenciais de memória e história que se difundem em nosso espaço de vivência cotidiano e a observação da cidade sob um prisma mais qualificado e qualificador do conhecimento permearam os trabalhos. Ora mais, ora menos, os traços presentes nas historietas evidenciaram uma percepção de cidade enquanto bem patrimonial do/a autor/a e da coletividade, evidenciaram, portanto, que a identificação, a memória e o sentido do lugar em que se vive significam.

Certamente que nem todos os desafios de se iniciar uma empreitada como esta – lançar um concurso novo, proposto em uma linguagem diferenciada, com temas pouco correntes –, é uma ousadia. Todavia, pensamos que mais do que observar as dificuldades

⁸Ver: GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In: *A interpretação das culturas*. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008. P. 03-21.

do desconhecimento da história, memórias e patrimônios do município, temos que propor ações que tentem mudar essa realidade que não é inabalável, monolítica. Queremos – equipe AHR-PPGH/UPF - continuar sendo vetores mudança, uma mudança que depende em muito de todos os agentes dispostos a unir-se a essa empreitada - com o Concurso cremos que a iniciamos.

Que na próxima edição tenhamos mais quadrinistas dedicando-se ao pensar e repensar a cidade; que futuramente nossa formação seja mais completa no que tange à realidade que nos circunda. E que venha a próxima edição do concurso – agora dedicada a temática do Patrimônio citadino!

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL. *Regulamento do I Concurso de Quadrinhos AHR – Passo Fundo: História e Memórias*. Passo Fundo, 2014
- ASSIS, Lúcia Maria de. História em Quadrinhos – linguagem, memória e ensino. *Anais do SILEL*. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. 5 pgs.
- DUTRA, Antônio Aristides Corrêa. Quadrinhos de não-ficção. *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003. 17 pgs.
- EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EISNER, Will. *Narrativas Gráficas*. São Paulo: Devir, 2005.
- FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª. Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008.
- GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1982.

- JUNGBECK, Benhur. Arquivo Histórico Regional (AHR). In: LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007. P. 362-363.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- LUCCHETTI, Marco Aurélio; LUCCHETTI, Rubens Francisco. História em quadrinhos: uma introdução. *Revista USP*, Brasil, n. 16, p. 24-35, fev. 1993.
- O NACIONAL. UPF inaugura arquivo histórico regional. *O Nacional*. 02 de setembro de 1996. p. 04.
- O NACIONAL. Arquivo Histórico Regional: um novo espaço para a pesquisa. *O Nacional*. 07 e 08 de setembro de 1996. p. 12.
- OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier. *Annaes do município de Passo Fundo*: aspecto histórico. Vol. I a III. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1990.
- PARIZZI, Marilda Kirst. *Passo Fundo: sua história e evolução*. Passo Fundo: Berthier, 1983.
- SANTOS, Roberto Elísio dos. Aplicação da História em quadrinhos. *Comunicação & Educação*, São Paulo, (22): 46 a 51, set./dez. 2001.
- SILVA, Nadilson M. da. Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos. *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001. 15 pgs.

I CONCURSO DE QUADRINHOS DO ARQUIVO
HISTÓRICO REGIONAL – PASSO FUNDO:
HISTÓRIA E MEMÓRIAS

Arquivo Histórico Regional

Promoção:



Preservando memórias e histórias da nossa região

Apoio:



Patrocínio:



(54) 3316-8516 | ahr@upf.br | upf.br/ahr



I CONCURSO DE QUADRINHOS AHR “PASSO FUNDO: HISTÓRIA E MEMÓRIAS”

Como parte das comemorações pelos seus 30 anos de atividade, o Arquivo Histórico Regional (AHR) de Passo Fundo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UPF (ppgH/UPF) promove o I Concurso de Quadrinhos AHR, atividade que integra o calendário de eventos deste aniversário, em parceria com o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). O objetivo desse concurso é, sobretudo, instigar estudantes de todos os níveis, profissionais e a comunidade em geral para a importância das memórias e da história local, bem como para os acervos que fazem possível seu estudo e divulgação, em especial o acervo AHR, que dispõe de mapas, documentos, fotografias, manuscritos públicos e privados e que versam sobre a história da cidade e região.

REGULAMENTO

Participantes

1) Poderão participar estudantes de todos os níveis, desenhistas de quadrinhos não profissionais e profissionais que apresentem trabalhos originais e inéditos neste concurso.

2) Categorias:

- I. Estudantes do ensino básico (fundamental e médio)
- II. Acadêmicos de graduação e desenhistas não profissionais
- III. Desenhistas profissionais

Apresentação dos trabalhos

3) Só poderão apresentar obras integrais (guião/texto e desenho), que serão avaliadas e selecionadas pela Comissão Julgadora por simples maioria de votos. As propostas não poderão ser divulgadas por outras vias até o encerramento do Concurso, em 17 de setembro, sob pena de desclassificação sumária.

4) Será de responsabilidade dos autores o cumprimento das seguintes condições da obra: ser inédita, de sua autoria (própria ou coautoria); que não tenha sido apresentada em outro evento e/ou concurso anteriormente; que não tenha seus direitos de edição comprometidos; e que não tenham sido e não sejam publicados em qualquer forma por terceiros.

5) As historietas em quadrinhos, escritas em português, devem ter extensão mínima de 2 páginas e máxima de 6 páginas, em papel A4 (210 x 297 mm), realizadas somente em um dos lados e que estejam claras e visíveis. O texto e os desenhos

poderão ter técnica livre, mas apresentadas em preto e branco.

6) Os textos das historietas devem versar sobre a História de Passo Fundo ou sobre personagens, eventos e contextos da história local, podendo ter como base livros, depoimentos, memórias, relatos, lendas, etc.

7) Cada trabalho deve ser apresentado no original e em três cópias, assinadas com nome ou pseudônimo dos autores. Em todos os

• QUE, COM OS VALERINOS, PODEREM TER AULAS DE HISTÓRIA?



“SE VÓS, JÁ PARABENIZÁVAMOS A BIRRA, PORQUE EM EDUCAÇÃO”

“NÃO NA SEGURANÇA”

“NO SANEAMENTO BÁSICO”

“SE VÓS, JÁ PARABENIZÁVAMOS O TEATRO, PORQUE VAMOS DESETER LONGO QUANTO CADA UM DE NÓS VAI EMBOCAR”

trabalhos, deverá figurar o pseudônimo e/ou nome ao pé e no reverso de cada original e cópia. Em um envelope, deve-se colocar, no verso, o título da historieta em quadrinhos e o pseudônimo do(s) autor(es) e a categoria em que estão se inscrevendo, contendo, em seu interior, a ficha de inscrição devidamente preenchida e o termo de ineditismo do trabalho apresentado, assinado por cada autor.

8) Todo o material deverá ser entregue diretamente no Arquivo Histórico Regional ou encaminhado via SEDEX (o selo de postagem deve enquadrar-se às datas de inscrição apresentadas no item 9).

Arquivo Histórico Regional (AHR) – Campus III da UPF
I Concurso de quadrinhos AHR
Rua Paissandu, 1756 – Centro,
Passo Fundo – RS – CEP 99010-102

9) O prazo de recebimento das inscrições inicia em 02 de junho de 2014 e encerra em 31 de julho de 2014. O horário de recepção dos originais no AHR será das 8h às 11h30min no período da manhã e das 14h às 17h30min no período da tarde, de segunda a sexta-feira.

Julgamento dos trabalhos

10) Os jurados estarão facultados a realizar a seleção das historietas e escolher a premiação dos trabalhos por categoria de inscritos. As decisões dos jurados serão inapeláveis e serão conhecidas no dia 17 de setembro de 2014, em atividade integrante do ciclo comemorativo “30 anos do AHR e 60 anos do IHPF” que será realizado nas dependências da Academia Passofundense de Letras (APLetras), a partir das 19h30min (conheça a programação completa no site www.upf.br/ahr/).

11) A Comissão Julgadora será composta por profissionais designados pelo AHR e será composta por 7 membros.

12) A participação no Concurso implica, por parte dos autores, na aceitação integral e incondicional das regras do mesmo, assim como no compromisso de não retirar-se do concurso até a divulgação dos resultados.

Prêmios

13) Serão premiados 3 trabalhos por categoria, os quais serão editados e publicados posteriormente em obra organizada pelo AHR em formato a definir. Para tanto, os autores dos trabalhos ganhadores e/ou selecionados para publicação, uma vez selecionados, cedem seus direitos unicamente para essa publicação.

Passo Fundo, 30 de março de 2014.

Gizele Zanotto
Coordenadora do AHR



“EU ESTOU TRISTE”



QUADRINHOS PREMIADOS:

Categoria I

Estudantes do Ensino Básico:

1º lugar

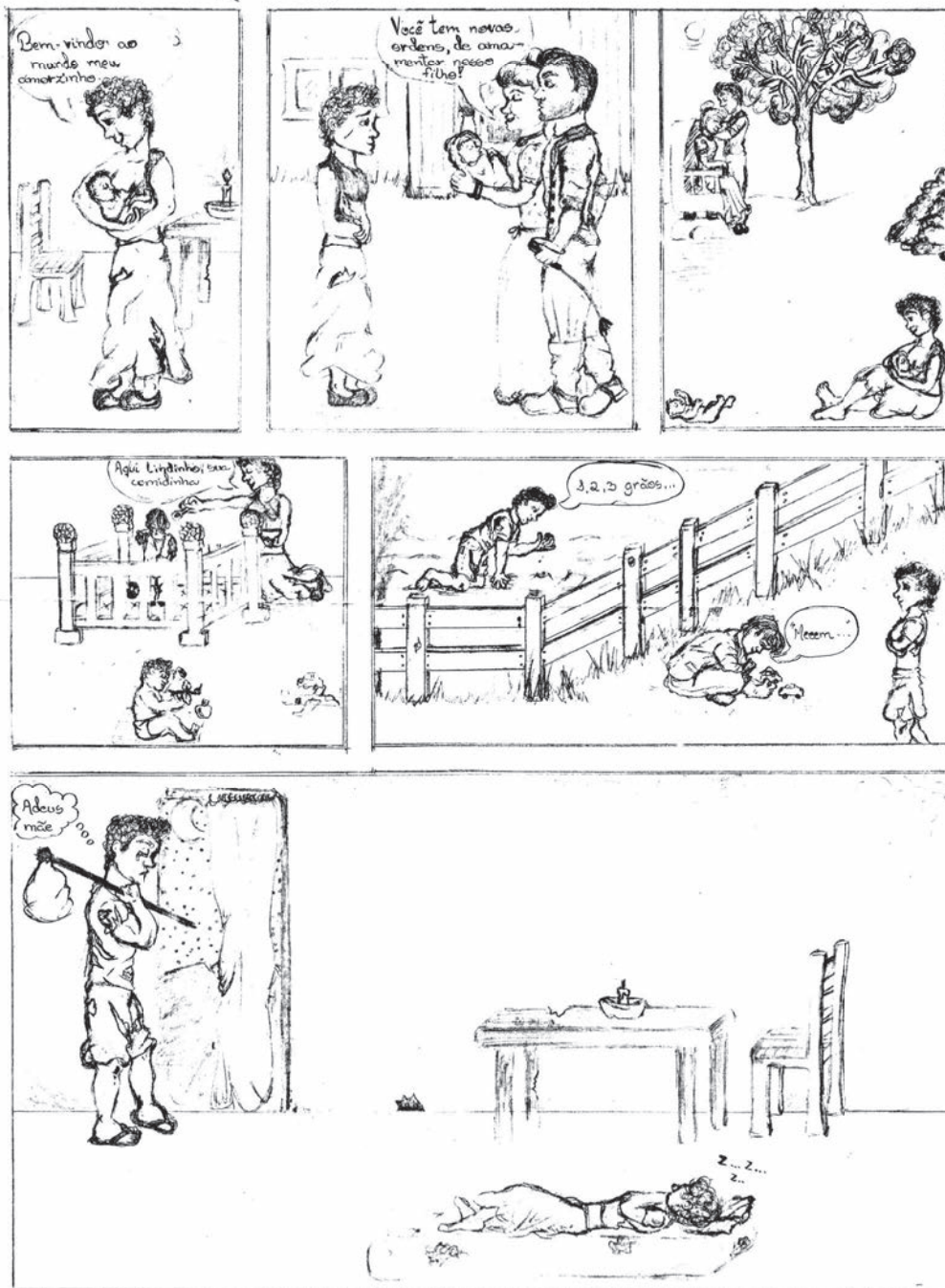
Júlia Pietra Sonda Pierezan,

da Escola Estadual Dr. Ruy Piégas da Silveira de Espumoso/RS.

Com a historieta:

Mãe Preta, Uma lenda.

Mãe Preta: uma lenda

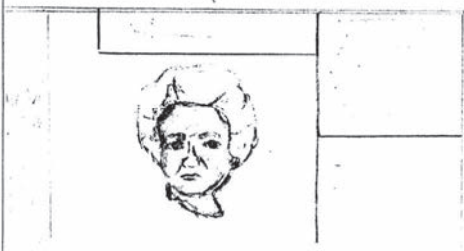


jujuba



O Chaparriz foi construído nos tempos
do Príncipe Heredes, antes ainda da cidade
de Porto Férreo. Inicialmente o Chaparriz
era usado para o divertimento da ri-
dade.

Atualmente está localizada na rua
Uruguai, na esquina com a Rua de Floril,
na Praça da Fica Rota.



the
end!

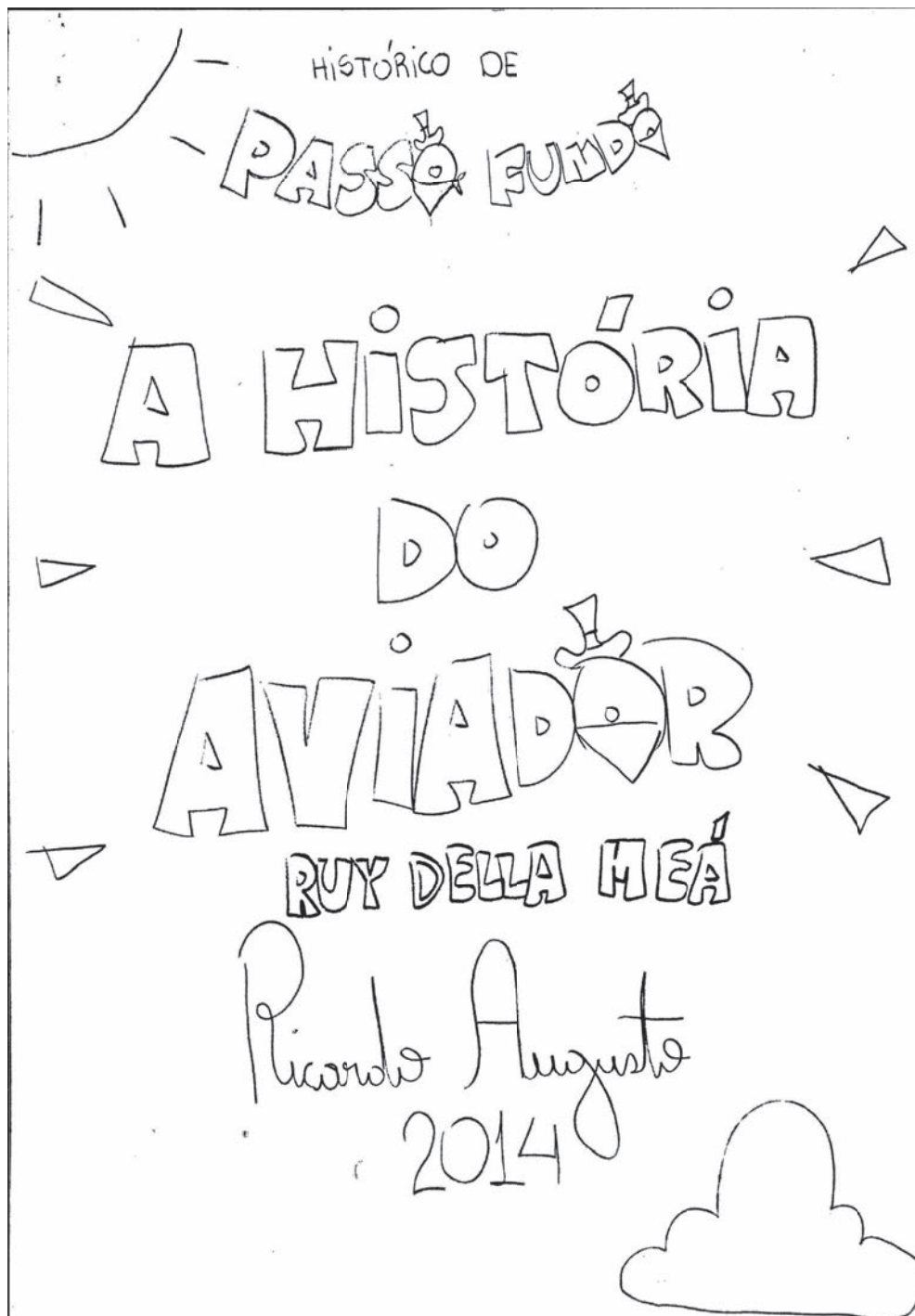
quijada

2º lugar

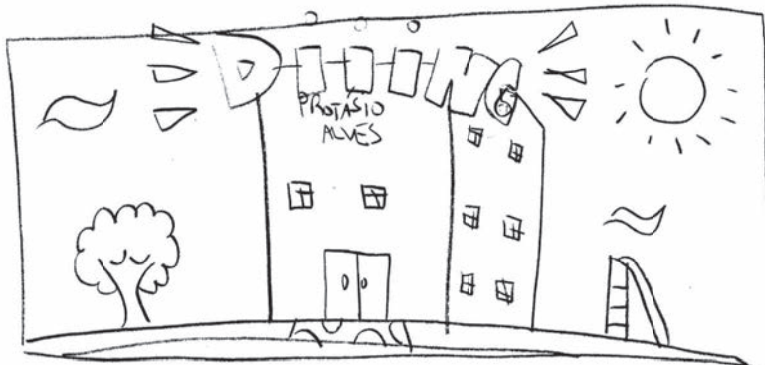
Ricardo Augusto Müller Germani,
da Escola Notre Dame de Passo Fundo/RS.

Com a historieta:

A história do Aviador Ruy Della Méa.



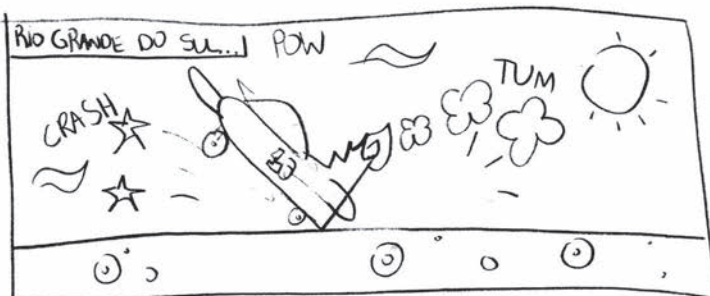
A HISTÓRIA DO AVIAJADOR



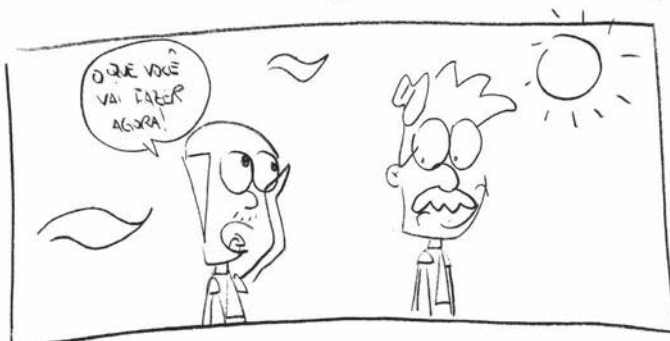
PA



2



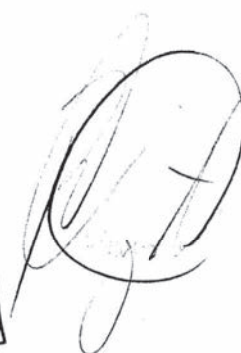
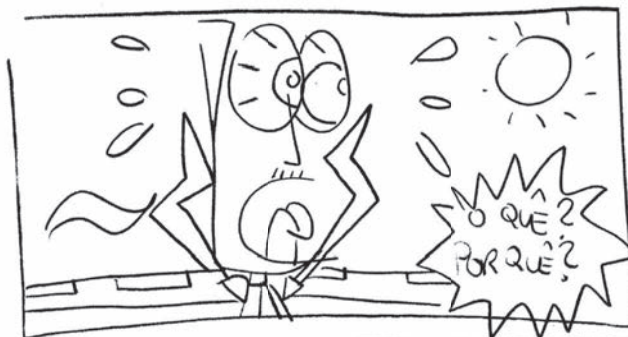
3



[Handwritten signature]



5



Categoria II

Acadêmicos de Graduação e desenhistas não profissionais:

1º lugar

Rafael Ramos dos Santos,

da Escola Joaquim Fagundes dos Reis de Passo Fundo/RS.

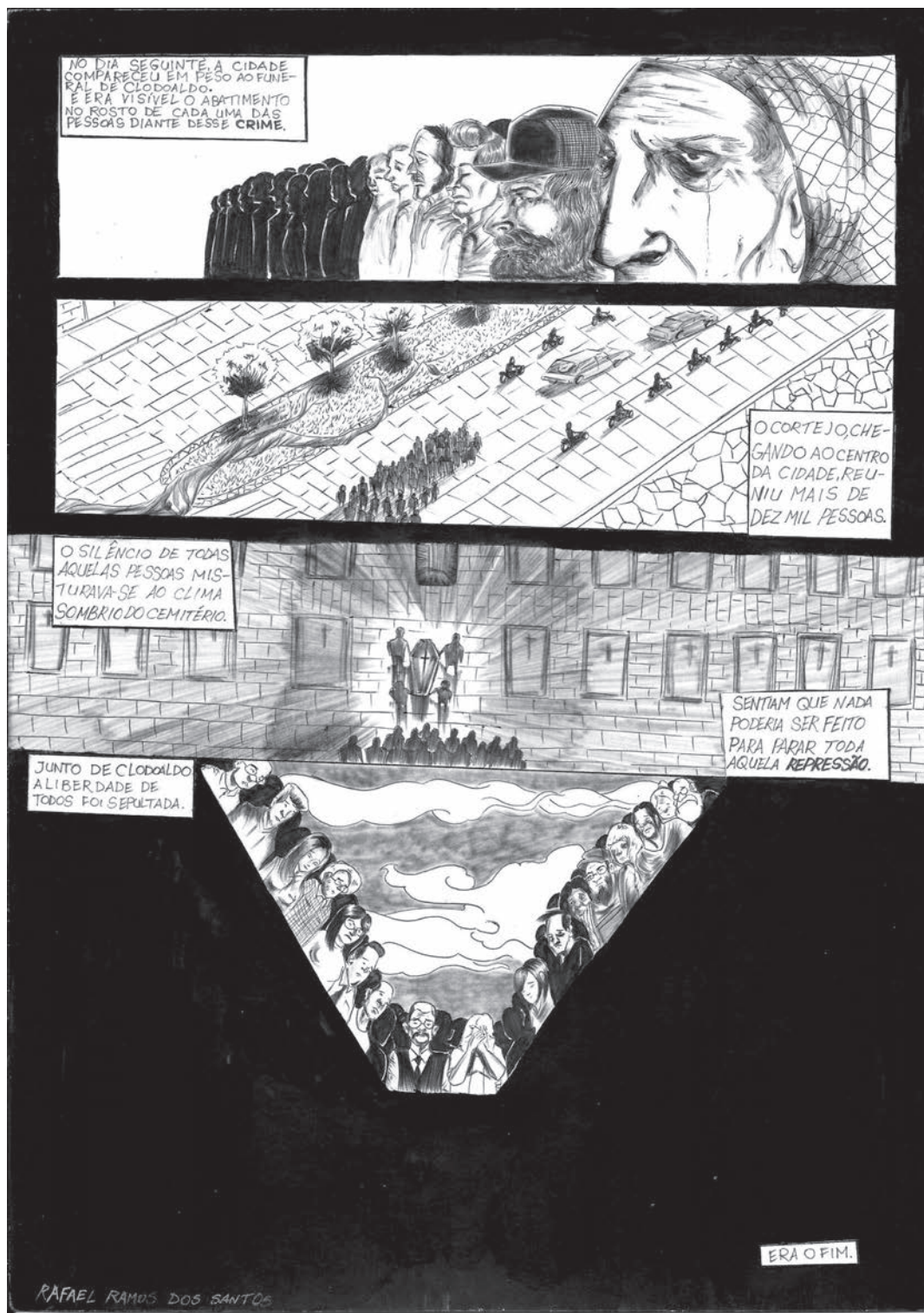
Com a historieta:

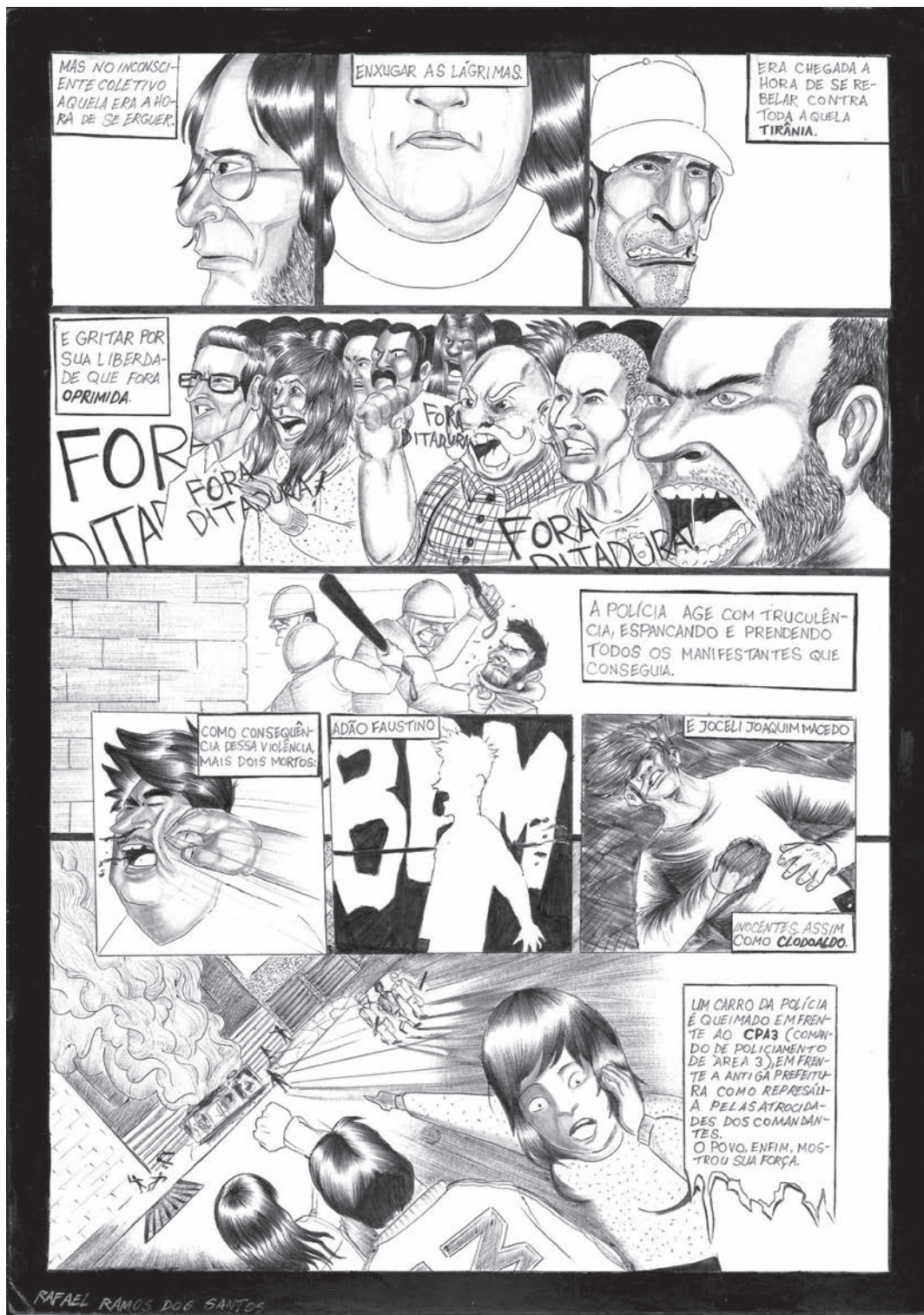
A revolta dos Motoqueiros.



RAFAEL RAMOS DOS SANTOS









FIM

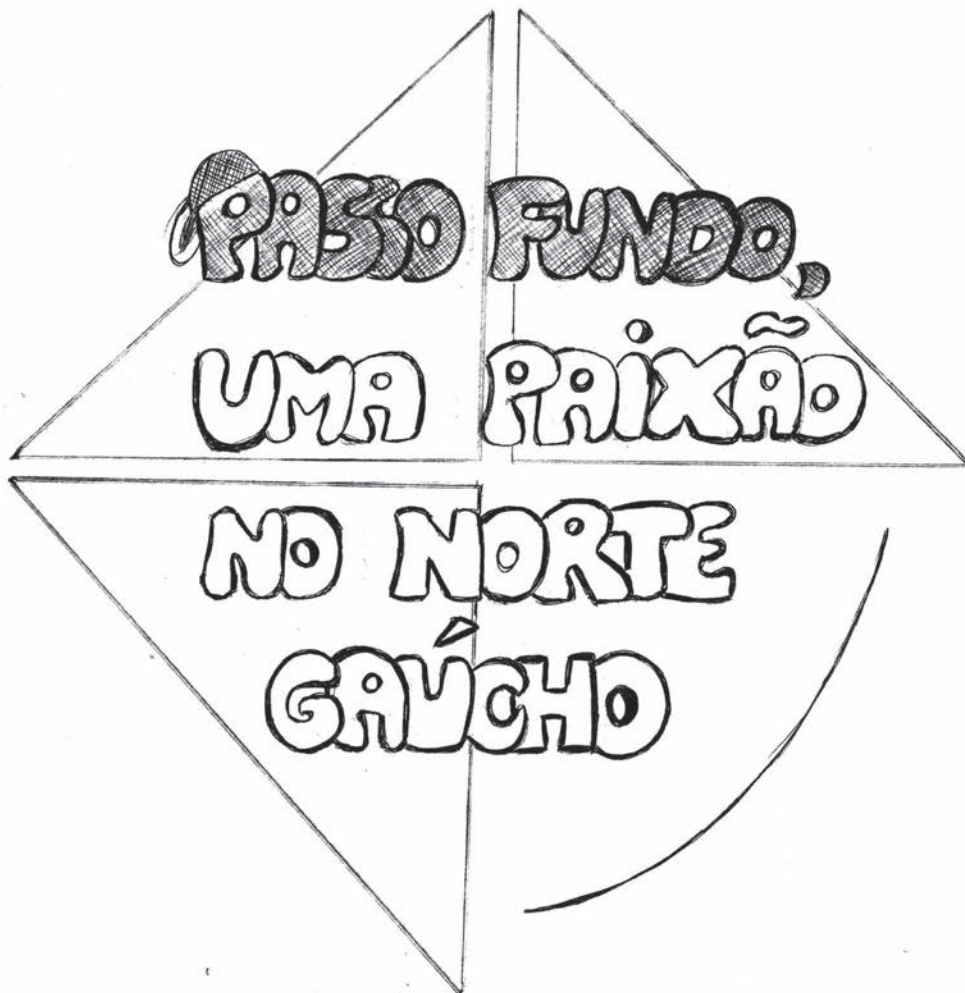
RAFAEL RAMOS DOS SANTOS

2º lugar

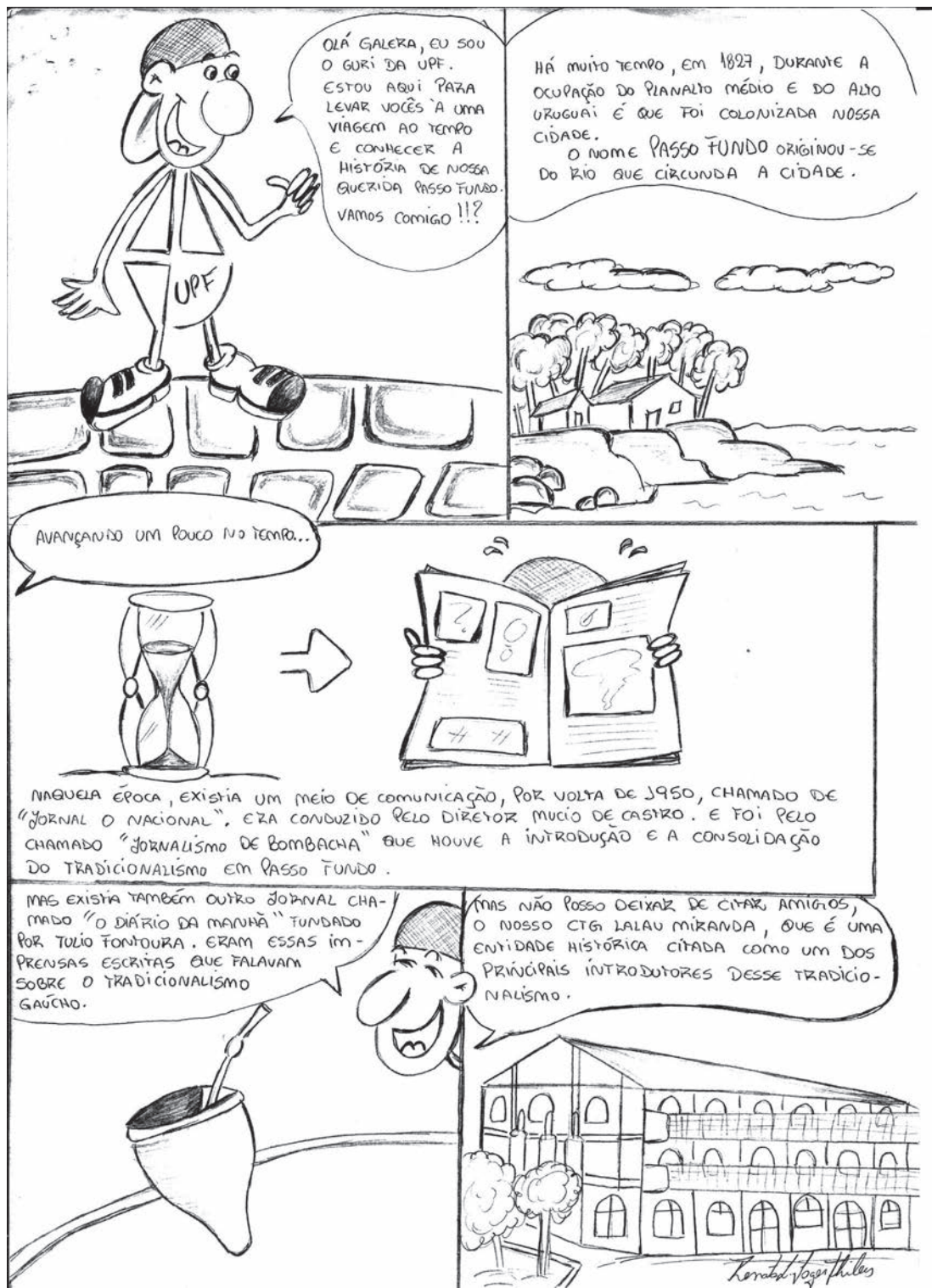
Renata Ligia Sager Thibes,
do curso de Administração da UPF.

Com a historieta:

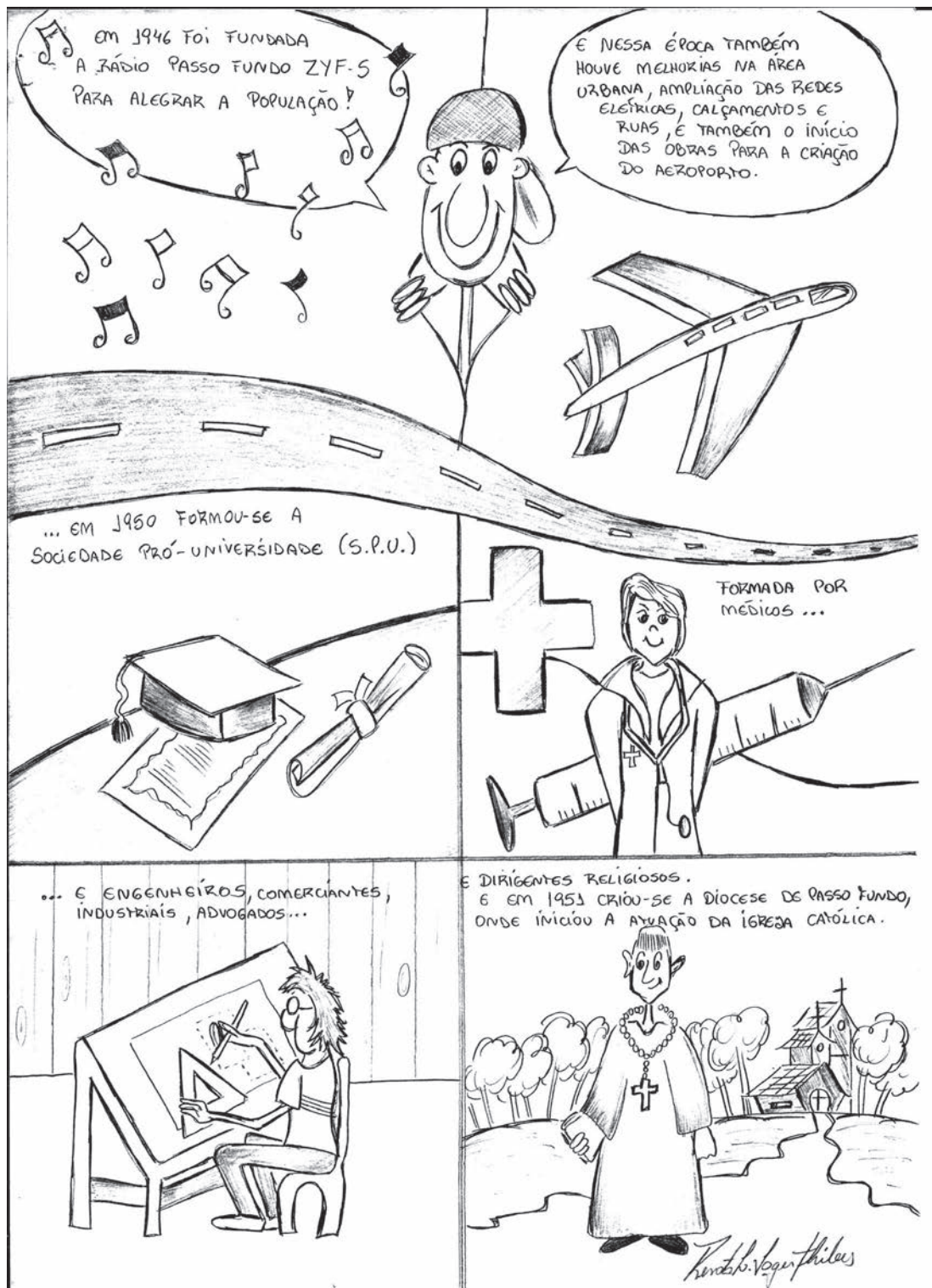
Passo Fundo, uma paixão no Norte gaúcho.

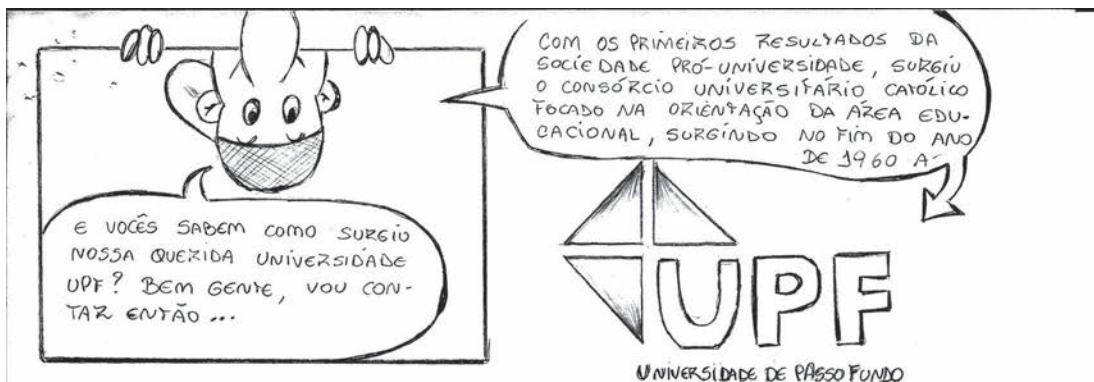


Therese/parthiles

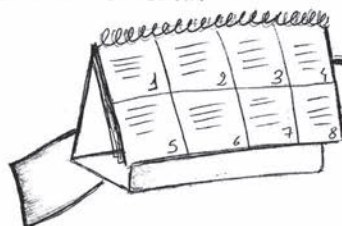








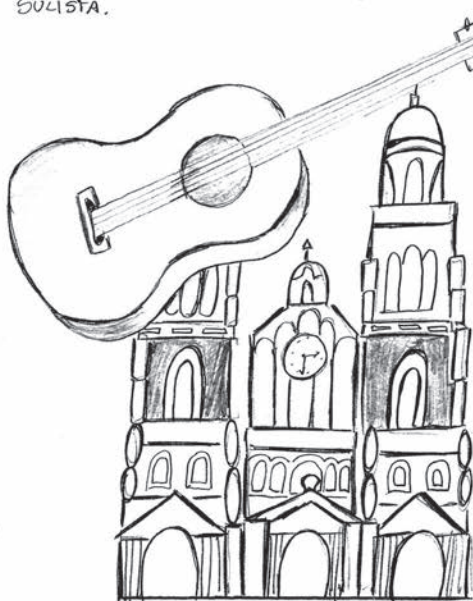
ENTRE 1950 E 1960 HOUVE O DESENVOLVIMENTO DO SEGUNDO GRAU EM PASSO FUNDO, ONDE HOJE CHAMAMOS DE ENSINO MÉDIO. HAVIA A CERVEJARIA BRAHMA, ONDE O SETOR INDUSTRIAL ENVOLVIA 3% DA POPULAÇÃO QUE JÁ POSSUÍA 80.000 HABITANTES COM PREDOMINÂNCIA RURAL.



AVANÇANDO ATÉ OS TEMPOS ATUAIS...

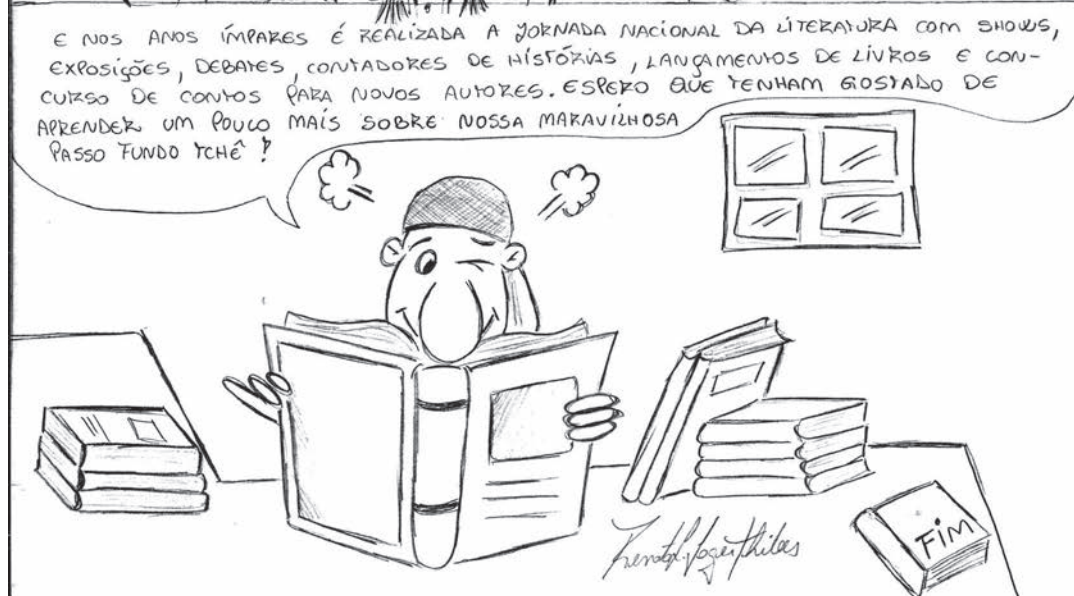
HOJE 2014

NO CENTRO DA CIDADE DE PASSO FUNDO EXISTE UMA ESTATUA CONSTRUÍDA EM HOMENAGEM A TEIXEIRINHA, UM DOS MAIORES REPRESENTANTES DA MÚSICA SULISTA.



A CATEDRAL NOSSA SENHORA APARECIDA ESTÁ LOCALIZADA NO CENTRO DE PASSO FUNDO. ALÉM DA MOTIVAÇÃO DA FÉ, EXISTE UM DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PARA BENEFICIAR A POPULAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE.





AUTORES:

AFANI CARLA BARUFFI
AUGUSTO DIEHL GUEDES
BERNADETE MARIA DALMOLIN
DEISI FANFA
DIEGO JOSÉ BACCIN
DJIOVAN VINÍCIUS CARVALHO

EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK
FERNANDO ARNOLD LORENZON
GIZELE ZANOTTO
IRONITA A. P. MACHADO
JOÃO CARLOS TEDESCO
MARCOS GERHARDT



Promotores:



IFCH - Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
HISTÓRIA
PPGH - Programa de
Pós-Graduação em História

Apoiadores:



Arquivo Histórico Regional - AHR